

Ricardo Agostini Martini

Ciclos Econômicos e a Composição da Pobreza no Brasil

Belo Horizonte, MG
UFMG/CEDEPLAR
2009

Ricardo Agostini Martini

Ciclos Econômicos e a Composição da Pobreza no Brasil

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
Co-orientador: Prof. Dr. Frederico Gonzaga Jayme Jr.

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG
2009

Folha de Aprovação

Dedico este trabalho a minha família (Paulo Roberto Martini, Emilse Maria Agostini Martini, Fernanda Agostini Martini) e a minha namorada Ana Carolina.

*“Todos esses que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!”*

(Mário Quintana – Poeminho do Contra)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com sinceridade, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram e apoiaram a elaboração desta dissertação:

A toda minha família, pelo apoio e incentivo aos estudos em toda minha vida acadêmica.

A minha namorada, Ana Carolina, por todo o amor e carinho dedicados.

Aos meus orientadores, Ana Maria Hermeto (orientadora) e Frederico Gonzaga (co-orientador), pela dedicação, pelo compromisso com meu aprendizado e contribuições ao trabalho. Ana, agradeço toda orientação recebida nesses dois anos de trabalho conjunto!

À banca, professores Ana Flávia Machado e Fernando Mattos, pelas sugestões e contribuições à pesquisa.

A todos os demais professores do CEDEPLAR-UFMG, especialmente a Hugo Cerqueira, Gilberto Libânio, Simone, Marco Flávio e Lizia, por todo o conhecimento transmitido em suas aulas.

À FAPEMIG, à CAPES, ao CEDEPLAR e ao IPEA pelo apoio financeiro, sem o qual, certamente este trabalho não teria condições de ser realizado.

Aos meus colegas e amigos do CEDEPLAR-UFMG. Mando abraços a toda minha turma, ecn2007, os “EconoLoucos”, assim como as demais turmas da pós-graduação em Economia e Demografia na instituição. Felicitações a todos os meus companheiros de trabalho, estudo e boemia: Alejandro, Aline, Bernardo, Carla, Carlos, Clarissa, Diego, Fabrício, Fernanda, Harley, Luzia, Luiz Paulo, Philipe, Raimisson, Roberto, Sibelle, Tiago, Ulisses, Vítor, Weslem, e a todos os demais.

A todos aqueles que, em minha vida em Belo Horizonte, compartilharam suas residências comigo: Bruno, Karolin, Marla e Rubens na “República Gaúcha”, na Cidade Nova; Eder, Dinho, Leonardo, Thiago e Wesley na “República do Buraco”, no Centro.

Agradecimentos especiais à Cláudia, à Helena e ao Júlio pelas colaborações com o banco de dados e com os comandos do STATA.

SUMÁRIO

CAP. 1 – INTRODUÇÃO	11
CAP. 2 – A ECONOMIA DA POBREZA: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	15
2.1. Conceituação de Pobreza	15
2.1.1. Pobreza como Privação	15
2.1.2. Pobreza Absoluta, Relativa e Subjetiva	16
2.1.3. <i>Capabilities</i> e a Abordagem Multidimensional da Pobreza	21
2.1.4. Abordagem Microeconômica da Pobreza	26
2.2. Mensuração da Pobreza	28
2.2.1. Critério da Linha de Pobreza	28
2.2.2. Critério da Pobreza Multidimensional	36
2.3. Evolução da Pobreza na Economia Brasileira Contemporânea: Estudos Empíricos	40
2.3.1. Evolução da Pobreza no Brasil durante a Década de Oitenta	40
2.3.2. Evolução da Pobreza no Brasil durante a Década de Noventa ..	44
2.3.3. Evolução da Pobreza no Brasil durante a Década de 2000	50
CAP. 3 – O AMBIENTE MACROECONÔMICO E A POBREZA: RELAÇÕES E CONTROVÉRSIAS	56
3.1. Fundamentos do Desempenho Macroeconômico: Crescimento e Ciclos 	56
3.1.1. Crescimento Econômico	56
3.1.2. Ciclos Econômicos	58
3.1.3. Lei de Okun	60
3.2. Desigualdade, Pobreza e Ciclos Econômicos: Aspectos Teóricos 	62
3.2.1. Como o Desempenho Macroeconômico Afeta o Padrão de Vida e a Pobreza	62
3.2.2. Desigualdade e Pobreza nos Modelos de Crescimento Econômico	68
3.3. Crescimento Econômico e Pobreza: <i>Does the Rising Tide Lift All Boats?</i>	74

3.3.1. Evidências Empíricas para Economias Desenvolvidas	75
3.3.2. Evidências Empíricas para Economias Subdesenvolvidas	85
3.4. Crescimento Econômico, Desigualdade e Pobreza em uma Perspectiva Demográfica: Evidências Empíricas	88
3.4.1. Desempenho Macroeconômico e os Diferenciais de Bem-Estar por Sexo	88
3.4.2. Desempenho Macroeconômico e os Diferenciais de Bem-Estar por Raça	90
3.4.3. Desempenho Macroeconômico e os Diferenciais de Bem-Estar por Idade	91
3.4.4. Desempenho Macroeconômico e os Diferenciais de Bem-Estar por Nível de Instrução	92
3.5. Alternativas Políticas para o Controle dos Efeitos dos Choques Macroeconômicos sobre a Pobreza	93
3.5.1. Políticas Macroeconômicas	94
3.5.2. Políticas Sociais	97
3.6. Ambiente Macroeconômico na Economia Brasileira Contemporânea e sua Relação com a Pobreza	99
CAP. 4 – METODOLOGIA	108
4.1. Modelo Econométrico	110
4.2. Fonte de Dados	111
4.3. Análise Descritiva das Variáveis	113
4.4. Procedimentos Econométricos	119
4.4.1. Regressão Logística	119
4.4.2. Modelos de Dados em Painel	122
4.4.2.1. Mínimos Quadrados Ordinários Empilhados	123
4.4.2.2. Modelo de Efeitos Fixos	124
4.4.2.3. Modelo de Efeitos Aleatórios	125
4.4.2.4. Pseudo-Painel	126
CAP. 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS	129
5.1. Estatística Descritiva	129
5.2. Modelos em Nível Individual	145

5.3. Modelos por Coortes	163
CAP. 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183
ANEXO	190

RESUMO

O presente trabalho busca estudar e analisar o impacto dos ciclos macroeconômicos sobre a composição da pobreza na economia brasileira contemporânea (1987 – 2005). Mais especificamente, procura-se obter respostas para três questões: primeiro, quais os grupos demográficos que mais sofrem os ciclos negativos; segundo, se o crescimento econômico é suficiente para beneficiar todos os grupos mais associados à pobreza; terceiro, quais políticas macroeconômicas estão mais associadas à pobreza e a sua amenização. O trabalho utilizou uma interação de micro-dados da PNAD com dados macroeconômicos de fontes como o IPEA-DATA, o Banco Central do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional, tanto em nível individual, como em nível de coortes. Utilizando regressões logísticas, mínimos quadrados empilhados e métodos de pseudo-painel, o trabalho encontrou dois resultados principais. Primeiro, as recessões, ou mesmo as desacelerações econômicas, são mais sofridas pelos grupos de menor escolaridade. Segundo, a política fiscal afeta mais intensamente a pobreza: por um lado, o superávit primário está associado a menores níveis de bem-estar da população; por outro lado, o gasto social da União pode ser utilizado para amenizar a pobreza durante as fases críticas dos ciclos.

Palavras-chave: Ciclos Macroeconômicos, Bem-Estar, Modelos de Pseudo-Painel

ABSTRACT

This work aims to study and to analyze the impact of macroeconomic cycles over poverty composition in contemporaneous Brazilian economy (1987 – 2005). Specifically, intends to find answers to three questions: first, who are the demographic groups the most suffer in the recessive cycles; second, if is the economic growth enough to benefit all groups most associated with poverty; third, what are the macroeconomic policy most associated with poverty and with its soothing. The study have used an interaction of micro data form *PNAD* with macroeconomic data of sources like *IPEA-DATA*, *Banco Central do Brasil* and *Secretaria do Tesouro Nacional*, both in individual level and in court level. Using logistical regressions, pooled ordinary least squares and pseudo-panel, the work found two main results. First, recessions, or even the economic desaccelerations, are more harmful to people with less schooling. Second, fiscal policy affects more intensely poverty: both the primary surplus is more associated with less levels of welfare, and the social policy of Federal Government can be used to sooth poverty in the critical stages of the cycles.

Keywords: Macroeconomic Cycles, Welfare Economics, Pseudo-Panel Models

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

De acordo com os estudos mais recentes sobre a relação entre o desempenho macroeconômico dos países e o bem-estar de sua população, sabe-se que os choques nas variáveis agregadas implicam em impactos diferenciados sobre o sistema econômico, isto é, afetando mais alguns setores ou agentes do que outros, de acordo com as características desses choques. Teoricamente, os mecanismos que diferenciam os efeitos dos choques entre os agentes e os setores da economia, conforme é explicado pela bibliografia, são as variações de preços relativos dos diferentes produtos e fatores de produção, a variação da demanda por mão-de-obra diante do choque, as características e o direcionamento das políticas públicas vigentes, e as próprias respostas, em termos de decisões econômicas, dos agentes mais afetados pelas oscilações cíclicas da macroeconomia, as quais refletem as capacidades e as restrições dos agentes econômicos em lidar com elas.

Nesse sentido, a preocupação da maior parte dos autores sobre o tema busca respostas para duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, os indivíduos mais pobres, ou com qualquer característica associada à privação e à exclusão material e social, tendem a sofrer mais os choques macroeconômicos recessivos? A bibliografia teórica responde que, em geral, sim, já que os pobres têm menos recursos e acesso a meios de se proteger das crises. Além disso, existe um fenômeno denominado de “histerese da pobreza”, segundo o qual, em crises ou desacelerações do crescimento, os pobres tendem a perder seus empregos, e, nas expansões, não tendem a recuperá-los, já que as empresas preferem se reestruturar tecnologicamente se tornando cada vez mais intensivas em capital físico e em mão-de-obra qualificada. Em segundo lugar, o crescimento econômico é suficiente para beneficiar os segmentos mais desfavorecidos da população? A literatura, nesse caso, se mantém dividida. Até o final dos anos 1970, acreditava-se que sim, isto é, a demanda por mão-de-obra seria suficiente para garantir bem-estar para todos os agentes econômicos. Contudo, a partir dos anos 1980, os estudos se mostraram menos otimistas, de modo que o impacto do crescimento sobre o bem-estar social passou a ser visto como dependente da direção e da intensidade da demanda relativa pelos fatores de produção, da distribuição da renda e do consumo na sociedade, e das restrições de crédito e de acesso a recursos produtivos na economia, ou seja, das imperfeições dos mercados financeiros.

O impacto do desempenho macroeconômico sobre o bem-estar social também depende do grau de desenvolvimento dos países. Nas economias desenvolvidas, em que os estudos sobre a relação entre a macroeconomia, o mercado de trabalho e o bem-estar social vêm desde a década de 1960, com os trabalhos clássicos de Arthur Okun (1965 e 1973), apontam que, pelo menos a partir da década de 1980, o crescimento econômico é viesado para os trabalhadores de maior qualificação profissional. Além disso, também são relevantes os aspectos demográficos da força de trabalho e as políticas vigentes. Nas economias subdesenvolvidas, por outro lado, cujos estudos empíricos são mais recentes, os choques macroeconômicos também dependem de indicadores de exclusão social, que incluem as características da comunidade em que cada família habita, bem como ao acesso a bens e serviços públicos e recursos produtivos.

A pobreza também apresenta uma composição demográfica relativamente homogênea, e é explicada pelos fundamentos teóricos da economia do trabalho. Assim, são associados a maiores probabilidades de serem pobres, em primeiro lugar, as mulheres e os domicílios chefiados por mulheres, tanto devido à discriminação no mercado de trabalho, como também pela discriminação no próprio processo de acumulação de capital humano, mais comum nas economias subdesenvolvidas. Em segundo lugar, os negros, por causa da discriminação direta que sofrem, e pela associação com baixa qualificação. Terceiro, os jovens tendem a ser mais pobres que os indivíduos de mais idade, já que apresentam menos experiência no mercado de trabalho, os que ingressam mais cedo nesse mercado apresentam menor qualificação, e, por fim, as famílias mais pobres apresentam taxas de fecundidade maiores do que as demais, de modo que a proporção de jovens nesses domicílios é maior. Por fim, os indivíduos de menor escolaridade tendem a ser mais pobres, não só porque a sua produtividade é vista como menor, mas também porque eles estão menos aptos a se adaptar a mudanças tecnológicas no processo de produção, como ainda tendem a ter seus empregos emigrados para países em que o custo da mão-de-obra é mais barato, como na Ásia, de acordo com a atual divisão internacional do trabalho.

O caso brasileiro, do final da década de 1980 até a atualidade, é muito interessante de se analisar, tanto por causa das intensas oscilações macroeconômicas nesse período, como também pela dinâmica da proporção de pobres no país. O Brasil saiu de uma situação de crise e hiperinflação no final da década de 1980 e início da de 1990, com uma conseqüente explosão da pobreza no país. Com a introdução do Plano Real, houve um breve período de

crescimento, com estabilização de preços e melhoras substanciais no bem-estar da população. No final da década de 1990, contudo, uma série de choques externos combinados com uma política econômica baseada em políticas monetária e fiscal pró-cíclicas, restringiu o crescimento econômico, e deteriorou os ganhos de bem-estar adquiridos com a estabilização monetária. No biênio de 1999-2000, o ajuste cambial e estabilização externa permitiram novamente o crescimento, mas, de 2001 a 2003, novos choques externos provocaram a desaceleração da taxa de crescimento do país. Por fim, de 2004 a 2008, uma nova fase de crescimento sustentado permitiu uma nova onda de redução da proporção de pobres no país.

É importante destacar que a pobreza, na economia do bem-estar, é entendida como uma situação de privação de bens, sejam materiais, sejam sociais, ou mesmo de acesso a recursos. Por um lado, a pobreza pode ser entendida de maneira absoluta, isto é, é considerado pobre o indivíduo que não atinge um mínimo de renda, ou um mínimo de consumo considerado como sendo de necessidades humanas fundamentais. Essa abordagem tem a vantagem de permitir uma fácil mensuração, pela definição de uma linha de pobreza, abaixo da qual os indivíduos são considerados pobres. Contudo, a definição de necessidades humanas básicas sempre tem algum grau de subjetividade, seja por parte de quem a define para os estudos empíricos, seja social, no sentido de que cada sociedade assume suas próprias necessidades básicas para seus integrantes¹.

Tendo em vista o discutido acima, os ciclos macroeconômicos podem ter impactos diferenciados sobre a população. Contudo, para o Brasil, as abordagens tendem a focar apenas no impacto desses ciclos sobre os indivíduos identificados como pobres e não pobres, isto é, falta uma abordagem que leve em conta a composição da pobreza, ou seja, como os choques afetam diferenciadamente os grupos demográficos associados à pobreza. Por isso, o objetivo do presente trabalho é estimar e analisar para o caso brasileiro a partir do final da década de 1980 respostas para três questões básicas. Primeiro, se os grupos que sofrem mais durante os períodos de recessão ou de desaceleração do crescimento são aqueles associados a maior

¹ Por isso, atualmente, desenvolveu-se uma abordagem multidimensional para tratar da pobreza, a partir dos trabalhos de Amartya Sen (1973, 1979, 1983, 1999). Segundo esse autor, a pobreza tem ao mesmo tempo uma natureza relativa, já que a posse de bens necessários para superar uma percepção de privação difere entre as sociedades, e absoluta, já que o sentimento de privação é visto como um mal absoluto. Assim, nessa visão, o bem-estar é associado à aquisição, pelos indivíduos, de capacidades para satisfazer suas necessidades, sendo que essas capacidades referem-se a uma multidimensionalidade de fatores relacionados ao bem-estar. Todavia, sua mensuração envolve a definição de indicadores com ponderações complexas, ainda não totalmente consensuais pela bibliografia. Por isso, no presente trabalho, optou-se pelo critério da linha de pobreza para a mensuração do bem-estar, controlando-se pelos estados da Federação.

probabilidade de serem pobres, tais como as mulheres, os membros de famílias chefiadas por mulheres, os negros, os jovens e os menos escolarizados. Segundo, se o crescimento econômico é suficiente para garantir que os grupos demográficos convirjam em termos de renda familiar e bem-estar social. Terceiro, quais políticas macroeconômicas estão mais associadas à pobreza e a sua amenização.

O método aqui utilizado parte de uma interação entre microdados trianuais da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), do IBGE, entre 1987 e 2005 e dados macroeconômicos do IPEA-DATA, Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional. Os modelos foram estimados em dois níveis para melhor analisar o impacto dos ciclos sobre a renda e a pobreza familiar. Em primeiro lugar, em nível individual, pelo uso de uma regressão logística, para a probabilidade de ser pobre, e do método dos mínimos quadrados empilhados, para a renda familiar real per capita. Em segundo lugar, em nível de coortes, isto é, das médias dos grupos demográficos selecionados, e, nesse caso, foram utilizados procedimentos de pseudo-painel.

A estrutura da dissertação é a seguinte. No capítulo 2 será abordada a economia da pobreza, incluindo seus conceitos, seus métodos de mensuração, o debate entre as abordagens absoluta, relativa e multidimensional para o problema, as contribuições de Amartya Sen, assim como um resumo sobre estudos empíricos para o caso brasileiro. No capítulo 3 será abordado aspectos teóricos sobre o desempenho macroeconômico, incluindo os ciclos e o crescimento, sua relação teórica com a pobreza e o bem-estar social, as evidências empíricas para economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, e suas relações com aspectos demográficos e políticos. No capítulo 4 será apresentada a metodologia de estudo empírico do presente trabalho, com a apresentação e descrição dos bancos de dados utilizados, das variáveis incluídas nos modelos empíricos e os procedimentos econométricos adotados. Os resultados obtidos serão apresentados e analisados no capítulo 5 e, a partir deles, serão apresentadas as considerações finais sobre o estudo aqui realizado.

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA DA POBREZA: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1. Conceituação de Pobreza

2.1.1. Pobreza como Privação

O fenômeno da pobreza acompanha a humanidade desde os seus primórdios. Contudo, a sua interpretação científica e intelectual variou muito no decorrer da história. A interpretação tradicional desse problema, que vigorou até meados do século XIX, é a de que a pobreza seria uma condição natural e inevitável para a maior parte da humanidade, e só seria considerada um problema social quando a população mais pobre tornava-se inconformada com sua situação e ameaçasse a ordem vigente (SCHWARTZMAN, 2007). A preocupação com o fenômeno se intensificou no início do século XIX, com o desenvolvimento da Revolução Industrial na Europa Ocidental, a qual provocou profundas transformações na estrutura social até então encontrada, principalmente pelo crescimento demográfico e pela urbanização.

Até o final do século XIX, a discussão nos círculos acadêmicos sobre as causas da pobreza se tratava sobre se esse fenômeno decorreria de questões morais, tais como a falta de atitudes de responsabilidade e de ética individual por parte da população mais pobre, ou se decorreria de questões estruturais, isto é, o desenvolvimento econômico, pelo menos da maneira pela qual até então se manifestava, não seria capaz de melhorar a situação de todas as pessoas.

Após a crise de 1929, o bem-estar social passou a ser interpretado de acordo com as condições do mercado de trabalho de cada economia. Assim, as políticas voltadas para o combate à pobreza consistiriam fundamentalmente em políticas macroeconômicas expansionistas, buscando o crescimento econômico e o pleno emprego da força de trabalho, mantendo-se a demanda por trabalhadores aquecida. Esperava-se que, com o fim do desemprego, toda a população apta ao trabalho seria capaz de obter renda suficiente para satisfazer as necessidades de suas famílias. Assim, até meados da década de setenta, o desenvolvimento sócio-econômico era associado meramente com questões relacionadas ao

crescimento econômico, sendo que as questões mais qualitativas eram ligadas a fatores como a produtividade, a industrialização e o progresso tecnológico.

Contudo, as evidências empíricas mostraram que a relação entre o crescimento e o desenvolvimento não é estável: muitos países pobres passaram por períodos de crescimento econômico acelerado, mas mantiveram grandes parcelas de sua população vivendo em condições de penúria. Por outro lado, muitos países ricos obtiveram altos níveis de padrão de vida para a média de sua população, mas mantiveram alguns focos de pobreza localizados. Portanto, a partir desse período, a preocupação com a pobreza vista como um problema econômico tornou-se central nos estudos sobre o desenvolvimento sócio-econômico.

Em termos econômicos, a pobreza é conceituada como uma situação de privação, a qual pode ser em termos materiais, sociais, culturais, ou de acesso a determinados recursos. Além disso, a pobreza pode ser caracterizada como de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. Desse modo, a identificação da pobreza depende muito do critério de definição e mensuração adotado. Segundo Rocha (2003, pg. 9-10):

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

2.1.2. Pobreza Absoluta, Relativa e Subjetiva

De acordo com Hagenars & De Vos (1988), as definições de pobreza podem ser agrupadas em três categorias. Em primeiro lugar, a noção de pobreza absoluta, segundo a qual ser pobre é ter menos do que um padrão mínimo, objetivamente definido, em termos de consumo, relacionado diretamente com questões de sobrevivência física. Em segundo lugar, a noção de pobreza relativa, segundo a qual ser pobre significa ter menos posses do que os outros membros da sociedade, e essa privação afeta questões de convívio social, dependendo fundamentalmente do modo de vida da sociedade. Em terceiro lugar, a noção de pobreza subjetiva, segundo a qual cada indivíduo pode se autodenominar pobre se sentir que não tem o suficiente para satisfazer as suas necessidades.

Em relação à pobreza absoluta, Codes (2008) distingue duas abordagens teóricas. Em primeiro lugar, a tradicional abordagem da subsistência, segundo a qual é considerada pobre uma família com renda inferior ao necessário para a sua manutenção física, particularmente em relação à questão da alimentação². As políticas implícitas nessa concepção de pobreza baseavam-se, em um primeiro momento, na caridade – pública, privada e religiosa – para que as famílias pobres pudessem comprar comida, e, a partir da década de 1930, na adoção de políticas macroeconômicas destinadas ao pleno emprego, de acordo com o princípio keynesiano da demanda efetiva.

As críticas direcionadas a essa abordagem podem ser sintetizadas em dois tipos. Primeiro, mesmo as necessidades mais básicas de alimentação de uma população são socialmente relativas, isto é, não valem para todo lugar e todo período histórico. Segundo, as necessidades humanas não são apenas físicas, já que os seres humanos são seres racionais e sociais. Segundo Codes (2008, pg. 12):

Argumenta-se que as pessoas não são apenas organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos. Não são apenas meros consumidores de bens materiais, mas produtores daqueles bens e participantes ativos de complexos círculos sociais.

Em segundo lugar, a abordagem das necessidades básicas (*basic needs*), que se popularizou no final da década de setenta como uma extensão da concepção de subsistência. Segundo essa concepção, as necessidades humanas podem ser classificadas em dois grupos de elementos. Primeiro, as necessidades do consumo privado, isto é, individual para cada família, consistindo, resumidamente, em necessidades de alimentação, vestuário e residência. Segundo, as necessidades referentes a serviços essenciais, os quais têm um caráter ao mesmo tempo individual para as famílias e coletivo para as comunidades de famílias, e consistem em serviços de saneamento básico, acesso à água potável, instituições de saúde e de educação, entre outros. Essas necessidades básicas foram concebidas como sendo de caráter universal para a humanidade, válidas para todas as sociedades, mesmo de diferentes culturas. Além disso, elas foram construídas de modo que possam ser satisfeitas sob um contexto puramente econômico, isto é, podem ser quantificadas monetariamente, e progressivamente saciadas conforme o crescimento da renda agregada de cada economia.

² Os primeiros estudos empíricos sobre a pobreza foram realizados na Inglaterra, no final do século XIX, e consideravam pobres as famílias que não tinham renda para comprar um mínimo de calorias alimentícias, definido por nutricionistas especializados, como necessárias para a atingir as necessidades humanas.

Todavia, a concepção de pobreza como não-satisfação de necessidades básicas não escapa da relatividade social e cultural, mesmo quando há um consenso na definição dessas necessidades, uma vez que a distribuição e a estrutura dos recursos destinados a sua satisfação variam regional e internacionalmente. A satisfação de qualquer estrutura de necessidades não é independente de seu contexto. Além disso, essa abordagem de necessidades básicas, por basear-se em medidas agregadas de renda e de consumo, tem uma limitada capacidade de explicar as condições de vida de grupos específicos de cidadãos em uma economia, tais como as mulheres, grupos étnicos minoritários, migrantes, idosos, entre outros. Assim, Codes (2008) conclui que essa abordagem explica a pobreza em uma sociedade, mas não a estrutura da pobreza dentro dessa sociedade.

A literatura, conforme sintetizado por Kageyama & Hoffmann (2006), aponta uma série de diferentes definições de pobreza. No que diz respeito à noção de pobreza absoluta, são apontados cinco definições. Primeiro, pelo critério das *basic needs*, é calculada uma linha de pobreza para uma sociedade com base nos gastos com necessidades básicas previamente definidas, e são consideradas pobres as famílias cujas dotações de recursos lhes permita níveis de consumo abaixo dessa linha. Segundo, de acordo com a Lei de Engel, são consideradas pobres as famílias que destinam uma proporção considerada elevada de seu orçamento destinada a gastos com alimentação (como, por exemplo, de um terço). Terceiro, pelo critério dos custos fixos, são consideradas pobres as famílias que apresentam uma alta razão entre os seus gastos que não podem ser cortados (como os destinados à alimentação, moradia e transporte) e sua renda total. Quarto, pelo critério do endividamento, são consideradas pobres as famílias que apresentam uma alta razão de gastos totais sobre sua renda, de modo que tenham dificuldades em manter um padrão de consumo estável com seus recursos. Quinto, por fim, a definição de uma linha de pobreza calculada pela renda mínima oficial, segundo a qual são descontadas as transferências governamentais e de assistência social da renda de cada família para a comparação com essa linha.

No que diz respeito à pobreza relativa, sua definição é muito próxima a sua natureza: pode ser considerada pobre a família que apresenta privação a um determinado conjunto de bens cuja posse é comum de acordo com o padrão de vida de sua sociedade. Assim, a pobreza é definida de acordo com contextos sociais específicos, considerando-se os padrões de vida e a satisfação de necessidades dependem de cada realidade socioeconômica estudada. Segundo

Codes (2008, pg.15), nessa concepção, ser pobre equivale a não dispor de condições para agir de modo satisfatório na sua sociedade:

Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade. Deve-se salientar que as privações podem ocorrer em quaisquer ou todas as esferas da vida: no trabalho, domínio que provê os recursos determinantes para que os indivíduos se posicionem em outras dimensões da vida; no lar, na vizinhança e na família; enfim, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados.

De acordo com Lavinias (2002), o conceito de pobreza relativa identifica a posição social do pobre frente ao padrão médio da população. Isso introduz o conceito de intensidade da pobreza, de modo que os considerados mais pobres são os mais distantes do padrão de consumo de sua sociedade.

As definições sobre pobreza absoluta e relativa até aqui apresentadas passíveis de três fontes de críticas. Em primeiro lugar, ao associar o bem-estar à posse de bens, elas não lidam com a diversidade da individualidade humana, isto é, não levam em conta as características pessoais e o *background* sócio-econômico de cada indivíduo, o que não permite a realização de comparações nesse ponto de vista. Em segundo lugar, esses conceitos não incluem como fonte de bem-estar a capacidade individual de fazer escolhas, e tomar decisões referentes à vida. Assim, a questão da liberdade é excluída da discussão sobre o bem-estar. Por fim, como destaca Gunnar Myrdal, tais concepções sobre a pobreza tendem a ser etnocentristas, isto é, as necessidades humanas levantadas como básicas são viesadas de acordo com o pensamento ocidental predominante. Segundo o autor (1968, pg. 265),

As research must of necessity start from a theory, a set of analytical preconceptions, it was tempting to use the tools that were forged in the West and that, in the main, served a useful purpose there, without careful consideration of their suitability... Thus a Western approach became incorporated into mainstream of the discussion of development problems... Indeed, Western theoretical approaches have assumed the role of master models.

E ainda (1968, pg. 270),

Our main point that while in the Western world an analysis in 'economic' terms – markets and prices, employment and unemployment, consumption and savings, investment and output – that abstracts from modes and levels of living and from attitudes, institutions, and culture may make sense and lead to valid inferences, an analogous procedure plainly does not in underdeveloped countries. There one cannot make such abstractions; a realistic analysis must deal with the problems in terms that are attitudinal and institutional and take into account the very low levels of living and culture.

Já no que diz respeito à pobreza subjetiva, há três definições presentes nos estudos. Em primeiro lugar, pode-se considerar pobres os indivíduos que afirmam que possuem menos recursos do que o suficiente para cobrir suas necessidades básicas. Em segundo lugar, pode-se conciliar essa noção com o princípio das *basic needs*, de modo que a pobreza é observada pela pesquisa, entre cada família da população, a respeito de quais são as suas necessidades básicas, e comparando-se com a sua renda real disponível. Por fim, pode-se conciliar essa noção com o conceito de pobreza relativa. Nesse caso, ser pobre é entendido como ter um sentimento individual de possuir menos que o necessário para cumprir os compromissos sociais vigentes, em termos familiares, culturais e de posição social e profissional que cada indivíduo apresenta.

Autores como Lavinias (2002) e Costa & Carneiro (2004) associam a noção de pobreza subjetiva com a uma situação de exclusão social. De acordo com Lavinias (2002), a exclusão social é causada por um empobrecimento sob o ponto de vista das relações sociais e das redes de solidariedade entre as pessoas. Segundo a autora (2002, pg. 37),

Ao contrário da pobreza absoluta, que se sustenta em critérios objetivos, tais como falta de renda, falta de moradia, falta de capital humano, falar de exclusão implica considerar também aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade. A exclusão aparece menos como um estado de carência do que como um percurso, uma trajetória ao longo da qual, à insuficiência da renda e à falta de recursos diversos somam-se desvantagens acumuladas de forma quase constante, processos de dessocialização ocasionados por rupturas, situações de desvalorização social advindas da perda de status social [...] e da redução drástica das oportunidades, e onde as chances de ressocialização tendem a ser decrescentes.

Esse conceito subjetivo do bem-estar envolve três dimensões da pobreza (COSTA & CARNEIRO, 2004). Em primeiro lugar, oferece uma abordagem dinâmica desse fenômeno, baseada em processos, e não em situações específicas. Em segundo lugar, é focada em grupos, e não em indivíduos independentes. Terceiro, aborda as interações entre os diferentes conceitos de privação, e não seus aspectos isolados, de modo que se considera que os diversos vetores de privação são sejam independentes, mas se reforçam mutuamente.

A exclusão social engloba os aspectos menos tangíveis da situação de privação, tais como o conjunto de atitudes, valores e condutas dos setores mais pobres da população. Assim, considera-se que a população excluída apresenta baixas expectativas sobre suas condições de vida presentes e futuras, assim como sentimentos de baixa auto-estima, de conformismo e de passividade com sua situação. Essas atitudes acabam por limitar a capacidade de ação dessas

pessoas no intuito de melhorar suas condições. De acordo com Costa & Carneiro (2004, pg. 6), “a exclusão consiste na impossibilidade ou dificuldade intensa de ter acesso aos mecanismos de desenvolvimento pessoal e à inserção sócio comunitária e a sistemas pré-estabelecidos de proteção”.

Deve-se ter em mente que os critérios, naturezas e definições de pobreza são dinâmicos, isto é, variam no tempo e no espaço. Isso vale sobretudo para as noções de pobreza absoluta, pois, como com o progresso material e a evolução dos costumes nas sociedades há um constante processo de criação de novas necessidades, qualquer cesta mínima de bens necessários para se superar a pobreza varia com o tempo.

2.1.3. Capabilities e a Abordagem Multidimensional da Pobreza

Uma outra concepção de pobreza foi concebida por Amartya Sen. Segundo o autor, os conceitos de pobreza absoluta e relativa, presentes nos estudos anteriores sobre o tema, são confusos. Isto é, sabendo-se que a pobreza depende das características de interação social, não está claro se ela é causada por causa da situação de privação por parte de um indivíduo que possui relativamente menos que os outros de sua sociedade, ou por parte de um indivíduo que possui absolutamente menos porque precisa dividir com os outros de sua sociedade (SEN, 1983). O autor exemplifica essa suposição com o caso de uma praia deserta, cuja utilidade para os indivíduos depende exatamente de ser deserta, sendo que, os indivíduos que desfrutarem dela conjuntamente obterão um grau de utilidade absolutamente inferior em relação à utilidade de desfrutar da praia deserta. Segundo o autor, em resumo, qualquer conceito puramente relativo da pobreza acaba por associar-se mais a questões de desigualdade, do que propriamente de bem-estar.

Para Sen (1983, 1999), a pobreza tem uma natureza ao mesmo tempo absoluta e relativa. Isto é, a posse de bens que afeta o convívio social e a percepção da privação de bem-estar varia de acordo com cada sociedade. Mas a essência da pobreza apresenta um núcleo absoluto (*absolutist core*), que agrega as suas características essenciais, definidas com base

essencialmente lógica, tais como a fome e a inanição. Esse núcleo representa as necessidades humanas básicas comuns a todas as situações³.

Para o autor, o bem-estar social, isto é, a qualidade de vida de uma população não pode ser definida simplesmente em termos de posse de bens físicos e de utilidade da posse desses bens, mas sim em uma perspectiva multidimensional. A disponibilidade de um bem não significa a garantia de que todos os indivíduos tenham condições de obtê-los por meio de mecanismos econômicos, tais como pela produção, pela criação de empregos, pelas trocas em mercado ou pela provisão pública. O núcleo de um conceito de bem-estar está associado com as *capabilities* adquiridas pelos indivíduos e suas famílias para obter satisfação de necessidades, a busca da felicidade e a tomada de decisões que os afastem da situação de pobreza. Nas palavras de Sen (1999, pg. 95):

A “capacidade” [*capability*] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa capacitada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamentos quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira *pode* escolher comer bem e ser bem nutrida de um modelo impossível para a segunda).

E também (SEN, 1983, pg. 334),

So the constituent part of the standard of living is not the good, nor its characteristics, but the ability to do various things by using that good or those characteristics, and it is that ability rather than the mental reaction to that ability in the form of happiness that, in this view, reflects the standard of living.

Portanto, uma das dimensões da concepção de Sen para a pobreza está associada não à privação de um bem, mas sim à incapacidade de obtê-lo. E ainda, as *capabilities* adquiridas pelos indivíduos não se referem apenas ao acesso a bens e serviços físicos, mas sim a uma multidimensionalidade de fatores relacionadas ao bem-estar, tais como a participação e a integração na vida política, social e comunitária em que residem. Em resumo, para Sen, a pobreza tem uma noção ambígua. Ela é absoluta no campo das *capabilities*, e relativa no campo dos bens de consumo e das suas características. O autor (SEN, 1983) supõe, por exemplo, uma comunidade na qual a posse de uma determinada cesta de bens de consumo é necessária para a aceitação social de um indivíduo. Nesse caso, mesmo que esses bens de

³ Para o autor, mesmo que esse núcleo absoluto da pobreza inclua características válidas para todos os casos, isso não quer dizer que as características sejam fixas ao longo do tempo. Ou seja, para Sen (1983), qualquer linha de pobreza definida com base em sua teoria deve ser uma função de uma série de variáveis dinâmicas.

consumo possam variar de sociedade para sociedade, quem não alcança esse padrão de consumo acaba por sofrer exclusão da vida social de sua comunidade, o que é identificado como uma fonte absoluta de pobreza. O lado relativo da pobreza, por outro lado, identificado como a cesta de consumo necessária para o indivíduo ser aceito pelos demais, varia de acordo com as características de cada comunidade. Nas comunidades mais pobres, essa cesta associa-se a fatores básicos de sobrevivência, tais como a alimentação, o vestuário, as condições de moradia e de saúde. Já nas comunidades mais ricas, em que as necessidades básicas já estão, em média, satisfeitas, as exigências materiais são maiores. Mas a necessidade de participação e aceitação social, assim como um sentimento de auto-respeito, é o mesmo critério para o indivíduo não ser considerado pobre do que na comunidade anterior, e é identificado por Sen como uma *capability*.

Para Sen, observar a pobreza apenas em termos de privação de renda é falho por quatro motivos (CODES, 2008). Primeiro, isso significa olhar meramente os meios, mas não os fins do processo de geração de bem-estar, relacionados com o que as pessoas pretendem buscar com sua renda, e com quais liberdades são necessárias para que esses fins sejam alcançados. Isto é, enquanto que a concepção da pobreza como privação de *capabilities* é intrinsecamente importante, a concepção como privação de renda é apenas instrumentalmente importante, já que a renda não é o único fator que influencia as *capabilities*⁴, e tampouco o seu impacto sobre as *capabilities* é o mesmo entre diferentes indivíduos, comunidades e países. Segundo o autor (1999, pg. 114):

É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc. com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios. As questões básicas de fundamentação obrigam-nos, por razões já expostas, a entender a pobreza e a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza.

Segundo, a concepção de pobreza como privação de renda não permite observar todo o impacto que desvantagens de saúde e incapacitação física exercem simultaneamente sobre a

⁴ O autor cita como outros exemplos a questão de gênero, de papéis sociais de localização residencial e de condições de saúde.

renda e a conversão da renda em *capabilities*. Pois, sabe-se que indivíduos doentes ou incapacitados são menos produtivos, o que se traduz em menores salários pagos no mercado de trabalho. Além disso, esses mesmos indivíduos destinam maior parte de sua renda para serviços de saúde, o que lhes dá menor liberdade de fazer combinações de funcionamentos em relação ao seu bem-estar.

Terceiro, tal concepção de pobreza não leva em conta as diferenças de distribuição intrafamiliar da renda. Sabe-se que algumas culturas podem privilegiar determinados membros da família em detrimento de outros. Quarto, por fim, pode-se confundir as situações em que a privação relativa de renda se traduz em uma privação absoluta em termos de *capabilities*, tal como ocorre nos países mais ricos, nos quais maiores volumes de renda são necessários para que um indivíduo atinja padrões de consumo necessários para ser socialmente aceito como não pobre.

Dadas às contribuições de Amartya Sen, a síntese contemporânea das discussões teóricas sobre a pobreza é denominada como a concepção multidimensional da pobreza (CODES, 2008). Nessa concepção, a pobreza é vista como um fenômeno social complexo, na qual as privações sofridas pelos indivíduos não são apenas materiais, mas também relacionadas a levar uma vida compatível com o necessário para se atingir padrões de consumo compatíveis com a aceitação social e o auto-respeito. Essas carências e penúrias sofridas pela população pobre são múltiplas e relacionadas a padrões de vida de baixa expectativa, elevada morbidade e propensa a riscos, envolvendo parâmetros como as condições de saúde, educação, habitação, acesso a direitos econômicos e sociais e a liberdades políticas. Além disso, o fenômeno da pobreza tem um componente de subjetividade, associado à desesperança, à vulnerabilidade, à insegurança e à exclusão social. Por fim, a pobreza não é um fenômeno puramente individual, mas também inclui relações sociais, tais como o acesso ao trabalho, aos serviços públicos e ao capital social.

A concepção multidimensional da pobreza permite diferenciar as situações de pobreza crônica e transitória. A pobreza transitória é associada à vulnerabilidade de indivíduos, famílias e comunidades em relação a choques econômicos, como, por exemplo, de quebra de safra agrícola, de flutuações de preços, de debilitações em termos de saúde e de falta de segurança. Já a pobreza crônica se refere a indivíduos confinados a essa situação, e que se encontram excluídos do acesso ao capital humano, físico e social.

Segundo Hulme & Sheppard (2003), a pobreza crônica apresenta quatro características fundamentais. Em primeiro lugar, sua duração é extensa, durando a maior parte da vida de um indivíduo, a sua vida inteira, ou ainda mesmo é passada de geração para geração. Nota-se um termo dinâmico nessa concepção de pobreza, já que se associa a pobres crônicos uma situação de baixa mobilidade social, motivada principalmente pela convivência com uma estrutura social rígida, ou a posse de poucos ativos produtivos (tanto físicos como humanos, tais como condições de saúde e de educação).

Em segundo lugar, é determinada multidimensionalmente, já que as principais características da pobreza crônica (exclusão da posse de capitais e ativos) são fixas no tempo e difíceis de serem superadas. Isso a difere das características da pobreza transitória, baseadas em fluxos de renda e de consumo, os quais tendem a flutuar mais intensamente ao longo do tempo. Terceiro, assume-se que sua natureza é mais absoluta do que relativa, nos seus estudos aplicados. Quarto, por fim, a pobreza crônica se dá predominantemente em nível individual. É comum, mas não em via de regra, que haja correlação em nível familiar e comunitário. Segundo os autores, os grupos humanos mais associados à pobreza crônica são grupos minoritários marginalizados, tais como determinadas castas, raças, etnias e religiões, refugiados de guerra, migrantes, indígenas, nômades, pastoralistas, membros discriminados dentro das famílias, doentes e incapacitados crônicos em termos de saúde, e habitantes de regiões remotas, favelas urbanas, ou em regiões em situação de conflitos civis e militares.

As críticas dirigidas à abordagem multidimensional da pobreza podem ser classificadas, em geral, em duas naturezas distintas. Uma, quantitativa, argumenta que a avaliação empírica da pobreza multidimensionada é dificultada pela necessidade de ponderação de múltiplos conceitos de pobreza em um único indicador. Além disso, a própria definição de pobreza multidimensional relativa para diferentes sociedades é difícil para estudos empíricos, tanto por causa das dificuldades de operacionalização, já que costumam envolver aspectos não observáveis e mensuráveis quantitativamente, como por causa de sua conceitualização, a qual tem, para alguns autores, uma perspectiva mais filosófica do que teórica. A outra natureza de críticas tem um caráter qualitativo, e expõe que a abordagem multidimensional da pobreza pode criar uma confusão entre as suas causas e a pobreza efetiva (definida em termos de renda), o que pode levar a uma subestimação do papel da renda sobre esse fenômeno.

2.1.4. Abordagem Microeconômica da Pobreza

Uma outra dimensão para se conceituar a pobreza parte diretamente da teoria econômica, sobretudo da teoria da escolha racional. Segundo essa concepção, a pobreza é vista como o resultado de determinadas escolhas e decisões tomadas por parte de agentes econômicos, com base em suas preferências, restrições e incentivos.

Um importante exemplo de estudo analítico sobre as causas da pobreza na concepção da teoria da escolha racional é o ensaio de Feldstein (1998) sobre a pobreza nos Estados Unidos⁵. O autor aponta três fontes de pobreza nesse país. Em primeiro lugar, a rigidez no mercado de trabalho, que provoca desemprego involuntário. Em segundo lugar, a baixa produtividade do trabalho, relacionada com fatores como a má qualidade da educação, o desincentivo ao treinamento no emprego⁶, baixo QI de alguns indivíduos, ou mesmo maus hábitos de vida⁷ dos trabalhadores pobres. Em terceiro lugar, a existência de mecanismos de remuneração do não-trabalho, como o seguro social e as transferências governamentais, que criam um incentivo para que as pessoas escolham ganhar pouco sem trabalhar, ao invés de procurar emprego.

O uso de um aparato microeconômico para descrever a dinâmica da evolução do bem-estar das famílias é realizado por Baulch & Hoddinott (2000). De acordo com a teoria utilizada pelos autores, uma família maximiza uma função de utilidade, que envolve seus níveis presentes e futuros de consumo, sobre uma restrição orçamentária intertemporal. Supondo-se que a família tenha informação perfeita sobre os resultados de suas decisões, e que os mercados funcionam eficientemente, a sua escolha ótima igualará a utilidade marginal do consumo em todos os períodos de tempo. No entanto, ocorrem choques sobre o sistema econômico. Frente a esses choques, as famílias reagem mudando seu comportamento quando julgarem que o choque alterou permanentemente as condições da economia. Segundo os autores (2000, pg. 9):

⁵ Um ponto polêmico do trabalho de Feldstein, que pode ser considerado uma limitação de toda a abordagem mais microeconômica da pobreza é a não-consideração da desigualdade como um problema econômico. De acordo com os teoremas do bem-estar, a distribuição de dotações iniciais entre os agentes econômicos não afeta a eficiência da alocação de recursos. Esse ponto é muito bem explorado por Milanovic (2003), em um estudo com base na teoria dos jogos sobre o impacto da desigualdade sobre o bem-estar dos agentes.

⁶ Segundo o autor, esse desincentivo ao treinamento é uma consequência direta de políticas que encarecem a contratação de mão-de-obra pelas empresas, como é o caso da lei do salário mínimo.

⁷ Como o alcoolismo e o uso de drogas.

A household's permanent welfare is defined by the intertemporal average of its welfare, with transitory welfare accounting for the residual. Chronic poverty is then defined to occur when a household's intertemporal average welfare is less than a fixed cut-off (the 'poverty line'), and transitory poverty as the difference between chronic poverty and total poverty in individual periods.

Assim, o bem-estar das famílias varia tanto no curto prazo, devido aos choques enfrentados, como também no longo prazo, seguindo uma trajetória de crescimento proporcional as suas decisões de poupança e de investimentos. No curto prazo, uma situação de pobreza transitória depende da dotação inicial de recursos da família, do valor da aplicação desses recursos ao longo do tempo, da intensidade e da frequência dos choques econômicos e da reação da família aos choques, em termos de redução do consumo. No longo prazo, uma situação de pobreza crônica depende da acumulação de capitais (físico, humano e financeiro), promovida pela poupança, das condições iniciais da economia, do impacto de choques repetidos, da irreversibilidade das trajetórias de bem-estar da família, e da trajetória do desempenho macroeconômico ao qual a família se integra.

Relaxando a hipótese de que a família representativa apresenta informação perfeita sobre os resultados de suas decisões, Wood (2003) apresenta um conceito de vulnerabilidade à pobreza. O autor diferencia os agentes econômicos entre os não-pobres, os pobres transitórios e os pobres permanentes, e analisa quais são os fatores econômicos que provocam a mobilidade dos agentes transitórios para cima e para baixo da linha de pobreza.

Nesse sentido, a vulnerabilidade decorre de uma relação entre pobreza e risco. As famílias fazem escolhas racionais em um ambiente com incerteza, e a pobreza decorre de uma perda de bem-estar causada pela privação, por parte de determinados agentes, de instrumentos para gerenciar os riscos de suas decisões frente aos potenciais choques econômicos. Portanto, a vulnerabilidade, isto é, a probabilidade de uma família cair na pobreza, depende das fontes de riscos que essa família enfrenta⁸, da sua disponibilidade de recursos e das técnicas factíveis para o gerenciamento desses riscos. Dada essa estrutura, a família aloca seus recursos para auferir renda de modo a maximizar sua utilidade intertemporal.

⁸ Por exemplo, famílias que residem em regiões rurais são muito mais suscetíveis a choques de origem climática do que famílias que residem em regiões urbanas.

Nesse caso, se as famílias mais pobres têm mais dificuldades de gerenciar seus riscos, acabam tomando decisões mais conservadoras⁹, como de poupar menos, não investir, e optar por fazer seus membros iniciarem mais cedo no mercado de trabalho, ao invés de acumular capital humano¹⁰. Todavia, essas decisões afetam o bem-estar futuro negativamente, provocando um círculo vicioso da pobreza, segundo o qual as famílias se deparam com um *trade-off* entre procurar melhores condições de vida, e se manterem mais seguros no seu padrão de vida atual¹¹. Segundo Wood (2003, pg. 468):

The poor, almost by definition, face more uncertainty than others. They have less control over relationships and events around them. They are obliged to live more in the present, and to discount the future. The value to them of the known present exceeds that of the unknown future. In other words, their time-preference behavior is for the present, which leaves them more vulnerable for the future. Moreover, risk management in the present involves loyalty to institutions and organizations that presently work and deliver livelihoods whatever the longer term cost. Thus multiperiod games are established on the basis of patron-client dependencies, comprising a multiple web of transactions which limit the client's room for maneuver since all ties could be threatened if one of them is allowed to collapse.

2.2. Mensuração da Pobreza

2.2.1. Critério da Linha de Pobreza

A mensuração da pobreza envolve dois exercícios (SEN, 1979). Em primeiro lugar, deve-se identificar os indivíduos, ou famílias, pobres em uma determinada comunidade, de modo a se mensurar a intensidade de sua pobreza de acordo com os padrões de necessidades básicas vigentes nessa comunidade. Esse exercício é denominado de padronização dos

⁹ Nas palavras do autor (WOOD, 2003), “*Staying secure, staying poor*”.

¹⁰ Com base em fatos estilizados a respeito dos países do sul da Ásia (particularmente a Índia, o Paquistão e o Afeganistão), o autor aponta os seguintes métodos tradicionais de seguridade contra a pobreza: a associação clientelista com poderosos em nível local (regiões rurais ou urbanas) baseada em troca de favores e serviços por proteção; a manutenção de instituições políticas paternalistas; o surgimento de mercados informais de crédito; a migração; o casamento por interesses familiares; a formação de Estados informais em regiões remotas, ou em conflito.

¹¹ Um argumento muito semelhante foi elaborado por John Kenneth Galbraith, em seu livro “A Natureza da Pobreza das Massas”, escrito quando o autor era o embaixador norte-americano na Índia. Segundo Galbraith (1979, pg. 56), “*É a natureza do cálculo de risco na comunidade pobre. Toda inovação envolve, ou supõe-se que envolva, um certo risco. Este, deve-se notar, é sempre maior para o agricultor que o adota do que para o técnico que o recomenda. Mas o risco, no presente contexto, tem um caráter especial de premência. Para o agricultor próspero do Ocidente um prejuízo na colheita significa perda de renda. Isso é desagradável, mas nem sempre acarreta perda física e, certamente, nunca da própria vida. É assim que os agricultores do Ocidente tendem a encarar o risco e que os conselheiros profissionais recomendam a modificação técnica. Para a família, entretanto, que vive dentro do limite estreito da subsistência, o prejuízo na colheita significa a fome, possivelmente a morte. Assim encarado, o risco não é coisa que deva ser aceita casualmente. Entre os muitos pobres, a aversão ao risco, como é denominada pelos economistas, é muito forte – e por motivos perfeitamente razoáveis.*”

indicadores de pobreza. Em segundo lugar, deve-se combinar as medidas de privação de todos os indivíduos pobres da comunidade em um único índice, de modo a permitir a comparação com habitantes de outras comunidades. Esse exercício é denominado de agregação dos indicadores de pobreza.

A identificação dos pobres em uma população, por sua vez, pode seguir dois métodos. Em primeiro lugar, pelo chamado método direto, que consiste na observação de um conjunto de indivíduos cujo padrão de consumo não inclui todos os itens considerados como sendo de necessidade básica por parte do pesquisador. Esse método é dificultado pela exigência de dados completos sobre padrões individuais de consumo. Em segundo lugar, pelo método da renda, a qual é considerada a forma mais comum de se padronizar indicadores de pobreza. Nela, estabelece-se um determinado nível de renda abaixo do qual as pessoas são classificadas como pobres. Esse nível de renda deve ser definido como o suficiente para que as pessoas (indivíduos ou famílias) cubram as suas necessidades básicas, entendidas seja como um padrão de consumo considerado minimamente aceitável (no caso da mensuração da pobreza absoluta), ou abaixo em relação ao necessário para ter um padrão de vida considerado aceitável em sua comunidade (no caso da pobreza relativa). Tal método de mensuração é chamado de critério da linha de pobreza, e tem a vantagem de não apenas exigir menor volume de dados para análise empírica, mas também de permitir a definição de medidas de intensidade da pobreza, entendidas como distâncias numéricas da situação de cada indivíduo em relação à linha de pobreza.

Em relação aos indicadores empíricos de pobreza absoluta e relativa, Sen (1979) argumenta que a situação de privação tem um caráter relativo, já que depende do que cada sociedade considera como o conjunto de necessidades básicas que um indivíduo deve superar de modo a não ser considerado pobre. Mas a pobreza, como já relatado, tem um núcleo absoluto, incluindo fatores como a fome e a desnutrição, o qual é válido para todos os casos estudados. Por isso, para o autor, as medidas de pobreza absoluta e relativa, nos estudos empíricos, devem ser vistas como complementares.

Uma outra maneira de se mensurar a pobreza relativa, conforme é relatado por Mencher (1967) e Schwartzman (2007), é tomar um determinado ponto na distribuição de renda de uma sociedade, e considerar pobre os indivíduos cujos rendimentos estão abaixo desse ponto. Segundo Mencher (1967, pg. 79),

Relative standards, however, stress economic inequality as the primary indicator of poverty. The argument for relative standards rests on the assumption that for practical purposes standards become so fluid that no definition of need, no matter how broad, satisfies the ever-changing expectations of modern life. Thus, poverty, particularly in advanced industrial democratic nations where the basic physical wants have been met, is a matter of deviation from social and economic norms.

O uso de linhas de pobreza para a mensuração da pobreza tem três aplicações principais na definição de políticas públicas de bem-estar social (SCHWARTZMAN, 2007). Primeiro, quando as linhas de pobreza são aplicadas a indivíduos ou famílias, fornece um critério para elegibilidade em relação a programas sociais focalizados. Segundo, quando são aplicadas a regiões geográficas, serve como um critério para a definição da prioridade de investimentos públicos. Terceiro, quando são aplicadas a populações específicas dentro de uma sociedade, serve como um critério para a definição de estruturas de políticas específicas contra a pobreza.

Deaton (2004) apresenta um exemplo de método de determinação da linha da pobreza, inspirada na Lei de Engel¹². O cálculo da renda mínima em relação a qual o indivíduo será classificado como pobre ou não-pobre é baseado na necessidade de alimentação, isto é, o montante de renda necessária para que cada indivíduo obtenha duas mil calorias alimentares por dia¹³. Para adaptar essa metodologia de cálculo aos gastos reais dos agentes com alimentação, isto é, de acordo com as preferências individuais médias da população, o autor (2004, pg. 5) recomenda que

(...) calories can be converted into money by looking at what people actually spend, and finding the income (or total expenditure) level at which, on average, people get 2,000 calories. This can be done by plotting what is called “calorie Engel curve”, a graph with income or total expenditure along the horizontal axis, and the average calories of households at that income or expenditure level on vertical axis. The 2,000 calorie point on the vertical axis is then traced back to the corresponding point on the horizontal axis, which becomes the income or expenditure poverty line. People living in households with less than this amount are classified as poor, and people with more as non-poor.

O autor observa que sempre há uma necessidade de adaptação dessa metodologia de mensuração de pobreza ao tempo, de acordo com a evolução das preferências alimentares dos agentes, e ao espaço, de acordo com os diferentes hábitos alimentares em diferentes populações.

¹² Segundo a qual, quanto mais pobre for um agente econômico, maior será a proporção de sua renda gasta com alimentação.

¹³ Uma aplicação desse critério de mensuração da pobreza ao caso brasileiro é encontrado em Rocha (2000).

No que diz respeito às técnicas para a agregação dos indicadores de pobreza, Sen (1979) propõe que um bom indicador agregado deve apresentar três termos. Em primeiro lugar, a incidência da pobreza, equivalente ao número relativo de pobres na população. Em segundo lugar, o grau de privação médio dos pobres, equivalente ao nível médio de renda dos pobres. Por fim, o grau de privação relativa dos pobres, calculado pela distribuição de renda entre os indivíduos pobres da população.

Sen (1976) propõe que a mensuração da pobreza tem o objetivo de, além de identificar as pessoas pobres na população, pelo método da definição da linha de pobreza, também de construir um índice geral de pobreza utilizando as informações disponíveis sobre os pobres. Segundo o autor, o indicador da proporção de pessoas pobres na população, por si só, não resolve esse objetivo da mensuração da pobreza porque falha em dois axiomas fundamentais levantados por Sen. Em primeiro lugar, o axioma da monotonicidade, segundo o qual, *ceteris paribus*, qualquer redução da renda de um indivíduo abaixo da linha de pobreza deve elevar a medida de pobreza agregada. Em segundo lugar, o axioma da transferência, segundo o qual, *ceteris paribus*, qualquer transferência pura de renda de um indivíduo abaixo da linha de pobreza para qualquer outro indivíduo mais rico deve elevar a medida de pobreza agregada.

Por isso, Sen (1976) apresenta uma abordagem de mensuração da pobreza relacionada à observação do grau de privação que cada família apresenta na economia. Essa abordagem consiste, a partir de dados sobre a proporção de famílias pobres na economia e a renda média dos mais pobres, em calcular a proporção pela qual cada família se distancia da linha de pobreza. Por exemplo, conforme explicado por Deaton (2004), nesse critério uma família sem nenhuma posse teria essa proporção de distância da linha de pobreza igual a zero, ao passo que uma família com um volume de dotações o suficiente para estar na metade da linha de pobreza teria esse valor igual a 0,5. Nesse caso, a medida de grau de pobreza (ou *poverty gap*, nas palavras do autor), equivale à multiplicação entre a proporção de pessoas pobres na sociedade e o valor médio da proporção da distância da linha de pobreza entre essas pessoas. Assim, as pessoas logo abaixo da linha de pobreza contarão menos do que as mais distantes em medidas de mensuração da pobreza agregada, o que é fundamentalmente útil para a definição, implementação e análise de políticas sociais. Para cada indivíduo ou família pobre, seja z a linha de pobreza definida para sua comunidade e y_i a sua renda, o *gap* de renda (g_i) é calculado pela seguinte fórmula:

$$g_i = z - y_i \quad (1)$$

O autor (SEN, 1976) formaliza matematicamente o cálculo do grau de pobreza. Seja q o número de agentes pobres na população, n o número total de pessoas na população e z a linha de pobreza, entendida como o rendimento mínimo para que a pessoa não seja considerada pobre. Assim, tem-se $H = q/n$ a proporção de pobres na população. Essa medida, por não satisfazer os axiomas da monotonicidade e da transferência, é insensível à intensidade da pobreza de cada pessoa, já que não pondera as distâncias de cada observação em relação à linha de pobreza.

Define-se $S(z)$ como o conjunto de indivíduos pobres da população. O somatório de g_i é entendido como a insuficiência total de renda dos indivíduos pobres na população, mensurada pelo somatório da diferença entre a linha da pobreza e os rendimentos de todos os agentes pobres. O seu valor máximo, nesse caso, será qz , isto é, quando todos os pobres tiverem rendimentos nulos. Dadas essas definições, a razão de insuficiência de renda é:

$$I = \frac{\sum_{i \in S(z)} g_i}{qz} \quad (2)$$

A razão de insuficiência de renda é um indicador insensível a transferências de renda entre os pobres, caso essas transferências não façam ninguém cruzar a linha de pobreza, à proporção de pobres na população e à distribuição de renda entre os pobres. O valor máximo de I é qz , isto é, quando todos os indivíduos da população forem pobres.

Seja P uma soma dos *gaps* de todas as pessoas abaixo da linha da pobreza na população S , ponderada por um conjunto de pesos v_i , tem-se que:

$$P = A(z, q, n) \sum_{e \in S(z)} g_i v_i \quad (3)$$

Supondo-se que $r(i)$ seja a posição do indivíduo i no ordenamento de todos os pobres em uma ordem decrescente de renda, de modo que quanto maior a posição na ordem, maior será o grau de privação do indivíduo, e que $v_i = r(i)$, o índice de insuficiência de renda (P), definido como uma medida de pobreza agregada controlada pelo grau de pobreza de cada indivíduo pobre, supondo-se que todos os pobres têm a mesma renda igual à y_i , é:

$$P = HI \quad (4)$$

Relaxando a hipótese de que a distribuição de renda é equilibrada entre todos os pobres, Sen introduz um índice de desigualdade – o índice de Gini (G) – na sua medida de agregação da pobreza:

$$P = H[I + (1 - I)G] \quad (5)$$

O índice de pobreza de Sen (5) é interpretado como uma multiplicação entre a proporção de pobres em uma comunidade (H) e a razão de insuficiência de renda (I) somado com a distribuição da renda entre os pobres, ponderada pela razão entre a renda média dos pobres e a renda definida na linha de pobreza. Segundo Sen (1976, pg. 227):

One way of understanding its rationale is the following: I represent poverty as measured by the proportionate gap between the mean income of the poor and the poverty line income. It ignores distribution *among* the poor, and G provides this information. In addition to the poverty gap of the mean income of the poor reflected in I, there is the “gap” arising from the unequal distribution of the mean income, which is reflected by the Gini coefficient G of that distribution multiplied by the mean income ratio. The income-gap measure thus augmented to take note of inequality among the poor, i.e., $I + (1 - I)G$, is normalized per poor person, and does not take note of the number of people below the poverty line, which could be minute or large. Multiplying $[I + (1 - I)G]$ by the head-count ration H now produces the composite measure P.

Dentre suas principais propriedades, tem-se que $P \in [0,1]$. Hipoteticamente, se $P = 0$, toda a população tem renda superior à linha de pobreza, ao passo que, se $P = 1$, toda a população tem renda zero. Se todos os pobres tiverem a mesma dotação de renda ($G = 0$), $P \rightarrow H$, se a renda dos pobres for muito baixa, e $P \rightarrow I$, se a proporção de pobres na população for muito elevada.

Outro índice de pobreza que satisfaz os axiomas levantados por Sen é o índice proposto por Foster et al. (1984) e explicado por Wright (1996). Esse índice, além de satisfazer os critérios formais levantados anteriormente, tem a vantagem adicional de permitir ser decomposto para diferentes segmentos de uma população. Sendo y^* a linha de pobreza, y_i a renda da família i , q o número de pobres na população ($y_i < y^*$), n a população em termos de número de famílias, e α um fator de ponderação da intensidade da pobreza entre as famílias, tem-se o índice FGT de agregação da pobreza:

$$P(\alpha) = (1/n) \sum_{i=1}^q \left[\frac{(y^* - y_i)}{y^*} \right] \quad (6)$$

O índice FGT apresenta três resultados de relevância especial. Em primeiro lugar, se $\alpha = 0$, $P(0) = q/n = H$, que equivale à proporção de famílias abaixo da linha de pobreza. Em

segundo lugar, se $\alpha = 1$, $P(1) = HI$, em que $I = \frac{(y^* - \bar{y}_p)}{y^*}$, e \bar{y}_p equivale à renda média das famílias pobres. Terceiro, se $\alpha = 2$, $P(2) = H [I^2 + (1 - I)^2 C_q^2]$, em que C_q^2 equivale a um coeficiente de variação de renda entre os pobres, isto é, uma medida de desigualdade e de privação relativa das famílias pobres.

A decomposição permite que as variações na pobreza agregada da população sejam analisadas como uma média ponderada entre as variações na população de cada subgrupo definido – a composição da população – e da média ponderada da variação da pobreza dentro de cada subgrupo – mudanças genuínas de pobreza. Seja o subscrito k o conjunto de subgrupos mutuamente exclusivos e exaustivos dentro da população, s_k a proporção da população integrante do subgrupo k e $P(\alpha)$ a taxa total de cada subgrupo na pobreza total da população, o índice FGT ponderado pelos subgrupos é:

$$P(\alpha) = \sum_{k=1}^k s_k P(\alpha)_k \quad (7)$$

A proporção de cada subgrupo na pobreza total da população é:

$$S(\alpha)_k = \frac{[s_k P(\alpha)_k]}{P(\alpha)} \quad (8)$$

Muitos autores, como Mencher (1967), Hoffmann (1998), Schwartzman (2007) e o próprio Sen (1976 e 1979) apontam uma série de problemas de mensuração quando a pobreza é observada apenas em termos de insuficiência de renda. Em primeiro lugar, a renda não capta totalmente os indicadores de qualidade de vida das famílias, já que, não mensura, por exemplo, as condições de saúde de seus membros. Em segundo lugar, quaisquer critérios de definição de linhas de pobreza como o valor monetário que cobre as necessidades básicas de uma pessoa sempre têm algum grau de arbitrariedade. Terceiro, a renda familiar é um indicador pouco confiável estatisticamente, já que inclui informações inexatas disponibilizadas pelas próprias famílias, é muito volátil no curto prazo, devido aos ciclos econômicos, seus valores variam constantemente devido à inflação, e supõe-se uma distribuição igualitária dentro de cada domicílio, o que muitas vezes não acontece. Quarto, a população mais pobre depende muito de rendimentos não-monetários para o consumo, provenientes de fontes como transferências, auto-consumo e doações, os quais nem sempre são devidamente mensurados nas pesquisas. Segundo Mencher (1967), estudos com base na renda líquida (renda do trabalho e do não-trabalho) tendem a subestimar a pobreza nas

situações de perdas temporárias, ao passo que estudos com base na renda bruta podem superestimar a pobreza na situação em que não há ativos líquidos nos mercados para atender as necessidades básicas dos indivíduos. Quinto, como o custo de vida é distinto em diferentes regiões geográficas, a comparação de linhas de pobreza é problemática, isto é, não há um nível de renda mínimo uniforme para a população. Por fim, sabe-se que o comportamento dos consumidores pode variar ao longo do tempo, o que dificulta a definição de um nível mínimo de renda para que todos os indivíduos atinjam suas necessidades básicas especificamente.

Por essas razões, autores como Gafar (1998) defendem que as medidas de consumo são mais apropriadas para a mensuração da pobreza do que as de renda familiar, pois é mais difícil estimar os rendimentos dos trabalhadores do setor informal da economia e dos empregados por conta própria do que os seus orçamentos, o nível de consumo é relativamente mais estável no curto prazo, e sua mensuração capta a destinação de medidas alternativas de rendimentos das famílias, como a poupança, o endividamento e as transferências. Por fim, as pesquisas sobre consumo familiar costumam apresentar estimativas mais robustas do que as pesquisas sobre rendimentos.

A maior estabilidade do consumo ao longo do tempo, em detrimento da renda individual e familiar é explicada segundo a teoria da renda permanente, desenvolvida por Milton Friedman (1957). Segundo o autor, a renda de um indivíduo pode ser decomposta em um componente permanente, que depende dos seus determinantes de riqueza (como a riqueza material acumulada, o seu capital humano e as características do posto e da localização do trabalho), e um componente transitório, de natureza acidental, causado pelo efeito de choques externos no sistema econômico (tais como as flutuações macroeconômicas). Assim, nessa teoria, os indivíduos maximizam sua utilidade intertemporal não com base na sua renda de cada período, mas sim na sua renda permanente, entendida como a sua renda recebida em toda a sua vida, ponderada por fatores de redesconto. Frente a choques econômicos, os indivíduos alteram seus níveis de consumo apenas se julgarem que o choque será duradouro o suficiente para afetar a sua riqueza ao longo de sua vida. Caso contrário, se o choque for temporário, a resposta dos agentes será por meio de poupança e despoupança¹⁴.

¹⁴ Segundo Friedman (1957, pg. 10), *“This is clearly eminently sensible: if a consumer unit knows that its receipts in any one year are unusually high and if it expects lower receipts subsequently, it will surely tend to adjust its consumption to its “normal” receipts rather than to its current receipts.”*

Contudo, segundo a abordagem da pobreza iniciada por Amartya Sen, o consumo não resolve o problema da mensuração da qualidade de vida. Segundo Sen (1999), o PNB, que é o principal determinante macroeconômico dos rendimentos e do consumo das famílias, é dissonante da qualidade de vida das pessoas por duas razões. Primeiro, porque o PNB é uma medida de riqueza agregada para a população, e não leva em conta a questão da sua distribuição entre os agentes. Segundo, porque as capacidades individuais, que são o principal fator relacionado ao bem-estar na concepção do autor, dependem de fatores não relacionados meramente a critérios mercadológicos, tais como o acesso a serviços de saúde, acesso à educação, à participação na vida social e política nas comunidades e o acesso à infra-estrutura habitacional.

2.2.2. Critério da Pobreza Multidimensional

A partir da abordagem de Sen, foi desenvolvida uma série de índices multidimensionais para a mensuração da qualidade de vida e a evolução da pobreza nas populações. Segundo Rocha (2003), os índices multidimensionais diferenciam-se da abordagem da pobreza vista como insuficiência de renda por três motivos. Primeiro, os parâmetros envolvidos nos cálculos dos índices multidimensionais referem-se a resultados, e não a meios de se buscar o bem-estar. Ou seja, nesses índices, não interessa o número de médicos, de hospitais e de escolas em um dado território, mas sim os índices de mortalidade, morbidade e de alfabetização da população residente nesse território. Segundo, os índices multidimensionais referem-se à sociedade como um todo, e não a sub-amostras de pessoas identificadas como pobres, o que permite avaliar o progresso do bem-estar social ao longo do tempo e em comparação com outros países e regiões. Terceiro, esses índices reconhecem a inter-relação entre as diversas formas de carência observadas sobre o bem-estar das pessoas.

O índice multidimensional de bem-estar mais popular nas últimas décadas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) em 1990. Esse índice distingue os conceitos de pobreza pela renda, entendida como a proporção da população que vive com menos de um dólar PPP¹⁵ por dia, e a pobreza humana, um conceito que envolve a restrição de rendimentos das famílias somada à falta de capacidades para que as mesmas tomem decisões no sentido de melhorar as suas

¹⁵ Paridade do Poder de Compra.

condições de vida. Em síntese, o IDH inclui medidas de renda per capita, de escolaridade e de expectativa de vida para cada população estudada. De acordo com Rocha (2003, pg. 23-24), o IDH:

Trata-se de um indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores relativos a aspectos fundamentais da condição de vida – a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB per capita. Como, para compor o índice, os indicadores básicos utilizados são expressos em unidades de medidas diversas, o cálculo da média requer a transformação dos valores em unidades de medida comparáveis. Com esse objetivo, cada indicador passa a ser expresso como um valor entre zero e um, depois de normalizado com base nos seus valores máximos e mínimos estabelecidos como limites extremos. Se, por exemplo, a esperança de vida de um país hipotético fosse de 55 anos, dados os limites máximos e mínimos estabelecidos em 85 anos e 25 anos, seu indicador de esperança de vida seria de 0,5.

Outros índices multidimensionais de mensuração do bem-estar foram desenvolvidos a partir da década de 90, seguindo o IDH¹⁶. Um exemplo é o Índice de Pobreza Humana (IPH), que envolve apenas indicadores sociais (isto é, sem indicadores de rendimentos), assim como cálculos distintos para os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Os indicadores sociais incluídos nesse índice são a proporção de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos na população, a proporção de adultos analfabetos e a média simples entre a proporção da população sem acesso à água tratada e a proporção de crianças de até cinco anos com peso abaixo do medicamento ideal.

Em relação à atual tendência de construção de novos índices multidimensionais de mensuração da pobreza e do bem-estar, Rocha (2003, pg. 28) argumenta que:

A busca do índice ideal evidencia que situações concretas de pobreza podem ser monitoradas de forma mais adequada por indicadores concebidos em função das condições específicas verificadas. Em cada país, e mesmo em subáreas de um mesmo país, a abordagem adequada depende essencialmente da feição que o fenômeno da pobreza assume e das possibilidades concretas de política pública, o que envolve desde a disponibilidade de dados estatísticos que permitam entender e mensurar o problema até a disponibilidade de recursos financeiros e outros, para a intervenção.

Wolf et al. (2005) recomendam um ajuste das medidas de rendimentos familiares (ou pessoais) incluídas nos índices multidimensionais de bem-estar para a incorporação de dois fatores importantes, mas negligenciados em muitos estudos empíricos sobre a pobreza. Em primeiro lugar, a incorporação das posses do domicílio, incluindo os ativos fixos e financeiros de posse das famílias. Em segundo lugar, a incorporação de medidas do consumo de bens e

¹⁶ Uma descrição detalhada sobre as propriedades matemáticas e os axiomas úteis para a construção desses índices multidimensionais pode ser encontrada em Chakravarty (2003).

serviços públicos disponíveis pelas famílias, tais como o acesso a redes de segurança, de saúde, de educação, etc.

Para se comparar a evolução dos indicadores de pobreza obtidos por meio dos índices multidimensionais de bem-estar, de acordo com Thorbecke (2005), é necessário que se estabeleça uma função de bem-estar social, e que se defina os pesos e as especificações matemáticas para cada variável incluída nessa função. Segundo o autor (2005, pg. 11):

Hence to ascertain poverty and make poverty comparisons within a multidimensional framework requires the approximation of a welfare function that includes the specification of the relative welfare weights, and conveys information about the direct marginal benefits of each attribute and about the interaction among these attributes. In particular this last requirement represents a tall order. It is difficult enough estimating the direct (individual) benefits let alone the multiple and often complex interactions among sets of attributes. The latter can be substitutes or complements. If dimensions are substitutes it means that a person can trade-off one attribute for another (say more food for less clothing) and remain on the same iso-utility curve. On the other hand if attributes are complements, an increase in the amount of one raises the marginal utility of the other (more education increases the present discounted value of the future stream of income). It is also possible that some combinations of poverty dimensions are neither substitutes nor complements.

Uma alternativa para se mensurar a pobreza multidimensional é o uso dos chamados conjuntos *fuzzy*, os quais consistem na agregação de vários indicadores de bem-estar em um único índice. Segundo Fusco (2003), essa alternativa permite a definição do status de pobreza para indivíduos que são considerados pobres em algumas dimensões estudadas, mas não em todas. A operacionalização da mensuração da pobreza por conjuntos *fuzzy* consiste em três etapas. Primeiro, escolhe-se o espaço adequado de avaliação do bem-estar. Segundo, escolhe-se a lista de *capabilities*, conforme descritas por Sen, cada qual com seus respectivos indicadores de bem-estar. Terceiro, escolhe-se um método para agregar indicadores para cada dimensão, isto é, para cada *capability*, e se junta as dimensões em um único indicador de bem-estar.

De acordo com Barros et al (2006), a construção de medidas de pobreza multidimensional é uma tarefa que envolve sete passos. Primeiro, deve-se selecionar as dimensões de bem-estar relevantes. Para cada uma dessas dimensões, deve-se escolher indicadores quantitativos, seguindo uma estratégia empírica e pragmática, de acordo com a disponibilidade e confiabilidade de dados e de informações. Segundo, deve-se utilizar os indicadores adotados para a construção de um indicador escalar de bem-estar, com o objetivo

de garantir uma única ordenação das diferentes situações sociais possíveis, de acordo com as dimensões selecionadas para a modelagem do bem-estar. Terceiro, a agregação de diferentes indicadores associados a diferentes dimensões envolve uma atribuição de pesos a cada um deles, os quais devem ser um reflexo das preferências da sociedade estudada em relação as próprias dimensões de seu bem-estar. Nesse ponto, um desafio fundamental da análise multidimensional da pobreza consiste em pesquisar e identificar essas preferências sociais. Quarto, as medidas individuais de pobreza são agregadas em um indicador social, como, por exemplo, pela média. Isto é, a pobreza de uma população pode ser mensurada pela média da pobreza de cada um de seus integrantes, para cada dimensão. Quinto, as diferentes dimensões escolhidas de bem-estar são agregadas em um único indicador sintético escalar para toda a população. Sexto, para cada dimensão é definida uma linha de pobreza, isto é, um nível mínimo de bem-estar abaixo do qual o agente observado é considerado pobre. A metodologia de cálculo das linhas de pobreza exige que se obtenha resposta para duas perguntas básicas. Em primeiro lugar, sobre quais indivíduos são pobres, pela comparação de seus indicadores de bem-estar com as linhas estabelecidas. Em segundo lugar, sobre qual é a intensidade da pobreza de cada agente. Para responder a essa última pergunta, os autores apresentam o sétimo passo da construção de indicadores de pobreza multidimensional, isto é, a mensuração do grau de pobreza de cada indivíduo pela sua distância às linhas de pobreza definidas para cada dimensão de bem-estar.

Thorbecke (2005) aponta uma série de problemas em relação à estimação do bem-estar social a partir dos novos índices, e a sua correção segue como uma importante linha de pesquisa futura. Em primeiro lugar, os índices multidimensionais são desenvolvidos a partir do conceito de Amartya Sen sobre as capacidades individuais dos agentes, e por isso podem conter parâmetros não-tangíveis para a mensuração, tais como a exclusão social e a opressão política e cultural. Em segundo lugar, mesmo nos parâmetros tangíveis incluídos nos índices, existem diferenças de ordem regional, ou entre sub-grupos de indivíduos na população, em termos de valores. E ainda, as estimações de pobreza são sensíveis aos métodos utilizados para contornar esses problemas.

Schwartzman (2007) critica uma tendência que há em estudos empíricos sobre a pobreza multidimensional, que é de estabelecer relações entre o bem-estar médio de grupos populacionais e sua cultura. Muitos estudos levantam a tese de que muitas situações de pobreza decorrem de determinadas preferências culturais da população, de modo que os

problemas sociais acabam vistos como insolúveis. Schwartzman argumenta que, embora haja correlações, a cultura da pobreza não é uma característica intrínseca da população pobre.

Os modelos microeconômicos que descrevem a pobreza e a mobilidade social, seja os modelos dinâmicos, os de ciclos, ou os de vulnerabilidade, são estimados empiricamente de maneira semelhante aos índices anteriormente apresentados. Nesses modelos, o bem-estar é mensurado em dois passos. Primeiro, estabelece-se um indicador-padrão para a mensuração do seu comportamento (por exemplo, uma linha de pobreza, ou alguma forma de IDH). Segundo, estima-se a probabilidade de um agente estar abaixo do padrão definido pelo indicador escolhido, pensando em termos da alocação intertemporal de seus recursos e de suas decisões de consumo, pela estimação dos componentes da restrição orçamentária e da função de consumo do agente representativo.

2.3. Evolução da Pobreza na Economia Brasileira Contemporânea: Estudos Empíricos

2.3.1. Evolução da Pobreza no Brasil durante a Década de Oitenta

Durante toda a década de oitenta, a economia brasileira foi afetada por ciclos macroeconômicos de curto prazo, que determinaram o nível de renda nacional e a incidência da pobreza. Segundo Rocha (2003), a taxa média de crescimento do PIB brasileiro durante essa década foi a menor desde a Segunda Guerra Mundial, e seus efeitos sobre a pobreza só não foram maiores devido à redução do crescimento populacional que também se verificou nos anos oitenta.

Barros & Mendonça (1995a), em um estudo empírico comparando dados do Censo Demográfico de 1980 e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990, observaram que houve uma elevação nos indicadores de pobreza durante a década, motivada por dois fatores. Em primeiro lugar, pelo comportamento da taxa média de crescimento econômico anual, da ordem de -1,5%. Em segundo lugar, pela elevação da desigualdade de renda, já que, segundo os dados apresentados, a proporção da renda nacional apropriada pelos 20% mais ricos do país passou de 63% em 1980 para 65% em 1990, ao passo que a renda apropriada pelos 50% mais pobres reduziu-se de 14% para 12%. De acordo com Barros et al. (1997) e Barros & Mendonça (1995b), a elevação dos indicadores de desigualdade no Brasil

durante essa década refletiu que os segmentos mais pobres da sociedade, associados a menores índices de escolaridade, sofreram as crises com maior intensidade.

Os ciclos de curto prazo enfrentados pela economia brasileira nesse período foram divididos por Rocha (1992) em três fases. De 1981 a 1983, o país passou por uma recessão, que elevou os indicadores de pobreza, e foi mais intensa nas regiões urbanas e metropolitanas do país. De 1984 a 1985, a economia se recuperou, liderada pelo crescimento das exportações, de modo que a pobreza reduziu-se de maneira nacionalmente equilibrada¹⁷. A partir de 1986, com a implantação dos planos de estabilização econômica, os indicadores de pobreza no país acompanharam os ciclos inflacionários. Particularmente em 1986, quando foi implantado o plano Cruzado, reduziu-se bruscamente a pobreza todo o país. Isso se deve não apenas devido à política de estabilização monetária de congelamento de preços, mas também devido a políticas de abono salarial, de reajustes aos trabalhadores acima da inflação, o que proporcionou maiores ganhos para a base da distribuição de renda (famílias mais pobres). Porém, essa redução foi mais intensa nas metrópoles do centro-sul do país do que no Norte e no Nordeste, regiões as quais enfrentaram maiores problemas de abastecimento, decorrentes do próprio congelamento de preços. Em resumo, segundo o estudo, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza no país caiu de 35% para 23,7% com a implantação do plano. Depois, com a nova aceleração da inflação, essa taxa subiu para 30%.

Utilizando dados da PNAD de 1981 a 1990, Rocha (2003) observou que, enquanto que o número total de pessoas abaixo da linha de pobreza permaneceu estável ao longo da década, a proporção de pobres em relação à população brasileira total reduziu-se de 34% para 30%. Isso vai de frente à tese de que o país passou por uma fase de empobrecimento absoluto nesse período. Segundo a autora (2003, pg. 98),

(...) a sensação de empobrecimento, na época tão alardeada, pode ser em parte imputada ao estancamento do processo de melhoria da renda e de forte mobilidade social, que vinha ocorrendo simultaneamente com a urbanização e modernização do país. O impacto do *stop and go* da economia, especialmente acentuado sobre os estratos urbanos e metropolitanos das regiões mais dinâmicas do país, afetou a todos de forma direta ou indireta, tanto devido ao comportamento da renda, como pela clara redução do investimento público na área social.

Em relação à dinâmica regional dos índices de pobreza, Rocha (2003) verificou uma menor participação da região Nordeste na pobreza do país. Para a autora, as crises enfrentadas

¹⁷ A menos para a região metropolitana do Rio de Janeiro, que manteve uma trajetória de empobrecimento ao longo de todo o período.

no período foram mais intensas, em média, nas regiões e áreas mais modernas da economia nacional, já que foram essas regiões que sofreram maior impacto do ajuste do processo produtivo decorrente das crises, sobretudo em termos de pressão de mudanças tecnológicas¹⁸ para o corte de custos por parte das empresas. Assim, o maior efeito de empobrecimento se deu sobre os trabalhadores urbanos não-qualificados, principalmente das metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Todavia, o *ranking* geral da proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza nas metrópoles brasileiras pouco se alterou.

Em um estudo anterior, Rocha (1998) utilizou uma base de dados da PNAD para 23 áreas de análise, incluindo metrópoles, áreas urbanas e rurais de todas as regiões do país. Com o trabalho, a autora concluiu que a relação entre a participação populacional e a participação da incidência de pobreza assumiu um caráter cada vez mais regional (em termos de regiões Norte e Nordeste *versus* regiões centro-sul) do que de caráter rural *versus* urbano. Contudo, a pobreza pareceu ser mais intensa, em termos de privações de direitos, características de emprego e de domicílios, exatamente nas localidades onde ela é menor proporcionalmente. Segundo a autora (1992, pg. 556),

Assim, a pobreza metropolitana é melhor qualificada quando levadas em conta as carências de saneamento, habitação, assistência médica e educação, que não podem ser sanadas por acréscimos marginais da renda, dependendo essencialmente de bem-sucedidos investimentos do setor público. Em outras palavras, a curto prazo estas carências são relativamente inelásticas em relação ao nível de renda dos pobres, dados o tamanho dos déficits existentes e as dificuldades operacionais envolvidas em eliminá-los.

Além disso, o estudo demonstrou que o padrão de desigualdade da incidência de pobreza entre as regiões brasileiras pouco se alterou no período. Os ciclos de curto prazo tiveram impactos diferenciados regionalmente, de acordo com as especificidades das economias locais, tais como a seca no Nordeste (1983), a reestruturação produtiva industrial do eixo Rio-São Paulo, e o maior impacto do plano Cruzado sobre esse mesmo eixo, em que os problemas de distribuição de mercadorias foram menos intensos. A desigualdade em nível nacional, por outro lado, se mostrou muito sensível às tendências observadas em São Paulo e

¹⁸ Segundo Rocha (1992, pg. 547), “*Em termos do setor moderno, a crise induz uma reestruturação das unidades produtivas, em termos de composição do produto, mudanças tecnológicas e racionalização de custos em geral, o que, por sua vez, acarreta um grande impacto sobre os rendimentos da mão-de-obra de menor qualificação. Nas regiões metropolitanas menos desenvolvidas, o efeito de empobrecimento causado pela crise macroeconômica é essencialmente reflexo, consequência da perda de dinamismo em nível nacional. Além disso, ele é amortecido pelas características de inserção da população no mercado de trabalho segundo ramos de atividade*”.

no Nordeste, tanto por causa de sua grande participação na população nacional, como também pelas suas posições extremas na distribuição regional do PIB.

Por fim, o estudo indicou que a pobreza ao longo do período foi tomando uma natureza cada vez mais urbana do que rural, mesmo com a desaceleração do processo migratório no país. Segundo Rocha, isso se deveu não apenas à reestruturação da estrutura industrial, mas também à instituição de uma política de renda mensal vitalícia para todos os idosos no país, no valor de um salário mínimo. Essa política teve um impacto anti-pobreza muito forte nas regiões rurais do país, nas quais o custo de vida é muito baixo.

Em um outro estudo, Rocha (1996a) fez uma análise da pobreza no Brasil utilizando uma metodologia baseada na definição de linhas de pobreza por gastos com consumo. Essa metodologia, segundo a autora, tem as vantagens de contar com indicadores de bem-estar mais estáveis frente a ciclos de curto prazo do que as medidas tradicionais de renda, além de mensurar melhor os recursos disponíveis da população mais pobre do país, como, por exemplo, provenientes de doações e transferências, e não captadas nos estudos convencionais de renda.

A autora chegou aos resultados esperados com esse estudo. Os indicadores de bem-estar com base no consumo tiveram um comportamento mais estável (cerca de 29% da população estava abaixo da linha de pobreza, nos anos de 1981 e 1990), mesmo com condições macroeconômicas adversas no período. Além disso, verificou-se melhorias nos indicadores sociais, tanto para indivíduos pobres, como para não-pobres, mesmo em um ambiente no qual as condições de trabalho tenham se deteriorado para todos. Contudo, em relação à qualidade dos domicílios, os indicadores continuaram em um nível baixo. Por fim, observou-se uma concentração regional da pobreza no país, verificada na região rural do Nordeste e nas periferias das metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Em resumo, nesse estudo, Rocha (1996a) concluiu que houve uma redução de pobreza absoluta no Brasil durante a década de 80. Segundo a autora, esse resultado difere de trabalhos como o de Barros & Mendonça (1995a) por três motivos. Em primeiro lugar, por controlar as variações regionais de custo de vida da população, utilizando diferentes linhas de pobreza para diferentes áreas geográficas. Em segundo lugar, por utilizar 1981, quando a crise já estava instalada no país, como ano-base para análise com dados da PNAD, ao passo que

outros estudos utilizaram dados do Censo de 1980, anteriores à eclosão da crise. Por fim, a autora sugeriu a ocorrência de uma redução do custo de vida da população pobre no país como consequência da crise, o que amenizou em parte o seu impacto.

2.3.2. Evolução da Pobreza no Brasil durante a Década de Noventa

Uma síntese sobre o comportamento dos índices de pobreza no Brasil durante a década de noventa é apresentada por Rocha (2003). Segundo esse estudo, em primeiro lugar, houve uma queda brusca na proporção de pobres no país, de 44% em 1992 para 34% em 1999 (dados da Pesquisa de Orçamento Familiar), de maneira generalizada em todas as regiões do país. Em segundo lugar, também se verificou uma redução na razão do hiato de pobreza, o que significa que a mesma, além de diminuir de dimensão, também diminuiu em termos de intensidade. Terceiro, a partir da metade da década, a proporção de pobres no país se estabilizou em um patamar próximo dos 34%. Quarto, houve uma piora relativa na proporção de pobres nas áreas metropolitanas, e uma melhora nas áreas rurais. Segundo a autora, esse processo se deu em função de uma reestruturação da matriz produtiva, sobretudo industrial, que ocorreu nessa década como consequência da abertura econômica, a qual incentivou as empresas nacionais a se adaptar tecnologicamente à competição externa, elevando a demanda por mão-de-obra qualificada e excluindo os trabalhadores menos qualificados.

Para uma melhor análise dos indicadores de pobreza, Rocha (2003) divide, em seu estudo, a década de noventa em três sub-períodos: o período de crise (1990-93), a implantação do plano Real (1993-95) e a consolidação da estabilização (1995-99).

No período de 1990-93, a pobreza, mensurada em proporção da população abaixo da linha de pobreza, se manteve em um patamar estável, mesmo em um ambiente de crise macroeconômico. Isto é, não houve um efeito de empobrecimento generalizado da sociedade brasileira, tal como ocorrera no início da década de oitenta. Contudo, a composição da pobreza se alterou, elevando-se nas regiões metropolitanas e reduzindo-se nas áreas rurais, como consequência do crescimento do PIB agrícola nacional no período, em um momento em que a renda per capita agregada do país estava em queda. Em termos regionais, a redução da pobreza foi mais intensa nas áreas rurais do Sul e do Sudeste, como um efeito da modernização agrícola e do deslocamento da população pobre rural, tanto para as cidades, como também para atividades não-agrícolas do meio rural. Já o maior índice de crescimento

da pobreza ocorreu na região metropolitana de São Paulo, como consequência, conforme já citado, do processo de reestruturação industrial. Já na região rural do Nordeste, que concentra boa parte da pobreza no país, não houve alterações relevantes nos índices de bem-estar, já que essa região mantinha uma baixa integração com o mercado nacional.

O período de 1993-95 foi marcado pela estabilização econômica do país, com a implantação do plano Real. A estabilização provocou uma forte queda no percentual de pobres e uma evolução favorável dos rendimentos na base da distribuição de renda, por três motivos. Primeiro, devido à chamada “âncora verde”, isto é, um comportamento mais estável da dinâmica de preços dos alimentos, que são os bens de consumo mais relevantes no orçamento das famílias mais pobres. Segundo, devido à elevação relativa de preços dos chamados bens *non-tradeables*, isto é, bens que não são passíveis de importação, imunes à concorrência internacional. Esses bens são relacionados aos setores comerciais e de prestação de serviços da economia, que empregam boa parte dos trabalhadores de menor renda do país, os quais passaram a ter maiores rendimentos reais com a elevação dos preços desses produtos acima da inflação média do período. Terceiro, devido à elevação do salário mínimo em 42% em 1995, o que contribuiu positivamente principalmente para os benefícios previdenciários e assistenciais.

Um estudo mais específico sobre o impacto do plano Real sobre a renda e a pobreza no Brasil foi elaborado por Rocha (1996b). Utilizando um banco de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) entre julho de 1994 e janeiro de 1996, a autora observou que o plano de estabilização de imediato melhorou a renda das famílias, permitiu que cerca de 3,7 milhões de pessoas ultrapassassem a linha de pobreza, e reduziu a proporção de pobres no país de 38% para 28%, isto é, um retorno ao patamar de 1990. Em suma, foi observado um efeito benéfico combinado da estabilização sobre a proporção de pobres, o hiato da renda (intensidade da pobreza) e a desigualdade entre os pobres no país.

Em relação aos aspectos regionais do impacto da estabilização, Rocha (2003) verificou uma redução na proporção de pobres nas metrópoles, provocada pelo efeito combinado do crescimento da renda, redução da inflação – isto é, crescimento da renda real das famílias – e aumento do rendimento dos setores de comércio e serviços, ou seja, das atividades econômicas mais intensivas no fator trabalho. A redução da pobreza mostrou-se mais intensa na região Centro-Oeste do país, como consequência do desenvolvimento dos complexos agro-

industriais instalados nessa região. Por outro lado, foi menos intensa na região Norte, devido a um processo de crescimento demográfico causado pela atração de migrantes, muitos deles consistindo em agricultores pobres. Rocha (1998) destaca que a estabilização macroeconômica não resultou em um agravamento da desigualdade regional da pobreza no país. Segundo a autora (1998, pg. 18),

Na verdade, os conhecidos efeitos distributivos da estabilização apresentaram também uma faceta regional, de modo que a desigualdade regional da pobreza declinou justamente quando se consideram os indicadores que incorporam aspectos relativos à desigualdade de renda dos pobres entre regiões. Nesse sentido, 1995 pode ser considerado o melhor ano do período estudado, pois teria ocorrido de forma combinada baixos níveis de incidência de pobreza e declínio da desigualdade regional da pobreza determinado pela sua componente distributiva.

Por fim, o período 1996-99, segundo Rocha (2003) representa o esgotamento do processo de redistribuição de renda provocado pela estabilidade. Nesse período, a conjuntura macroeconômica brasileira apresentava uma taxa de câmbio sobrevalorizada, déficits públicos crescentes e crises internacionais frequentes, o que deixou a economia do país vulnerável a distúrbios financeiros externos. Nesses distúrbios, houve periodicamente situações de recessão e queda na renda per capita no país. E como essas crises afetaram mais intensamente os indivíduos com menor escolaridade, a autora verificou um aumento nos índices de pobreza absoluta e de desigualdade em 1999, ano no qual o país enfrentou a crise financeira mais forte e teve de alterar sua política cambial.

Nesse período, a proporção do pobres no país se estabilizou em um patamar de 34% (dados da POF), continuando o processo de redução da pobreza nas regiões rurais e aumento nas regiões metropolitanas, principalmente em São Paulo¹⁹.

Uma aplicação da conceitualização multidimensional da pobreza para o caso brasileiro é o trabalho de Kageyama & Hoffmann (2006). Nesse estudo, os autores caracterizam duas

¹⁹ Segundo Rocha (2003) “São Paulo, apesar da intensidade do ajuste produtivo e do ritmo conseqüentemente moderado de criação de postos de trabalho, continua a atrair população. (...). A esse respeito é importante destacar a permanente atratividade de São Paulo aos migrantes mais pobres, que se deve em parte a três fatores. O primeiro é o fato de que as fortes ondas de migração do passado resultaram na criação de amplas redes de solidariedade que dão apoio aos recém-chegados. Por outro lado, considerada a disponibilidade de infra-estrutura urbana e a universalização de acesso aos serviços públicos básicos, as condições de vida na metrópole em São Paulo, mesmo para os pobres, são certamente superiores às que se verificam nas regiões menos desenvolvidas do país. Finalmente, vale a pena lembrar que, para a mão-de-obra menos qualificada que permanece ocupada, o rendimento médio em São Paulo era, em novembro de 1999, 51% superior ao verificado nas demais metrópoles, isto é, persiste uma vantagem relativa muito atraente da metrópole paulista, mesmo considerando o declínio contínuo do rendimento médio que vem ocorrendo desde 1996 e os diferenciais de custo de vida entre metrópoles.”

fontes de privação na realidade do país: uma delas é o subdesenvolvimento local, e refere-se à falta de infra-estrutura, condições estruturais de subsistência e de acesso a serviços públicos (como questões relacionadas à habitação, e ao acesso a fontes de energia e ao saneamento básico); a outra decorre diretamente das características das famílias, tanto de natureza demográfica, como de natureza econômica, relacionada com as suas dotações de capital físico, humano e financeiro. Utilizando dados da PNAD de 1992 a 2004, e estabelecendo uma linha de pobreza de 150 reais de 2005, corrigidos para cada ano por meio de índices de preços, os autores verificaram que o número de pobres no país teve uma trajetória decrescente até 1998, elevou-se de 1999 a 2003, e voltou a diminuir em 2004. Porém, se por um lado, nesse período, a pobreza absoluta e a derivada das características das famílias caiu bruscamente, o mesmo não aconteceu com a pobreza derivada da falta de infra-estrutura local, a qual manteve um comportamento cíclico, com tendência de redução verificada apenas na região Sul do país. Segundo os autores, como o acesso à infra-estrutura depende da renda das famílias, esse tipo de pobreza acaba sendo sensível aos ciclos econômicos.

Por outro lado, esse estudo verificou que o crescimento da renda das famílias pobres cresceu mais do que a média da população nesse período, o que configurou uma situação de crescimento pró-pobre no país, tendo como consequência a melhora na distribuição de renda. Tal processo ocorreu em todas as regiões do país, em nível urbano, metropolitano e rural. Por fim, para os autores, as implicações em termos de política social para combater a pobreza envolvem tanto investimentos públicos e privados em infra-estrutura local, para o primeiro tipo de pobreza, como também de oferta de serviços de educação, saúde, geração de empregos, apoio a pequenos investimentos e melhor acesso ao mercado de trabalho, para o segundo tipo de pobreza.

A evolução dos índices de desigualdade e de pobreza no Brasil durante a década de noventa também foi estudada por Barros et al. (2001). Os autores mensuraram a trajetória dessas variáveis utilizando dados das PNADs. Segundo esse trabalho, o plano Real, em 1995, conseguiu reduzir a pobreza e a indigência no país em termos de renda, hiato médio de renda e de número de pessoas abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza. Contudo, para toda a série analisada, os autores observaram que a pobreza no Brasil é sensível a flutuações cíclicas de curto prazo, tais como a instabilidade macroeconômica. Além disso, o grau de pobreza no Brasil é maior do que em países com renda per capita similar.

Analisando os determinantes imediatos da pobreza, os autores apontaram que o principal problema não é a escassez de recursos no Brasil, mas sim a desigualdade na sua distribuição entre as pessoas. Por exemplo, em 1999, a renda per capita do país era de cinco a oito vezes maior do que a linha de indigência, e de três a quatro vezes maior do que a linha de pobreza. Contudo, a renda média dos 10% mais ricos do país equivalia a 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres. Além disso, enquanto que os 10% mais ricos se apropriavam de 47,7% do PIB, os 40% mais pobres só se apropriavam de 8,1% dessa riqueza. Os autores também observaram que os padrões de desigualdade, em uma ampla variedade de indicadores, mostraram-se estáveis em termos de patamares desde o final da década de setenta até o final da década de noventa.

Os determinantes mais específicos da desigualdade no Brasil já haviam sido estudados por Barros & Mendonça (1995b), em um trabalho empírico a partir da teoria do capital humano. Testando a importância de vários fatores sobre a desigualdade, tais como a segmentação do mercado de trabalho no país, tanto em termos institucionais, como em termos regionais, a discriminação por raça e gênero e os diferenciais de produtividade e de experiência dos trabalhadores, os autores concluíram que o principal fator que influencia a desigualdade salarial no país são os diferenciais de educação entre os trabalhadores. Isso ocorre tanto em termos de desigualdade no acesso à educação, já que foi constatado que enquanto 15% da força de trabalho não apresentava nenhuma escolaridade, 10% da força de trabalho tinha curso superior, como também em termos de sensibilidade do salário em função do nível educacional do trabalhador. De acordo com o estudo, cada ano adicional de estudo equivale a um acréscimo médio de 15% no salário do trabalhador, sendo que essa proporção tende a ser maior para maiores níveis de escolaridade.

Segundo os autores, a causa dessa sensibilidade do salário do trabalhador em função da sua escolaridade é uma consequência do próprio modelo de desenvolvimento econômico pelo qual o país adotou desde sua industrialização. Isto é, a expansão educacional no Brasil foi lenta em relação aos progressos tecnológicos ocorridos desde a década de sessenta, de modo que a demanda por trabalhadores qualificados sempre tendeu a crescer mais do que a sua oferta, resultando em maiores salários em relação a diferenciais de escolaridade do trabalhador²⁰.

²⁰ Outros trabalhos que associam a desigualdade salarial no Brasil a questões ligadas à educação, tais como a sua má qualidade e a sua expansão e universalização tardia foram elaborados por Schwartzman (2002 e 2007).

Barros et al. (1997) elaboraram um estudo sobre outros mecanismos que determinam a desigualdade no Brasil, já partindo da observação de que a desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores de baixa educação também é elevada. O estudo conclui que essa desigualdade entre os mais pobres deve-se, em primeiro lugar, a diferenciais de inserção profissional (exemplificado pelos diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores da indústria e os prestadores de serviços domésticos), e, em segundo lugar, à discriminação por gênero, já que as mulheres têm menor acesso às profissões melhor remuneradas no mercado de trabalho, para baixos níveis de escolaridade.

Barros et al (2006) elaboraram um estudo empírico multidimensional para a pobreza no Brasil no período de 1993 a 2003. Para isso, foi elaborado um índice de pobreza familiar envolvendo seis dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. Cada um dos indicadores consiste em uma variável *dummy*, com valor igual a um se as famílias são consideradas carentes ou vulneráveis de acordo com os critérios estabelecidos, e zero caso contrário.

Dentre as dimensões de bem-estar incluídas no trabalho encontra-se, primeiro, a vulnerabilidade, entendida como a necessidade de um volume adicional de recursos necessários para atender as necessidades básicas da família em relação a uma família padrão, como, por exemplo, pela presença de crianças e de idosos, ou pela ausência de cônjuge. Segundo, o acesso ao conhecimento, mensurado por indicadores de educação e de qualificação profissional. Terceiro, o acesso ao trabalho, mensurado por indicadores de acesso e de qualidade dos postos de trabalho ocupados pelos membros das famílias. Quarto, a escassez de recursos, definida pela comparação da renda familiar com linhas de pobreza e de extrema pobreza pré-estabelecidas. Quinto, o desenvolvimento infantil, observado de acordo com indicadores de trabalho precoce, de acesso à escola e de mortalidade infantil. Sexto, por fim, as carências habitacionais, mensuradas pela qualidade domiciliar e pelo acesso a serviços públicos fundamentais, tais como a energia elétrica, a água tratada e o saneamento básico.

Comparando dados das PNADs de 1993 e de 2003, os autores chegaram ao resultado de que os grupos sociais mais vulneráveis à pobreza multidimensional no Brasil são os residentes em áreas rurais, os idosos, as crianças e os negros. Os habitantes das regiões rurais são mais carentes no que diz respeito à qualidade habitacional, ao acesso ao trabalho, à disponibilidade de recursos e ao desenvolvimento infantil. Os idosos são mais carentes no que

diz respeito à vulnerabilidade e ao acesso ao conhecimento. Já as crianças e os negros são mais pobres no que se refere à disponibilidade de recursos e ao desenvolvimento infantil.

Os autores também verificaram que a correlação entre as diferentes dimensões de pobreza é positiva, mas relativamente baixa. No que diz respeito à evolução de cada indicador de bem-estar ao longo da década estudada, verificou-se desempenhos distintos entre as dimensões analisadas. Os autores não viram progressos no que se refere às medidas de acesso ao trabalho, de vulnerabilidade e de acesso a recursos. Por outro lado, no que diz respeito ao acesso ao conhecimento, desenvolvimento infantil e condições habitacionais, foram verificadas reduções na pobreza de 7% a 12%.

2.3.3. Evolução da Pobreza no Brasil durante a Década de 2000

O início da década de 2000 foi um período marcado pela frequência de choques externos sobre a economia brasileira, tais como a crise energética (2001), a crise financeira na Argentina (início de 2002) e o temor de vulnerabilidade externa da economia brasileira (final de 2002). Segundo Rocha (2003), o resultado desse ambiente macroeconômico foi um período de baixo crescimento econômico, tendo como conseqüências a estagnação do rendimento do fator trabalho na economia do país, principalmente nas regiões metropolitanas, e um breve agravamento da pobreza nessas áreas, em relação ao período anterior.

De acordo com a autora, o impacto dos choques externos foi maior para os trabalhadores menos qualificados, o que explica o agravamento da pobreza verificado. Por outro lado, esse efeito foi amenizado por mudanças nas características demográficas das famílias brasileiras, sobretudo em termos de alterações na composição por idade e níveis de escolaridade entre os integrantes de cada família. Por outro lado, o processo de exclusão do mercado de trabalho de indivíduos com pouca ou nenhuma qualificação, que já tinha se iniciado anteriormente, prosseguiu, sem ser afetado por conjunturas macroeconômicas expansionistas ou recessivas²¹. Segundo o estudo, esse processo ocorre em todas as regiões do país, mas com maior velocidade nas áreas metropolitanas.

²¹ Rocha (2003) aponta esse fenômeno como um aspecto estrutural de uma nova dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, e não meramente uma tendência conjuntural.

Lopes et al (2005) elaboraram um trabalho que procurou construir um indicador multidimensional para a pobreza no Brasil. Para isso, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2000, excluídos os domicílios rurais e os domicílios urbanos improvisados e coletivos. O indicador multidimensional envolveu quatro atributos, construídos pela agregação de diversos indicadores em cada um pelo método dos conjuntos *fuzzy*. Primeiro, medidas de renda domiciliar per capita. Segundo, medidas de infra-estrutura domiciliar, incluindo o acesso pelos seus moradores a banheiros, abastecimento de água, sistemas de coleta de lixo e iluminação elétrica. Terceiro, indicadores do nível de escolaridade relativos aos moradores dos domicílios. Quarto, o percentual de moradores em condição precária de atividade e de ocupação no mercado de trabalho, incluindo os empregados, os desempregados e os inativos por idade.

O resultado desse trabalho foi que a escolaridade é o atributo de maior escassez relativa na amostra. Segundo o estudo, cerca de 59% da população analisada não possui nível de escolaridade compatível com sua idade. Além disso, cerca de metade da amostra têm deficiência de renda, e 25%, de condições adversas de atividade e ocupação. Por fim, apenas 3% da população observada tem escassez de infra-estrutura, mas essa observação está relacionada com as características da amostra, isto é, vale apenas para domicílios urbanos particulares e não-improvisados.

A questão da vulnerabilidade à pobreza no país foi abordada por Ribas (2007), partindo da distinção entre medidas de um componente permanente e um componente transitório do consumo das famílias no país. Utilizando um método de simulação de processo estocástico pela construção de um algoritmo de replicação *bootstrap*, o autor concluiu que a pobreza no Brasil tem um caráter mais permanente do que relacionado aos riscos assumidos pelas famílias. Todavia, os riscos associados a manter um nível estável de consumo pelas famílias geram perdas de bem-estar significantes para os agentes, sobretudo para aqueles localizados acima da linha de pobreza. Por outro lado, os mais pobres também são mais vulneráveis à pobreza, já que seu nível de consumo permanente é menor. Também são mais vulneráveis os indivíduos mais jovens, ou sendo integrante de famílias de chefe jovem.

Em um estudo mais recente, Rocha (2006) fez uma análise da pobreza e da indigência no Brasil a partir de dados da PNAD de 2004. Em resumo, a autora observou reduções nos percentuais de indivíduos com rendimentos inferiores em relação às linhas de pobreza e de

indigência estabelecidas. Mais especificamente, a proporção de pobres na população brasileira caiu de 35,6% em 2003 para 33,2% em 2004, ou seja, cerca de 2,4 milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza; já a proporção de indigentes caiu de 10% para 8% da população, e que significa uma magnitude de 3 milhões de pessoas atravessando essa linha. Isso teria ocorrido tanto por causa da aceleração do crescimento econômico em 2004, como também pela expansão de políticas de transferência de renda focalizadas sobre as famílias mais pobres.

A redução da pobreza ocorreu tanto nas regiões metropolitanas do país, como também nas regiões urbanas e rurais. Essa redução, no entanto, teve um movimento de convergência entre essas três áreas, sendo mais forte no setor rural e mais tênue nas regiões metropolitanas. Segundo o estudo, a convergência foi influenciada pela redução da população rural do país, que manteve sua trajetória desde a década de noventa.

A evolução da pobreza e da indigência nas metrópoles brasileiras foi diferenciada, de acordo com o dinamismo econômico e do mercado de trabalho de cada localidade e com a evolução local do custo de vida da população mais pobre. Das metrópoles brasileiras, a única que apresentou comportamento desfavorável, de aumento da proporção de pobres no período, foi São Paulo, graças a fenômenos como a redução da criação de novos empregos, a redução da evolução dos rendimentos do trabalho, o aumento do custo de vida dos mais pobres e o menor impacto dos programas federais de transferência de renda, os quais são fixados de acordo com parâmetros nacionais, sem levar em consideração o maior custo de vida observado na metrópole paulistana. Por fim, o Nordeste acompanhou a redução da pobreza observada em nível nacional, todavia mantendo sua posição na proporção de pobres no país. Segundo a autora, a redução da desvantagem relativa da região Nordeste em relação as demais em termos de acesso à educação, água potável, eletricidade e qualidade dos domicílios não se estendeu à renda das famílias.

Em relação ao mercado de trabalho, entre 2003 e 2004, houve a criação de 2,7 milhões de postos de trabalho, com redução da informalidade. Por outro lado, o rendimento real do trabalho manteve-se, em geral, constante, e com variações significativas de distribuição de acordo com as características dos trabalhadores. Assim, verificou-se uma redução dos retornos salariais à educação e à experiência, e um crescimento do rendimento médio dos trabalhadores menos qualificados, mesmo com a sua progressiva exclusão do mercado em

termos de oferta de empregos. Dados esses fatores, Rocha (2003) concluiu que houve uma redução na desigualdade salarial observada no Brasil.

Em relação aos programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família, eles se tornaram cada vez mais focalizados na população pobre. A sua participação no orçamento das famílias pobres passou de 5,6% em 2003 para 10,2% em 2004 da renda total. Contudo, segundo a autora, o seu impacto foi maior sobre o hiato da pobreza (sua intensidade) do que sobre a proporção de pobres no país (sua magnitude), a qual responde mais intensamente ao desempenho do mercado de trabalho.

Por fim, a autora destacou outros fatores que contribuíram para a evolução dos indicadores de bem-estar no país nesse período, principalmente a evolução favorável dos preços dos alimentos, e a valorização do salário mínimo acima da inflação, o que exerceu um impacto maior sobre as aposentadorias e as transferências assistenciais públicas.

A queda recente da desigualdade de renda no país também foi identificada, e analisada, em uma nota técnica do IPEA (2006). Segundo este relatório, foi observada uma queda contínua e substancial na desigualdade de renda familiar no Brasil entre os anos de 2001 e 2004. Neste período, enquanto que a renda dos 10% mais pobres do país cresceu, em média 7% ao ano, o crescimento médio da renda per capita brasileira foi de 1% negativo. O estudo aborda quatro tipos de determinantes imediatos para essa nova tendência da distribuição de renda no país.

Em primeiro lugar, as características demográficas das famílias. Segundo o estudo, o aumento da proporção de indivíduos adultos nas famílias explica cerca de 2% da desigualdade de rendimentos per capita no país.

Em segundo lugar, os programas de transferência de renda. De acordo com o relatório, a expansão dos programas assistenciais, aposentadorias e pensões públicas, tanto em termos de valor, como em termos de cobertura, explicam um terço da redução da desigualdade no país, e cerca de 15% da redução per capita da desigualdade de renda.

Terceiro, a evolução do mercado de trabalho. A expansão do acesso a postos de trabalho, a redução do desemprego e o crescimento da participação na força de trabalho, que

se manifestaram sobretudo após 2003, tiveram um impacto sobre a desigualdade de apenas 3%.

Quarto, por fim, a variação da distribuição dos rendimentos do trabalho. Segundo o estudo, esse fator, no agregado, explica metade da redução da desigualdade de renda no país neste período. Esse fator pode ser dividido entre as desigualdades reveladas pelo mercado de trabalho, relacionadas aos diferenciais de produtividade dos trabalhadores, e as desigualdades geradas pelo mercado de trabalho, relacionadas às diferenças de rendimentos de trabalhadores com características semelhantes. Dentre as desigualdades reveladas pelo mercado, a redução da desigualdade educacional explica 10% da redução da desigualdade (5% em valores per capita) e os diferenciais de remuneração de trabalhadores de diferentes níveis de qualificação justificam outros 20% da redução (10% em valor per capita). Já em relação aos diferenciais de experiência dos trabalhadores, apesar de se verificar empiricamente uma redução da heterogeneidade etária da força de trabalho, esse fator apresenta uma velocidade muito lenta para explicar a redução contemporânea da desigualdade no país. No que diz respeito às desigualdades geradas pelo mercado de trabalho, observa-se que a discriminação por raça e por gênero, assim como a segmentação espacial do mercado entre os estados da federação mantiveram-se estáveis no período estudado. Por outro lado, a redução da segmentação dentro dos estados foi significativa, contribuindo com 5% da redução da desigualdade per capita, no que diz respeito à heterogeneidade entre os municípios, e de 20% da desigualdade total e de 10% da desigualdade per capita entre as áreas metropolitanas, urbanas e rurais.

Uma análise contrafactual dos determinantes imediatos da redução da desigualdade no Brasil foi elaborada por Barros et al. (2007a). O estudo chegou à conclusão de que 50% da redução da desigualdade se deveu à evolução da renda familiar não derivada do trabalho, como, por exemplo, pela expansão das transferências públicas assistenciais. Contudo, essa fonte de renda representa menos de 25% da renda familiar total no país. Por outro lado, a redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho explica 1/3 da redução da desigualdade no país, sendo que essa fonte de renda representa mais de três quartos da renda familiar total do Brasil. As variações da estrutura demográfica das famílias, por sua vez, tiveram um impacto meramente marginal sobre a evolução da desigualdade no país.

Por fim, a significância estatística da queda da desigualdade é robusta, segundo Barros et al. (2007b), e independe das medidas de desigualdade adotadas, assim como da existência

de economias de escala e da composição demográfica atual da população. Contudo, de acordo com dados da PME, o estudo se deparou com uma desaceleração significativa da redução da desigualdade em 2006, o que poderia dificultar o progresso nos indicadores de bem-estar social do país.

CAPÍTULO 3 – O AMBIENTE MACROECONÔMICO E A POBREZA: RELAÇÕES E CONTROVÉRSIAS

3.1. Fundamentos do Desempenho Macroeconômico: Crescimento e Ciclos

3.1.1. Crescimento Econômico

De acordo com Foley & Michl (1999), a definição de crescimento econômico envolve dois aspectos. Em primeiro lugar, o crescimento qualitativo, relacionado à produção de novos bens e serviços na economia, assim como o desenvolvimento de novas técnicas e organizações de produção por parte das firmas e empresas. Esse aspecto inclui também mudanças nas relações humanas em relação aos aspectos econômicos, particularmente no que diz respeito à interação entre os proprietários de mão-de-obra e dos meios de produção para o processo de transformação de insumos em produtos.

Em segundo lugar, o crescimento tem um aspecto quantitativo. Nesse caso, pode ser entendido simplesmente como uma variação temporal do produto de uma economia (SANDRONI, 2004). De acordo com esse conceito, o crescimento da produção de bens e de serviços está relacionado ao aumento da capacidade produtiva da economia, o que significa, de acordo com a teoria mais convencional do crescimento econômico, um crescimento da sua força de trabalho, de suas propensões a poupar e a investir, um aperfeiçoamento tecnológico, ou um processo de ganhos de produtividade do trabalho, pela acumulação de capital humano.

Ambos aspectos qualitativo e quantitativo estão correlacionados na dinâmica do desenvolvimento econômico. Segundo Foley & Michl (1999), as inovações, principal componente do crescimento qualitativo, geram lucro para as empresas que as desenvolvem. Esse lucro, ao ser reinvestido na produção, gera um crescimento quantitativo do produto, o qual, por exigir mudanças na sua escala e nas técnicas produtivas, criam um incentivo para uma nova inovação, prosseguindo assim o processo, conhecido como desenvolvimento de causação circular cumulativa²². Mais especificamente para Kaldor (1970), o mecanismo que relaciona o progresso tecnológico e o crescimento da produção é a existência de desequilíbrios setoriais no sistema econômico. Segundo o autor, o motor do progresso

²² Maiores informações sobre essa teoria do desenvolvimento econômico são encontradas em Myrdal (1957), Kaldor (1970) e Skott & Auerback (1995).

tecnológico é o setor industrial, o qual, por apresentar rendimentos crescentes de escala, pode arcar com os custos e as incertezas dos investimentos em pesquisa. Contudo, o uso de produtos industriais como bens de capital nos outros setores, como a agricultura e os serviços, as inovações tecnológicas acabam se irradiando para o resto da economia. Os desequilíbrios setoriais seriam maiores para as economias menos maduras, isto é, menos desenvolvidas.

A literatura empírica sobre o crescimento econômico aponta a existência de uma série de fatos estilizados sobre o seu comportamento²³. Primeiro, o produto per capita tende a crescer ao longo do tempo, em uma taxa de crescimento que, mesmo podendo apresentar trajetória decrescente, não tende a se extinguir. Segundo, a razão capital por trabalhador tende a crescer ao longo do tempo. Terceiro, a taxa de retorno do capital investido é constante, ou decrescente. Quarto, a razão capital-produto é aproximadamente constante no tempo. Quinto, são também aproximadamente constantes as proporções de trabalho e de capital no produto.

Além disso, a bibliografia aponta que o crescimento do produto per capita é distinto para diferentes economias. Contudo, verifica-se uma convergência entre grupos de economias homogêneas, isto é, de dotações semelhantes de capital humano, de propensão a poupar, de taxas de fertilidade e de políticas governamentais. Por exemplo, pode-se citar os estados norte-americanos, ou as regiões de países europeus. Nesses casos, há uma tendência das economias inicialmente mais pobres crescerem mais rápido em relação às inicialmente mais ricas.

Por fim, Barro & Sala-i-Martin (1995) identificam fatores empíricos correlacionados com o crescimento econômico. Segundo os autores, o crescimento está positivamente ligado à dotação inicial de capital humano da economia, entendido em termos de acesso a serviços de saúde e de educação, e à proporção de investimentos no produto, muito embora, nesse caso, a direção da causalidade é incerta²⁴. Por outro lado, pode ser prejudicado por fatores como a proporção do consumo governamental e da carga tributária no produto da economia, assim como por medidas de distorção nos mercados e por instabilidades políticas.

²³ Os fatos estilizados aqui citados foram levantados por Barro & Sala-i-Martin (1995) e por Kaldor (1961)

²⁴ *“The ratio of gross investment to GDP is strongly positively correlated with the growth rate, but the timing evidence suggests that much of this association may reflect the reverse impact of growth prospects on the attractiveness of investment, rather than the favorable effect on growth from exogenous variations in the willingness to save.”* (BARRO & SALA-I-MARTIN, 1995, pg. 7).

Alternativamente, Nelson (1996) associa o crescimento econômico à evolução da produtividade das empresas, a qual depende de três fatores fundamentais. Em primeiro lugar, a empresa é vista como um sistema social cujo desempenho depende da motivação de seus membros e das decisões administrativas tomadas em seu domínio. Como esses fatores são distintos para cada caso, há uma grande variedade de desempenho entre empresas individuais e setores da economia. Em segundo lugar, no que diz respeito às fontes do progresso tecnológico, o autor defende que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas privadas são influenciados pela incerteza intrínseca relacionada com esse tipo de atividade, assim como pelo aparato institucional vigente, tal como os direitos de propriedade definidos sobre o conhecimento desenvolvido. Por isso, o progresso tecnológico depende do comportamento de todos os atores sociais envolvidos no processo, incluindo as empresas, o governo e as universidades. Terceiro, o autor vê uma relação simultânea entre as supostas fontes econômicas do crescimento. Isto é, a acumulação de capital físico e humano, se por um lado condicionam o progresso tecnológico, por outro lado são condicionados por ele, devido a diversos mecanismos. Por isso, há uma necessidade de se considerar as forças não-econômicas que estruturam o ambiente no qual o crescimento econômico ocorre, como, principalmente, as instituições políticas e sociais vigentes²⁵.

3.1.2. Ciclos Econômicos

Os ciclos econômicos são entendidos como flutuações periódicas e alternadas do agregado das atividades de uma economia, afetando o seu produto e o seu nível de emprego, em um curto prazo (SANDRONI, 2004; ROMER, 2001). As flutuações apresentam períodos de recessão, caracterizados por quedas do nível de produto e emprego, e elevação do desemprego, e períodos de expansão, caracterizados por elevações do produto e do emprego, e queda da taxa de desemprego. Entender as causas determinantes dessas flutuações agregadas é um tema central da macroeconomia, em todo o seu desenvolvimento histórico.

²⁵ Em resumo, nas palavras do autor, os tradicionais modelos de crescimento econômico são passíveis de críticas porque “... há quatro aspectos dos processos pelos quais as novas tecnologias são geradas que acabam sendo suprimidos ou ignorados nesses modelos: 1 o considerável grau de incerteza envolvido; 2 o fato de existirem normalmente múltiplos empreendedores de P&D; 3 quando a pesquisa e o desenvolvimento são feitos em moldes competitivos, o regime dos direitos de propriedade da tecnologia influencia e envolve significativamente os incentivos à P&D; e 4 em muitas tecnologias, o “aprender fazendo” constitui um importante complemento ou sucedâneo da P&D.” (NELSON, 1996, pg. 59).

Empiricamente, é observado que as flutuações não são igualmente distribuídas entre os componentes do produto agregado da economia. Os gastos vistos como mais sensíveis aos ciclos são os investimentos e o consumo privado de bens duráveis, ao passo que os mais estáveis são o consumo privado de bens não-duráveis e de serviços, o consumo do governo e a demanda internacional por exportações. Além disso, os movimentos do produto são assimétricos, não em termos de momentos de alta e de baixa em relação a sua trajetória média, mas sim em relação a sua intensidade no tempo. Assim, é comum a ocorrência de períodos longos de trajetória próxima à média intercalados com breves períodos de oscilações mais intensas.

Algumas teorias sobre os ciclos econômicos entendem que a alternância entre períodos de recessão e de expansão ocorre em um processo regular, de movimentos pendulares e autocausadores. Essas hipóteses são denominadas de teorias dos ciclos endógenos.

Contudo, como empiricamente não se comprovou a regularidade das flutuações, tornaram-se cada vez mais aceitas as chamadas teorias de ciclos exógenos. Segundo essa visão, a economia é perturbada em intervalos aleatórios de tempo por choques de vários tipos e intensidades, os quais se propagam por seus diversos setores. Assim, muitas das diferenças entre as escolas de pensamento macroeconômico fundamentam-se na discussão das hipóteses a respeito da natureza dos choques econômicos e dos seus mecanismos de propagação.

Uma especificação mais formal sobre os ciclos econômicos é apresentada por Taylor (2004). O autor identifica como o gênero dos ciclos um conjunto de duas equações diferenciais de semelhante especificação matemática. Supõe-se que a primeira variável do sistema é estável, e que a segunda variável pode apresentar instabilidade ao longo do tempo. Porém, o sistema é convergente, isto é, os choques são absorvidos, gerando os ciclos. Em outras palavras, a oscilação da segunda variável produz uma resposta na primeira equação de modo que leva a segunda variável ao estado inicial. Observa-se que, se o efeito de amortecimento não for forte o suficiente, as equações diferenciais gerarão uma espiral convergente em torno do ponto estacionário. Por outro lado, para que se mantenha o ciclo ao longo do tempo, são necessários choques contínuos no sistema. Assim, de acordo com a formalização teórica de Taylor (2004), as discussões sobre ciclos macroeconômicos se concentram sobre a natureza dos mecanismos que podem criar um valor positivo desestabilizador na segunda variável e os efeitos de amortecimento sobre o sistema.

A corrente principal de pensamento macroeconômico apresenta dois tipos de teorias em relação à natureza dos ciclos²⁶. Em primeiro lugar, os teóricos dos *Real Business Cycle* (RBC) supõem que os ciclos se formam a partir de choques aleatórios de oferta sobre um sistema econômico estável. Na visão desses teóricos, as flutuações são modeladas como respostas das decisões de poupança-consumo e de trabalho-lazer tomadas por agentes econômicos racionais em função do impacto dos choques sobre a sua produtividade, de modo que cada ponto ao longo do ciclo é definido como uma alocação de recursos Pareto-eficiente. Em segundo lugar, os novos-keynesianos supõem que a origem dos choques sobre a economia é a demanda agregada, mais especificamente a política monetária. Segundo os autores, existem imperfeições nos mercados que dificultam o ajuste nominal (como custos de menu, salários-eficiência, etc.) e fazem com que o maior impacto do choque seja no lado real da economia, observado por variações nos níveis de produto e de emprego.

3.1.3. Lei de Okun

Supondo-se que os indivíduos mais pobres da economia tenham a maior parte dos seus rendimentos vindos do fator trabalho, espera-se que o impacto do desempenho macroeconômico sobre o seu bem-estar dependa das condições do mercado de trabalho em cada ponto no tempo.

Nesse sentido, a teoria de Arthur Okun (1965 e 1973) buscou estudar empiricamente a relação entre crescimento econômico e bem-estar social, mensurado pelo emprego do fator trabalho. O autor partiu do problema da mensuração do produto potencial de uma economia, entendido como a medida do produto compatível com o pleno-emprego dos fatores de produção. Em termos formais, a teoria de Okun pode ser representada por:

$$\frac{Y - \bar{Y}}{\bar{Y}} = c(u - \bar{u}) \quad (2)$$

Segundo o autor, Y é o nível real de produto, \bar{Y} representa o nível potencial de produto, u é a taxa de desemprego, \bar{u} representa a taxa de desemprego compatível com a economia operando na sua taxa natural de desemprego (por suposição, o autor fixou essa variável em 4%), e c é a sensibilidade do desemprego em relação a variações do produto.

²⁶ No que diz respeito à política econômica implícita na correção dos ciclos, no entanto, ambas teorias convergem no que ficou conhecido como “Novo Consenso Macroeconômico”, ou “Nova Síntese Neoclássica”.

Estatisticamente, Okun identificou que o crescimento e o desemprego são variáveis negativamente correlacionadas, mas não na mesma proporção. É necessário um crescimento de cerca de 3,5% ao ano para manter o nível de emprego constante, já que, com o progressivo crescimento da produtividade da mão-de-obra na economia, cada vez são necessários menos trabalhadores para produzir um mesmo montante de produto. E ainda, para cada 1% extra de crescimento real do PNB, haveria uma redução de cerca de 1/3 percentual da taxa de desemprego²⁷. Segundo Okun (1965, pg. 22),

In the first place, it reminds us that the economy loses ground if it stands still. Unless the growth of output keeps pace with our ever-expanding potential, the unemployment rate tends to rise. The nation needs continually to set new records in production and sales. Its economy needs to grow bigger and better than ever before – because its labor force, capital stock, technology, and managerial and organizational resources are always getting bigger and better.

Além disso, segundo Okun (1965) as medidas estatísticas de desemprego subestimam os custos de bem-estar vigentes em uma economia estagnada, por três razões. Em primeiro lugar, o desemprego provoca um efeito-desânimo nos trabalhadores que permanecem muito tempo procurando empregos sem conseguir, o que reduz a força de trabalho da economia. Em segundo lugar, o desemprego eleva as ocorrências de contratos de trabalho em tempo parcial, de pagamento também reduzido para o trabalhador. Por fim, elevadas taxas de desemprego provocam perdas de produtividade da mão-de-obra.

Um mercado de trabalho aquecido, por outro lado, é benéfico aos trabalhadores mais pobres não apenas por significar a criação de novos empregos, mas também por melhorar a qualidade dos empregos existentes. Segundo o autor (1973), essa melhora na qualidade dos empregos não ocorre devido efeitos de substituição de empregados dentro das empresas de acordo com critérios de produtividade individual, mas sim pela contratação de novos empregados por parte das empresas mais produtivas, que pagam salários mais elevados aos seus contratados por mecanismos de salário-eficiência²⁸.

²⁷ Para o autor, essa relação não é universal, mas depende de fatores institucionais e tecnológicos. Além disso, possui um comportamento dinâmico ao longo do tempo.

²⁸ Isto é, as empresas pagam salários acima da produtividade do trabalhador como um incentivo para que ele se esforce em não provocar justificativas para sua demissão.

3.2. Desigualdade, Pobreza e Ciclos Econômicos: Aspectos Teóricos

3.2.1. Como o Desempenho Macroeconômico Afeta o Padrão de Vida e a Pobreza

Os indicadores de desigualdade e de pobreza, que mensuram os níveis de padrão de vida de populações, são afetados diretamente por choques macroeconômicos, e isso ocorre de maneira diferenciada entre os diversos grupos de agentes e os setores da economia. Ferreira et. al (2000) cita cinco diferentes mecanismos que podem explicar esse fenômeno.

Em primeiro lugar, pela variação dos preços relativos. Os choques macroeconômicos, assim como as políticas de ajuste posteriormente adotadas tendem a afetar os preços de cada setor da economia diferentemente, de acordo com a natureza de cada choque e as características estruturais de cada setor. Isso provoca variações no diferencial de lucratividade, de níveis de emprego e de salário pagos aos trabalhadores entre os setores. Em caso de problemas de rigidez nominal – de preços e de salários – e de mobilidade de recursos entre os setores, haverá um desemprego persistente após o choque, fazendo com que os indivíduos mais pobres, mais propensos a perder o emprego, sofram os impactos do ciclo econômico com mais vigor.

Em segundo lugar, pela variação na demanda por mão-de-obra. Nos períodos de crise econômica, ou após a adoção de políticas contracionistas, há uma retração da demanda agregada da economia. Isso significa uma diminuição de demanda tanto por bens e serviços produzidos, como para os seus fatores de produção, como a mão-de-obra, o que provoca desemprego. Nesse caso, o efeito do choque macroeconômico é diferente para cada tipo de trabalhador, de acordo com a sua probabilidade de perder o emprego. Por exemplo, os trabalhadores de menor qualificação são os mais prováveis de cair na informalidade, passando a receber salários estruturalmente mais baixos.

Terceiro, pela variação no retorno a títulos financeiros. Nos períodos de crise macroeconômica, sobretudo nos países latino-americanos, costuma haver acelerações inflacionárias, ao passo que as políticas de ajuste invariavelmente incluem elevações da taxa de juros. Isso provoca variações na renda de agentes poupadores e detentores de títulos. Como o processo inflacionário pode ser caracterizado como um imposto cobrado pela posse de dinheiro, isso incentiva os agentes a demandar menos meios de pagamento, e investir em

títulos e ativos diversos. Todavia, com a exclusão financeira, característica em populações de menor renda, o resultado é que esses grupos tenham menores condições de defender sua renda contra a desvalorização. Em suma, os pobres acabam arcando com a maior parte do ônus do imposto inflacionário.

Quarto, pelo efeito sobre as políticas públicas. Nas crises econômicas, com a retração da renda agregada, a base de tributação do governo se retrai, comprometendo os gastos públicos. Essa situação pode ser agravada se as políticas de ajuste adotadas contra a crise incluírem contrações fiscais. A diminuição no gasto público pode prejudicar com mais intensidade os grupos sociais mais dependentes dos bens e dos serviços públicos, que, quase invariavelmente, consistem nos mais pobres da sociedade. Essa hipótese foi testada e confirmada pelo trabalho empírico de Hines et al. (2001) para a economia norte-americana.

Quinto, pelos efeitos dos choques sobre as comunidades de agentes. As crises econômicas empiricamente tendem a provocar um impacto negativo sobre o capital social de uma economia, com o incentivo a migrações e o acirramento de tensões étnicas, religiosas e raciais.

Os agentes econômicos, incluindo indivíduos, famílias e empresas, tendem a responder aos choques macroeconômicos e às políticas de ajuste de acordo com os impactos que recebem mais diretamente. Assim, por exemplo, espera-se que elevações do nível geral de preços provoquem reduções no consumo agregado²⁹. Além disso, as variações de lucratividade acabam incentivando a mudanças no volume de produção entre os setores da economia. Por outro lado, a dinâmica do mercado de trabalho afeta a composição da população empregada, prejudicando grupos sociais mais sensíveis, tais como as crianças, as mulheres, os trabalhadores informais e os mais pobres em geral, ou mesmo estimula a migração de populações em busca de melhores condições de vida. E ainda, as oscilações da taxa de juros real (afetada pelos juros nominais e pela inflação), alteram a composição da poupança e da alocação da riqueza acumulada pelas famílias. Muitas dessas reações dos agentes envolvem escolhas com repercussões de longo prazo, o que gera efeitos sociais mais duradouros dos choques macroeconômicos, ou até mesmo irreversíveis, sobre o bem-estar social.

²⁹ Esse mecanismo é conhecido na macroeconomia como “Efeito Pigou”.

De acordo com Ferreira et al. (2000), a magnitude do impacto dos choques econômicos sobre as condições de vida da população dependeriam de quatro fatores. Em primeiro lugar, da própria natureza desses choques, isto é, sobre quais setores da economia afeta mais diretamente. Em segundo lugar, das condições iniciais das famílias, tanto em termos de renda, como em termos de utilidade e posse de bens de consumo e de capital (inclusive capital humano). Terceiro, das condições de vida da população em termos regionais, tanto por estados, como por municípios. Quarto, de acordo com as respostas aos choques em termos de política econômica. Desse modo, as crises macroeconômicas, assim como suas respostas políticas, não afetam identicamente todos os indivíduos e famílias em uma economia. O efeito é diferenciado por aspectos tais como o setor de emprego, os seus níveis iniciais de riqueza, as localidades geográficas de residência, o gênero, a raça ou o grupo étnico.

De acordo com autores como Agénor (2001) e Lustig (2000), os indivíduos mais pobres são mais vulneráveis a sofrer as conseqüências de choques econômicos negativos. Isto é, os ciclos macroeconômicos exercem efeitos assimétricos sobre a pobreza, de modo que enquanto nos momentos de recessão os índices de pobreza aumentam, nas expansões econômicas a sua reversão é limitada, em um processo descrito como efeito de histerese sobre as condições de vida da população. Os autores identificam uma série de fatores pelos quais os pobres são mais afetadas pelas recessões macroeconômicas.

Em primeiro lugar, os pobres apresentam um menor acesso à seguridade social. Isso pode ocorrer tanto devido à natureza de seus empregos (como os trabalhadores domésticos e os auto-empregados, que não costumam ser cobertos pela regulamentação trabalhista), como também decorrente de sua exclusão legal e política frente às instituições, o que reduz a demanda social por programas de transferência de renda e política fiscal focada sobre a redução da pobreza. Além disso, em países subdesenvolvidos, os trabalhadores mais pobres muitas vezes estão empregados em micro e pequenas empresas que não possuem recursos suficientes para investir em sistemas de contribuição social.

Em segundo lugar, é muito comum que as crises macroeconômicas sejam acompanhadas por concentração de renda. Isso acaba por enfraquecer o impacto de futuros momentos de expansão econômica sobre a redução da pobreza.

Terceiro, as expectativas dos agentes podem prolongar os momentos recessivos dos ciclos econômicos. Sabendo-se que o grau de confiança dos agentes varia ao longo do ciclo econômico, as firmas e os consumidores podem se tornar mais pessimistas durante as fases de contração do que otimistas nas fases de expansão. Isto é, as recessões presentes podem influenciar mais o comportamento dos indivíduos do que o seu grau de otimismo em relação ao futuro. Se isso ocorrer, haverá uma redução na expectativa de lucratividade pelas firmas, o que reduz seus investimentos e tornam o produto e a demanda por mão-de-obra menos sensíveis a choques positivos do que a choques negativos, de modo que o desemprego gerado nas recessões demore a ceder.

Quarto, os ciclos econômicos recessivos podem ser potencializados por restrições de crédito. As recessões econômicas geralmente são acompanhadas por elevações nas taxas de juros, tanto em relação à taxa de mercado, causada pelo maior risco de insolvência que as instituições financeiras enfrentam, como também em relação à taxa do governo, já que as autoridades monetárias procuram adotar políticas restritivas para defender a moeda doméstica contra ataques especulativos. Os bancos, nessa situação, nem sempre repassam os ganhos de juros para seus depositários, já que têm seus custos de risco elevados. Além disso, para não deteriorar ainda mais o seu portfólio de aplicações, os bancos evitam emprestar recursos para agentes com maior risco de insolvência, o que, em momentos de incerteza, como nas recessões, pode levar a problemas de restrição de crédito devido à seleção adversa³⁰. Assim, o racionamento de crédito aprofunda o impacto da recessão na economia, inibindo investimentos e a demanda por mão-de-obra. Como esse efeito não costuma ocorrer com sinal inverso durante os momentos de crescimento econômico, provoca uma histerese de desemprego na economia.

A problemática das restrições de crédito para a população mais pobre no caso norte-americano, e suas conseqüências sobre o bem-estar, o funcionamento do setor financeiro e a própria instabilidade macroeconômica internacional contemporânea é explorada por Dymski (2007 e 2008). Para o autor, esse fator, denominado “exclusão financeira”, ocorre como conseqüência das tradicionais estratégias de localização e de atuação dos bancos nos Estados Unidos, focando-se em clientes de renda estável e riqueza positiva, e evitando localizar-se em

³⁰ E também pelo alto grau de preferência pela liquidez no setor financeiro.

bairros pobres das grandes cidades, sobretudo aqueles habitados por negros e imigrantes latino-americanos³¹. Nas palavras do autor (2007, pg. 9),

Suppose there are two banks, A and B, both with branches in inner-city and suburban (that is, upper-income, predominantly non-minority) portions of a city. For simplicity, the question is where they should make mortgage loans. If both banks A and B make mortgage loans in the same area, home prices there will be stable or increase, and the liquidity risk of owning a home there will fall (for potential homeowners). If only one bank lends in one area, price and liquidity spillovers will not be realized. The question is, where to lend? A redlining outcome readily emerges if residents of one area (the suburbs) have systematically higher levels of financial assets – and hence more time deposits – than residents of the other area (the inner-city). (...), both lenders capture spillover gains (in greater price stability and reduced liquidity risk) from one another by lending in the suburbs and avoiding inner-city lending. If just one bank “bucks the trend” and lends in the inner city, the loans it makes will be risky, and its suburban loans may even be riskier than otherwise. Because of lower income levels in the inner city, residents there have fewer time deposits; banks lending there must compensate by relying more heavily on borrowed funds, *ceteris paribus*, increasing their liquidity risk. So the solution of the prisoner’s dilemma is clear – lenders avoid the stagnant inner city and compete for mortgage loans in the suburbs.

Dymski ressalta que o processo de desregulamentação do setor financeiro norte-americano nas décadas de oitenta e de noventa levou à adoção de novas estratégias de atuação por parte dos bancos. As instituições bancárias passaram a criar títulos com juros mais elevados destinados aos clientes de maior risco de inadimplência, como, principalmente, o *subprime*. Assim, a tradicional “exclusão financeira” deu lugar, no final da década de noventa, a uma “exploração financeira” dos mais pobres. Por outro lado, o crescimento desenfreado dos títulos de alto risco em um momento de baixa preferência pela liquidez por parte do setor bancário norte-americano determinou a atual crise financeira do país, com a mudança de expectativas por parte dos emprestadores devido à incerteza. Segundo Dymski (2007, pg. 14),

In sum, as these new credit markets emerged, the previous solution to the prisoners’ dilemma regarding bank lending in inner-city areas was inverted. Before, banks would be reluctant to make any loans in inner-city areas, leading to credit starvation for their residents. Now, banks rushed in, sometimes directly and more often through intermediaries, to make and securitize subprime and payday loans in inner-city areas. Both lenders might choose to make exploitative loans in the same locales, while making prime loans in others. Both prime-heavy and subprime-heavy areas were awash with credit. The difference was that much of the debt in subprime-heavy areas was contracted at terms and conditions that threatened borrowers’ future financial sustainability. Indeed, banks and markets learned to regard aggressive and even expectationally unsustainable terms and conditions on borrowers as normal business practices. And these practices soon migrated from inner-city areas to the broader markets.

Segundo Agénor (2001), o impacto do racionamento de crédito sobre a crise econômica depende de dois fatores. Em primeiro lugar, da concentração do mercado financeiro, a qual tende a se aprofundar nas recessões, já que muitas vezes os bancos menores,

³¹ Por essa razão, o autor destaca que a exclusão financeira norte-americana é um fenômeno de discriminação não apenas social, mas também racial.

mais frágeis financeiramente, tem maior propensão a falir. Em segundo lugar, da dependência das firmas em relação ao crédito bancário. Enquanto que as firmas maiores procuram financiar seus investimentos com recursos próprios, as pequenas e médias empresas dependem mais de empréstimos do sistema financeiro para custear suas atividades, e isso ocorre mais freqüentemente nas economias subdesenvolvidas. Contudo, são essas empresas que empregam mais mão-de-obra em sua função de produção, de modo que são as suas decisões de investimento que têm maior potencial de afetar a pobreza da sociedade.

A restrição ao crédito também pode afetar negativamente o consumo das famílias mais pobres, tanto pelo problema da seleção adversa, como pela deterioração no preço dos ativos, o que provoca um efeito-renda negativo permanente sobre os mais pobres. Sabe-se que os mais pobres são menos protegidos contra os choques econômicos recessivos, já que possuem menos ativos e acesso à poupança, e tendem a ser excluídos dos mercados privados de crédito, pelos problemas de informação assimétrica e custos de transação³². Assim, para manter um padrão de consumo mínimo para a subsistência, os agentes mais pobres podem ser levados a adotar escolhas de alocação de trabalho sub-ótimas nas suas famílias, como o trabalho infantil. E, se mesmo assim o consumo de subsistência familiar não for atingido, haverá um impacto negativo sobre a qualidade de sua saúde e nutrição.

Os ciclos econômicos também exercem um efeito de substituição de trabalhadores no mercado de trabalho. Nas crises, há um efeito assimétrico sobre o emprego e a produtividade nas firmas, de modo que os trabalhadores mais qualificados tendem a permanecer em seus empregos com maior rigidez. Isso ocorre porque esses trabalhadores, em geral, são mais difíceis de serem repostos futuramente pelas empresas, tanto como consequência da especificidade de seu capital humano, como devido aos custos de treinamento assumidos para transferir outros trabalhadores para suas ocupações. Nesse caso, os trabalhadores menos qualificados (e, por conseguinte, com menor produtividade) tendem a ser mais sensíveis aos ciclos econômicos, em termos de níveis de emprego e de salários. Por esse fator, verifica-se uma maior dispersão salarial nas economias com maior desigualdade de qualificação.

³² Segundo Lustig (2000), os pobres tendem a adotar dois tipos de estratégia para contornar sua exclusão dos mercados privados de crédito e de se proteger em relação às incertezas econômicas. Em primeiro lugar, pelas estratégias de redução do risco ex-ante, pela combinação de trabalho em atividades geradoras de renda com baixa covariância entre elas e com menor risco, mesmo que isso signifique menor rentabilidade. Em segundo lugar, pelas estratégias de cópia de risco ex-post, pela poupança na forma de ativos físicos e pela criação de redes informais de compartilhamento de risco em nível comunitário. Contudo, mesmo com esses mecanismos, a redução do nível de consumo das famílias mais pobres é evidente nos períodos de recessão econômica.

Bonelli & Ramos (1993) acrescentam que essa teoria, quando adaptada à realidade das economias subdesenvolvidas, deve levar em conta que, nesses ambientes, existem problemas no mercado de trabalho tais como mercados imperfeitos ou incompletos, assimetria de informação entre os agentes, estruturas de competição imperfeitas e dificuldades de comunicação. Por isso, nesses casos, a qualificação não é o único determinante da rigidez e da desigualdade no mercado de trabalho. Isto é, acabam sendo influentes as questões dos chamados mercados internos de trabalho (entendidos como as características específicas de cada setor e cada região da economia), assim como os custos de rotatividade da mão-de-obra, o poder de barganha dos trabalhadores organizados, ou sindicalizados, e fatores institucionais, tais como as políticas trabalhistas vigentes e o salário mínimo.

Por outro lado, é possível que, nas expansões econômicas, as firmas prefiram investir no aumento de sua produtividade, aplicando recursos na compra de capital fixo, ao invés de recontratar os trabalhadores menos produtivos. Isso é possível de acordo com o grau de substitutibilidade entre a mão-de-obra não-qualificada e o capital fixo, e o grau de complementaridade entre a mão-de-obra qualificada e o capital fixo em sua função de produção. Esse fator provoca uma persistência no desemprego dos trabalhadores menos qualificados ao longo do ciclo econômico.

Por fim, em alguns casos, a recessão pode exercer um impacto permanente sobre a situação de pobreza crônica na economia. Isso ocorre quando a crise provocar um efeito-renda negativo sobre as famílias mais pobres, uma vez que pode conduzir a menores taxas de frequência escolar por parte de seus filhos e menores gastos com saúde, o que, no agregado, pode gerar um efeito simultâneo e cumulativo sobre o desempenho macroeconômico, em um círculo vicioso. Segundo Lustig (2000, pg. 5),

Because shocks to household income affect investment in schooling, nutrition and health, potentially reducing the human capital of the poor, they can hinder the ability of the poor to grow out of poverty. Furthermore, an irreversible impact on the human capital of the poor is not just bad for the poor but can affect the overall performance of the economy in the medium run. This is particularly the case when nutrition and educational attainments suffer during recessions.

3.2.2. Desigualdade e Pobreza nos Modelos de Crescimento Econômico

A visão tradicional nas teorias sobre o crescimento econômico é que a sua dinâmica exerce um efeito de *trickle-down* sobre a pobreza, isto é, de transferência relativa de recursos

dos mais ricos para os mais pobres da economia. Segundo essa visão, a acumulação de capital tende a elevar o montante de recursos disponíveis nos mercados de crédito da economia, de modo que os mais pobres têm cada vez mais condições de investir em seus negócios para procurar melhorar as suas condições de vida.

Contudo, de acordo com Gafar (1998), o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente, para reduzir a pobreza de uma população. Para que a pobreza ceda, é necessário que o crescimento seja forte o suficiente para elevar a demanda agregada por empregos e elevar os salários reais de todos os trabalhadores. Isso não ocorre, por exemplo, se o crescimento for urbano-viesado, mais intensivo em capital físico, financeiro e humano do que em mão-de-obra, e concentrador de empregos sobre os indivíduos mais qualificados. Nesses casos, a pobreza pode até mesmo aumentar com o crescimento econômico.

Segundo Deaton (2004), o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza depende da distribuição da renda e do consumo entre os agentes econômicos. Além disso, importa a direção desse crescimento, isto é, se beneficia mais os mais ricos, os mais pobres, ou a sociedade como um todo. Por fim, o autor argumenta que há um problema metodológico na mensuração do impacto do crescimento econômico sobre a pobreza. O autor aponta o “Efeito Al Capone”, segundo o qual, com o crescimento econômico, as atividades econômicas informais dos países subdesenvolvidos passam a ser cada vez melhor mensuradas empiricamente. Como as atividades informais estão geralmente ligadas aos mais pobres, a redução da pobreza nesses casos de crescimento tende a ser sobreestimada.

Os fundamentos da relação teórica e empírica entre crescimento econômico e pobreza são explorados por Ravallion (2004), de acordo com a teoria do crescimento pró-pobre. Esse conceito pode ser entendido por dois conceitos distintos. Em primeiro lugar, é o crescimento econômico com variações distributivas que favorecem os indivíduos mais pobres, de modo que a pobreza diminui mais do que diminuiria sem essas mudanças. Em resumo é o crescimento no qual a variação positiva da renda dos indivíduos pobres é superior à dos não-pobres. Em segundo lugar, é o crescimento econômico compatível com uma redução na pobreza mensurada com base em algum índice absoluto.

Observando diversos trabalhos empíricos, Ravallion chega à conclusão geral de que não há uma correlação entre variações na desigualdade e crescimento econômico. No entanto,

o autor observa que as estimativas sobre a evolução de indicadores de desigualdade não são totalmente confiáveis, por dois motivos principais. Primeiro, erros de medida nesses estudos são muito comuns. Segundo, porque os índices de desigualdade mais comuns (como o coeficiente de Gini) não são apropriados para se avaliar a variação da pobreza ao longo do tempo, tanto porque são incapazes de diferenciar em quais quantis de renda que ocorrem as variações de desigualdade, como também porque medidas relativas podem acabar por ignorar a evolução da pobreza absoluta na economia.

Por outro lado, é fácil observar que o crescimento econômico tende a reduzir os indicadores de pobreza na sociedade. Ou seja, o crescimento é naturalmente pró-pobre pela segunda definição do termo, mas não conclusivamente pela primeira. Todavia, a elasticidade da redução da pobreza em função do crescimento tende a variar muito de economia para economia, e isso ocorre devido a dois fatores primordiais.

Em primeiro lugar, pelo nível inicial de desigualdade na economia. Quanto maior for a desigualdade inicial em um país, por exemplo, menores deverão ser os ganhos dos mais pobres em relação ao crescimento³³. Ravallion apresenta a seguinte equação para estimar essa hipótese:

$$\text{taxa redução da pobreza} = [\text{constante} \times (1 - \text{índice desigualdade})^\theta] \times \text{taxa crescimento} \quad (1)$$

Nessa equação, o termo constante é negativo, o termo entre colchetes representa a elasticidade da pobreza em função do crescimento, e θ é maior ou igual à unidade, de modo que a desigualdade tem retornos decrescentes, isto é, maiores níveis de desigualdade têm progressivamente menor impacto sobre a elasticidade conforme a desigualdade aumenta. Em ambientes de alta desigualdade, a equação mostra que os pobres se beneficiam pouco do crescimento. Em uma hipotética situação de desigualdade extrema, só um indivíduo da sociedade se apropria dos ganhos do crescimento.

A desigualdade não deve ser vista como função apenas da renda. Ela pode ser de natureza multidimensional, como, por exemplo, de acesso a meios de acumulação de capital humano e físico, ou de acesso a bens públicos, como bens de infra-estrutura e serviços sociais.

³³ Segundo Ravallion, o contrário também é verdadeiro, isto é, em algumas situações a desigualdade pode proteger os pobres de efeitos mais severos decorrentes das contrações econômicas.

Mesmo nessas situações, ela dificulta o aproveitamento de oportunidades, e prejudica os mais pobres frente a crescimento econômico.

Em segundo lugar, a elasticidade de redução da pobreza em função do crescimento econômico depende das variações da distribuição de renda em cada sociedade, o que depende fundamentalmente de fatores institucionais específicos a cada uma. Por outro lado, também depende da natureza setorial e regional do crescimento econômico, e da sua relação com a distribuição da população pobre nessas regiões e setores da economia³⁴.

Ravallion conclui seu trabalho argumentando que a desigualdade e a pobreza, quando encontradas em patamares muito elevados, podem se tornar fatores que inibem o crescimento econômico. Isso pode ocorrer por dois fatores: primeiro, pela exclusão financeira, de acordo com mecanismos semelhantes aos apresentados por Dymski (2007 e 2008), Agénor (2001) e Lustig (2000)³⁵; segundo, pela instabilidade macroeconômica causada por conflitos sociais que atrapalhem as decisões de política econômica por parte das autoridades competentes.

Essa mesma problemática foi abordada por Kakwani et al. (2006). Os autores procuraram desenvolver uma nova metodologia de mensuração de um crescimento econômico pró-pobre, levando em conta não apenas a variação da média da renda, mas também a desigualdade (variância) dessa renda entre os indivíduos. O crescimento pró-pobre é, nesse trabalho, entendido como um crescimento econômico que reduz a desigualdade, isto é, que reduz a privação relativa dos indivíduos mais pobres em relação aos menos pobres, cuja mensuração relativa é realizada por meio de um fator de ponderação incluído no indicador. A metodologia de decomposição dos efeitos incluídos nessa noção de crescimento pró-pobre procura explorar as relações entre o crescimento econômico e o mercado de trabalho, incluído variáveis tais como o nível de emprego, as horas trabalhadas, a força de trabalho, a produtividade e os retornos da educação à mão-de-obra.

³⁴ Ravallion cita como exemplos a concentração de pobres nas regiões rurais da China e da Índia, ao passo que o crescimento econômico recente nesses países tem caráter urbano-viesado.

³⁵ *“In many developing countries, a plausible way this can happen stems from the existence of credit market failures, which mean that some people are unable to exploit growthpromoting opportunities for investment in (physical and human) capital. And it will tend to be the poor for whom these constraints are most likely to be binding. With declining marginal products of capital, the output loss from the market failure will be greater for the poor. So the higher the proportion of poor people there are in the economy the lower the rate of growth. Then poverty is self-perpetuating.”* (RAVALLION, 2004, pg. 18).

Assim, algumas teorias mais modernas sobre o crescimento econômico procuram levar em conta os efeitos da desigualdade e da pobreza, tanto exógena como endogenamente, sobre o ritmo e os aspectos qualitativos do processo de desenvolvimento econômico.

Um modelo teórico buscando estudar a relação entre a desigualdade salarial e os ciclos econômicos foi elaborado por Barlevy & Tsiddon (2004). Os autores desenvolveram um modelo de equilíbrio geral para explicar a desigualdade salarial entre diferentes trabalhadores, a qual é supostamente causada por mudanças tecnológicas. Assim, de acordo com o modelo, as pessoas mais aptas a trabalhar com a dada tecnologia tendem a ganhar mais durante um certo período de tempo, até que os salários converjam. Além disso, supõe-se que a aptidão do trabalhador é, em parte, endógena, dependendo das suas escolhas intertemporais entre trabalho e estudo. De acordo com a sua racionalidade, os indivíduos escolhem trabalhar nos períodos de maior produtividade, isto é, durante as expansões econômicas, e se dedicarem aos estudos nos momentos de recessão. Assim, diante de crises, há um crescimento do desemprego (voluntário, por parte de agentes que se retiram do mercado de trabalho para se qualificar), e da desigualdade, de acordo com os diferenciais de aptidão dos trabalhadores frente às inovações tecnológicas vindas com o choque. Contudo, conforme a economia cresce, a convergência de salários reduz gradualmente a desigualdade. De acordo com essa teoria, conclui-se que as recessões em si não provocam diretamente a desigualdade, que provém dos diferenciais de aptidão dos trabalhadores, mas colaboram com o seu crescimento em momentos que já está tendendo a crescer.

Por outro lado, de acordo com o modelo apresentado por Aghion & Bolton (1997), o efeito de *trickle-down* sobre a pobreza ocorre, mas é afetado por imperfeições e particularidades do sistema econômico. Essa teoria baseia-se na idéia de que a economia é composta por agentes que maximizam intertemporalmente uma função de utilidade de Leontief envolvendo níveis de consumo (c) e de lazer (b), assim como um custo de esforço sobre seus empreendimentos (C):

$$U = \min\{(1 - \delta)c; \delta b\} - C(p) \quad (3)$$

Para isso, os agentes podem tomar três tipos de decisão ao longo de suas vidas, de acordo com sua dotação de recursos em cada momento. Os agentes mais pobres só podem alocar seu tempo trabalhando. Os agentes de classe média podem alocar seu tempo no trabalho, e parte de sua dotação inicial de recursos em seus próprios empreendimentos. Já os

agentes de classe alta podem, além de trabalhar e de aplicar recursos em seus negócios, podem investir nos mercados de crédito, e financiar os empreendimentos alheios. Contudo, essa economia apresenta um problema de custo moral, já que a probabilidade de um empreendimento obter sucesso (p) é função do esforço individual do investidor (a) e de sua rentabilidade do negócio (r). Como os agentes mais pobres se apropriam de menor parcela da rentabilidade de seus negócios, a qual fica, em sua maior parte, com os proprietários do capital investido, eles têm menos incentivos para se esforçar no sucesso de seus empreendimentos. Dessa forma, o custo de esforço é uma função decrescente do nível de dotação de recursos iniciais de cada agente:

$$C(p) = \frac{rp^2}{2a} \quad (4)$$

Os empreendedores maximizam uma função-lucro envolvendo a rentabilidade esperada de seus negócios (pr), o custo do capital pago aos seus proprietários e o custo de esforço em seu sucesso:

$$\max_p \{ pr - p(1-w)\rho(w) - C(p) \} \quad (5)$$

A solução desse problema é dada por:

$$p(w) = a \left(1 - (1-w) \frac{\rho(w)}{r} \right) \quad (6)$$

Nessa equação, a taxa de juros p é uma função inversa da dotação inicial de recursos do agente. Devido ao problema de custo moral, já descrito anteriormente, essa taxa tende a ser mais elevada para os agentes pobres, o que cria um problema de restrição de crédito na economia.

Na dinâmica do desenvolvimento econômico proposta por esse modelo, o efeito *trickle-down* ocorre pela acumulação de capital, que eleva a oferta de fundos emprestáveis na economia. Assim, no início, há um acirramento da desigualdade, já que os agentes inicialmente mais ricos se apropriam de parte dos ganhos dos empreendimentos alheios devido ao custo de seu capital. Contudo, com a acumulação de capital, eleva-se a oferta de fundos na economia, o que aumenta a concorrência entre os capitais e reduz a taxa de juros. Com isso, a classe média começa a ganhar cada vez mais dinheiro de seus investimentos, ao

passo que os pobres tendem a se aproximar da classe média. Em resumo, as desigualdades não são eliminadas no *steady state* desse modelo (ou no longo prazo), mas há uma redução substancial da pobreza.

Os autores concluem sua teoria sugerindo que políticas permanentes de distribuição de renda podem equalizar as oportunidades de investimento pelos agentes e aumentar a eficiência da economia, já que os ganhos de renda pelos mais pobres tendem a elevar seu esforço em garantir sucesso nos seus empreendimentos, reduzindo assim seu custo moral. Como essas políticas incentivam novos investimentos na economia ao mesmo tempo em que incentivam o maior sucesso dos novos empreendimentos, elas elevam o produto de *steady state* da economia, e, nesse sentido, são consideradas pelos autores como eficientes no sentido de Pareto.

3.3. Crescimento Econômico e Pobreza: *Does the Rising Tide Lift All Boats?*

Segundo a teoria econômica tradicional do mercado de trabalho, um indivíduo escolhe se vai participar ou não da força de trabalho (em outras palavras, se vai oferecer a sua mão-de-obra no mercado) comparando o seu salário esperado com suas outras disponibilidades de renda (como transferências e rendimentos de títulos financeiros) e de bem-estar, como o lazer. Dessa comparação, o agente definirá um salário de reserva, isto é, o salário mínimo pelo qual decidirá aceitar um emprego. Por outro lado, os empregadores demandarão a sua mão-de-obra comparando as características desse trabalhador, sobretudo em relação a sua produtividade esperada, com as características do emprego que estão oferecendo. Nesse arcabouço teórico, o desemprego é explicado pelo desencontro entre oferta e demanda de mão-de-obra, o qual pode ocorrer quando o indivíduo não recebe propostas de emprego, ou quando as propostas que recebe oferecem um salário abaixo do valor de seu salário de reserva. Isso, por sua vez, pode ocorrer tanto devido a características particulares do indivíduo, como indicadores de produtividade tais como a educação e a experiência profissional, como também por características do mercado de trabalho, que pode ter preferências especiais por determinadas características dos trabalhadores, como a especialização de capital humano, e mesmo por razões de discriminação. Por fim, alguns setores da economia são mais sensíveis aos ciclos do que outros, tais como a construção civil e as manufaturas, e, nesses casos, a demanda por trabalhadores também sofre oscilações cíclicas.

A maior parte da literatura empírica que procura estudar as relações entre o ambiente macroeconômico e os indicadores de desigualdade e de pobreza de uma população parte, em geral, do questionamento de se o crescimento econômico é condição suficiente para se garantir o progresso nos indicadores de bem-estar social dos agentes, pela crescente produtividade e demanda por trabalhadores. Em outras palavras, busca-se testar se a afirmativa “*the rising tide lifts all boats*”³⁶, muito citada nos meios políticos, é verdadeira. Até meados dos anos 1970, era praticamente um consenso na bibliografia que o desenvolvimento estava relacionado ao crescimento econômico apoiado em fatores qualitativos macroeconômicos, tais como o progresso tecnológico. Porém, a partir de meados da década de oitenta, os estudos empíricos que procuraram testar a relação entre o crescimento e progressos das condições sociais dos agentes obtiveram resultados menos otimistas.

Assim, para se ter uma noção mais completa sobre o impacto dos ciclos macroeconômicos sobre o bem-estar de uma população, é necessário que se controle seus efeitos por uma série de fatores. Segundo Freeman (2001), em seu estudo sobre a pobreza nos Estados Unidos, os fatores que diferenciam os impactos dos choques entre os diferentes indivíduos e agentes econômicos de uma sociedade são os seguintes: os aspectos demográficos, a distribuição de renda, as políticas sociais e econômicas adotadas e o comportamento do mercado de trabalho.

3.3.1. Evidências Empíricas para Economias Desenvolvidas

Os primeiros estudos empíricos relacionando o desempenho macroeconômico e o progresso nos indicadores sociais foram realizados ao longo das décadas de 1970 e de 1980, e geralmente confirmavam a hipótese de que o crescimento econômico é uma condição necessária e suficiente para reduzir a pobreza na sociedade. Um exemplo importante nesse sentido é o estudo elaborado por Blank & Blinder (1986), que relacionou a performance macroeconômica e a taxa de pobreza nos Estados Unidos de 1959 a 1983. O trabalho realizado pelos autores consistiu, resumidamente, no uso de séries temporais para explicar a taxa de pobreza nacional como função da taxa de desemprego de homens adultos, da taxa de inflação, das transferências do governo para as famílias e de uma medida de intensidade da pobreza equivalente à razão entre a linha de pobreza nacional e o nível de renda médio de

³⁶ Em português, “Uma maré alta carrega todos os barcos”.

cada domicílio. Os autores concluíram que o desempenho macroeconômico afeta substancialmente a pobreza, de modo que para cada 1% de aumento na taxa de desemprego, há uma elevação de cerca de 0,7% da taxa de pobreza no país. Contudo, o desemprego estaria desigualmente distribuído ao longo da população, afetando com mais intensidade os trabalhadores identificados com menor qualificação. Por exemplo, uma elevação de 1% da taxa de desemprego nacional significaria uma elevação de cerca de 3% da taxa de desemprego dos jovens negros, associados com menor escolaridade e experiência no mercado de trabalho.

Trabalhos empíricos posteriores, no entanto, verificaram o enfraquecimento da relação entre o desempenho macroeconômico e a variação da pobreza. Particularmente ao caso norte-americano, o principal fator apontado pelos autores que contribuiu para isso foi o crescimento da concentração de renda. Por exemplo, no trabalho de Cutler & Katz (1991), o acirramento da desigualdade salarial nos Estados Unidos foi apontado como consequência de uma menor demanda por mão-de-obra não-qualificada nessa economia a partir da crise de 1979-1983. Mesmo no posterior período de crescimento (1983-1989), a nova estrutura da distribuição de renda reduziu o impacto do crescimento sobre a pobreza, a qual não se reduziu aos patamares anteriores a 1979.

Para entender os determinantes da concentração de renda nos Estados Unidos, os autores testaram três hipóteses utilizando séries temporais entre índices agregados de renda e de consumo familiar. Assim, a concentração de renda poderia ter sido causada pela redução na proporção da renda do trabalho sobre o PIB nacional, pela alteração na estrutura familiar dos domicílios, ou por um aumento na desigualdade salarial. A primeira hipótese foi refutada pelo estudo empírico, o qual comprovou que ativos tais como ações, dividendos e títulos públicos são acessíveis para grande parte da população norte-americana, de modo que o crescimento da renda do não-trabalho pouco afetou a distribuição de renda entre as famílias. Em relação à alteração na estrutura familiar, os autores verificaram que o crescimento da proporção de famílias chefiadas por adultos solteiros (principalmente mulheres) contribuiu com um aumento de cerca de 1% nas taxas de pobreza nacionais durante a década de 1980. Contudo, isso não afetou a desigualdade de renda entre as famílias, de modo que não é considerado um determinante do enfraquecimento da relação entre o desempenho macroeconômico e a pobreza³⁷. Portanto, a principal causa da concentração de renda nos

³⁷ Posteriormente, o trabalho de Blank & Card (1993) obteve essa mesma conclusão.

Estados Unidos durante a década de 1980, conforme os testes realizados, foi o crescimento da desigualdade de ganhos salariais, pois os diferenciais de educação passaram a ser mais valorizados, principalmente para os trabalhadores mais jovens, assim como os diferenciais de experiência, já que os mais velhos passaram a ter maiores aumentos salariais relativos, assim como diferenciais demográficos, sobretudo os que podem indicar variações de qualificação entre os trabalhadores.

Tobin (1993) verificou que a relação entre a “maré alta” e o “carregamento de todos os botes” começou a dar sinais de enfraquecimento na economia norte-americana a partir do primeiro choque do petróleo, em 1973. Segundo o autor, isso se deu tanto por causa de uma maré fraca (pior desempenho macroeconômico do que na década anterior), como também por causa de botes mais pesados, identificados por um menor crescimento anual da produtividade do trabalho³⁸. Esse enfraquecimento fez com que as previsões sobre o comportamento dos índices de pobreza fossem subestimadas ao longo de toda a década de 80, reforçado pelo fato de que houve uma concentração do desemprego sobre determinados grupos demográficos no país, como os negros e os mais jovens. O autor ressalta que esse fator pode ter levado a um efeito de desencorajamento no mercado de trabalho³⁹, de modo que os trabalhadores mais propensos a pobreza (os jovens negros) se desestimulam a procurar novos empregos, piorando ainda mais a sua situação.

Uma outra hipótese sobre os determinantes da desigualdade e da pobreza na economia norte-americana durante a década de 80 foi proposta pelo estudo de Blank & Card (1993). Segundo os autores, a concentração de renda seguiu uma dinâmica econômica regional, já que o comportamento do produto, da taxa de desemprego e do mercado de trabalho foi distinto nas diferentes regiões dos Estados Unidos nesse período, o que afeta diferentemente a mobilidade socioeconômica familiar em cada uma. Em seu estudo, os autores utilizaram como método de análise empírica um banco de dados regionais em painel, incluindo a taxa de desemprego, como um indicador de ciclo econômico, o nível mediano e a variância da renda familiar entre as regiões do país, como indicadores da situação o mercado de trabalho ao longo do ciclo.

³⁸ Segundo dados levantados pelo autor, o crescimento da produtividade do trabalho nos Estados Unidos passou de 2,9% ao ano no período de 1950 a 1973 para 0,8% ao ano a partir de 1973.

³⁹ Segundo esse efeito, o aumento das taxas de desemprego reduzem a oferta de mão-de-obra.

O controle por variáveis regionais e temporais levou os autores a concluir que o efeito do desemprego sobre a distribuição de renda em cada região dos Estados Unidos é limitado. Em outras palavras, foi observado que os ciclos econômicos elevam a taxa de desemprego, e isso afeta negativamente a renda familiar, mas o controle em nível regional verificou que as oscilações do nível de emprego estão equilibradamente distribuídas ao longo dos quantis de distribuição de renda no país⁴⁰. Segundo os autores, a ampla distribuição do impacto dos ciclos sobre o bem-estar das famílias decorre do fato de que os mais pobres dependem mais de transferências governamentais⁴¹, e menos do desempenho do mercado de trabalho, para a composição de sua renda familiar. As conclusões foram semelhantes às dos demais estudos empíricos levantados: a relação entre o crescimento econômico e a redução da pobreza se enfraqueceu nos Estados Unidos durante os anos oitenta devido aos menores ganhos de produtividade do trabalho e ao aumento dos níveis de desigualdade salarial. A variação na composição familiar pelo aumento dos domicílios liderados por solteiros, por sua vez, está correlacionada com maiores índices de pobreza, mas não com maior concentração de renda familiar.

No mesmo sentido, Hines et al. (2001) procuraram explicar empiricamente a queda dos salários reais dos trabalhadores norte-americanos ao longo dos anos oitenta e no início da década de noventa. Os autores concluem que há um efeito assimétrico entre o desempenho macroeconômico sobre a pobreza, de modo que o mercado de trabalho é mais fortemente afetado por recessões do que por expansões, além do fato de que os períodos de recessão tendem a ser mais curtos e intensos do que os de expansão econômica. Contudo, essa observação não descarta a hipótese de que os salários são pró-cíclicos, e que a pobreza é contra-cíclica. Os autores estimam que, em média, uma queda de 3% na taxa de desemprego leva a uma queda de 0,6% na taxa de pobreza nos Estados Unidos. Hines et al. (2001), conclui que o grupo demográfico mais afetado pelas crises são os indivíduos de menor nível de educação. Além disso, foi demonstrado que os trabalhadores tendem a migrar de empregos de diferentes rentabilidades conforme o ciclo econômico afeta o mercado de trabalho.

Uma visão alternativa em relação aos demais trabalhos aqui referidos é apresentada por Bowles et al. (1983). Os autores procuram explicar a concentração de renda na economia norte-americana na década de oitenta com base em uma leitura institucional sobre o mercado

⁴⁰ Ou seja, esse resultado contrasta com o que foi levantado pelo estudo de Blank & Blinder (1986).

⁴¹ Pelo menos, até meados da década de 80.

de trabalho e as diretrizes da política econômica do país no início daquela época. Segundo os autores, a recessão ocorrida no início da década foi interpretada pelas autoridades econômicas, e por muitos pesquisadores e analistas⁴², como causada por escassez de capital, cuja solução seria o favorecimento da acumulação de dinheiro pelos indivíduos mais ricos, para incentivar investimentos. Tal visão, e as políticas conseqüentes, como, por exemplo, de cortes tributários para os mais ricos, levaram à concentração de renda nos Estados Unidos.

Todavia, os autores discordam dessa interpretação para a crise, assim como das políticas adotadas. Segundo eles, a crise foi uma conseqüência da dinâmica da organização econômica internacional. Isto é, as empresas norte-americanas, que dominavam a economia mundial desde o final da Segunda Guerra Mundial, passaram a enfrentar maior concorrência de empresas emergentes européias e japonesas. Conseqüentemente, as empresas norte-americanas viram suas margens de lucro diminuírem, e, para compensar, procuraram cortar custos de pessoal, fazendo pressão tanto no mercado de trabalho, como mesmo na política do país, de modo contrário à permanência de proteções legais aos trabalhadores⁴³. Uma solução alternativa para a crise, que atacaria as suas verdadeiras raízes, seriam políticas de combate ao desperdício de recursos nos Estados Unidos, principalmente mediante mecanismos de controle sobre o poder de mercado das grandes empresas.

A partir da década de noventa, os estudos empíricos sobre a relação entre a macroeconomia e a redução da pobreza nos Estados Unidos tornaram-se mais divergentes. Trabalhos como o de Haveman & Schwabish (1999), por exemplo, apontaram um “retorno à normalidade”, em que o crescimento econômico haveria voltado a ser condição necessária e suficiente para a redução da pobreza, sendo a década de 80 considerada uma anomalia. Outros trabalhos, como o de Bradbury (2000) também destacam a maior importância do crescimento econômico contra a pobreza nessa década, mas sem garantir a convergência de bem-estar entre todos os grupos demográficos. Por fim, trabalhos como o de Freeman (2001) são menos otimistas e observam que existem casos de exclusão social na economia norte-americana, de modo que não são todas as grupos sociais que podem se beneficiar da conjuntura do mercado de trabalho da mesma maneira.

⁴² Os autores apelidam essa visão conservadora sobre a recessão norte-americana do início dos anos 1980 como “*trickle-down economics*”.

⁴³ Na visão dos autores, as próprias políticas econômicas contracionistas tomadas no início da década tinham o objetivo de desaquecer o mercado de trabalho para enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores.

Haveman & Schwabish (1999) utilizou séries temporais para mensurar o efeito do desempenho macroeconômico, valendo-se de dados agregados de crescimento econômico e taxa de desemprego, sobre a pobreza nos Estados Unidos. Controlando por *dummies* para os períodos de 1973-81, 1982-92 e 1993-97, o autor concluiu que a performance macroeconômica recuperou o seu vigor contra a pobreza a partir de 1993. O enfraquecimento dessa relação nos anos oitenta pode ser considerado uma anomalia decorrente de mudanças na estrutura do mercado de trabalho, causadas por três fatores. Primeiro, choques tecnológicos que elevaram a demanda por mão-de-obra qualificada, em detrimento de trabalhadores de menor escolaridade. Segundo, pela entrada na força de trabalho norte-americana de jovens e de imigrantes, os quais estão associados à menores dotações de produtividade. Terceiro, a redução dos programas governamentais de assistência social (*welfare*), que incentivou a entrada de trabalhadores menos produtivos na força de trabalho, como, por exemplo, das mães solteiras.

Durante os anos noventa, a expansão econômica favoreceu todos os principais grupos demográficos nos Estados Unidos, conforme aponta o trabalho de Bradbury (2000). Analisando os diferenciais de raça, sexo e idade, a autora concluiu que o crescimento econômico reduziu a taxa de desemprego de maneira mais intensa para os grupos vistos como menos favorecidos economicamente, isto é, os negros e os mais jovens. Contudo, destaca que o crescimento econômico não é condição suficiente para a convergência total dos níveis de bem-estar dos grupos estudados. Isto é, mesmo menores, as desigualdades persistem, motivadas por fatores ligados à produtividade da mão-de-obra (como diferenciais de educação e de treinamento dos trabalhadores), e de efeitos regionais e setoriais referentes ao mercado de trabalho.

Outro trabalho muito importante nesse sentido foi elaborado por Freeman (2001). Segundo o autor, observando a economia norte-americana de 1959 a 1999, houve um crescimento da proporção de famílias pobres, mesmo nos anos de crescimento econômico. O autor aponta como causa para essa tendência a concentração da proporção de desempregados sobre grupos de indivíduos com certas características específicas. Por exemplo, foi observado que os deficientes, as pessoas que cuidam de parentes necessitados e de crianças, os idosos e os imigrantes com baixos níveis de educação tendem a permanecer desempregados por mais tempo do que a média nacional, e isso os tornam mais propensos a permanecer em uma situação de pobreza.

Para a economia norte-americana, e a relação entre crescimento econômico e níveis de pobreza, Freeman (2001) realizou observações muito interessantes. No que diz respeito aos aspectos demográficos, o autor destacou o crescimento do número de famílias lideradas por mães solteiras e o envelhecimento da população. Por um lado, essas famílias monoparentais estão, tal como se imagina, associadas a maiores níveis individuais de pobreza pelos seus membros. O envelhecimento da população, por sua vez, está associado intuitivamente a menores níveis de exposição a choques econômicos, como explica o autor (2001, pg. 8):

Assume that the population consists of two groups: one made up largely labor market participants whose incomes depend greatly on the state of the aggregate economy; and a second group made up largely of nonparticipants, such as retirees or persons on welfare, whose incomes are largely independent of the aggregate economy. A shift in the population near poverty from participants to non-participants would reduce the impact of economic growth on aggregate poverty. As the US population has aged over time, it has arguably shifted from young persons whose poverty status depends greatly on the aggregate economy to older persons whose poverty status does not depend so much on the aggregate economy.

Contudo, em termos empíricos, essa hipótese não se mostra muito significativa para descrever o impacto do crescimento econômico sobre os indicadores de pobreza nos Estados Unidos.

Em relação à distribuição de renda, o autor argumenta que, para um dado nível de renda em uma economia, quanto maior for a sua variância (isto é, a sua desigualdade entre os indivíduos), e maior for a renda média em relação ao nível de renda associado à linha de pobreza, menor seria o impacto esperado do crescimento econômico sobre a redução da pobreza. Contudo, ambos os fatores também não explicam satisfatoriamente a dinâmica da pobreza norte-americana ao longo dos anos oitenta e noventa.

Em relação às questões políticas, o autor afirma que as políticas mais diretas adotadas contra a pobreza consistem nas transferências públicas diretas, tanto de recursos financeiros, como de bens e de serviços providos pelo Estado. Além disso, são igualmente importantes o papel do salário mínimo e da regulação do mercado de trabalho pelos legisladores. Contudo, como nos Estados Unidos a ação do Estado de Bem-Estar Social é considerada mais fraca do que em outros países, tal como a Europa Ocidental, esse fator é tido pelo autor como secundário.

Assim, a melhor explicação para a relação entre o crescimento econômico e os indicadores de pobreza na economia norte-americana refere-se ao comportamento do mercado

de trabalho. Freeman (2001) destaca que, ao longo dos anos sessenta, o crescimento econômico acompanhava proximamente o crescimento da massa de salários reais pagos aos trabalhadores norte-americanos, em uma ordem de 19,3% na década. Contudo, essa relação se enfraqueceu ao longo do período posterior, e o crescimento dos salários caiu para 2,4% na década de setenta, passou por uma contração de 6,5% na década de oitenta e um crescimento de 2,9% na década de noventa⁴⁴. Ou seja, o enfraquecimento da relação entre o crescimento econômico e o crescimento dos salários reais foi o fator que provocou o enfraquecimento da relação entre crescimento econômico e a pobreza no período estudado pelo autor. Além disso, a maior desigualdade entre salários observada a partir dos anos oitenta foi prejudicial para a renda dos trabalhadores mais pobres e menos qualificados, o que colaborou com a elevação dos indicadores de pobreza nessa época, mesmo nos anos de maior crescimento do produto.

O autor conclui o seu estudo argumentando que, se por um lado verificou-se um enfraquecimento na interação entre o crescimento econômico e o mercado de trabalho nos Estados Unidos a partir de meados dos anos setenta, o mesmo não se verificou na relação entre o mercado de trabalho e a pobreza. Ou seja, os indicadores de pobreza só passaram a ceder nos períodos em que o crescimento econômico conseguiu gerar empregos em volume suficiente para incluir os trabalhadores dos grupos demográficos menos favorecidos. Quantitativamente, Freeman (2001) estima que a taxa de desemprego compatível com uma redução na pobreza não deve ser superior a 5%. Como uma situação dessas dificilmente se sustentaria em uma perspectiva de longo prazo, o autor recomenda a adoção de políticas sociais específicas para combater a pobreza.

Os grupos demográficos mais propensos a se manterem em situação de pobreza foram muito bem identificados pelo estudo de Hoynes et al. (2005), que aborda as características gerais e a trajetória da pobreza nos Estados Unidos, no período desde a década de sessenta até 2003. Segundo os autores, os grupos sociais mais propensos à pobreza são os negros (24% são pobres) e os hispânicos, em relação aos considerados brancos (apenas 8% são pobres). Além disso, as mulheres são ligeiramente mais pobres (13,9%) do que os homens (11,7%). Contudo os indivíduos mais próximos da pobreza são os membros de famílias lideradas por mães solteiras (40,3% são pobres) e os de baixo nível de educação (31,3% dos que possuem Ensino Médio incompleto são pobres).

⁴⁴ Segundo Freeman (2001), na década de noventa, houve uma queda de 3,3% nos salários no período de 1989 a 1995, e um crescimento de 6,4% no período de 1995 a 1999.

A trajetória e as tendências da pobreza são examinadas pelos autores testando hipóteses de que estariam correlacionadas com fatores de quatro tipos: o mercado de trabalho, incluindo a desigualdade salarial e sua relação com o crescimento econômico, a estrutura familiar, as políticas públicas e a imigração.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, à desigualdade e aos ciclos macroeconômicos, os autores encontraram evidências empíricas que apontam correlação entre recessões econômicas, elevações do desemprego e aumento dos índices de pobreza na população, e o contrário ocorre nos períodos de expansões. Ou seja, a pobreza, tal como foi observada nos trabalhos citados anteriormente, é uma variável contra-cíclica, e é maior quanto maior for a taxa de desemprego, menores forem as médias salariais e maior for a desigualdade de rendimentos na economia. Inclusive, os autores destacam o importante papel que o aumento da desigualdade exerce sobre os níveis de pobreza norte-americanos no período recente. Tal como no estudo de Freeman (2001), os autores observaram que a relação entre mercado de trabalho e crescimento econômico tendeu a enfraquecer-se ao longo do tempo, mesmo controlando-se os modelos de estimação com outras variáveis de ordem macroeconômica. Mas, mesmo assim, os autores concordam que esses fatores foram os principais determinantes da pobreza norte-americana no período abordado pelo seu estudo.

Em relação à estrutura familiar, os autores concordam com Freeman (2001), ao observar que as famílias lideradas por mulheres solteiras são mais propensas a permanecer em situação de pobreza. Contudo, os autores destacam que, para o caso da economia norte-americana, esse fator exerce um efeito muito limitado sobre os indicadores de pobreza total, uma vez que é amenizado por outros fatores de cunho demográfico, tais como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, os maiores rendimentos do trabalho feminino e o maior nível geral de educação da população. Por isso, os aspectos demográficos em geral, como a estrutura familiar, são vistos por Hoynes et al. (2005) como um fator de efeitos contrários a pobreza, ao contrário do que é referido na literatura de forma mais comum.

Segundo os autores, as políticas públicas adotadas nos Estados Unidos contra a pobreza podem ser agrupadas em dois tipos: políticas de transferências monetárias

(AFDC/TANF e *General Assistance*) e políticas de subsídios aos salários (EITC⁴⁵). As transferências monetárias, mesmo atingindo potencialmente qualquer cidadão, têm um impacto ambíguo sobre a pobreza geral no país, uma vez que, se por um lado eleva a renda dos indivíduos, por outro lado desincentiva o trabalho, e reduz os seus rendimentos na renda total de cada indivíduo. Já os subsídios aos salários representam uma medida mais direta contra a pobreza, já que, ao contrário das transferências, incentiva o crescimento da oferta de trabalho pelos beneficiados. Contudo, os autores concordam que o efeito das políticas públicas sobre a pobreza nos Estados Unidos é limitada, por motivos de caráter histórico e institucional.

Por fim, em relação à questão da imigração, os autores verificam que os imigrantes nos Estados Unidos apresentam menores níveis de educação e de qualificação em comparação com os nativos, e isso se traduz em maiores índices de pobreza para os indivíduos desse grupo. Contudo, seu impacto sobre a pobreza total norte-americana sempre foi secundário, e até mesmo pouco considerável até meados dos anos oitenta.

Dentre os fatores que explicam o comportamento da pobreza em dezoito países ocidentais, Brady (2004) analisa três exemplos: as políticas de *welfare state*, o comportamento do mercado de trabalho e variáveis macroeconômicas e demográficas, semelhante aos estudos realizados por Freeman (2001), Hoynes et al. (2005) e de Hines et al. (2001). O fator, no conjunto dos dezoito países, mais correlacionado com a redução dos três indicadores de pobreza, de acordo com as evidências, são as políticas sociais, principalmente aquelas destinadas às transferências monetárias e aos gastos com saúde pública⁴⁶. Em relação ao mercado de trabalho, o autor verificou que, se por um lado o aumento da participação da mão-de-obra feminina na força de trabalho dos países está negativamente relacionado com os três indicadores de pobreza, a desindustrialização observada nos países desenvolvidos ocidentais está positivamente relacionada com a pobreza geral da população e das crianças. Por fim, Brady (2004) aponta que as variáveis macroeconômicas e demográficas são menos importantes do que as demais para explicar a pobreza. Segundo o autor, o crescimento

⁴⁵ “The EITC is a refundable federal tax credit which is targeted to low income working families with children. At very low earnings levels (e. g. up to \$7,660 for a family with one child in 2003), the EITC is a pure earnings subsidy. With expansions in the EITC in 1986, 1990, and 1993, the subsidy is quite substantial at 34 (40) percent for families with one child (two or more children). The maximum benefit in 2004 is \$2,604 (\$4,300) for families with one child (two or more children). At higher earnings levels (e. g. beyond \$14,040 in 2004) the EITC is phased out.” (HOYNES et al., 2005, pg. 25-26).

⁴⁶ Como se sabe, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, na Europa Ocidental os governos utilizam frequentemente políticas ativas de assistência social e de seguro-desemprego.

econômico afeta a pobreza geral da população e das crianças, o desemprego afeta a pobreza dos idosos⁴⁷ e a maior incidência de mães solteiras afeta a pobreza das crianças.

Bourguignon & Goh (2004) elaboraram um estudo utilizando técnicas de pseudo-painel, isto é, de acompanhamento de indivíduos agrupados por coortes de idade ou outras características agregadas comuns entre eles ao longo do tempo, para estimar a vulnerabilidade à pobreza frente a choques econômicos na Coreia do Sul no período de 1991 a 2000. O resultado ao qual os autores chegaram é que as crises, sobretudo a crise financeira de 1998, tiveram efeitos mais passageiros sobre os chefes de domicílios e trabalhadores de carreira estável, e efeitos mais duradouros sobre os trabalhadores marginais, isto é, de maior mobilidade entre atividades e empregos. Além disso, observou-se que a vulnerabilidade à pobreza é maior para os trabalhadores de menor qualificação, e que não há diferenças significativas entre trabalhadores de diferentes setores da economia.

3.3.2. Evidências Empíricas para Economias Subdesenvolvidas

De acordo com a literatura abordada, a relação entre o desempenho macroeconômico e os indicadores sociais nas economias subdesenvolvidas, depende fundamentalmente de outros fatores além do comportamento do mercado de trabalho e da distribuição de renda salarial, tal como é o caso norte-americano. Esses fatores podem incluir desde as diretrizes da política econômica adotada em cada país em cada período, até mesmo características da comunidade em que cada família participa, assim como acesso a serviços de saúde, educação e oferta de bens de capital e instrumentos de progresso tecnológico.

Em um estudo empírico para a América Latina, Ranis & Stewart (2002) observaram que, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, houve um viés de política econômica pró-crescimento econômico na grande maioria dos países da região. Por outro lado, os investimentos no bem-estar social e na capacitação das pessoas foram muito baixos. Nos anos noventa, houve uma reversão dessa estratégia, e os investimentos sociais aumentaram, o que pode ser positivo para o futuro da região. Todavia, o baixo desenvolvimento humano dos países latino-americanos, acumulado pelo descaso político nos períodos anteriores, tornou-se ele mesmo um fator que atrasa o processo de crescimento econômico, já que os novos

⁴⁷ Todavia, o autor não explica qual é o mecanismo econômico que relaciona variações na taxa de desemprego e variações na taxa de pobreza da população idosa.

empregos criados demandam cada vez mais trabalhadores qualificados, em conseqüência ao desenvolvimento tecnológico que acontece no mundo inteiro. Portanto, os autores concluem que há um verdadeiro círculo vicioso entre subdesenvolvimento humano e recessão econômica na América Latina.

Um outro trabalho importante nesse sentido foi realizado por Aassve & Arpino (2007), que avaliou o impacto do crescimento econômico verificado no Vietnã ao longo da década de 90 sobre o bem-estar de sua população, controlando por características pessoais, regionais e demográficas do domicílios. Para sua análise, os autores utilizaram micro-dados da base “Vietnam LSMS”, a qual inclui variáveis de dois níveis, isto é, tanto relacionadas a cada domicílio em si, como também relacionadas à comunidade em que cada domicílio está integrado. Como exemplo de variáveis de nível comunitário envolvidas no banco de dados, pode-se citar o acesso de seus integrantes a serviços de educação e de saúde, assim como as características específicas da organização de sua atividade econômica (sobretudo nas áreas agrícolas, diferenciando-se as regiões de cultivo comunitário das regiões baseadas na propriedade privada), e o acesso a bens de capital e a fontes de progresso tecnológico. Com esse banco de dados, os autores valeram-se de uma metodologia de modelos hierárquicos dinâmicos entre os períodos de 1992-93 e 1997-98 para avaliar a evolução dos níveis de consumo domiciliar no país, além da mobilidade em relação à linha de pobreza.

Com sua análise, os autores chegaram a conclusões muito interessantes. Em primeiro lugar, o crescimento econômico vietnamita possibilitou um verdadeiro *catch-up* (convergência) social, de modo que os domicílios mais pobres, ou com características que os associam à pobreza⁴⁸, obtiveram maiores taxas de crescimento do consumo ao longo do período estudado. Em segundo lugar, observou-se o impacto de uma mudança na estrutura econômica nacional ao longo da década, de modo que os domicílios localizados nas regiões rurais obtiveram crescimento médio de consumo cerca de 7% menor do que aqueles localizados em regiões urbanas, inclusive em relação às famílias lideradas por indivíduos mal qualificados e desempregados. Terceiro, a correlação de características domiciliares intraníveis é elevada, o que justifica o uso da metodologia de modelos hierárquicos e a importância das características da comunidade sobre o bem-estar familiar, em termos de consumo, crescimento da renda e menor propensão à pobreza. Contudo, características como

⁴⁸ Como, por exemplo, um elevado número de filhos.

o acesso à saúde e à educação, a etnia e o grau de organização da produção econômica estão correlacionadas com o nível de riqueza e consumo inicial de cada domicílio, mas não com o seu crescimento ao longo do período. Para isso, o fator de nível comunitário mais importante, de acordo com as conclusões dos autores é a dotação de recursos relacionados ao transporte entre as regiões do país, como estradas.

A distribuição de choques sobre a renda de diferentes quantis da população em crises macroeconômicas também foi explorada empiricamente por Maloney et al. (2004). Os autores focaram seu estudo ao caso do México, durante a crise da Tequila (1994-95), tendo acesso a microdados de 9.877 domicílios.

Os resultados do estudo apontam que a maior variância da renda frente a choques econômicos provém dos trabalhadores informais, que enfrentam maior volatilidade econômica setorial e maior flexibilidade de seu mercado de trabalho. Contudo, os mais prejudicados pelos choques, isto é, os que se mantiveram mais pobres durante a crise, foram os membros de famílias cujo chefe encontra-se em situação de desemprego crônico (isto é, desempregado mesmo nos períodos fora da crise). O estudo também revelou uma surpresa aos especialistas no assunto, isto é, o impacto menor das crises se deu sobre os domicílios de menor nível de educação do chefe. Segundo os autores (MALONEY ET AL., 2004, pg. 168):

Put differently, households with less educated heads generally have lower variance in their household incomes. The reasons are not clear. On the upside, perhaps the possibilities for income growth are lower for the less well-educated. On the downside it is possible that fewer opportunities to smooth income through credit markets or savings dictate that households take measures to reduce downside volatility – for example, by putting additional workers in the labor market if the household head's job is lost.

No entanto, os autores explicam que as conclusões de seu trabalho sobre o bem-estar social nas famílias mexicanas não são precisas, pela ausência de dados sobre fatores importantes do comportamento econômico dos indivíduos frente a choques. Por exemplo, faltam dados sobre a poupança e o acesso ao crédito pelas famílias mexicanas. Se os pobres estiverem sendo excluídos dos mercados financeiros⁴⁹, o impacto dos ciclos macroeconômicos será maior sobre o seu nível de consumo, fazendo com que o seu bem-estar caia de maneira mais acentuada do que o bem-estar dos mais ricos.

⁴⁹ Tal como foi apontado anteriormente por Ferreira et. al (2000), Agénor (2001), Lustig (2000) e Dymski (2007 e 2008).

Outro trabalho empírico aplicado à realidade mexicana foi elaborado por Antman & McKenzie (2005). Os autores utilizaram técnicas de pseudo-painel para mensurar as características da mobilidade de renda da população, tanto em termos absolutos, como em termos condicionais, isto é, como efeito transitório de choques. Foram utilizados dados quadrimestrais da “Encuesta Nacional de Empleo Urbano” de 1987 a 2001. Essa base consiste em um painel rotativo, no qual os mesmos indivíduos são acompanhados por 5 quadrimestres consecutivos. Os autores chegaram à conclusão de que a mobilidade, em geral, é maior no setor rural do que no setor urbano do país. Além disso, a mobilidade condicional, decorrente de choques, é elevada, mas a mobilidade absoluta é lenta, o que indica que os efeitos dos choques sobre a renda dos indivíduos tende a se dissipar rapidamente ao longo do tempo. Ou seja, a desigualdade de renda no México não se deve a efeitos prolongados de choques sobre a renda das pessoas, mas sim a efeitos fixos individuais, tais como o grau de educação, o gênero, a raça, a coorte de idade, o ambiente familiar e institucional, as habilidades produtivas e o acesso a recursos de capital.

3.4. Crescimento Econômico, Desigualdade e Pobreza em uma Perspectiva Demográfica: Evidências Empíricas

Alguns estudos empíricos já partem da hipótese de que o ambiente macroeconômico não afeta homogeneamente todos os agentes econômicos, e procuram relações de crescimento econômico e de desigualdade e pobreza sobre determinados grupos demográficos, tais como o gênero, a raça ou o nível de educação do chefe familiar. Segundo Bradbury (2000), os diferenciais de impacto dos ciclos macroeconômicos sobre o bem-estar pessoal entre grupos sociais reflete diferenças de acesso e de sucesso no mercado de trabalho, mensurado, por exemplo, em diferentes taxas de desemprego por grupo.

3.4.1. Desempenho Macroeconômico e os Diferenciais de Bem-Estar por Sexo

Os diversos estudos empíricos já citados no presente trabalho que abordaram o papel da estrutura familiar sobre as condições de pobreza, tais como Cutler & Katz (1991), Blank & Card (1993), Freeman (2001) e Hoynes et al. (2005), chegaram à conclusão que as famílias chefiadas por mulheres são mais propensas à situação de pobreza, mas não apresentam rigidez em relação ao impacto do crescimento econômico sobre o seu bem-estar.

Um estudo mais específico sobre o impacto dos ciclos macroeconômicos sobre o bem-estar das famílias, controlando por suas características demográficas (como a sua estrutura e a sua raça) e regionais, foi elaborado por Gundersen & Ziliak (2003). Os autores utilizaram dados em painel da *Current Population Survey* de 1981 a 2000 para obter informações sobre o bem-estar familiar, e dados do *Bureau of Labor Statistics* para obter informações sobre o comportamento do mercado de trabalho ao longo do período em cada estado norte-americano. Os autores obtiveram os mesmos resultados encontrados pelos estudos anteriores, isto é, de que nos anos noventa o crescimento econômico nos Estados Unidos contribuiu para reduzir a magnitude e a intensidade da pobreza, mesmo com efeito diferenciado para famílias de diferentes raças e estruturas. Por outro lado, os efeitos das políticas sociais e transferências focalizadas ao longo dessa década ajudaram a reduzir a pobreza das famílias chefiadas por mães solteiras mais do que proporcionalmente em relação às famílias de outras estruturas.

Abordando casos de economias internacionais sobre desigualdades de sexos, cabe destacar o trabalho de Dollar & Gatti (1999). Os autores procuraram estudar as desigualdades econômicas por gênero, partindo da observação empírica de que, nos países mais pobres, as mulheres recebem menos investimento no seu capital humano do que os homens. Foram formuladas três hipóteses teóricas para procurar justificar esse fato:

a) O impacto da educação feminina sobre o bem-estar econômico das famílias e sobre o crescimento macroeconômico é inferior ao da educação masculina nos países em desenvolvimento, de modo que essa situação de desigualdade por gênero ao acesso a investimentos em capital humano é economicamente eficiente;

b) As desigualdades de gêneros nos diferentes países representam preferências culturais e religiosas de seus indivíduos residentes, que valorizam mais o conhecimento e o trabalho masculino do que o feminino;

c) Os menores investimentos na educação das mulheres representam falhas de mercado, que tendem a se reduzir conforme a economia do país cresce.

Essas três hipóteses apresentam importantes implicações em termos de políticas públicas. Se a desigualdade de investimentos em educação entre homens e mulheres é uma decisão econômica eficiente, qualquer política que altere essa situação será ineficiente. Se a

desigualdade representa preferências culturais pela população, as políticas que forem de encontro a essas preferências reduzirão o bem-estar dos indivíduos. Porém, se a desigualdade meramente refletir conseqüências de falhas de mercado, nesse caso políticas de incentivo ao investimento no capital humano tornam-se não apenas desejáveis, mas também necessárias para o desenvolvimento econômico.

As evidências empíricas encontradas pelos autores apontam que o capital humano feminino é importante para o crescimento macroeconômico dos países, e, portanto, é um investimento economicamente eficiente. Por outro lado, as preferências culturais e religiosas são fundamentalmente importantes para explicar a desigualdade de gêneros, sendo, por exemplo, mais importantes em países muçulmanos e hindus do que em países cristãos protestantes. Por fim, o crescimento econômico contribui para reduzir a desigualdade de gêneros, sobretudo em países de nível de desenvolvimento econômico mediano. Isso indica que falhas de mercado podem ser importantes para determinar a desigualdade de gêneros. Contudo, os autores ressaltam que o seu estudo não permite que se obtenham conclusões a respeito de, mais especificamente quais falhas de mercado, no sentido microeconômico do termo, causam essas desigualdades. Segundo Dollar & Gatti (1999, pg. 21):

... there is strong and consistent evidence that increases in per capita income lead to improvements in different measures of gender equality. To answer the question in our subtitle, apparently good times are good for women. The implication of this finding is not that growth is all that is needed to eliminate gender inequality. The findings on religious variables, regional effects, and civil liberties suggest that there is considerable scope for direct action on gender issues. However, it is important to know that the country-wide policies that support rapid growth are also indirectly contributing to gender equality.

3.4.2. Desempenho Macroeconômico e os Diferenciais de Bem-Estar por Raça

De acordo com Bradbury (2000), o desempenho (entendido tanto em termos de salário, como em termos de acesso a empregos) dos negros no mercado de trabalho é inferior ao dos brancos – principalmente, de acordo com seu estudo, em termos de maiores taxas de desemprego – devido a quatro fatores.

Primeiro, como os negros apresentam menores níveis de escolaridade do que os brancos, são associados pelos potenciais empregadores a baixos níveis de habilidade e de treinamento, isto é, são vistos como trabalhadores de menor produtividade. Isso faz com que o

salário de reserva oferecido no mercado de trabalho seja inferior para os trabalhadores negros em relação aos brancos.

Segundo, os negros podem ser prejudicados por um aspecto espacial. As famílias compostas por negros tendem a residir em regiões urbanas com menor acesso aos melhores empregos. Nesse caso, a separação física dificulta o encontro da oferta com a demanda por mão-de-obra.

Terceiro, devido à importância do capital social, entendido como redes de contatos sociais e de informações que auxiliam os indivíduos a progredir em suas atividades produtivas. Devido à segregação residencial e social das famílias negras, seus integrantes acabam sendo excluídos dessas redes, de modo que o acesso aos melhores empregos se torna mais difícil.

Quarto, por fim, existe a questão da simples discriminação de raça no mercado de trabalho, que ocorre quando os empregadores preferem trabalhadores brancos, mesmo quando apresentam as mesmas características em termos de produtividade (tanto em termos de educação como de experiência), de relações sociais e de residência em relação aos negros.

3.4.3. Desempenho Macroeconômico e os Diferenciais de Bem-Estar por Idade

Empiricamente, observa-se que os indivíduos mais jovens apresentam pior desempenho no mercado de trabalho, como, por exemplo, obtendo menores salários e maiores taxas de desemprego do que os demais trabalhadores. Segundo Bradbury (2000), as maiores taxas de desemprego observadas para os trabalhadores jovens ocorrem tanto por causa de sua maior flexibilidade frente ao mercado de trabalho, já que muitas vezes são recém-entrantes ou trabalham em meio-expediente, conciliando com o progresso de seus estudos, como também por estarem associados a menores níveis de educação e de experiência do que os demais trabalhadores.

Por outro lado, em relação à população idosa, destaca-se que, como ela é menos dependente economicamente do mercado de trabalho, a relação de seus níveis de bem-estar com o desempenho macroeconômico é menor do que para os mais jovens e os adultos. Um estudo sobre isso foi realizado no estudo por Brady (2004). O autor buscou evidências

empíricas que explicassem a divergência entre as taxas de pobreza dos idosos, das crianças, e da população em geral, partindo da observação de que tanto os idosos como as crianças são mais prováveis de serem pobres do que a população adulta trabalhadora. Utilizando uma amostra de dezoito países democráticos ocidentais, concluiu-se, por meio de uma análise empírica descritiva de dados sociais, de que as taxas de pobreza para os três grupos, na verdade, convergem. O autor também encontrou uma correlação positiva entre os três indicadores de pobreza. Contudo, essa correlação é mais forte particularmente entre as taxas de pobreza infantil e de pobreza geral da população, de modo que ambos tipos de pobreza parecem referir-se a um mesmo problema social.

3.4.4. Desempenho Macroeconômico e os Diferenciais de Bem-Estar por Nível de Instrução

A educação, sempre entendida como um determinante fundamental da produtividade da mão-de-obra, tem se mostrado um determinante cada vez mais importante do desempenho individual no mercado de trabalho. De acordo com Cutler & Katz (1991), o aumento da desigualdade salarial nos Estados Unidos durante os anos oitenta decorreu de uma maior demanda por mão-de-obra qualificada em relação aos trabalhadores de menor nível de instrução. Isso aconteceu devido a dois fatores. Em primeiro lugar, devido a um processo de mudança tecnológica desencadeado pelo desenvolvimento da computação, que elevou a demanda de mercado por trabalhadores com habilidades cognitivas flexíveis, em detrimento dos postos de emprego intensivos em força física. Em segundo lugar, conforme é ressaltado por Tobin (1992), de acordo com a evolução da divisão internacional do trabalho, a demanda por trabalhadores menos qualificados vem sendo afastada para países no quais a mão-de-obra é mais barata, como na Ásia, em detrimento dos postos de emprego existentes nas economias desenvolvidas.

Contudo, a visão de que o crescimento da desigualdade de renda nos Estados Unidos ocorreu devido ao crescimento dos diferenciais salariais de remuneração à qualificação foi testada empiricamente e questionada pelo estudo de Howell et al. (1995). Os autores utilizaram, como banco de dados, um painel rotativo de dados mensais da Current Population Survey (CPS) de 1970 a 1997. A amostra incluiu trabalhadores de 16 a 64 anos, que trabalharam de dez a 79 horas por semana, não empregados por conta própria e com salário de pelo menos meio salário mínimo. As medidas de qualificação do trabalhador foram estimadas

não só pelos anos de escolaridade, como na maior parte dos demais trabalhos empíricos, mas também por índices de habilidades cognitivas no ambiente de trabalho e de capacidades individuais de leitura.

O estudo chegou a três conclusões principais. Primeiro, de fato, os empregos com maiores ganhos salariais e de horas trabalhadas ao longo do período estavam associados a uma crescente demanda por trabalhadores qualificados. Contudo, essa relação é muito sensível ao grau de agregação de diferentes atividades em tipos de emprego. Segundo, por outro lado, não se verificou uma relação entre crescimento salarial e elevação das horas trabalhadas entre diferentes empregos, uma vez que muitos empregos de baixos salários também passaram por crescimento das horas trabalhadas. Por fim, a relação entre nível de qualificação e o salário do trabalhador se enfraqueceu na década de noventa. Isto é contrário ao que seria esperado com base em estudos anteriores, uma vez que se o crescimento da desigualdade salarial fosse consequência da demanda por mão-de-obra capacitada a operar com novas tecnologias e no contexto da globalização, essa relação deveria ter se reforçado ao longo do tempo. Por isso, os autores formularam novas hipóteses para o crescimento da desigualdade, como, por exemplo, relacionadas ao papel da desregulamentação do mercado de trabalho, da imigração, e da migração das indústrias norte-americanas para os países em desenvolvimento.

3.5. Alternativas Políticas para o Controle dos Efeitos dos Choques Macroeconômicos sobre a Pobreza

Como visto, os ciclos macroeconômicos afetam diferenciadamente os grupos de indivíduos em cada sociedade, penalizando uns mais do que outros. Por isso, em praticamente toda a literatura abordada, os autores incluem em seus textos propostas de políticas voltadas a amenizar o impacto dos choques econômicos sobre a população mais sensível. Essas alternativas de políticas podem ser classificadas distinguindo-se entre aquelas relacionadas à administração macroeconômica do país, e aquelas relacionadas às políticas fiscais específicas para a população mais pobre. Aqui se destaca algumas propostas.

3.5.1. Políticas Macroeconômicas

O ideal para se proteger a população de uma economia de choques recessivos é a administração de uma estrutura macroeconômica capaz de fazer com que esses ciclos negativos sejam evitados. Por exemplo, é sabido que a volatilidade dos fluxos internacionais de capitais tende a provocar bolhas especulativas e instabilidades de expectativas nas economias de sistema financeiro mais fraco e de pior regulação. Por isso, é recomendável a adoção de políticas que fortaleçam os sistemas financeiros nacionais e que proporcionem credibilidade às instituições econômicas de cada país, principalmente mediante o equilíbrio contínuo da balança de pagamentos. Lustig (2000) apresenta uma série de propostas para políticas macroeconômicas com o objetivo de proteger a população, particularmente as pessoas mais pobres, dos efeitos dos ciclos econômicos.

Em primeiro lugar, em relação à política cambial, a autora recomenda a adoção de taxas flutuantes, as quais permite um ajuste da economia doméstica mais rápido e menos custoso em termos de recessão e desemprego frente a choques externos⁵⁰. Além disso, em economias em que o mercado de trabalho é rígido, principalmente em termos de inflexibilidade de salários nominais, o ajuste de mercado frente ao choque negativo se dá com mais vigor nas quantidades (nível de emprego e de produto, principalmente), do que nos preços, de modo que a manutenção de taxas de câmbio fixas pode potencializar esse efeito. Contudo, as taxas de câmbio flutuantes possibilitam que os governos permitam descontrole monetário, sob a forma de taxas de inflação relativamente mais elevadas. Isso ao mesmo tempo prejudica a população mais pobre, excluída dos instrumentos de proteção financeira, e leva à perda de credibilidade do país frente aos agentes investidores internacionais, o que, no longo prazo, pode tornar a economia nacional mais vulnerável a novos choques externos. Por isso, a autora recomenda a implantação de controles institucionais sobre políticas monetárias e fiscais, como, por exemplo, a independência dos bancos centrais, a definição das diretrizes orçamentárias nacionais de maneira centralizada em ministérios apropriados, evitando a captura dessas políticas por interesses oportunistas no poder Legislativo, e a busca de maior transparência do gasto público e do processo fiscal em cada país.

⁵⁰ Em uma economia com taxas de câmbio fixas, choques externos negativos que criam uma expectativa de desvalorização da moeda nacional faz com que os agentes retirem suas aplicações do país, para não sofrerem perdas de rendimentos. Isso provoca uma fuga de capitais do país, e faz com que governo execute uma política monetária restritiva, comprando títulos e pressionando os juros internos para cima, com o objetivo de manter o valor da moeda doméstica. Contudo, o efeito sobre os juros comprime a demanda agregada interna, restringindo o crédito para consumo e investimentos, o que exerce um efeito recessivo sobre a economia doméstica.

Em segundo lugar, em relação à política financeira, a autora reconhece que os países subdesenvolvidos costumam apresentar mercados financeiros mais vulneráveis, que produzem ineficiências em relação à alocação de capital, na forma de bolhas especulativas, comportamento de manada por parte dos investidores, problemas de informação generalizados e baixa credibilidade frente ao público. Assim, quando essas economias permitem demasiada liberdade a fluxos de capitais internacionais, pode haver um problema de sobreendividamento externo por parte do sistema financeiro doméstico, causado em função das falhas de mercado já descritas, criando uma tendência a crises financeiras sistêmicas crônicas nesses países. Por isso, enquanto as economias não forem capazes de criar fortes instituições de organização financeira, é melhor que seus governos controlem as entradas de capital externo de curto prazo.

Uma outra explicação para a vulnerabilidade e fragilidade dos sistemas financeiros dos países subdesenvolvidos é a teoria do ciclo reverso, apresentada por Resende & Amado (2007). Segundo essa hipótese, as deficiências na estrutura produtiva e no sistema financeiro dos países subdesenvolvidos, tais como a falta de mecanismos de financiamento de investimentos de longo prazo, fazem com que os seus ciclos de crescimento dependam de divisas externas. Contudo, o mercado internacional de crédito é concentrado em países subdesenvolvidos e opera sobre condições de elevada incerteza, de modo que, em momentos de maior preferência pela liquidez, como em consequência de expectativas mais desfavoráveis para o futuro, tende a ocorrer corte de linhas de crédito para investimentos nos países de maior risco, isto é, países subdesenvolvidos. A instabilidade nos mercados financeiros internacionais torna-se um fator que limita o ciclo de crescimento dos países subdesenvolvidos, isto é, produz um ciclo reverso.

Além disso, é recomendável a adoção de uma política fiscal contra-cíclica, isto é, executada com o objetivo de contrabalançar o impacto de choques recessivos na economia. Para que isso seja possível, é imprescindível que os governos sejam dotados de um processo de decisão fiscal transparente e ágil, e com reputação favorável em relação a sua responsabilidade frente aos agentes econômicos. Lustig (2000) recomenda a criação de fundos de estabilização, criados pela poupança de recursos públicos nos períodos de crescimento econômico acelerado, e usa esses recursos para suavizar os ciclos de negócios, elevando seus gastos durante as recessões, e poupando durante as expansões mais intensas. Esse fundo deve ser composto por recursos acumulados na forma de títulos estrangeiros de alta liquidez, cujo

valor nominal é estável ao longo do tempo, e com disponibilidade imediata pelos governos, quando for preciso. A autora destaca a importância de que a utilização dos recursos do fundo seja de acordo com regras institucionais definidas pelo poder Legislativo, evitando o seu controle discricionário por parte de governos oportunistas.

Em relação aos períodos em que o choque recessivo já está instalado, a bibliografia, como Ravallion (2004), sugere que se faça uma administração macroeconômica pró-pobre das crises, pela escolha de políticas de ajuste que visem o retorno ao equilíbrio econômico o mais depressa possível e que não penalize demasiadamente os mais pobres, principalmente pela seleção do ajuste fiscal. Segundo Lustig (2000), o impacto das políticas de ajuste macroeconômico frente a choques recessivos prejudica com maior ou menor intensidade a população pobre de acordo com três fatores. Em primeiro lugar, das condições iniciais da economia. Em segundo lugar, na natureza intrínseca do choque, isto é, quais setores da economia são mais afetados pelo ciclo. Terceiro, por fim, do tipo de políticas de ajuste adotadas⁵¹. O ajuste fiscal envolvido no processo deve igualmente manter um viés pró-pobre, evitando a inclusão de cortes de gastos que beneficiam preponderantemente as famílias mais pobres da sociedade, como em relação à educação básica, a serviços de saúde preventiva e a obras de infra-estrutura relativas ao acesso à água, saneamento e urbanização.

Tobin (1993) é mais flexível em relação à administração macroeconômica de choques recessivos. Pensando em uma economia desenvolvida, menos vulnerável a crises de credibilidade e de instabilidade financeira, o autor sugere que o estímulo macroeconômico em termos de políticas fiscal e monetária expansionistas é positivo em momentos de desemprego elevado. Para o autor, em momentos de elevadas taxas de desemprego, os salários nominais tendem a se tornar rígidos, de modo que o crescimento da demanda agregada não tenha viés inflacionário. Por outro lado, a criação de demanda efetiva por políticas macroeconômicas expansionistas gera crescimento no nível de emprego no curto prazo. Para que se gere permanentemente novos empregos, pensando numa perspectiva de longo prazo, é necessário que ocorra investimentos governamentais em infra-estrutura, políticas de educação e de treinamento para os trabalhadores menos qualificados, e medidas para o fortalecimento das instituições econômicas do país.

⁵¹ Segundo Lustig (2000), apesar dos efeitos recessivos das políticas de ajuste macroeconômico frente a choques, a perda de bem-estar ainda tende a ser maior caso os governos não venham a adotá-las.

3.5.2. Políticas Sociais

Ferreira et. al (2004) descreve uma possível agenda política para minimizar os impactos dos ciclos econômicos sobre os mais pobres. Essa agenda consiste na criação de uma rede de segurança pública contra crises, pela garantia de um emprego público provisório para os chefes de família, a instituição de mecanismos de transferências financeiras condicionais para quem não deve ou não pode trabalhar (por exemplo, os idosos e as crianças), e a instituição de programas de micro-crédito e de poupança para proporcionar aos pobres um melhor acesso aos mercados financeiros. Para Lustig (2000), a instituição de mecanismos de seguridade social exerce um efeito crucial para proteger os mais pobres das crises econômicas, por evitar a perda de acumulação de capital humano pelas famílias afetadas, isto é, evitar cortes de gastos familiares com saúde e educação⁵², permitir que os pobres ajustem o seu próprio nível de consumo frente aos choques com base em suas preferências e expectativas, proporcionando maior eficiência à economia como um todo, e por facilitar politicamente a adoção de mecanismos de ajuste e de reformas estruturais nas economias, evitando possíveis conflitos distributivos e colapsos institucionais. A importância das transferências diretas de recursos públicos também é destacada por Kakwani et. al (2006). Segundo os autores, essas transferências são importantes para controlar o impacto das recessões e dos ciclos macroeconômicos sobre a população pobre, sobretudo em situações nas quais a demanda por mão-de-obra mostra-se rígida, fazendo com que os choques externos prejudiquem intensamente o mercado de trabalho.

A importância dos sistemas de seguridade social para as economias subdesenvolvidas também é destacada por Rodrik (2001). Segundo o autor, a proteção aos mais pobres legitima a adoção de reformas econômicas modernizantes necessárias ao desenvolvimento, mantendo a estabilidade e a coesão social, o que reduz o risco dessas reformas serem barradas por protestos e revoltas generalizadas. Além disso, reduz os problemas potenciais devido a aumentos da desigualdade de renda conseqüentes de choques macroeconômicos recessivos. Contudo, o autor sugere que não há um padrão político ótimo para o desenho desses sistemas de seguridade social, isto é, cada país deve desenvolver seus mecanismos com base em suas possibilidades e suas instituições. Segundo o autor (2001, pg. 30),

Modern economic growth entails a transition from a static economy to a dynamic one where the tasks that workers perform are in constant evolution and movement up and

⁵² Esta visão é compartilhada com Ravallion (2004).

down in the income scale is frequent. One of the liberating effects of a dynamic market economy is that it frees individuals from their traditional entanglements--the kin group, the church, the village hierarchy. The flip side is that it uproots them from traditional support systems and risk-sharing institutions. Gift exchanges, the fiesta, and kinship ties - to cite just a few of the social arrangements for equalizing the distribution of resources in traditional societies - lose much of their social insurance functions. And the risks that have to be insured against become much less manageable in the traditional manner as markets spread.

Por outro lado, a definição de um design ideal de política assistencial frente a crises macroeconômicas é dificultada pelo próprio ambiente de imediatismo em que ela é demandada. Lustig (2000) sugere mecanismos institucionais que sejam capazes de prover um piso mínimo de consumo pessoal para as famílias beneficiadas, e que garanta o progresso na acumulação e capital humano para os mais pobres, incluindo acesso a serviços de infraestrutura física e social. Como exemplo desses mecanismos, é citado o caso dos programas de transferências monetárias vinculadas, como o mexicano *Progres*a.

Outra alternativa levantada pela autora são os programas de emprego temporário (ou *workfare programs*), os quais oferecem salários como pagamento por serviços de mão-de-obra para a população. Tais políticas transferem recursos para trabalhadores desempregados, principalmente aqueles relacionados a baixos níveis de qualificação de produtividade, mas sem criar desincentivos em relação a sua oferta de trabalho. Os programas de emprego temporário podem ser focalizados sobre os trabalhadores mais pobres por um critério de auto-seleção, pelo qual o salário oferecido no mesmo é inferior ao salário de mercado para o mesmo serviço, de modo que apenas os trabalhadores de salários de reserva mais baixos – isto é, os de menor qualificação – se tornem interessados em participar da política. Esse tipo de programa social traz uma série de vantagens, como, por exemplo, a proteção aos mais pobres contra o desemprego provocado por choques econômicos, tanto em nível agregado como em nível setorial ou regional; o treinamento de trabalhadores menos instruídos, em um processo de acumulação de capital humano; e o fortalecimento da infra-estrutura física e social das regiões mais atingidas por essas crises. Políticas desse tipo já foram adotadas em países como a Argentina (programa *Trabajar*), o Chile, o México e o Peru (*Fondo Nacional de Compensación y Desarrollo Social*).

Hines et al. (2001) sugerem políticas econômicas para também corrigir problemas observados nos períodos de crescimento econômico. Segundo os autores, nesses períodos é comum a elevação das incidências de abandono ao ensino por parte dos jovens, e de lesões no

ambiente de trabalho. Caberia, portanto à regulação pública a criação de mecanismos de incentivos à correção desses problemas.

3.6. Ambiente Macroeconômico na Economia Brasileira Contemporânea e sua Relação com a Pobreza

Durante as décadas de oitenta e de noventa, as economias dos países em desenvolvimento, principalmente as latino-americanas, enfrentaram uma série de choques macroeconômicos⁵³. Tais choques tiveram impacto negativo sobre as condições de vida da população desses países, e de maneira não-homogênea entre os diferentes grupos de indivíduos, como será abordado no presente trabalho.

Na década de oitenta, os choques macroeconômicos sobre as economias latino-americanas tiveram como origem, segundo muitos autores, na crise da dívida externa, ocorrida após o segundo choque do petróleo (1979), que provocou a súbita explosão da taxa de juros internacional⁵⁴. A crise da dívida externa, e as políticas restritivas adotadas para o ajuste econômico praticamente provocaram estagnação econômica na América Latina durante toda a década, com conseqüências negativas sobre o produto, o emprego e o nível de preços.

Nos anos noventa, por outro lado, os países latino-americanos conseguiram, em grande parte, superar seus desajustes externos e nominais. Esses ajustes foram realizados após a abertura comercial e, principalmente, a financeira. Se, por um lado essas reformas permitiram que as economias da região pudessem sensivelmente recuperar o crescimento (em relação à década anterior), por outro lado elas causaram uma maior vulnerabilidade dessas economias a choques externos, vindos de outras economias em desenvolvimento. Os principais exemplos

⁵³ Como definição para choques macroeconômicos, particularmente para os considerados negativos, Ferreira et al. (2000) aponta qualquer fato que leve a uma redução do produto interno bruto da economia por mais de doze meses, ou a uma elevação da taxa de inflação para patamares superiores a 40% ao mês, ou ambos. Em outra visão, muito mais abrangente, a desaceleração da taxa de crescimento de um país já pode ser considerada um choque.

⁵⁴ A literatura também aponta diversos outros fatores como contribuintes para as crises macroeconômicas na América Latina. Por exemplo, a tendência ao déficit orçamentário por parte dos governos latino-americanos, com impactos negativos sobre a estabilidade monetária, o endividamento externo e o ânimo dos empresários estrangeiros a realizar investimentos diretos em setores de maior risco nas economias latino-americanas (COUTINHO, 1996); a persistência de déficits comerciais e a sua insustentabilidade (CARDOSO & HELWEGE, 1993); a defasagem tecnológica da produção doméstica protegida, e seus impactos regressivos sobre a distribuição de renda (BAER, 2002); a mobilidade crescente de fluxos financeiros em nível internacional, que constrangeu a realização de políticas econômicas expansionistas tais como eram até então adotadas (FRANCO, 1999); e a deterioração institucional dos mecanismos de planejamento econômico adotados pelos países, e essenciais ao seu modelo de desenvolvimento vigente no período (BAER, 2002).

desses choques são as crises do México (1995), Sudeste Asiático (1997), Rússia (1998), Brasil (1999) e Argentina (2002).

Segundo Ferreira et al. (2000), as crises dos países latino-americanos nos anos oitenta e noventa se caracterizaram por serem precedidas ao mesmo tempo por déficits em conta corrente (devido ao excessivo passivo externo dessas economias), e por déficits fiscais crescentes. Ambos fatores provocaram um ambiente de receio, por parte dos agentes econômicos, pela possibilidade de desvalorização cambial. Como uma desvalorização cambial significa uma depreciação dos investimentos em ativos internos do país em relação com os ativos estrangeiros, expectativas generalizadas nesse sentido levaram a uma fuga de capital dos países da região, que acabou provocando o estancamento de fluxos de capital estrangeiro necessários para o financiamento dos déficits, e a uma conseqüente crise cambial e externa. As respostas políticas a essas crises, segundo os mesmos autores, invariavelmente incluíam políticas fiscais e monetárias contracionistas, o que causam desaceleração do crescimento econômico, ou mesmo recessão, nos países, pela contração da demanda agregada, e com conseqüências negativas sobre os padrões de vida da população.

Os impactos dos choques sobre o sistema econômico, segundo os autores, dependem da exposição dos sistemas financeiros nacionais a empréstimos em moeda estrangeira, que tornam esses sistemas mais sensíveis a expectativas de oscilações cambiais e à rigidez no mercado de trabalho, que pode tornar o ajuste recessivo mais concentrado em termos reais (desemprego) do que em termos nominais (ajuste de preços e de salários).

Particularmente no caso da economia brasileira, Bonelli & Ramos (1993) elaboraram um estudo empírico sobre a relação entre a distribuição de renda, a pobreza e o desempenho macroeconômico, de 1960 a 1990. Segundo os autores, durante esse período, houve uma tendência de longo prazo à concentração de renda no país. Essa concentração atingiu, na década de 1960, um ritmo inédito em todos os estudos até então realizados para qualquer país, e continuou crescendo, mesmo a uma velocidade menor, até 1990. A desigualdade econômica, medida pelo índice de Gini e pela renda absoluta individual por quantil da renda populacional, deu-se independentemente do contexto macroeconômico de cada década. Assim, na fase de crescimento, de 1960 a 1980, verificou-se que todos os quantis de renda obtiveram ganhos, mesmo que esses ganhos fossem mais pronunciados sobre os mais ricos.

Por outro lado, na fase de recessão, de 1980 a 1990, observou-se que apenas os mais ricos não sofreram perdas em termos de renda absoluta.

Por outro lado, a evolução da desigualdade no país foi, nas tendências de curto prazo, influenciada pelos ciclos macroeconômicos. Segundo as evidências, houve uma relação positiva entre desigualdade e inflação e uma relação negativa entre desigualdade e crescimento da renda per capita. Contudo, nesse último caso, a relação se enfraqueceu a partir de meados dos anos oitenta, com as repetidas intervenções dos governos nos mercados, de acordo com os planos de estabilização e com a explosão inflacionária.

Decompondo os índices de desigualdade, com o uso de dados da PNAD, os autores concluíram que, enquanto que em uma análise estática o maior determinante da desigualdade no Brasil é a educação⁵⁵, em uma análise dinâmica, foi observado que a desigualdade foi acelerada no período por variações nos perfis de renda. Ou seja, foi verificado que a desigualdade no Brasil é um fenômeno que se dá dentro dos setores da economia, e não entre esses setores.

Barros et al. (2000) realizam um estudo empírico sobre a dinâmica da inflação e do desemprego durante as décadas de oitenta e de noventa, e suas conseqüências sobre os indicadores de desigualdade e de pobreza no país. Segundo os autores, a inflação teve um comportamento de flutuações íngremes de tendência crescente até o plano Real, em 1995, refletindo a dinâmica dos programas anteriores de tentativas de estabilização nominal. O desemprego, por sua vez, acompanharia os ciclos de negócios da economia nacional, apresentando tendência decrescente e ciclos abrupto ao longo da década de oitenta, e tendência crescente e ciclos suaves ao longo da década de noventa.

Os autores verificam que enquanto a pobreza no Brasil está mais correlacionada com o desemprego, a desigualdade está mais correlacionada com a inflação. Contudo, o impacto do desemprego, tanto sobre a desigualdade como sobre a pobreza, decresceu ao longo da década de noventa, principalmente após entrar em vigor o Plano Real, em 1995. Já o impacto da inflação sobre esses dois indicadores tende a ser menor quanto maior for o seu valor, o que

⁵⁵ Segundo Barros & Mendonça (1995), do mundo, o Brasil é ao mesmo tempo o país com maior desigualdade educacional e com maior sensibilidade do mercado de trabalho à educação.

indica, segundo os autores, que a sociedade acaba por criar mecanismos institucionais para contornar os efeitos reais da inflação sobre a economia.

Vários trabalhos empíricos estudados ressaltaram o impacto negativo que a desigualdade de renda exerce sobre o bem-estar da população brasileira, contribuindo para a alta taxa de pobreza no país⁵⁶ e sua baixa sensibilidade ao crescimento da renda, em toda a sua história recente. Nesse sentido, Barros & Mendonça (1997) apontam duas formas de se reduzir a pobreza no Brasil (crescimento econômico e redução da desigualdade), e utilizam dados da PNAD de 1993 para isolar e comparar o impacto de ambas propostas.

De acordo com os resultados obtidos pelos autores, o efeito de uma década de crescimento econômico per capita contínuo no Brasil é uma redução de 2,3% da taxa de pobreza para cada 1% de crescimento. Por outro lado, em simulações utilizando parâmetros comparados com outros países latino-americanos, foi calculado que uma redução do índice de Gini do país de 0,63 para 0,53 (nível boliviano) reduziria a pobreza em 10% (o equivalente a uma década de crescimento de 4% per capita); para 0,46 (nível costarriquenho) reduziria a pobreza em 15% (o equivalente a uma década de crescimento de 5,9% per capita); para 0,44 (nível venezuelano) reduziria a pobreza em 18% (o equivalente a uma década de crescimento de 7,1% per capita) e para 0,42 (nível uruguaio) reduziria a pobreza em 20% (o equivalente a uma década de crescimento de 8,4% per capita). Ou seja, conclui-se que para reduzir a pobreza no Brasil, são mais eficazes políticas que procurem a redução da desigualdade, do que o crescimento econômico, o qual precisa se sustentar por muito tempo até que exerça um impacto significativo. Por outro lado, como a diretriz básica da política econômica nacional desde os anos setenta é o crescimento, e não a distribuição, isso pode explicar porque a redução da taxa de pobreza do país foi tão lenta, ao longo do período.

Agénor (2001) testou a assimetria dos efeitos dos choques macroeconômicos sobre o bem-estar da população brasileira no período de 1981 a 1999. Utilizando o método dos vetores auto-regressivos (VAR), e adotando o valor do salário mínimo real como *proxy* para mensurar a renda da população pobre, o autor concluiu que o efeito dos choques econômicos sobre a pobreza no país depende do estado inicial da economia. Assim, se a economia está

⁵⁶ Segundo Barros et al. (2001), como o Brasil está entre o 1/3 dos países de maior renda per capita do mundo, e o valor de sua renda per capita é de 5 a 8 vezes superior à linha de indigência e de 3 a 4 vezes superior à linha de pobreza, pode-se concluir que a pobreza no país não é uma consequência de escassez de recursos, mas sim da sua má distribuição.

aquecida (isto é, operando acima da sua trajetória de longo prazo em termos de produto), choques positivos ajudam a reduzir a pobreza. Por outro lado, nos momentos de recessão, os choques positivos não são capazes de afetar a pobreza, tampouco, a taxa de desemprego do país.

Um estudo específico sobre o impacto dos choques macroeconômicos sobre o bem-estar individual na economia brasileira foi elaborado por Neri & Thomas (2000). Utilizando dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), um painel rotativo de dados de trabalhadores brasileiros, de 1984 a 1999, os autores chegaram a três conclusões fundamentais. De um modo geral, os autores concluem que o crescimento econômico por si só é insuficiente para resolver o problema da pobreza no Brasil, principalmente por causa da situação dos trabalhadores de baixa qualificação.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao impacto sobre a renda individual, os choques tornam os rendimentos do trabalhador, em geral, mais variável. As recessões afetam mais intensamente a renda dos mais ricos, mesmo que eles tenham melhores meios de se proteger das crises, mas os mais ricos tendem a ganhar mais com os períodos de crescimento. Os momentos de crescimento pró-pobre foram os anos que imediatamente sucederam planos de estabilização macroeconômica, como o plano Cruzado (1987) e o plano Real (1994).

Em segundo lugar, no que diz respeito à taxa de pobreza, foi estimado que um acréscimo de 1% no crescimento do PIB brasileiro reduz a proporção de pobres no país em 0,6%. Essa relação é considerada baixa para os padrões internacionais. Os autores explicam que, com base em estudos empíricos, a taxa de pobreza no país depende menos do ciclo macroeconômico do que das características individuais dos pobres, sobretudo no que diz respeito a sua escolaridade e qualificação profissional. Assim, os trabalhadores de baixo nível educacional tendem a empobrecer nos períodos de crise, mas não se recuperam totalmente nos períodos de crescimento, levando-os a um processo de empobrecimento progressivo.

Em terceiro lugar, no que diz respeito ao emprego, observou-se que a taxa de desemprego tende a acompanhar o ciclo econômico. Todavia, não há uma correlação direta entre o desemprego e a pobreza no Brasil, tanto pelo papel do setor informal no mercado de trabalho, que absorve parte da mão-de-obra sobretudo nos períodos de recessão, como pelo papel dos mecanismos de seguro-desemprego, que ajudam o trabalhador a escolher melhor seu próximo emprego, nas épocas de expansão econômica.

No mesmo sentido do trabalho de Neri & Thomas (2000), Justesen (2008) estimou o impacto do crescimento de longo prazo e das flutuações cíclicas sobre os trabalhadores brasileiros, controlando por sua idade. O autor utilizou dados da PNAD de 1978 a 2002, e baseou seu estudo na observação do comportamento de uma série de indicadores de bem-estar ao longo do tempo, como participação no mercado de trabalho, taxa de desemprego e nível de salários. Nesse período, o autor destaca a elevação progressiva e contínua da participação feminina no mercado de trabalho. Esse fator faz com que a taxa de desemprego seja maior para os jovens homens do que para as jovens mulheres, mas há um movimento de aproximação entre eles, assim como também para os indicadores de participação e de salários.

O autor concluiu que as recessões afetam principalmente os jovens em termos de participação no mercado de trabalho de desemprego. Segundo o estudo, a taxa de desemprego dos jovens apresenta um crescimento menor nas crises, mas mantém-se em um patamar muito superior ao dos adultos. Por outro lado, o salário dos jovens tende a reduzir-se relativamente menos, criando uma situação de rigidez salarial que pode, inclusive, explicar as suas maiores taxas de desemprego.

Nos momentos de expansão, as elevadas taxas de desemprego que a economia brasileira apresentou nas décadas de 1980 e de 1990 prejudicaram a recuperação salarial de todos os trabalhadores. Os jovens, em geral, não se recuperam em termos de taxas de emprego nos períodos de crescimento econômico na mesma medida em que perdem nas recessões, comparando-se com os adultos. Mas os seus salários, por outro lado, tendem a se aproximar dos salários dos adultos, o que pode se caracterizar como um mecanismo de desincentivo à contratação de trabalhadores de menor experiência, isto é, os mais jovens, explicando assim as suas mais elevadas taxas de desemprego.

De maneira complementar aos trabalhos anteriormente referidos, Kakwani et al. (2006) observaram empiricamente o comportamento dos indicadores de pobreza no Brasil no período de 1995 a 2004, utilizando dados da PNAD. Os autores concluíram que a pobreza no Brasil, de um modo geral, se acelerou nos anos em que a economia do país esteve sob efeito das crises externas, mas passou a cair tendencialmente a partir de 1999. Inclusive, a partir desse ano, a pobreza cedeu mesmo nos anos em que a renda per capita no país reduziu-se, o que é um indicador de redução da desigualdade de renda no Brasil. Como fatores que explicam porque houve essa mudança de trajetória na pobreza brasileira exatamente no ano de

1999, os autores citam a elevação do valor real do salário mínimo⁵⁷, as reformas macroeconômicas (adoção do câmbio flutuante e do sistema de metas de inflação) e institucionais (como a Lei de Responsabilidade Fiscal), e a introdução de novas políticas sociais no país, como a seguridade social progressiva e o programa Bolsa-Escola.

Estimando o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza (crescimento pró-pobre) no Brasil, os autores chegaram a conclusões muito interessantes. Em relação ao mercado de trabalho, os autores concluíram que o tamanho da força de trabalho é mais sensível ao ciclo econômico para os mais pobres, ao passo que é estável para a média de renda da população. Além disso, a dinâmica do emprego e do número de horas trabalhadas têm um comportamento notavelmente anti-pobre no período de estudo, resultado da rigidez do mercado de trabalho brasileiro e da expansão das condições de sub-emprego para os trabalhadores mais pobres. Por outro lado, a produtividade, entendida como a razão entre o salário e o número de horas trabalhadas para cada trabalhador apresenta um comportamento pró-pobre no período, contribuindo para a redução da desigualdade de rendimentos no país. Essa redução da desigualdade seria resultado de uma menor diferença no nível de educação das pessoas, e seu conseqüente impacto reduzindo os retornos da educação sobre o salário.

Com a redução dos índices de desigualdade no Brasil a partir de 2001, provocada, principalmente, pela integração regional dos mercados de trabalho e por políticas redistributivas implantadas, espera-se que ocorra uma intensificação do crescimento pró-pobre do país nos próximos anos, de modo que o crescimento econômico obtenha maior força em reduzir a pobreza.

As características particulares do mercado de trabalho, e que explicam o seu comportamento frente à dinâmica macroeconômica são explicadas por autores como Mattos (2005) e Dedecca (1998, 2005). Segundo Dedecca (2005), a principal característica do mercado de trabalho brasileiro é a presença simultânea de trabalhadores incluídos e excluídos dos mecanismos institucionais de proteção e de regulação. Mattos (2005), assim como Dedecca, afirma que essa heterogeneidade estrutural da economia brasileira, caracterizada

⁵⁷ Os autores concordam com o pressuposto teórico de que o efeito de uma elevação no salário mínimo tem um efeito ambíguo sobre as condições dos trabalhadores, uma vez que, se por uma lado eleva a renda dos empregados, pode incentivar o desemprego. Contudo, empiricamente foi observado que o efeito positivo dessa política predominou no período de análise.

pela elevado nível de segmentação do mercado de trabalho, decorre do processo histórico de formação do mercado nacional.

De acordo com Dedecca, a raiz da exclusão social no mercado de trabalho brasileiro está na ausência, na história do país, de algum processo de mobilização migratória da população seguindo a instituição do trabalho livre assalariado, tal como aconteceu nos Estados Unidos, com a Guerra de Secessão, e em muitos países da Europa, com a queda das tradições e direitos feudais. Por isso, após a abolição da escravatura, em 1888, mesmo sendo a região Sudeste o centro político e econômico do Brasil, a maior parte da população trabalhadora concentrava-se na região Nordeste, como uma herança da tradicional economia açucareira escravista, há muito tempo em decadência. Por isso, a exclusão social no mercado de trabalho brasileiro nasceu da incapacidade da economia nacional, em absorver a mão-de-obra liberada pela escravidão, e concentrada nas regiões mais pobres do país. Assim, a regulação do mercado de trabalho, iniciada na década de 1930, foi um fator que reforçou a exclusão, já que concentrou seus benefícios sobre os trabalhadores dos grandes centros urbanos do Sudeste.

Por isso, o autor critica a visão convencional de que a rigidez do mercado de trabalho brasileiro é causada pela excessiva regulação, uma hipótese considerada pelo autor como adequada apenas para a realidade de alguns países da Europa Ocidental. Como visto, para o autor, a rigidez seria causada pela escassez de disponibilidade regional de mão-de-obra, uma vez que a migração para os centros urbanos industriais só começou a se intensificar décadas após o início do processo de industrialização do país.

Esse processo histórico de formação levou à divisão do mercado de trabalho brasileiro em dois setores básicos (MATTOS, 2005). Em primeiro lugar, um mercado interno de trabalho, ocupado por trabalhadores de setores da economia tecnologicamente avançados e estruturalmente oligopolizados. Em segundo lugar, um mercado externo de trabalho, ocupado por trabalhadores de setores com baixa taxa de inovações técnicas, cujos empregos e salários estão mais sujeitos a flutuações cíclicas. Nesse mercado externo, os trabalhadores estão mais sujeitos à exclusão social, já que seus empregos tendem a ser eliminados conforme avança o progresso tecnológico. Isto é, os trabalhadores do mercado externo perdem empregos nos momentos de recessão macroeconômica, os quais não são totalmente repostos nos momentos de expansão.

Segundo Mattos, a segmentação do mercado de trabalho está relacionada com a concentração de renda no país. Pois, a possibilidade de contratar trabalhadores de mercado externo, principalmente para a prestação de serviços, por baixos salários favorece a garantia de margens de lucro para as grandes empresas do mercado interno.

Nesse mesmo arcabouço teórico e conceitual, Dedecca (1998) realizou em estudo sobre a relação entre os ciclos econômicos e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. O autor ressaltou a importância da informalidade nessa relação, identificando nos períodos de estagnação econômica um processo de subutilização da força de trabalho, sendo esse um fenômeno decorrente da acelerada urbanização da sociedade brasileira. Na década de 1990, observou-se que os empregos formais perdidos nas crises não foram repostos nos períodos de crescimento econômico, o que identifica um processo de precarização do mercado de trabalho brasileiro. Esse processo está relacionado não apenas com o aumento do desemprego e da informalidade, mas também com a inatividade, isto é, a exclusão de indivíduos do mercado de trabalho.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

A motivação do presente trabalho parte dos estudos empíricos apresentados no capítulo anterior que investigaram sobre a possibilidade de “*the rising tide lifts all boats*”⁵⁸, de modo que um crescimento econômico sustentado seria, hipoteticamente, condição necessária e suficiente para a erradicação da pobreza em uma economia. Particularmente no artigo de Freeman (2001), o autor rejeitou essa hipótese com base em uma série de dados para a economia norte-americana, concluindo que o desempenho macroeconômico de um país, a curto e longo prazo, afeta diferentemente os diversos grupos demográficos existentes. Para o caso da economia brasileira, a bibliografia⁵⁹ aponta que a taxa de desemprego, que é uma variável extremamente relevante na identificação e análise dos ciclos macroeconômicos, e fortemente correlacionada com a pobreza, varia diferentemente entre grupos de pessoas de determinadas características em comum ao longo do tempo.

Como foi ressaltado no segundo capítulo, não há um consenso sobre qual é o melhor critério para se mensurar a pobreza. Todos os métodos já utilizados apresentam vantagens e limitações.

Os critérios baseados na definição de linhas de pobreza com base em patamares mínimos de renda ou de consumo são de fácil mensuração. Contudo, sabe-se que ambas magnitudes – renda e consumo – não captam todas as dimensões do bem-estar humano. Além disso, nem sempre é possível mensurar todas as dotações de todas as pessoas de uma população, já que, principalmente nas sociedades consideradas mais pobres, é comum a produção para o auto-consumo, ou mesmo resquícios de economias de escambo.

Os critérios multidimensionais são considerados mais completos, por incluir indicadores econômicos, sociais e demográficos, como também, às vezes, políticos e culturais, e por isso são considerados mais realistas no que diz respeito à observação do bem-estar social. Contudo, conforme Thorbecke (2005) ressaltou, essa metodologia tem três problemas que lhes são inerentes. Primeiro, os indicadores multidimensionais de bem-estar baseiam-se, muitas vezes, em critérios intangíveis sobre a qualidade de vida, como as liberdades sociais, políticas e culturais de uma população, o que torna a estimação quantitativa

⁵⁸ Em português, “uma maré alta carrega todos os botes.”

⁵⁹ Paes de Barros et al. (2000).

mais difícil, e dependente de *proxies* e variáveis latentes. Segundo, a definição de funções de bem-estar social que agregam diversas variáveis sempre acarreta algum grau de arbitrariedade. Terceiro, essa metodologia dá ênfase na agregação de dados e variáveis, para fins de comparação entre populações. Contudo, pode haver subgrupos dentro de uma mesma população com comportamentos distintos, o que traz heteroscedasticidade para os estimadores de bem-estar.

Nesse sentido, o presente trabalho procura mensurar a pobreza no Brasil utilizando o critério de linha de pobreza, isto é, uma quantidade de renda mínima abaixo da qual o indivíduo é considerado pobre. Essa metodologia tem a vantagem de ser facilmente mensurada pelos micro-dados da PNAD⁶⁰, do IBGE. Contudo, sabendo-se a pobreza está correlacionada com fatores que transcendem a teoria econômica, serão utilizadas aqui variáveis de controle de cunho demográfico e regional, além das mais tradicionais da Economia do Bem-Estar.

O objetivo é estimar o impacto dos ciclos e das políticas macroeconômicas sobre a composição da pobreza no Brasil. Em outras palavras, se busca investigar como que as variáveis macroeconômicas afetam os índices de pobreza, assim como outros indicadores de bem-estar social, no país, controlando-se por diferentes grupos demográficos. A dissertação realiza um diálogo entre dados em nível microeconômico, compostos por variáveis domiciliares coletadas pela PNAD de 1987 a 2005, e macroeconômico, incluindo tanto indicadores de ciclos econômicos – como os momentos de expansão e de recessão, como indicadores políticos – como a taxa de juros, o nível de gastos públicos e a taxa de inflação.

O método de estimação é o uso de técnicas econométricas para dados em pseudo-painel, além de regressões logísticas para dados individuais. O objetivo é observar e mensurar o comportamento dos mesmos indivíduos ao longo de todo o tempo incluído no estudo, controlando o viés de heterogeneidade – sobretudo de fatores não-observados – frente a oscilações macroeconômicas.

⁶⁰ Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios.

4.1. Modelo Econométrico

A presente dissertação se ocupa com a estimação de um modelo estrutural básico para dados em painel, do tipo:

$$Y_{it} = \beta_{0i} + \beta_1 X_{it} + \beta_2 Z_{it} + a_i + e_{it} \quad (1)$$

Em que Y_{it} é a variável de resposta, X_{it} corresponde a um vetor de variáveis de interesse, Z_{it} corresponde a um vetor de variáveis de controle, a_i corresponde a efeitos individuais fixos não-observados e e_{it} é o termo de erro aleatório.

As variáveis de resposta incluídas no modelo são o nível de pobreza e a renda familiar per capita real. Como forma de se controlar as observações individuais por grupos demográficos, se usa os efeitos fixos como variáveis de coorte. Assim, são criadas amostras específicas para os grupos de interesse, como, principalmente, agrupados por nível de educação, raça e sexo.

As variáveis de interesse do estudo consistem em indicadores macroeconômicos da economia brasileira. Esses indicadores são fixos para os grupos demográficos, mas variam ao longo do tempo em nível agregado. O desempenho macroeconômico brasileiro é mensurado tanto em nível de ciclos puros, como em nível de política econômica, como, por exemplo, a taxa de juros, a inflação, o nível de gastos públicos e sua decomposição (principalmente em termos de gastos sociais e superávit primário).

Para uma melhor mensuração dos efeitos puros das variáveis de interesse sobre as variáveis de resposta, está incluído no trabalho um vetor de variáveis de controle. Essas variáveis têm o objetivo de controlar efeitos de omissão de variáveis e de má especificação do modelo, caso as mesmas não sejam incluídas, o que pode distorcer as estimativas. O vetor de variáveis de controle está dividido em dois grupos de indicadores, um de ordem demográfica, outro de ordem socioeconômica. As características demográficas dos domicílios da amostra incluem a chefia familiar por mulheres, a residência das famílias – tanto em termos de setores rural ou urbano, como em termos de regiões brasileiras – o número de membros em cada família, a raça e o sexo dos indivíduos e os de anos de estudo dos seus membros. Já as características socioeconômicas relevantes incluem a participação no setor informal do

mercado de trabalho, os tipos de atividade exercida, a proporção de indivíduos desempregados ou inativos, os anos de estudo, a idade dos seus membros e o trabalho em tempo integral.

4.2. Fonte de Dados

A fonte de microdados utilizada no presente trabalho é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 1987 a 2005. Essa fonte de microdados consiste em um sistema de pesquisas domiciliares implantado a partir de 1967, com o objetivo de se produzir informações para o estudo de desenvolvimento socioeconômico e demográfico do Brasil. Por ter uma periodicidade anual, apresenta informações novas e complementares àquelas presentes no Censo Demográfico, de periodicidade decenal.

As informações presentes na PNAD englobam diversas características socioeconômicas da população brasileira. Em termos de periodicidade permanente, essas características incluem as características gerais da população, assim como indicadores de educação, trabalho, rendimentos e habitação. Além desses indicadores, a pesquisa inclui de maneira variável alguns outros, voltados a questões como a migração e as condições de saúde e de nutrição da população.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, com periodicidade trimestral. A partir de 1971, sua periodicidade tornou-se anual, a menos para os anos em que foi realizado o Censo Demográfico (1970, 1980, 1991 e 2000), e, extraordinariamente, o ano de 1994. Durante as décadas de 1970 e 1980, a composição da pesquisa foi praticamente estável. Mas, a partir de 1987, passaram a haver mudanças anuais nas informações presentes em seus questionários, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1: História da PNAD

Ano:	Alteração na Pesquisa
1987	Incluída a variável sobre a cor das pessoas.
1988	Incluída variável sobre a existência de rádio e TV nos domicílios.
1992	Incluídas variáveis referentes à migração, fecundidade e nupcialidade, além de uma categoria de trabalho referente ao trabalho doméstico.
1996	Incluída variável sobre a mobilidade social. Excluídas variáveis sobre o trabalho infantil de indivíduos de 5 a 9 anos e sobre frequência a ensino supletivo.
1997	Excluída variável sobre a mobilidade social.
1998	Incluídos tópicos suplementares sobre condições de saúde e sobre o trabalho infantil de indivíduos de 5 a 9 anos.
1999	Excluídos os tópicos suplementares sobre condições de saúde.
2001	Incluídas variáveis sobre redes de ensino, tópicos suplementares em trabalho infantil de 5 a 17 anos e de saúde e segurança no trabalho.
2002	Incluídas novas variáveis referentes às características dos domicílios, ao trabalho infantil de 5 a 9 anos e a tópicos suplementares em trabalho infantil. Excluídos os tópicos suplementares em saúde e segurança no trabalho e em educação, assim como variáveis sobre a migração e a fecundidade.
2003	Incluídos tópicos suplementares em saúde e variáveis referentes à participação em programas sociais de educação para indivíduos de 5 a 17 anos.
2004	Excluídas diversas variáveis sobre as características dos domicílios, das condições de saúde, da participação em programas sociais de educação, de segurança alimentar e de transferência de renda de programas sociais para menores de 18 anos.
2005	Incluídas variáveis sobre a posse de telefone celular e de acesso à Internet. Excluídos tópicos complementares em educação, acesso à merenda escolar e segurança alimentar.
2006	Incluídos tópicos complementares em trabalho infantil (5 a 17 anos), transferência de renda via programas sociais e acesso à merenda escolar. Excluídas variáveis sobre a posse de telefone celular e de acesso à Internet.

Fonte: elaboração própria, a partir das notas técnicas da PNAD

Em relação à abrangência geográfica da PNAD, em seu início, em 1967, cobria apenas o estado do Rio de Janeiro. Em 1971 passou a cobrir os estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Distrito Federal, além da região Sul e da área urbana da região Norte. A partir de 1981, passou a incluir todo o território brasileiro, a menos a área rural da região Norte, a qual só foi incluída a partir de 2004. Observa-se que a divisão entre áreas urbanas e rurais nos dados da PNAD segue a legislação vigente no último Censo Demográfico realizado em

relação a cada pesquisa. Ou seja, sua mudança metodológica se dá a cada década; a evolução anual não é observada.

As estatísticas da PNAD são construídas para o Brasil, as grandes regiões, as Unidades da Federação e as regiões metropolitanas. Níveis de agregação inferiores, tais como municípios e bairros, são comprometidos pela representatividade da amostra. A realização da pesquisa é feita mediante amostras probabilísticas de domicílios, em três estágios de seleção. Esses estágios consistem em primeiro lugar, os municípios; em segundo lugar, os setores censitários; em terceiro lugar, as unidades domiciliares.

Os macrodados incluídos no trabalho, referentes à evolução da conjuntura macroeconômica e das políticas fiscal e monetária no Brasil, provêm de fontes como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

4.3. Análise Descritiva das Variáveis

As variáveis incluídas no trabalho estão descritas nos quadros abaixo.

Quadro 2: Variáveis Dependentes

Variável	Nome	Descrição
lpuf	Linha de Pobreza Estadual	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo estiver abaixo da linha de pobreza de seu estado, e 0 caso contrário.
rfpcr	Renda Familiar	Renda familiar real per capita.

Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis da PNAD

A construção das linhas de pobreza estaduais foi realizada com referência no trabalho de Rocha (1997). Assim, buscou-se mensurar o valor monetário real de uma cesta de produtos alimentares capaz de suprir o mínimo de calorias diárias recomendadas para os indivíduos, sem considerar características individuais como idade, sexo e raça. De acordo com estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), citados no estudo de Rocha, esse mínimo equivale a cerca de 2.100 calorias.

De acordo com Rocha (1997), as evidências empíricas apontam que as estruturas de consumo e de preços dos alimentos são bastante diferenciadas ao longo do país.

Particularmente ao caso dos preços, esses são afetados por um conjunto de determinantes de natureza eminentemente local, tais como a localização das atividades produtivas agropecuárias e agroindustriais, a acessibilidade ao mercado consumidor, e a existência e a qualidade das redes de comercialização. Assim, a adoção de uma única linha de pobreza é inadequada para definir quem é considerado carente nas diferentes metrópoles, estados e regiões do Brasil. Por este motivo, as cestas de consumo alimentar definidas no presente trabalho para a construção das linhas de pobreza são fixas ao longo do tempo em sua composição, mas são diferenciadas para os estados brasileiros, de acordo com os padrões alimentares dos domicílios de baixa renda – isto é, os 20% mais pobres da distribuição de renda – de cada localidade, de acordo com observações realizadas com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 1996. Com base nessas observações, foi construída uma linha de pobreza por unidade da federação de acordo com a renda dos indivíduos.

O deflacionamento, tanto dos indicadores de renda familiar per capita real, como dos valores das linhas de pobreza estaduais, foi realizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo como referência o ano de 2006. Particularmente ao caso das linhas de pobreza, o deflacionamento seguiu a metodologia sugerida por Corseul & Foguel (2002). Os valores das linhas para cada unidade da federação encontram-se no anexo da presente dissertação.

Quadro 3: Variáveis de Interesse – Indicadores de Ciclo Econômico

Variável	Nome	Descrição
chefem_e	Domicílios Chefiados por Mulheres nos Anos de Expansão	Interação entre os anos de expansão e a chefia do domicílio por mulher.
raca_e	Raça nos Anos de Expansão	Interação entre os anos de expansão e a raça dos indivíduos.
escol_0a3_e	Indivíduos com 0 a 3 Anos de Estudo nos Anos de Expansão	Interação entre os anos de expansão e os indivíduos com 0 a 3 anos de estudo.
escol_4a7_e	Indivíduos com 4 a 7 Anos de Estudo nos Anos de Expansão	Interação entre os anos de expansão e os indivíduos com 4 a 7 anos de estudo.
escol_8a10_e	Indivíduos com 8 a 10 Anos de Estudo nos Anos de Expansão	Interação entre os anos de expansão e os indivíduos com 8 a 10 anos de estudo.
escol_11a15_e	Indivíduos com 11 a 15 Anos de Estudo nos Anos de Expansão	Interação entre os anos de expansão e os indivíduos com 11 a 15 anos de estudo.
pos_ciclo_e	Posição no Ciclo de Expansão	Valor da posição de cada ano no ciclo de expansão
chefem_r	Domicílios Chefiados por Mulheres nos Anos de Recessão	Interação entre os anos de recessão e a chefia do domicílio por mulher.
raca_r	Raça nos Anos de Recessão	Interação entre os anos de recessão e a raça dos indivíduos.
escol_0a3_r	Indivíduos com 0 a 3 Anos de Estudo nos Anos de Recessão	Interação entre os anos de recessão e os indivíduos com 0 a 3 anos de estudo.
escol_4a7_r	Indivíduos com 4 a 7 Anos de Estudo nos Anos de Recessão	Interação entre os anos de recessão e os indivíduos com 4 a 7 anos de estudo.
escol_8a10_r	Indivíduos com 8 a 10 Anos de Estudo nos Anos de Recessão	Interação entre os anos de recessão e os indivíduos com 8 a 10 anos de estudo.
escol_11a15_r	Indivíduos com 11 a 15 Anos de Estudo nos Anos de Recessão	Interação entre os anos de recessão e os indivíduos com 11 a 15 anos de estudo.
pos_ciclo_r	Posição no Ciclo de Recessão	Valor da posição de cada ano no ciclo de recessão

Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis da PNAD

Quadro 4: Variáveis de Interesse – Indicadores de Política Macroeconômica

Variável	Nome	Descrição
ipca	Índice de Preços ao Consumidor Acumulado	Inflação acumulada ao ano. Fonte: IPEA-DATA.
selic_real	Taxa Selic Real	Taxa média de juros Selic ao ano, descontada a inflação. Fonte: BCB-DEMAB.
g_social	Gasto Público Social	Gastos da União com educação, cultura, saúde, saneamento, assistência e previdência como proporção do PIB. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.
g_primario	Gasto Público Primário	Gastos totais da União, descontados os pagamentos de juros da dívida, como proporção do PIB. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.
s_primario	Superávit Primário	Diferença entre as receitas totais da União e o gasto primário, como proporção do PIB.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil, do IPEA-DATA e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Quadro 5: Variáveis Sócio-Econômicas de Controle

Variável	Nome	Descrição
pea_desempr	Desemprego	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo não está empregado, mas está procurando emprego, e 0 caso contrário.
pea_inat	Inatividade	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo não está empregado e não está procurando emprego, e 0 caso contrário.
anosest	Anos de Estudo	Número de anos de estudo do indivíduo.
idade	Idade	Idade do indivíduo.
idade2	Idade ao Quadrado	Quadrado da idade do indivíduo.
informal	Trabalhador Informal	Dummy com valor igual a 1 se o trabalhador é informal, e 0 caso contrário.
integral	Trabalhador Integral	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo trabalha mais de 30 horas semanais, e 0 caso contrário.
grocup_tec	Técnicos	Dummy com valor igual a 1 se o trabalhador exerce atividade técnica, científica, artística ou assemelhada, e 0 caso contrário.
grocup_adm	Administração	Dummy com valor igual a 1 se o trabalhador exerce atividade administrativa, e 0 caso contrário.
grocup_agr	Agropecuária	Dummy com valor igual a 1 se o trabalhador exerce atividade agropecuária ou de produção extrativa vegetal e animal, e 0 caso contrário.
grocup_ind	Indústria	Dummy com valor igual a 1 se o trabalhador exerce atividade na indústria de transformação, e 0 caso contrário.
grocup_com	Comércio	Dummy com valor igual a 1 se o trabalhador exerce atividade no comércio ou ocupações auxiliares, e 0 caso contrário.
grocup_transp	Transporte	Dummy com valor igual a 1 se o trabalhador exerce atividade nos setores de transporte e comunicação, e 0 caso contrário.
grocup_serv	Serviços	Dummy com valor igual a 1 se o trabalhador exerce atividade de prestação de serviços, e 0 caso contrário.
empregador	Empregador	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo é empregador, e 0 caso contrário.

Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis da PNAD

Quadro 6: Variáveis Demográficas de Controle

Variável	Nome	Descrição
mulher	Sexo	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo for mulher, e igual a 0 se for homem.
raca	Raça	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo é negro, índio ou pardo, e 0 caso contrário.
urb	Urbano	Dummy com valor igual a 1 se o domicílio encontra-se em uma região urbana, e 0 caso contrário.
tamfam	Tamanho da Família	Número de membros da família do indivíduo, contando agregados.
chefem	Mulher Chefe de Família	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo pertence à família chefiada por mulher, e 0 caso contrário.
r_norte	Região Norte	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo reside na Região Norte do país, e 0 caso contrário.
r_nordeste	Região Nordeste	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo reside na Região Nordeste do país, e 0 caso contrário.
r_sudeste	Região Sudeste	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo reside na Região Sudeste do país, e 0 caso contrário.
r_sul	Região Sul	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo reside na Região Sul do país, e 0 caso contrário.
r_co	Região Centro-Oeste	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo reside na Região Centro-Oeste do país, excluindo-se o Distrito Federal, e 0 caso contrário.

Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis da PNAD

Quadro 7: Coortes

Continua

Variável	Nome	Descrição
coorte1	Coorte 1927-1929	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1927 e 1929, e 0 caso contrário.
coorte2	Coorte 1930-1932	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1930 e 1932, e 0 caso contrário.
coorte3	Coorte 1933-1935	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1933 e 1935, e 0 caso contrário.
coorte4	Coorte 1936-1938	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1936 e 1938, e 0 caso contrário.
coorte5	Coorte 1939-1941	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1939 e 1941, e 0 caso contrário.
coorte6	Coorte 1942-1944	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1942 e 1944, e 0 caso contrário.
coorte7	Coorte 1945-1947	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1945 e 1947, e 0 caso contrário.

Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis da PNAD

Quadro 7: Coortes

Variável	Nome	Descrição	Conclusão
coorte8	Coorte 1948-1950	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1948 e 1950, e 0 caso contrário.	
coorte9	Coorte 1951-1953	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1953 e 1955, e 0 caso contrário.	
coorte10	Coorte 1954-1956	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1954 e 1956, e 0 caso contrário.	
coorte11	Coorte 1957-1959	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1957 e 1959, e 0 caso contrário.	
coorte12	Coorte 1960-1962	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1960 e 1962, e 0 caso contrário.	
coorte13	Coorte 1963-1965	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1963 e 1965, e 0 caso contrário.	
coorte14	Coorte 1966-1968	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1966 e 1968, e 0 caso contrário.	
coorte15	Coorte 1969-1971	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1969 e 1971, e 0 caso contrário.	
coorte16	Coorte 1972-1974	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1972 e 1974, e 0 caso contrário.	
coorte17	Coorte 1975-1977	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1975 e 1977, e 0 caso contrário.	
coorte18	Coorte 1978-1980	Dummy com valor igual a 1 para os indivíduos nascidos entre 1978 e 1980, e 0 caso contrário.	

Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis da PNAD

Com essas variáveis, estima-se seis modelos empíricos de regressão logística. Um desses modelos incluirá apenas variáveis independentes de natureza econômica, isto é, a pobreza sendo explicada pelo desemprego, pela inatividade, pelos anos de estudo (como uma *proxy* para o capital humano acumulado, que determina a produtividade) e pela idade do indivíduo (como uma *proxy* para a experiência no mercado de trabalho, que também determina a produtividade). Como sabe-se que a relação entre renda e idade não é linear, isto é, muda seu comportamento e direção ao longo da distribuição, se incluirá nesse modelo o termo de idade ao quadrado. O segundo modelo tem, além das variáveis independentes econômicas, variáveis de controle socioeconômicas, demográficas e regionais, nesse caso, tomando o Distrito Federal como base. O terceiro e o quinto modelos incluem como variáveis de interesse os indicadores de ciclo econômico, respectivamente para os períodos de recessão

e de expansão. Por fim, o quarto e o sexto modelos incluem como variáveis de interesse os indicadores de política econômica, respectivamente com os indicadores de expansão e de recessão. Destaca-se que, devido à presença de multicolinearidade, não é possível estimar um modelo englobando todas as variáveis de interesse (ciclos e políticas) ao mesmo tempo.

Após os procedimentos matemáticos de linearização, os três modelos estimados serão, respectivamente, os seguintes:

$$y_{it} = \alpha_{it} + \beta_0 + \beta_1 X_{it} + e_{it} \quad (2)$$

$$y_{it} = \alpha_{it} + \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 D_{it} + e_{it} \quad (3)$$

$$y_{it} = \alpha_{it} + \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 D_{it} + \beta_3 Z_{1it} + e_{it} \quad (4)$$

$$y_{it} = \alpha_{it} + \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 D_{it} + \beta_3 Z_{1it} + P_{it} + e_{it} \quad (5)$$

$$y_{it} = \alpha_{it} + \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 D_{it} + \beta_3 Z_{2it} + e_{it} \quad (6)$$

$$y_{it} = \alpha_{it} + \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 D_{it} + \beta_3 Z_{2it} + P_{it} + e_{it} \quad (7)$$

Nesses modelos, y_{it} é o vetor de dados sobre a posição dos indivíduos frente à linha de pobreza de seu estado e sobre sua renda familiar, X_{it} é o vetor de variáveis de controle econômicas, D_{it} é o vetor das demais variáveis de controle sócio-econômicas e demográficas, Z_{1it} é o vetor de variáveis de interesse de ciclos econômicos para os períodos de expansão, Z_{2it} é o vetor de variáveis de interesse de ciclos econômicos para os períodos de recessão, e P_{it} é o vetor de variáveis de interesse de política econômica. Os α_{it} , por sua vez, são os efeitos fixos dos indivíduos, os quais serão controlados por instrumentos de painel.

4.4. Procedimentos Econométricos

4.4.1. Regressão Logística⁶¹

Em um modelo de variáveis dependentes binárias, a variável endógena y assume um de dois valores possíveis, igual a um (sucesso⁶²), ou igual a zero (insucesso). O objetivo de se trabalhar com esse tipo de modelo empírico é estimar, ou prever, a probabilidade de sucesso e de insucesso, condicional a um dado vetor x de variáveis explicativas.

⁶¹ A presente seção foi elaborada de acordo com os trabalhos de Wooldridge (2006), Cameron & Trivedi (2005) e César et al. (2000).

⁶² Destaca-se que o termo “sucesso” nesse caso é independente de julgamentos de caráter qualitativo. Por exemplo, no presente trabalho, como a variável dependente é a linha de pobreza, ser pobre é considerado um “sucesso”.

Supondo que os dados observados representem as ações de indivíduos agrupados em células, independentes e identicamente distribuídas como tentativas, a distribuição de probabilidade do modelo de variáveis independentes binárias terá um formato binomial:

$$\Pr(y | n, p) = \binom{n}{y} p^y (1 - p)^{n-y} \quad (8)$$

Nessa equação, n representa o número total de tentativas em cada célula, e p representa a probabilidade de sucesso. Por outro lado, se for assumido que a unidade de análise da estimação for a ação individual sem agrupamentos, e que cada indivíduo represente apenas uma tentativa, a distribuição de probabilidade terá o formato da distribuição de Bernoulli:

$$\Pr(y | p) = p^y (1 - p)^{1-y} \quad (9)$$

Nesse caso, a probabilidade de se ocorrer um sucesso será $\Pr(y = 1) = p$, e a probabilidade de se ocorrer um insucesso será $\Pr(y = 0) = 1 - p$.

Os modelos de regressão logística, ou de regressão para variáveis dependentes limitadas, consistem em uma série de transformações matemáticas para restringir o vetor de probabilidades estimado ao intervalo $[0, 1]$, o que é extremamente importante para a interpretação dos seus parâmetros. No presente estudo, utiliza-se um modelo logístico em que se apresenta o logito da probabilidade de ser pobre, isto é, estar abaixo da linha de pobreza considerada, como função de um vetor de variáveis explicativas.

Demonstrando matematicamente, dada a probabilidade de ocorrência de um evento:

$$P(Y = 1 | x) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_p x_p}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_p x_p}} \quad (10)$$

Denominando-se *odds* a chance de ocorrência do evento, tem-se:

$$odds = \frac{P(Y = 1)}{P(Y = 0)} = \frac{p}{1 - p} \quad (11)$$

As *odds* podem variar entre zero e o infinito. Se $odds = 1$, a probabilidade de sucesso é igual à probabilidade de insucesso. Se $odds < 1$, a probabilidade de sucesso é menor do que a

probabilidade de insucesso. Já se $odds > 1$, a probabilidade de sucesso é maior do que a probabilidade de insucesso. Para representar esse modelo definido em (10) em formato linear, faz-se nele uma transformação logit, ou seja:

$$\text{logit}(p_i) = \ln\left(\frac{p_i}{1-p_i}\right) = \ln\left[\frac{P(Y=1|x)}{P(Y=0|x)}\right] \quad (12)$$

$$G(x) = \ln\left[\frac{P(Y=1|x)}{P(Y=0|x)}\right] = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_p x_p = G(\beta_0 + x\beta) = \eta_i \quad (13)$$

Sendo $G(x)$ uma função definida em $0 < G(x) < 1$, linear nos parâmetros, assumindo as mesmas propriedades do modelo de regressão linear, e assumindo valores em toda a reta real. Nessa equação, β_0 representa o logaritmo natural da chance de sucesso quando as variáveis explicativas assumem valor nulo. β_p representa o logaritmo natural da chance de sucesso com uma mudança unitária, isto é, marginal, em x_p , mantendo-se os demais regressores fixos. Para essa transformação logit, a *odds* de sucesso de y é igual a e^{η} . Assim, a chance de sucesso constante, ou da linha de base, é igual a e^{β_0} , e a chance de sucesso decorrente de uma mudança unitária em x_p é igual a e^{β_p} . Resolvendo (12) para o parâmetro de probabilidade p_i , tem-se:

$$p_i = \frac{e^{\sum_{k=0}^K \beta_k x_{ik}}}{1 + e^{\sum_{k=0}^K \beta_k x_{ik}}} = \frac{e^{\eta_i}}{1 + e^{\eta_i}} = \Lambda(\eta_i) \quad (14)$$

Essa transformação assegura que para qualquer valor de x e qualquer parâmetro β , p_i permanecerá no intervalo $[0, 1]$. Se p_i tender a zero, $\Lambda(\eta_i) \rightarrow -\infty$. Se p_i tender a um, por outro lado, então $\Lambda(\eta_i) \rightarrow +\infty$.

Dadas duas observações (ou dois indivíduos) x' e x'' , a razão de chance de sucesso (*odds ratio*) entre elas equivale ao quociente entre as chances relativas de sucesso das duas, isto é, ao produto cruzado de suas *odds*:

$$OR = \frac{odds_1}{odds_2} = \frac{p_1/(1-p_1)}{p_2/(1-p_2)} \quad (15)$$

Como a função de distribuição de probabilidade é não-linear, não se pode aplicar o método de mínimos quadrados ordinários (MQO) para estimar a regressão logística. Nesse

caso, utiliza-se o método da máxima verossimilhança, o qual baseia-se na distribuição de y dado x , e, por isso, automaticamente considera a heteroscedasticidade em $\text{var}(y | x)$. Dada a função de distribuição de Bernoulli em (9), a função de verossimilhança do modelo de variável dependente binária é:

$$L = \prod G(x'_i \beta)^y [1 - G(x'_i \beta)]^{1-y} \quad (16)$$

Passando para logaritmos, tem-se a função de log-verossimilhança:

$$\log L = \sum \{y_i \log G(x'_i \beta) + (1 - y_i)[1 - G(x'_i \beta)]\} \quad (17)$$

Derivando-se (17) e igualando a zero, procura-se encontrar o parâmetro $\hat{\beta}$ que maximiza a função de verossimilhança. Esse estimador é consistente, assintoticamente normal e assintoticamente eficiente. Para se caracterizar um ponto de máximo, a condição de segunda ordem do problema deve ser maior do que zero.

$$\frac{\delta \log L(\beta)}{\delta \beta_k} = U(\beta) = \sum (y_i - \Lambda_i)x_i \quad (18)$$

Sendo:

$$\Lambda_i = \Lambda(x'_i \beta) = \frac{e(x'_i \beta)}{1 + e(x'_i \beta)} \quad (19)$$

$$\frac{\delta^2 \log L(\beta)}{\delta \beta \delta \beta'} = I(\beta) = \sum \Lambda_i (1 - \Lambda_i) x_i x_i' > 0 \quad (20)$$

Observa-se que o efeito marginal de x_{ik} sobre y é:

$$\frac{\delta F(x'_i \beta)}{\delta x_{ik}} = \Lambda_i (1 - \Lambda_i) \beta_k \quad (21)$$

4.4.2. Modelos de Dados em Painel

Os modelos econométricos de dados em painel, também conhecidos como modelos de dados longitudinais, incluem dimensões tanto de *cross-section*, como também de séries temporais. Em resumo, trata-se de acompanhar o comportamento dos mesmos indivíduos ao longo de períodos de tempo. Contudo, sabe-se que, na maioria dos casos, as observações não são sempre independentemente distribuídas ao longo do tempo. Isto é, existem fatores não-

observados específicos a cada indivíduo (seja uma pessoa, uma família, um estado ou um país) que podem provocar viés de heterogeneidade nas estimativas, de modo que se faz necessário o uso de uma série de métodos de controle.

O uso de técnicas para dados em painel tem uma série de vantagens em relação ao *cross-section* individual e às séries temporais. O painel permite uma maior variabilidade nos dados ao mesmo tempo em que reduz a colinearidade entre as variáveis, o que proporciona maiores graus de liberdade e eficiência aos estimadores. Além disso, permite a identificação e a mensuração de fatores não-observados, que podem causar problemas de viés de variável omitida e inconsistência nos estimadores, como, principalmente, a heterogeneidade dos indivíduos da amostra.

Um modelo geral de painel balanceado, de T observações para N indivíduos pode ser representado pela seguinte equação:

$$Y_{it} = \alpha_{it} + X_{it}'\beta_{it} + u_{it} \quad i = 1, \dots, N \quad t = 1, \dots, T \quad (22)$$

4.4.2.1. Mínimos Quadrados Ordinários Empilhados

Um primeiro modelo para dados longitudinais é o *Pooled OLS*, também conhecido como método de Mínimos Quadrados Ordinários Empilhados. Esse modelo ignora a natureza dos dados em painel, de que os fatores individuais não-observados são correlacionados com os regressores, assumindo que $\beta = \beta_j \forall j, s, t$. Em resumo, esse modelo especifica que os coeficientes da equação são constantes para todos os indivíduos, o que é uma hipótese básica de estimação por *cross-section*:

$$Y_{it} = \alpha + X_{it}'\beta + u_{it} \quad i = 1, \dots, N \quad t = 1, \dots, T \quad (23)$$

A estimação desse modelo se faz via a regressão por mínimos quadrados da equação (23), considerando cada observação (N x T) como sendo um indivíduo diferente. A consistência das estimativas depende de $Cov(u_{it}, x_{it}) = 0$ e $Cov(\alpha, x_{it}) = 0$.

A vantagem do modelo *Pooled OLS* é que permite um maior tamanho da amostra para sua estimação, de modo que proporciona estimadores mais precisos e testes mais poderosos do que os outros modelos de painel. Contudo, baseia-se em hipóteses muito restritivas. Por exemplo, de que a relação entre a variável dependente e pelo menos uma das variáveis

explicativas deva permanecer constante ao longo do tempo. Além disso, se houver quaisquer efeitos individuais não observados, o modelo terá um erro de composição do tipo $v_{it} = \alpha_i + u_{it}$, de modo que se configurará um viés de heterogeneidade as observações provocado por omissão de variáveis.

Nesse sentido, as técnicas de painel procuram meios para controlar os α_i , isto é, os efeitos não-observados fixos no tempo, mas variáveis para cada observação, que acabam afetando os parâmetros de ajuste às variáveis de resposta, e prejudicando o modelo.

4.4.2.2. Modelo de Efeitos Fixos

O modelo de efeitos-fixos consiste em outra maneira de se eliminar o termo de heterogeneidade individual fixa no tempo (α). Em resumo, esse modelo permite que cada unidade *cross-section* da amostra tenha um intercepto diferente, apesar de que as inclinações dos parâmetros serem as mesmas para todos. Dado o modelo (24):

$$Y_{it} = \alpha_i + X_{it}'\beta + u_{it} \quad i = 1, \dots, N \quad t = 1, \dots, T \quad (24)$$

Para cada observação i , calcula-se a média da equação ao longo do tempo:

$$\bar{Y}_i = \alpha_i + \bar{X}'_i \beta + \bar{u}_i \quad (25)$$

Subtraindo-se a equação de sua média, temos:

$$(Y_{it} - \bar{Y}_i) = \alpha_i - \alpha_i + (X_{it} - \bar{X}'_i)\beta + (u_{it} - \bar{u}_i) \quad (26)$$

$$\check{Y}_{it} = \check{X}'_{it} \beta + \check{u}_{it} \quad (27)$$

Esse procedimento acabou por eliminar o termo α_i , que é constante no tempo. A transformação de efeitos fixos é uma transformação interna, isto é, é considerado um estimador *within*, uma vez que depende das variações. Não importa a magnitude bruta do valor das variáveis para cada indivíduo, mas sim como varia ao longo do tempo. $\check{Y}_{it}, \check{X}_{it}, \check{u}_{it}$ são denominados de dados temporais reduzidos.

O estimador de efeitos fixos baseia-se nas hipóteses de exogeneidade estrita entre regressores e resíduos. Além disso, permite uma correlação arbitrária entre os efeitos individuais fixos α_i e as variáveis explicativas ao longo do tempo, mesmo que esses efeitos

sejam removidos pela transformação. Por fim, o estimador é muito sensível às questões da homoscedasticidade e não autocorrelação serial, os quais podem invalidar suas estatísticas de teste.

4.4.2.3. Modelo de Efeitos Aleatórios

O modelo de efeitos aleatórios parte da hipótese de que os efeitos individuais fixos no tempo (α_i) são não-correlacionados com os estimadores X_{it} em todos os períodos de tempo. Isto é, $cov(x_{it}, \alpha_i) = 0$, $t = 1, \dots, T$, $i = 1, \dots, N$. Nesse caso, os métodos para a eliminação desses efeitos tornam-se ineficientes. Essa técnica de estimação de dados em painel depende de todas as hipóteses da técnica de efeitos fixos, mas também exige a independência dos α_i em relação a todas as variáveis explicativas em todos os períodos de tempo.

Valendo essa condição de exogeneidade estrita, o termo de erro de composição presente no modelo de *Pooled OLS* é $v_{it} = \alpha_i + u_{it}$, isto é, um componente de efeito fixo mais um componente aleatório. Em um modelo de dados em painel, se os efeitos individuais forem todos eles termos aleatórios não correlacionados com os regressores ou com os resíduos em qualquer período de tempo, tem-se que:

$$Y_{it} = X_{it}'\beta + v_{it} \quad (28)$$

$$Y_{it} = X_{it}'\beta + (\alpha_i + u_{it}) \quad (29)$$

Em que α e u são tidos como processos aleatórios com média zero, não correlacionados com os regressores X e um com o outro, homoscedásticos e com exogeneidade estrita entre indivíduos observados e períodos de tempo. A composição da variância desse erro composto é:

$$E[v_{it}^2 | X^*] = \sigma_\alpha^2 + \sigma_u^2 \quad (30)$$

Como os α_i fazem parte do erro de composição em cada período de tempo, os v_{it} são serialmente correlacionados.

$$Corr(v_{it}, v_{is}) = \frac{\sigma_\alpha^2}{(\sigma_\alpha^2 + \sigma_u^2)}, \quad t \neq s \quad (31)$$

Esse fato torna o estimador ineficiente, e invalida suas estatísticas de teste. O problema pode ser corrigido pela transformação de Mínimos Quadrados Ordinários para eliminar a correlação serial.

$$\lambda = 1 - \left(\frac{\sigma^2_{\alpha}}{\sigma^2_{\alpha} + T\sigma^2_u} \right)^{1/2}, \quad 0 \leq \lambda \leq 1 \quad (32)$$

O estimador de dados quase-reduzidos será:

$$(Y_{it} - \lambda \bar{Y}_i) = (X_{it} - \lambda \bar{X}_i) \beta + (v_{it} - \lambda \bar{v}_i) \quad (33)$$

Ou seja, o estimador não elimina os efeitos individuais fixos no tempo, permitindo sua estimação como variáveis explicativas. O estimador de Mínimos Quadrados Generalizados Factível para λ , $\hat{\lambda}$, é chamado de estimador de efeitos aleatórios. Esse estimador, valendo as suas hipóteses básicas, é não-viesado, consistente e normalmente e assintoticamente distribuído conforme N cresce. A importância dos efeitos individuais fixos é maior quanto maior for a sua variância para o cálculo do λ . Portanto, um estimador de *Pooled OLS* é equivalente ao estimador de efeitos aleatórios para o caso em que $\lambda = 0$, ao passo que o estimador de efeitos fixos vale para o caso em que $\lambda = 1$.

4.4.2.4. Pseudo-Painel

Devido à dificuldade em se obter dados de pesquisa com características genuínas de painel para microdados no Brasil, isto é, os dados longitudinais não são estritamente seguidos, já que não são os mesmos indivíduos que são observados ao longo do tempo, acaba-se recorrendo a técnicas de pseudo-painel. O pseudo-painel baseia-se na observação de variáveis observadas por cortes seccionais repetidas (CSR), e não por indivíduos, como nos painéis tradicionais. Assim, são os grupos ou cortes de observações que são seguidos ao longo do tempo, e não as unidades de *cross-section*, o que também pode ser considerado uma método de se controlar os efeitos individuais (α). As cortes, por sua vez, podem ser divididas em sub-cortes, controlando-se por subgrupos de indivíduos com variáveis de interesse.

As técnicas de pseudo-painel apresentam uma série de vantagens. Em primeiro lugar, o método não sofre atrito. Em segundo lugar, as cortes podem ser construídas para qualquer

característica de interesse, de modo que essa técnica se torna muito flexível. Por fim, o pseudo-painel permite a combinação de bases de dados distintas para a construção de coortes.

Basicamente, uma coorte é um grupo de indivíduos com as mesmas características de interesse, definidas para todos os períodos. Cada indivíduo só pode fazer parte de uma coorte, uma vez que são agrupados de acordo com o valor médio de suas características. As coortes são seguidas ao longo do tempo, do mesmo modo que as unidades de *cross-section* presentes nos modelos de painel. Formalmente, dada uma regressão linear para dados em painel com efeitos fixos, como a equação (21):

$$Y_{it} = \alpha_i + X_{it}'\beta + u_{it} \quad i = 1, \dots, N \quad t = 1, \dots, T \quad (24)$$

Seja θ uma variável aleatória que determina a participação em uma coorte para cada indivíduo i , de modo que $i \in c$ se e somente se $\theta_i \in I_c$, em que I_c é o conjunto de todas as coortes. Supõe-se que existam um total de C coortes, de modo que $c = 1, \dots, C$. Tirando as expectativas condicionais dos elementos da equação (21) em θ_i :

$$E[Y_{it} | \theta_i \in I_c] = E[\alpha_i | \theta_i \in I_c] + E[X_{it} | \theta_i \in I_c]\beta + E[u_{it} | \theta_i \in I_c] \quad (34)$$

Ou seja, o modelo de efeitos fixos se transforma em um modelo populacional de coortes:

$$Y_{ct}^* = \alpha_{ct}^* + X_{ct}^*\beta + u_{ct}^* \quad (35)$$

Nesse modelo, $\alpha_{ct}^* = E[\alpha_i | \theta_i \in I_c]$ representa o efeito fixo da coorte. Uma hipótese fundamental para a consistência dos estimadores é que esse termo seja estacionário, isto é, fixo ao longo do tempo. Contudo, as verdadeiras médias populacionais das coortes não são observadas, de modo que é preciso utilizar as médias temporais das mesmas para fins de estimação. Uma amostra agregada pela média de suas variáveis características em uma coorte c tem a seguinte especificação:

$$\bar{Y}_{ct} = \beta\bar{X}_{ct} + \bar{\alpha}_{ct} + \bar{u}_{ct}, \quad c = 1, \dots, C; \quad t = 1, \dots, T \quad (36)$$

$$\bar{Y}_{ct} = (1/n_c) \sum_{i=1}^{n_c} Y_{i,t} \quad (37)$$

Em que \bar{Y}_{ct} é a média amostral da variável endógena Y relativa aos indivíduos pertencentes à coorte c observados no tempo t , $\beta\bar{X}_{ct}$ é a média das variáveis observadas na

coorte c no período de tempo t , \bar{u}_{ct} é um termo de erro aleatório homoscedástico e não autocorrelacionado, e $\bar{\alpha}_{ct}$ são os efeitos específicos de cada coorte no tempo t . Esses efeitos específicos não são constantes no tempo, e geralmente são correlacionados com os regressores X_{it} . Se forem tratados como efeitos aleatórios, não correlacionados com os regressores, os estimadores da equação serão inconsistentes, e é mais apropriado estimar o modelo pelo método do *Pooled OLS*. Mas, se forem tratados como efeitos fixos, assumindo-se a correlação com os regressores, poderá haver apenas um problema de identificação, já que as médias das coortes são meras estimativas dos parâmetros populacionais, caso a coorte não seja grande o suficiente para $\bar{\alpha}_{ct} \approx \alpha_t$:

$$\bar{Y}_{ct} = \beta \bar{X}_{ct} + \alpha_t + \bar{u}_{ct}, \quad c = 1, \dots, C; \quad t = 1, \dots, T \quad (38)$$

A equação (35) pode então ser estimada pelo método dos efeitos fixos.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Estatística Descritiva

O presente trabalho analisou dados de sete bancos da PNAD empilhados, para os anos de 1987, 1990, 1993, 1996, 1999, 2002 e 2005. A amostra total, em nível individual, compreende 985.669 observações de pessoas entre 25 e 60 anos de idade, distribuídas da seguinte maneira entre os anos:

Tabela 1: Distribuição Amostral por Ano

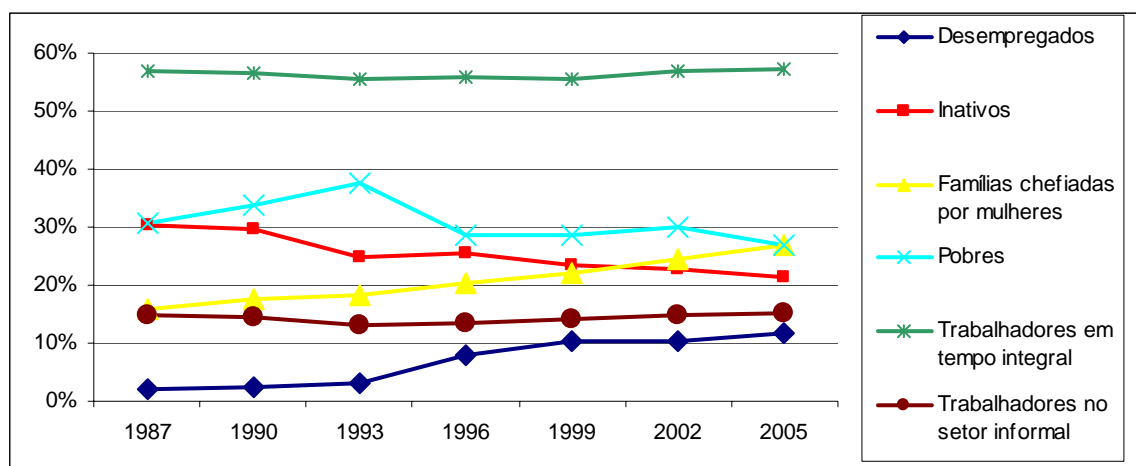
Ano	Frequência	Proporção (%)	Cumulativo (%)
1987	109.323	11,09	11,09
1990	116.605	11,83	22,92
1993	128.340	13,02	35,94
1996	136.177	13,82	49,76
1999	148.207	15,04	64,79
2002	165.753	16,82	81,61
2005	181.264	18,39	100
Total	985.669	100	

Fonte: Elaboração própria

Para analisar a evolução das características desses indivíduos ao longo do tempo, controlando-se seus efeitos fixos pessoais, suas observações foram agrupadas em 1.680 coortes, de acordo com critérios considerados hipoteticamente fixos no tempo, como a raça, o sexo, os anos de estudo (já que a amostra exclui jovens de menos de 25 anos), com dados agregados em 5 grupos⁶³, e o grupo de idade, com dados agregados em 18 grupos trianuais. O comportamento dos principais indicadores socioeconômicos ao longo dos anos abordados, em termos de proporção da amostra, está representado no Gráfico 1:

⁶³ Isto é, grupos de indivíduos com zero a três anos de estudo, com quatro a sete, com oito a dez, com onze a catorze, e com mais de quinze anos de escolaridade.

Gráfico 1: Evolução dos Indicadores Sócio-Econômicos, em Porcentagem (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

Como o Gráfico 1 mostra, no período estudado, a evolução da proporção de indivíduos pobres de 25 a 60 anos de idade no Brasil apresenta quatro trajetórias distintas, acompanhando os ciclos macroeconômicos. Em primeiro lugar, de 1987 a 1993 manteve um comportamento crescente, explicado pelo sucessivos fracassos dos programas macroeconômicos de estabilização, pela explosão inflacionária (ROCHA, 1992), e pelo crescimento da desigualdade de rendimentos no país (BARROS & MENDONÇA, 1995a). Em segundo lugar, com a implementação do Plano Real, houve uma brusca redução do indicador, conforme já explicado por Rocha (2003)⁶⁴ e Barros et al. (2001). Terceiro, de 1996 a 2002, a conjuntura macroeconômica adversa (ROCHA, 2003) e suas respostas em termos de política econômica (FERREIRA ET AL., 2000) provocou novo crescimento da proporção de pobres no país. Por fim, a partir de 2002 a situação voltou a se inverter. Como motivos que explicam essa queda na proporção de pobres no país, os estudos empíricos apontam o papel da estabilidade monetária, que mantém o valor real dos rendimentos dos mais pobres, os quais não têm acesso a instrumentos financeiros para proteção, e da elevação do valor real do salário mínimo (KAKWANI ET AL., 2006; ROCHA, 2006); da variação da composição demográfica das famílias, com o crescimento da proporção de membros adultos (ROCHA, 2003; IPEA, 2006); da institucionalização de programas sociais focalizados nos mais pobres a partir da década de 90 (IPEA, 2006; KAKWANI ET AL., 2006; ROCHA, 2006; BARROS ET AL., 2007a); da redução na desigualdade salarial entre os trabalhadores, sobretudo a partir de 2001 (ROCHA, 2003; IPEA, 2006; BARROS ET AL. 2007a); da quase universalização do

⁶⁴ Segundo a autora, essa redução da pobreza que acompanhou a estabilização monetária com a implantação do plano Real deveu-se ao aumento dos preços dos serviços, setor que emprega a maior parte da população pobre, em relação aos preços dos alimentos, e à valorização real do salário mínimo.

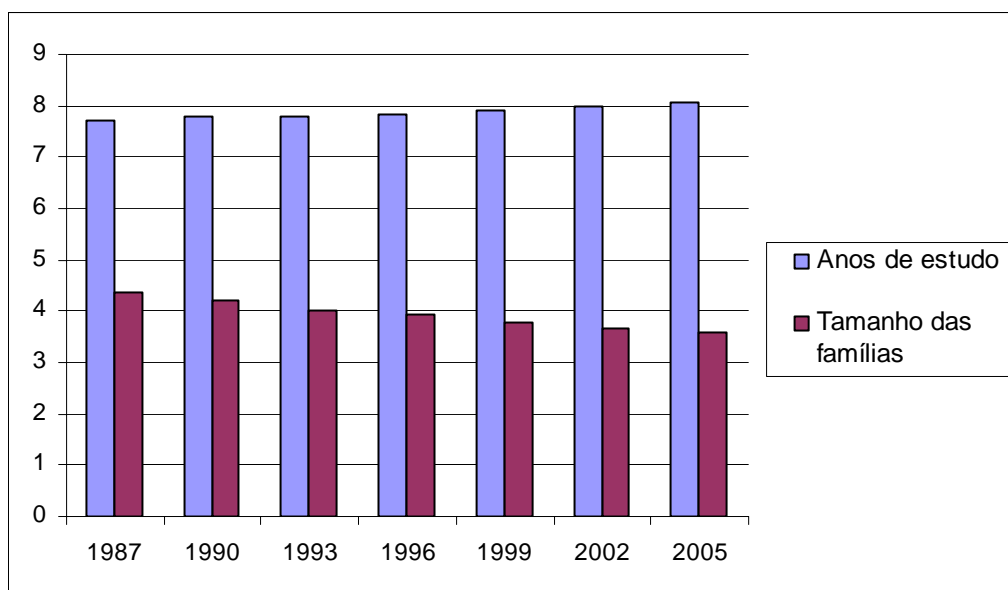
acesso ao Ensino Fundamental, no final da década de 90 (ROCHA, 2003), entre outros fatores.

Por outro lado, a estabilização monetária obtida com o plano Real foi mantida, durante todo o período, mediante políticas restritivas, sobretudo a política cambial de 1994 a 1999 e a política monetária a partir de 1999. Tais políticas elevaram a taxa de desemprego para um patamar perto de 10% a partir de 1999. Também se observa uma sensível redução na proporção de inativos, que está relacionado à crescente participação feminina no mercado de trabalho, conforme já observado por Justesen (2008), um aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres, e um comportamento oscilatório da taxa de informalidade⁶⁵. De acordo com o Gráfico 2, observa-se também movimentos lentos e contínuos de crescimento da escolaridade média dos indivíduos, e de redução do número de membros das famílias. Nesse caso, observa-se que os negros, em geral, vivem em famílias mais numerosas do que os brancos. Todavia, para os dois grupos, há uma tendência linear de queda no número de membros das famílias em todo o período de estudo. Além disso, pessoas de mais idade tendem a viver em famílias menores, e esse processo torna-se perceptível a partir dos 48 anos de idade, para os brancos, e os 51 anos de idade, para os negros.

Em relação à proporção de indivíduos pertencentes a famílias chefiadas por mulheres, esse valor manteve uma trajetória crescente em todo o período estudado, e é mais elevado para as famílias negras do que para as brancas. No entanto, enquanto que nas famílias brancas esse fenômeno é mais comum para os indivíduos mais velhos, nas famílias negras não se nota nenhum comportamento estável nesse sentido ao longo dos anos. A probabilidade de uma família ser chefiada por uma mulher, nesse caso, não tem correlação com a idade de seus membros.

⁶⁵ A proporção de trabalhadores no setor informal da economia é relativamente baixa, no presente trabalho, como consequência da delimitação da idade dos indivíduos da amostra a partir de 25 anos. Como se sabe, a informalidade atinge mais os trabalhadores mais jovens.

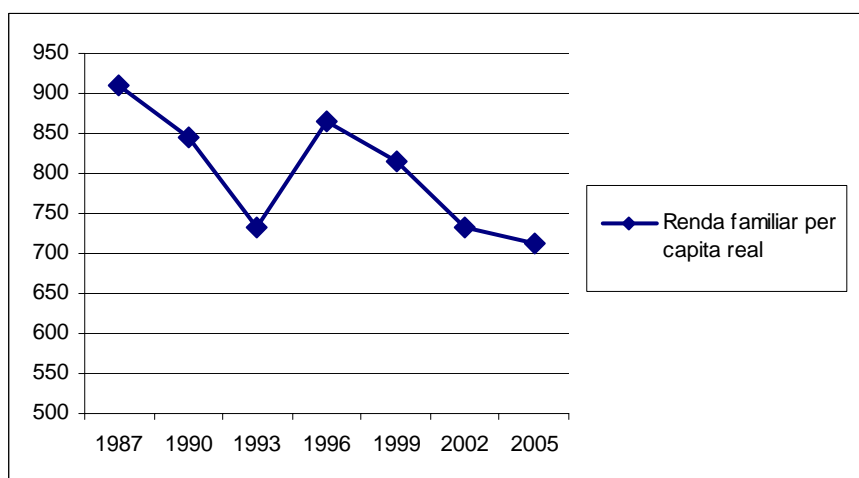
Gráfico 2: Evolução dos Anos de Estudo da População de 25 a 60 Anos e Tamanho das suas Famílias (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 3 mostra que a renda familiar real per capita, mensurada em reais, por sua vez, manteve uma trajetória decrescente durante o período de inflação elevada, passou por uma recuperação com o breve período de crescimento após a implantação do Plano Real, e, a partir de 1996, manteve novo comportamento decrescente, também explicado por Rocha (2003) e Ferreira et al. (2000) como consequência das oscilações macroeconômicas e de suas consequências em termos de política econômica.

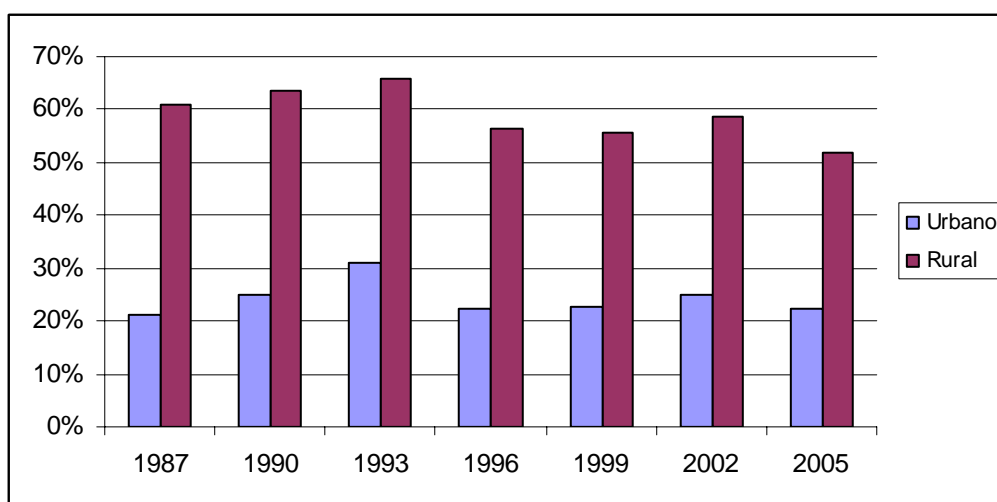
Gráfico 3: Evolução da Renda Familiar per capita Real (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

Em termos regionais, de acordo com o Gráfico 4, observa-se que houve uma aproximação entre as taxas de pobreza das famílias residentes em zonas rurais e urbanas. Isto é, as famílias rurais continuaram sendo muito mais pobres, em média, do que os urbanos, mas a desigualdade entre ambos, em termos de percentuais de pobreza, reduziu-se ao longo do período estudado. Segundo Rocha (1998), essa trajetória, ocorrida mesmo em um ambiente de desaceleração do processo migratório, é explicada pela reestruturação industrial que aconteceu nas metrópoles, a qual provocou a exclusão dos trabalhadores de baixa qualificação dos postos de trabalhos bem remunerados, e também às políticas de transferência de renda adotadas no país, sobretudo de previdência universal, o que afetou positivamente os indicadores sociais das regiões rurais brasileiras, nas quais o custo de vida é relativamente baixo.

Gráfico 4: Proporção de Pobres nas Regiões Rurais e Urbanas (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

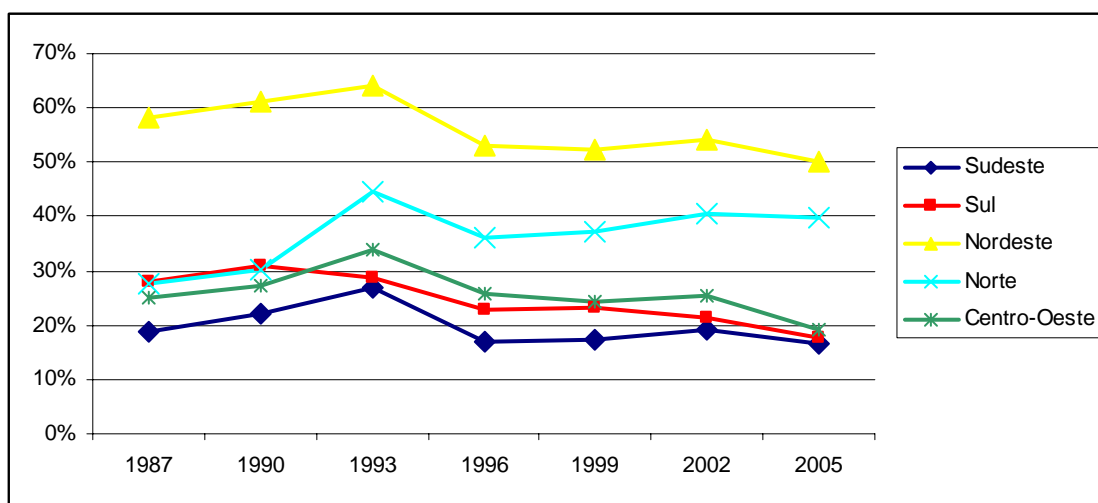
Dentre as regiões do Brasil, observou-se que a dinâmica dos indicadores de pobreza acompanhou a trajetória nacional, exceto para a região Sul, que manteve um comportamento decrescente desde 1990, e não pareceu ter sido afetada pela crise em 1993. Segundo Rocha (2003), essa melhoria robusta das condições de vida na região Sul é consequência de um efeito de modernização agrícola e de deslocamento da população pobre rural, tanto para as cidades, como também para atividades não-agrícolas do setor rural. A região Nordeste continua, de longe, a mais pobre, mas sua distância em relação as demais regiões se reduziu, tendo sido mais beneficiada pelo período de crescimento após o Plano Real (1994-1996), e foi menos afetada pelos choques externos de 1997 a 1999. Também se verificou uma convergência dos percentuais de pobreza nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, provocada,

sobretudo, pelo desenvolvimento dos complexos agro-industriais nessa última. Por fim, a região Norte foi a única em que a proporção de pobres foi maior em 2005 do que em 1987, e isso pode ser explicado tanto por falhas na amostragem, isto é, pelo cada vez maior acesso da PNAD à região⁶⁶, como também por um processo de crescimento demográfico caracterizado pela atração de agricultores pobres.

Segundo Rocha (1992), o maior impacto dos ciclos inflacionários da década de 80 se deu sobre as regiões Norte e Nordeste, devido ao efeito dos sucessivos congelamentos de preços sobre os problemas de abastecimento, que seriam mais intensos nessas áreas. Contudo, com a abertura econômica e a consequente reestruturação produtiva industrial que ocorreu a partir de 1990, houve um crescimento da proporção de pobres nas regiões mais modernas da economia nacional, isto é, as metrópoles da região Sudeste (particularmente, a região metropolitana de São Paulo), e, por outro lado, reduziu-se a participação do Nordeste na pobreza do país (ROCHA, 2003). Esse último fenômeno foi reforçado devido aos investimentos federais na infra-estrutura nordestina, e à expansão dos serviços sociais de educação, saúde e assistência (ROCHA, 2006).

Contudo, a autora, em outro estudo (ROCHA, 1998) destaca que a composição regional da pobreza brasileira é muito mais sensível à conjuntura econômica em cada situação (tais como as secas do Nordeste e a reorganização industrial do Sudeste) do que a qualquer trajetória de longo prazo.

Gráfico 5: Proporção de Pobres nas Regiões Brasileiras (1987-2005)



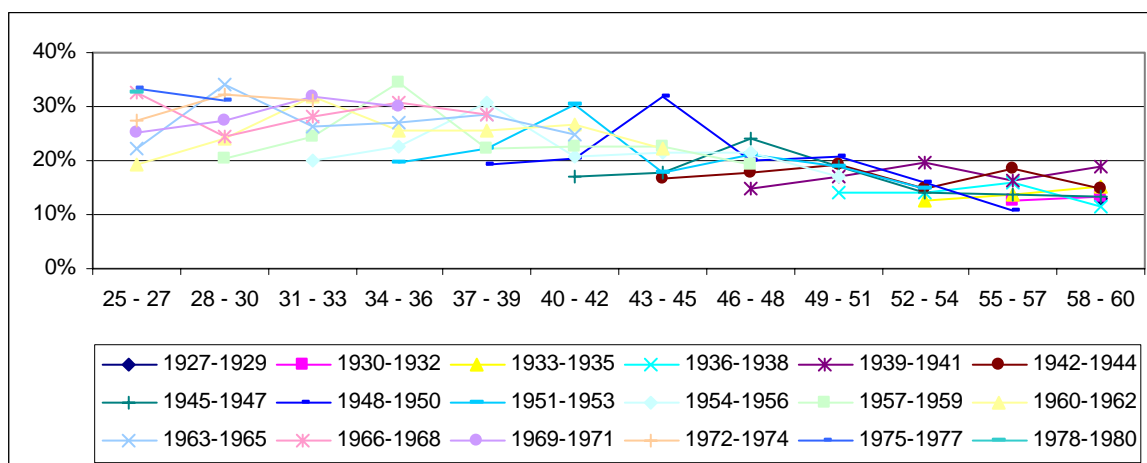
Fonte: Elaboração própria

⁶⁶ A cobertura da PNAD às localidades rurais da região Norte só se completou em 2004.

Entre as coortes de indivíduos, observa-se que a proporção de indivíduos pobres é inversamente proporcional à idade dos mesmos, o que reflete os maiores rendimentos no mercado de trabalho devido à experiência, como também pelo fato de que as famílias mais pobres apresentam taxas de fecundidade maiores, de modo que apresentam maior número de jovens. Também se observa que a sua trajetória é mais estável para os mais velhos do que para os mais jovens, isto é, as oscilações da proporção de pobres (como em 1993) provocaram uma maior desigualdade ao longo do tempo entre as coortes agrupadas por grupo de idade. Ou seja, os mais jovens pareceram ter sido afetados mais intensamente pelos ciclos econômicos do que os indivíduos de mais idade,

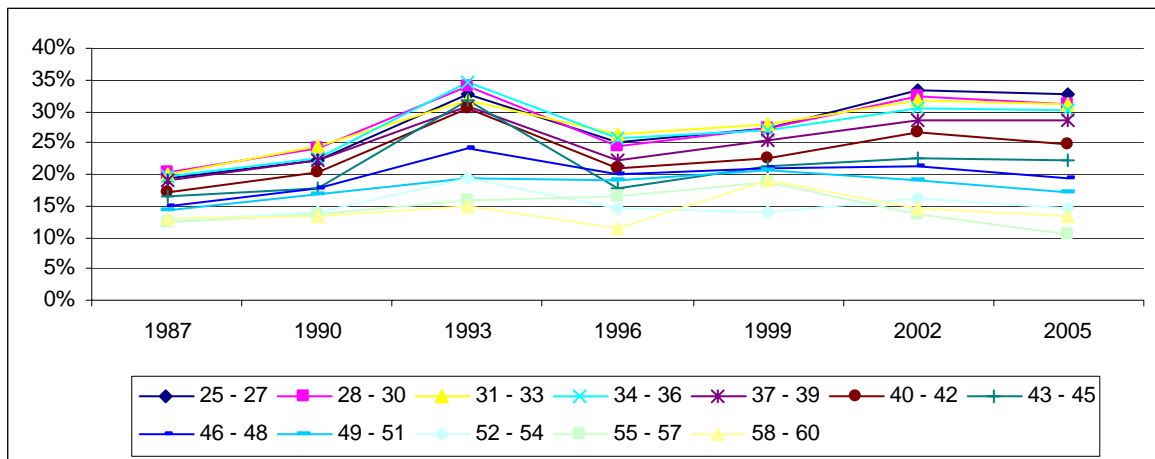
Separando-se os indivíduos pelo sexo, observa-se que as mulheres tendem a ter taxas de pobreza de até 5% maiores do que os homens. Além disso, esse efeito é muito mais intenso nas mais jovens. A partir dos 45 anos, as diferenças entre os sexos tornam-se muito pequenas. Comparando-se por raça, nota-se que os negros tendem a ser mais pobres que os brancos, todavia, sem haver maiores distinções por grupo de idade.

Gráfico 6: Proporção de Pobres por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento



Fonte: Elaboração própria

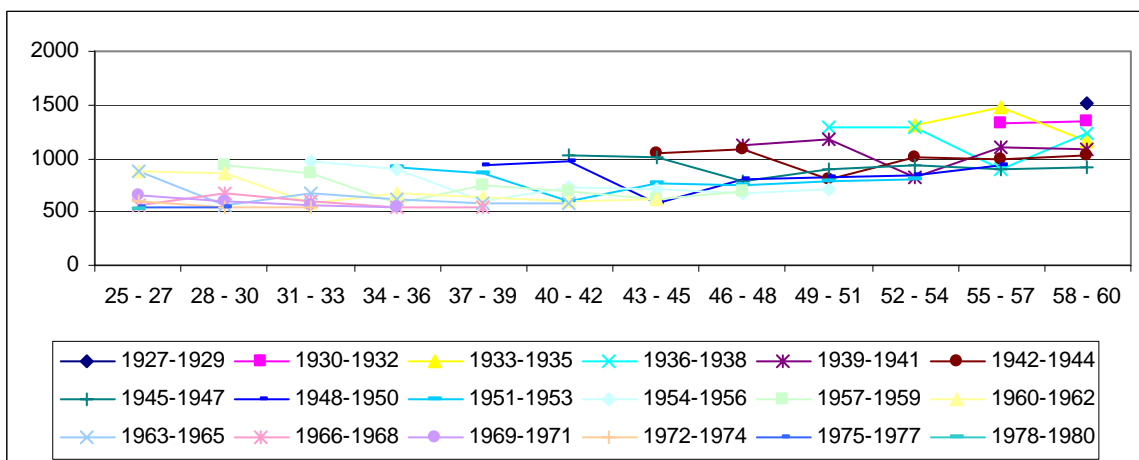
Gráfico 7: Evolução da Proporção de Pobres por Grupos de Idade (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

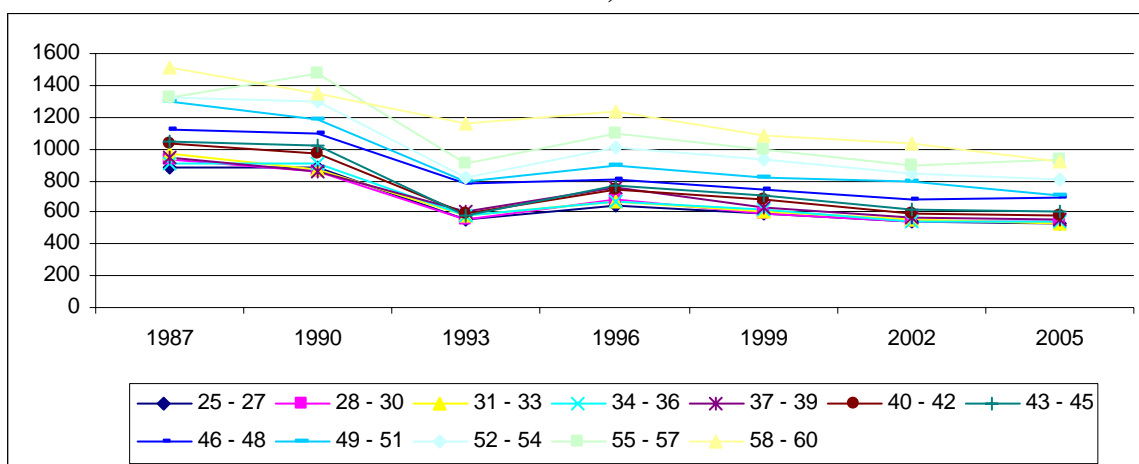
Comportamento semelhante apresenta a evolução da renda real per capita no período. Os trabalhadores de mais idade apresentam os melhores rendimentos, e, ao longo dos anos de análise, os diferenciais de renda por idade se mostraram crescentes para os indivíduos de a partir de 46 anos. Além disso, todos os grupos demográficos tiveram comportamento semelhante ao comportamento da pobreza, já que ambas variáveis baseiam-se no mesmo indicador. Não houve significativa redução nas desigualdades, isto é, os homens continuaram a ter maiores rendimentos que as mulheres, e os brancos continuaram a ter maiores rendimentos que os negros. Porém, nos anos mais recentes, observou-se uma convergência entre a renda dos indivíduos de mais idade e os mais jovens, em todos os grupos demográficos.

Gráfico 8: Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento



Fonte: Elaboração própria

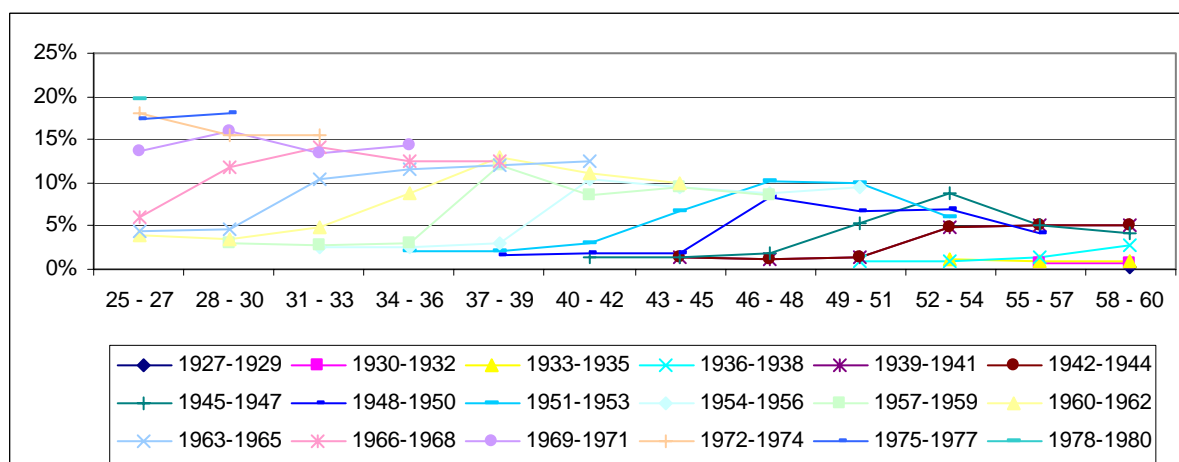
Gráfico 9: Evolução da Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

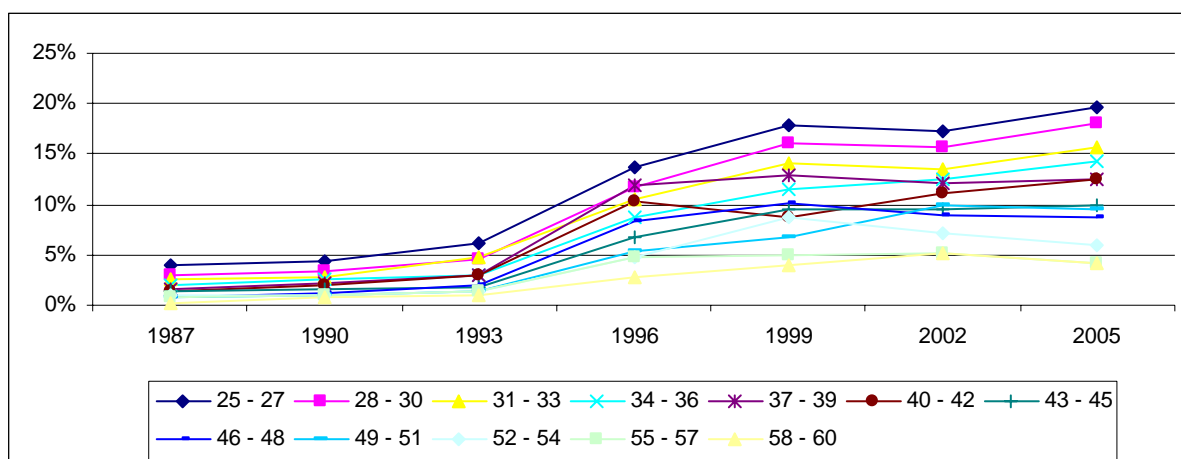
A taxa de desemprego, que aumentou bruscamente após a implantação do Plano Real, atingiu trabalhadores de todas as idades, mas seu crescimento afetou sobretudo os mais jovens, conforme já observado pelo trabalho de Justesen (2008). Esse fenômeno atinge com maior intensidade os indivíduos mais jovens de todos os grupos demográficos, e esse efeito se fortaleceu ao longo do tempo. Nota-se uma explosão desse indicador a partir de 1996, graças às políticas restritivas adotadas desde a instituição do Plano Real. Contudo, ao longo dos anos, sua trajetória saiu de uma situação de equilíbrio, para, a partir de 1993, atingir mais os homens do que as mulheres, e, principalmente após 1996, mais os negros do que os brancos. Contudo, no caso das diferenças por sexo, esse processo pode ser uma consequência do crescimento da ocupação feminina, isto é, da participação das mulheres no mercado de trabalho, tal como descrito por Justesen (2008).

Gráfico 10: Taxa de Desemprego por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento



Fonte: Elaboração própria

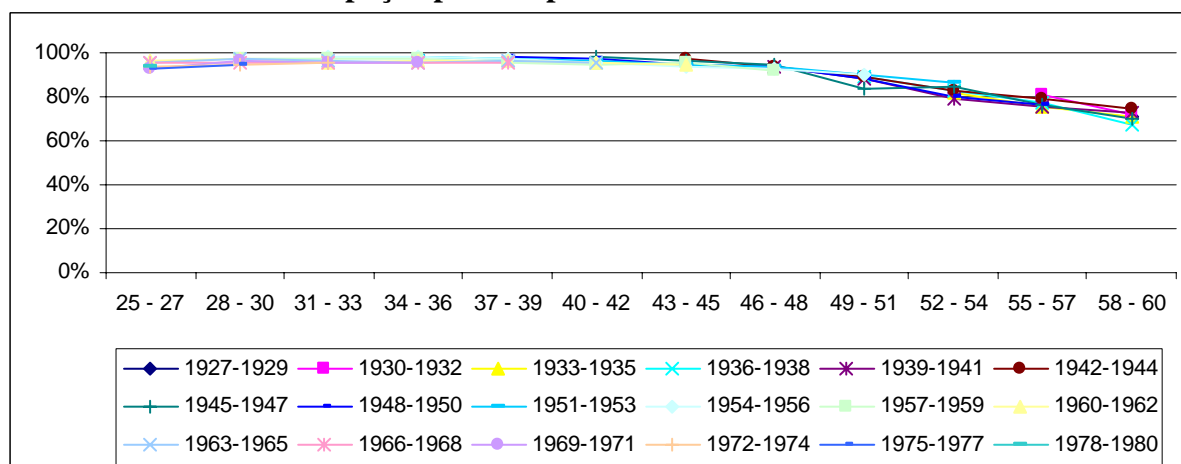
Gráfico 11: Evolução da Taxa de Desemprego por Grupos de Idade (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

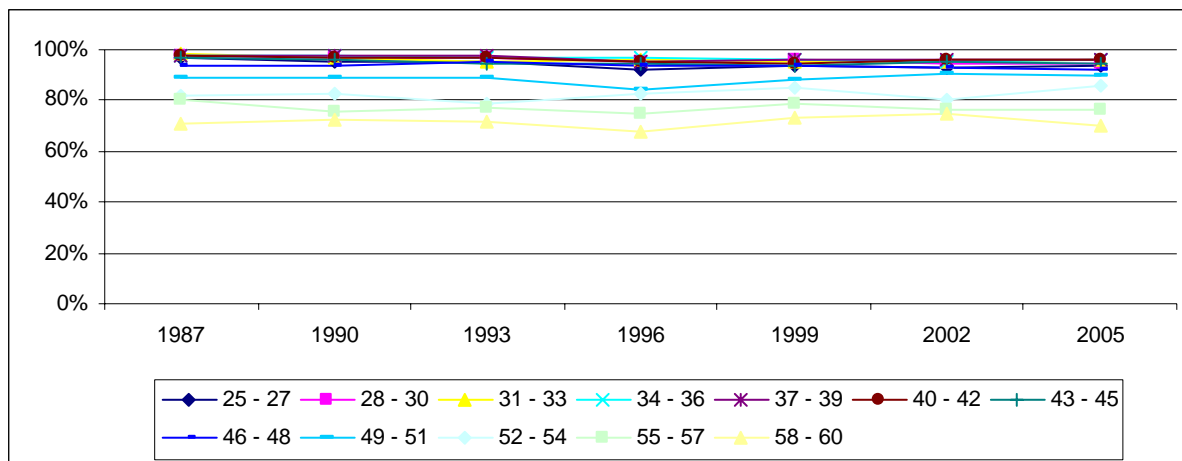
As diferenças nas taxas de ocupação entre homens e mulheres, isto é, de participação na força de trabalho calculada pela soma entre a proporção de indivíduos empregados e de desempregados, estão representadas nos gráficos 12, 13, 14 e 15. Entre os homens, a participação é de cerca de 100% até os 48 anos de idade, a partir de quando começa a cair lentamente. Entre as mulheres, a taxa de participação oscila entre os 60% e os 80%, com algumas diferenças de coorte, dos 25 até os 48 anos de idade, a partir de quando começa a cair de maneira mais intensa do que em relação aos homens. Por outro lado, ao contrário dos homens, cuja evolução das taxas de ocupação se mantém estável em todo o universo amostral, as taxas de participação femininas vêm aumentando incessantemente desde 1987, de maneira mais pronunciada para as trabalhadoras de maior idade.

Gráfico 12: Taxa de Ocupação por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Homens



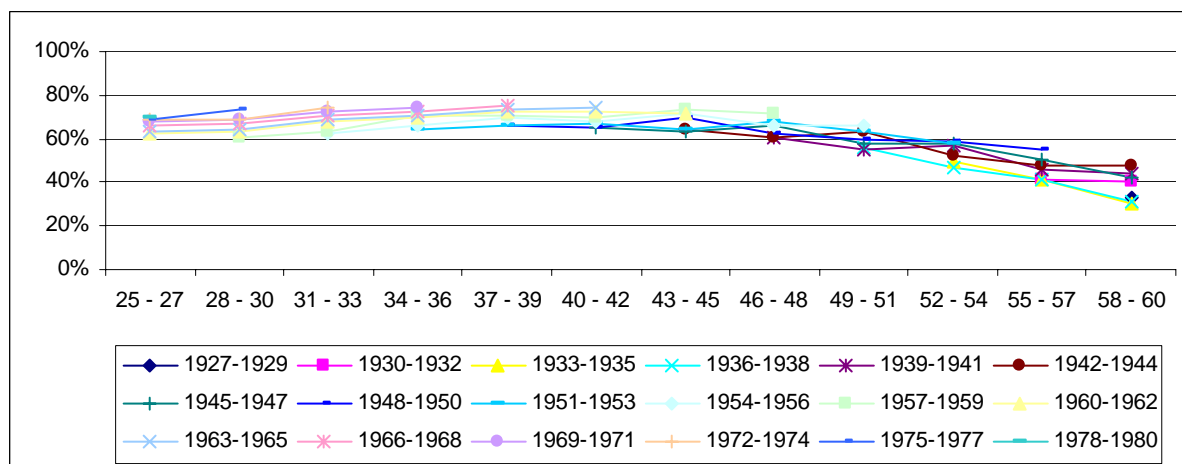
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13: Evolução da Taxa de Ocupação por Grupos de Idade (1987-2005) - Homens



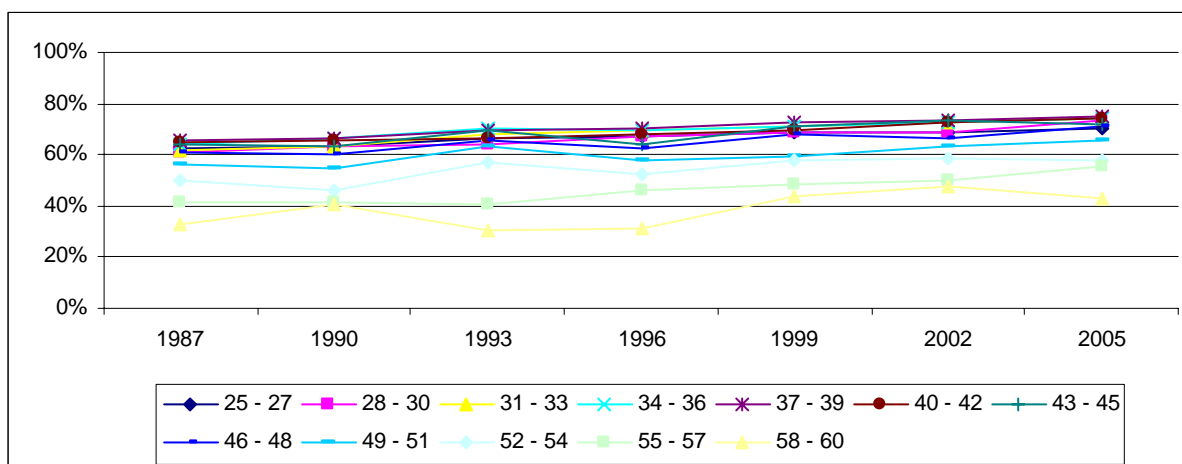
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 14: Taxa de Ocupação por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Mulheres



Fonte: Elaboração própria

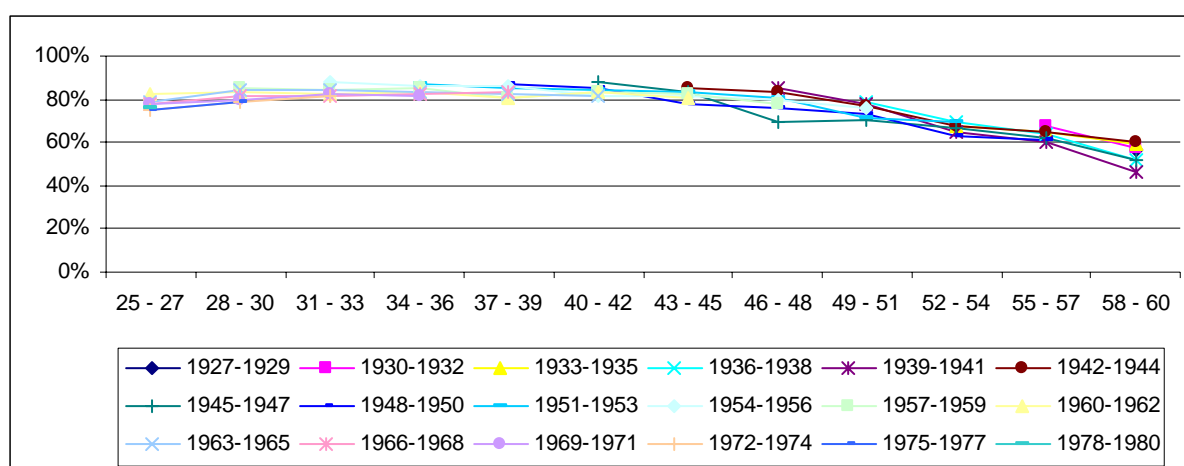
Gráfico 15: Evolução da Taxa de Ocupação por Grupos de Idade (1987-2005) - Mulheres



Fonte: Elaboração própria

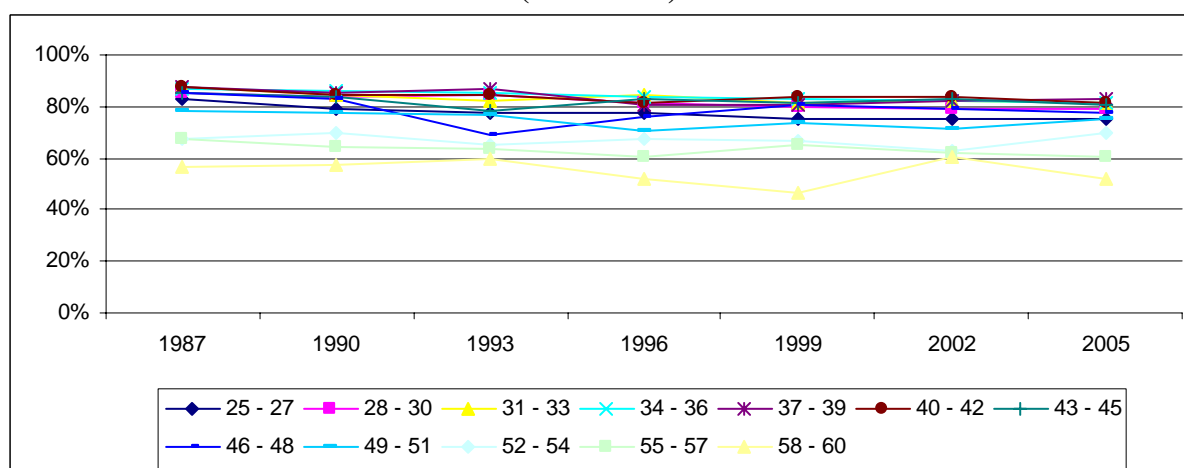
No que diz respeito à proporção de trabalhadores em tempo integral, isto é, que trabalham trinta ou mais horas por semana, as diferenças entre homens e mulheres são ainda mais marcantes. Em geral, entre os trabalhadores de 25 a 51 anos de idade, 80% dos homens e 40% das mulheres trabalham em tempo integral, com poucas diferenças entre as coortes. Contudo, entre os homens, há uma ligeira tendência de queda nessa proporção, enquanto que, entre as mulheres, a tendência é de crescimento.

Gráfico 16: Proporção de Trabalhadores em Tempo Integral por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Homens



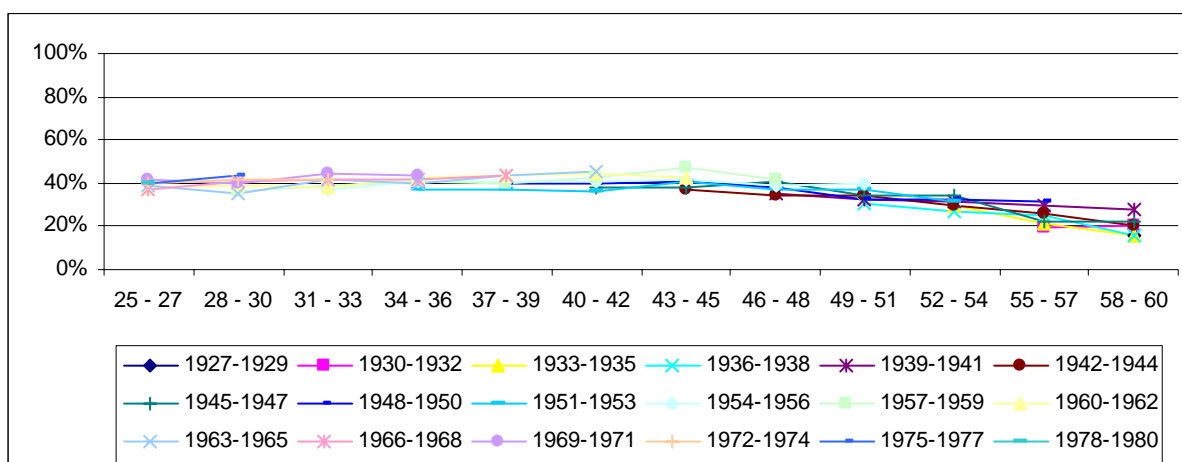
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 17: Evolução da Proporção de Trabalhadores em Tempo Integral por Grupos de Idade (1987-2005) - Homens



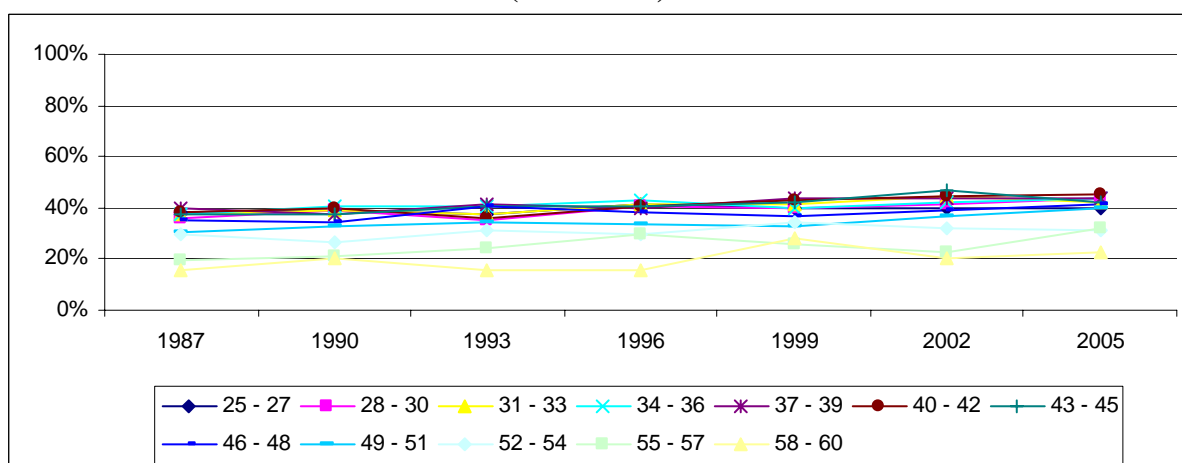
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 18: Proporção de Trabalhadores em Tempo Integral por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Mulheres



Fonte: Elaboração própria

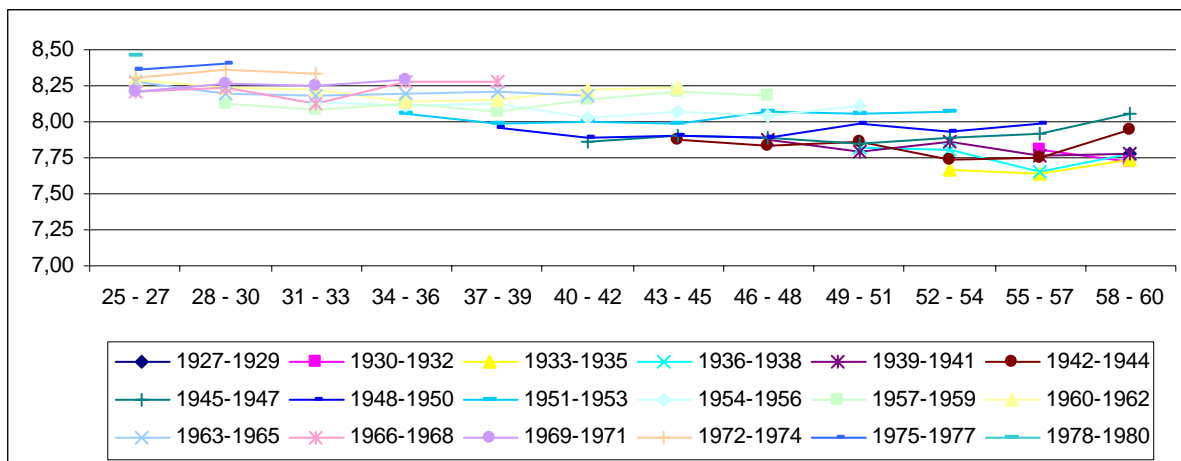
Gráfico 19: Evolução da Proporção de Trabalhadores em Tempo Integral por Grupos de Idade (1987-2005) - Mulheres



Fonte: Elaboração própria

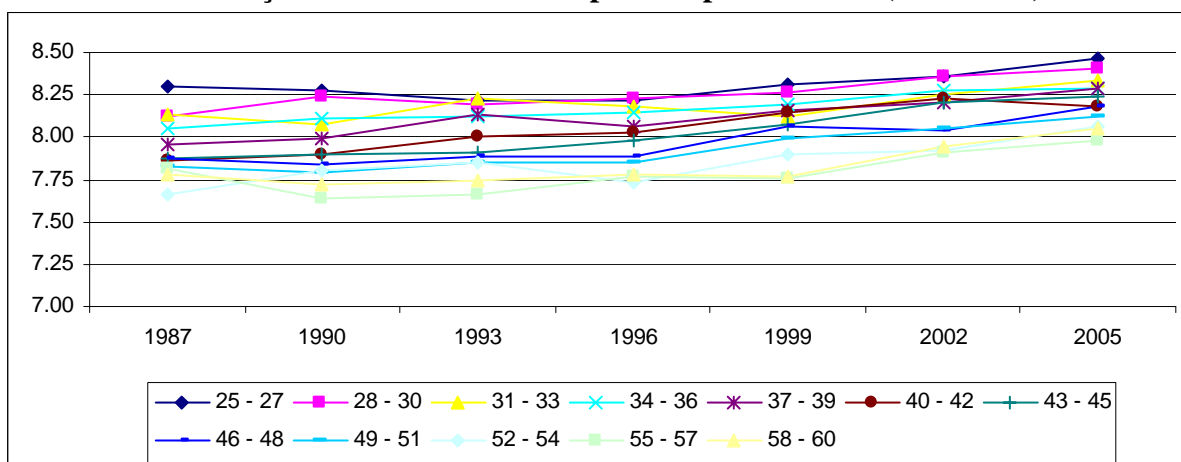
Os indivíduos brancos apresentaram, em média, maior nível de escolaridade, mensurada em anos de estudo, do que os negros, para todas as coortes e em todos os anos da análise. Contudo, o número de anos de estudo dos negros vem aumentando ininterruptamente desde 1987, ao passo que a escolaridade dos brancos começou a subir a partir de 1999, provavelmente, como consequência dos programas federais de auxílio financeiro a educação, como o Bolsa Escola, que estimulou as famílias mais pobres a investir na qualificação de seus filhos. Além disso, para ambos os grupos, os mais jovens apresentam maior escolaridade do que os indivíduos de mais idade.

Gráfico 20: Anos de Estudo por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Brancos



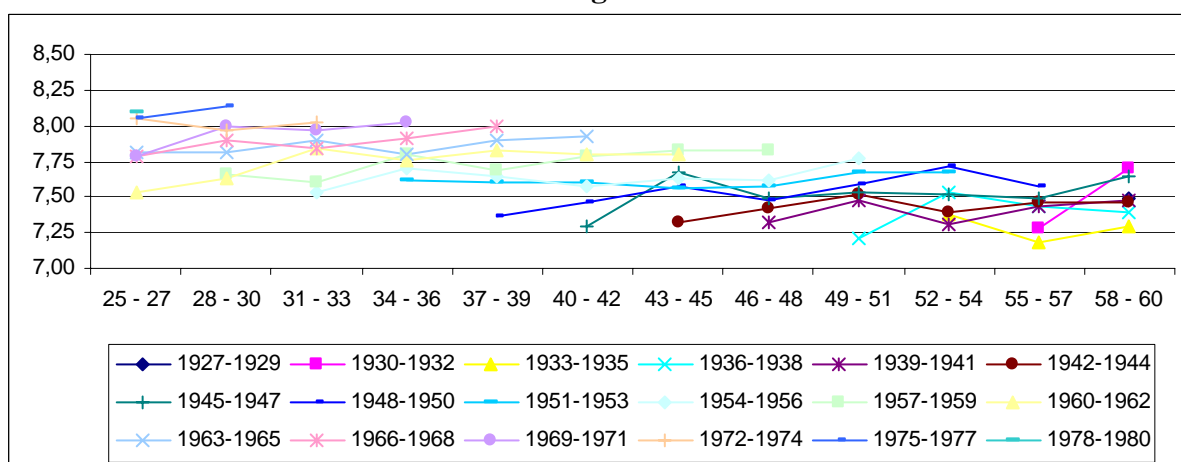
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 21: Evolução dos Anos de Estudo por Grupos de Idade (1987-2005) – Brancos



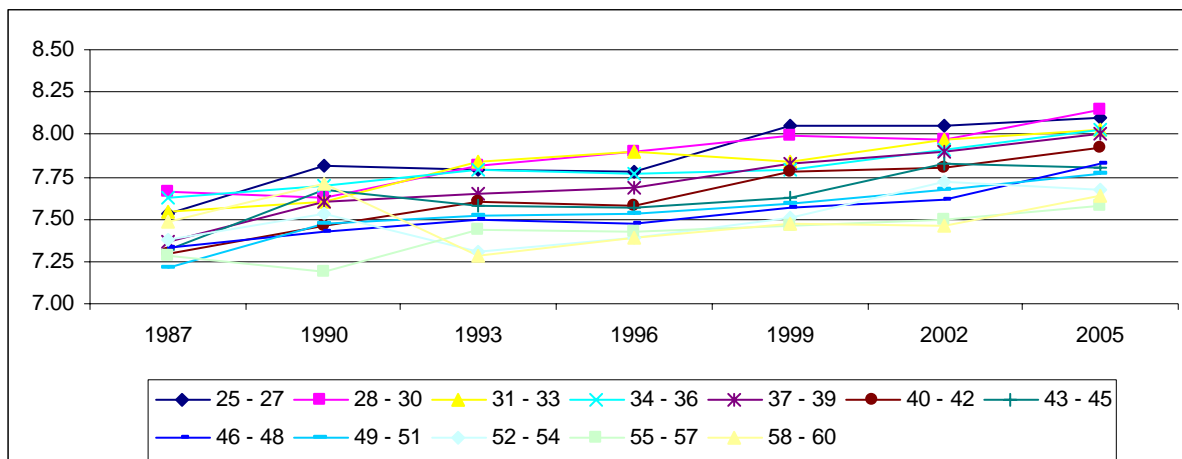
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 22: Anos de Estudo por Idade e Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Negros



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 23: Evolução dos Anos de Estudo por Grupos de Idade (1987-2005) – Negros



Fonte: Elaboração própria

O período analisado compreende sete ciclos macroeconômicos, sendo que quatro são considerados de expansão, e três de recessão. A caracterização dos ciclos seguiu a metodologia dos trabalhos de Neri & Thomas (2000), Rocha (2003) e Justesen (2008), com algumas modificações, já que esses trabalhos utilizaram dados mensais, e, no presente estudo, se utiliza dados anuais. A descrição dos ciclos encontra-se no quadro na página seguinte:

Quadro 8: Descrição dos Ciclos Macroeconômicos

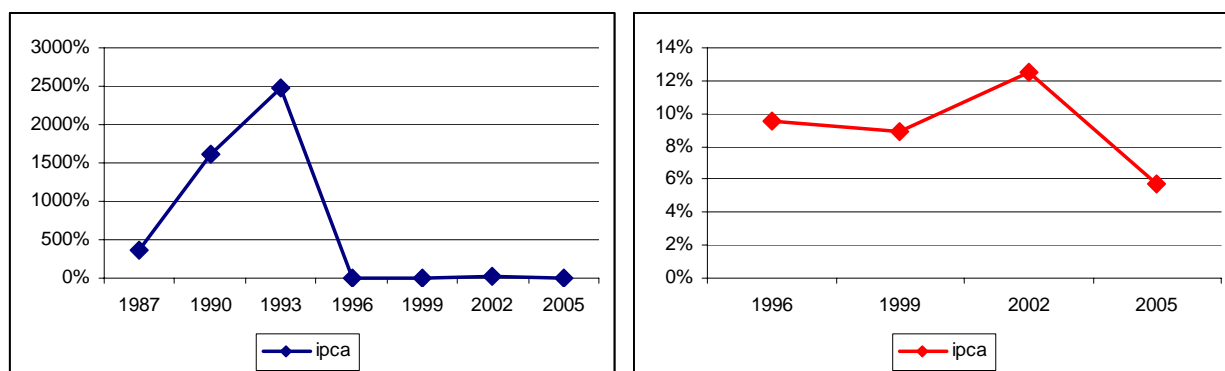
Ciclo	Início	Final	Movimento	Fatos Relevantes ⁶⁷ :
1	1984	1987	Expansão	Recuperação econômica após a crise da dívida externa; Plano Cruzado; estabilização monetária momentânea; políticas expansionistas.
2	1990	1993	Desaceleração	Plano Collor; contração monetária severa; abertura econômica externa.
3	1994	1995	Expansão	Plano Real; atração de capitais externos; expansão do consumo.
4	1996	1999	Desaceleração	Crises financeiras na Ásia e na Rússia; pressão sobre taxa cambial sobre-valorizada; taxas de juros crescentes.
5	2000	2000	Expansão	Real desvalorizado; estabilização externa.
6	2001	2003	Desaceleração	“Apagão”; crise na Argentina; pânico financeiro pré-eleitoral.
7	2004	2008	Expansão	Estabilidade monetária e crescimento econômico internacionais.

Fonte: Elaboração própria a partir dos trabalhos de Neri & Thomas (2000), Rocha (2003) e Justesen (2008)

⁶⁷ Uma melhor descrição sobre as características e os principais fatos econômicos de cada ciclo pode ser encontrada no estudo de Neri & Thomas (2000).

Nesses anos de análise, o percentual de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Acumulado, apresentou uma explosão até 1993, e a partir desse ano se estabilizou, com a implantação do Plano Real, em 1994. De 1996 a 2005, a inflação oscilou entre os patamares de cerca de 6% e de 12% ao ano, se acelerando nos períodos de recessão.

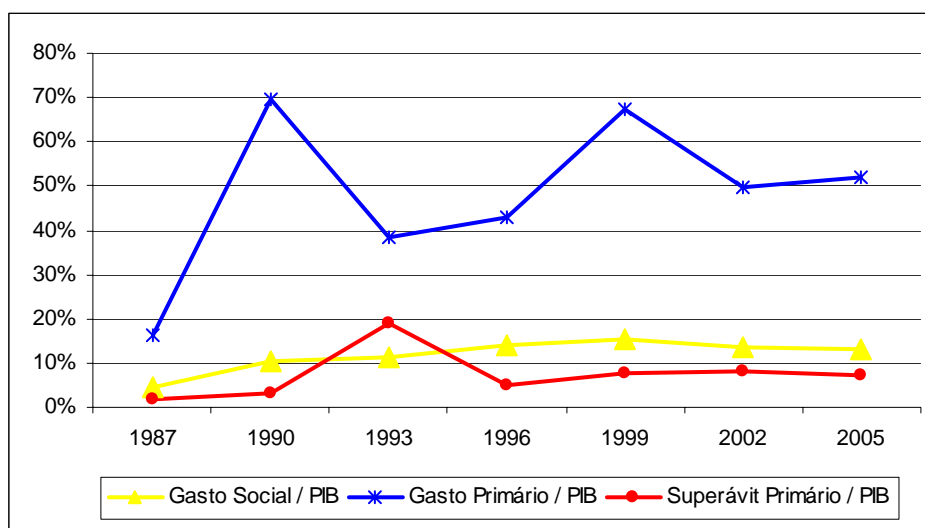
Gráficos 24 e 25: Variação Percentual do IPCA ao Ano



Fonte: IPEA-DATA

Por fim, os indicadores de política fiscal incluídos no modelo empírico apresentaram trajetórias distintas ao longo do período estudado. Os gastos sociais, isto é, o somatório de gastos do governo federal com saúde, saneamento, educação, cultura, assistência e previdência cresceram subitamente após a Constituição Federal de 1988, saltando de um patamar de 4% do PIB em 1987 para 10% em 1990, até se estabilizar em torno de 13% após o ano 2000. O superávit primário manteve uma trajetória crescente ao longo do período, convergindo assintoticamente para um nível próximo de 8% do PIB. Contudo, verificou-se um valor muito elevado, e inexplicado pela literatura, para o ano de 1993, motivado, de acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, por uma arrecadação sem precedentes da União com Receitas de Patrimônio e com Transferências Correntes. A evolução do gasto primário da União, por sua vez, manteve uma trajetória de crescimento ao longo do período da amostra, com oscilações em 1993 e 1999, nesse último caso, provocada pela introdução da política de metas de superávit primário pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central.

Gráfico 26: Evolução dos Indicadores Fiscais (1987-1990)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

5.2. Modelos em Nível Individual

Os resultados das estimações econométricas dos modelos de pobreza, em dados individuais, estão na tabela abaixo. Todos foram estimados pela metodologia de modelos de regressão logística, conforme descrito no capítulo 4 da dissertação.

Tabela 2: Resultados dos Modelos de Regressão Logística de Pobreza
 Continua

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
pea_desemp	2,680*** (0,023)	2,140*** (0,022)	2,162*** (0,022)	2,244*** (0,023)	2,155*** (0,022)	2,240*** (0,023)
pea_inat	1,467*** (0,008)	1,070*** (0,010)	1,080*** (0,010)	1,100*** (0,010)	1,084*** (0,010)	1,100*** (0,010)
anoses	0,766*** (0,001)	0,821*** (0,001)	0,817*** (0,001)	0,817*** (0,001)	0,829*** (0,001)	0,838*** (0,001)
idade	1,035*** (0,002)	1,080*** (0,003)	1,078*** (0,003)	1,083*** (0,005)	1,096*** (0,003)	1,083*** (0,005)
idade2	0,999*** (0,000)	0,999*** (0,000)	0,999*** (0,000)	0,999*** (0,000)	0,999*** (0,000)	0,999*** (0,000)
informal		1,386*** (0,011)	1,391*** (0,011)	1,394*** (0,011)	1,392*** (0,011)	1,394*** (0,011)
integral		0,572*** (0,005)	0,573*** (0,005)	0,578*** (0,005)	0,572*** (0,005)	0,574*** (0,005)
empregador		0,615*** (0,011)	0,611*** (0,011)	0,615*** (0,011)	0,615*** (0,011)	0,633*** (0,011)
grocup_tec		0,349*** (0,008)	0,365*** (0,009)	0,368*** (0,009)	0,377*** (0,009)	0,366*** (0,009)
grocup_adm		0,286*** (0,012)	0,326*** (0,014)	0,332*** (0,014)	0,307*** (0,013)	0,310*** (0,013)
grocup_agr		0,470*** (0,011)	0,493*** (0,011)	0,483*** (0,011)	0,508*** (0,012)	0,479*** (0,011)
grocup_ind		0,461*** (0,011)	0,482*** (0,012)	0,476*** (0,012)	0,500*** (0,012)	0,472*** (0,012)
grocup_com		0,812*** (0,007)	0,809*** (0,007)	0,818*** (0,007)	0,812*** (0,007)	0,832*** (0,007)
grocup_transp		0,813*** (0,011)	0,818*** (0,011)	0,816*** (0,011)	0,824*** (0,011)	0,815*** (0,011)
grocup_serv		1,493*** (0,015)	1,504*** (0,015)	1,501*** (0,015)	1,511*** (0,015)	1,517*** (0,016)
mulher		0,967*** (0,006)	0,968*** (0,006)	0,968*** (0,006)	0,969*** (0,006)	0,966*** (0,006)
raca		1,382*** (0,008)	1,391*** (0,009)	1,389*** (0,009)	1,445*** (0,015)	1,368*** (0,014)
urb		0,540*** (0,004)	0,537*** (0,004)	0,527*** (0,004)	0,534*** (0,004)	0,525*** (0,004)
tamfam		1,305*** (0,002)	1,307*** (0,002)	1,310*** (0,002)	1,307*** (0,002)	1,309*** (0,002)
chefem		1,043*** (0,007)	1,048*** (0,008)	1,046*** (0,008)	1,089*** (0,013)	1,035*** (0,012)

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

Tabela 2: Resultados dos Modelos de Regressão Logística de Pobreza

Continua

reg_no		2,179*** (0,046)	2,208*** (0,046)	2,213*** (0,047)	2,234*** (0,047)	2,213*** (0,047)
reg_ne		3,200*** (0,062)	3,218*** (0,063)	3,253*** (0,064)	3,238*** (0,063)	3,274*** (0,064)
reg_se		1,047** (0,021)	1,045** (0,021)	1,049** (0,021)	1,044** (0,021)	1,046** (0,021)
reg_sul		1,295*** (0,026)	1,290*** (0,026)	1,295*** (0,026)	1,285*** (0,026)	1,285*** (0,026)
reg_co		0,996 (0,021)	0,996 (0,021)	1,001 (0,021)	1,000 (0,021)	1,001 (0,021)
coorte3		0,920*** (0,026)	0,763*** (0,022)	0,716*** (0,023)	0,818*** (0,024)	0,720*** (0,023)
coorte4		0,830*** (0,022)	0,646*** (0,018)	0,665*** (0,023)	0,728*** (0,020)	0,670*** (0,023)
coorte5		0,847*** (0,022)	0,626*** (0,017)	0,681*** (0,028)	0,718*** (0,019)	0,687*** (0,028)
coorte6		0,806*** (0,020)	0,572*** (0,015)	0,623*** (0,030)	0,676*** (0,017)	0,629*** (0,030)
coorte7		0,804*** (0,020)	0,555*** (0,015)	0,621*** (0,035)	0,687*** (0,017)	0,627*** (0,035)
coorte8		0,838*** (0,021)	0,551*** (0,015)	0,633*** (0,041)	0,709*** (0,018)	0,638*** (0,042)
coorte9		0,911*** (0,024)	0,573*** (0,017)	0,675*** (0,050)	0,767*** (0,020)	0,680*** (0,050)
coorte10		0,984 (0,026)	0,592*** (0,018)	0,715*** (0,059)	0,823*** (0,022)	0,720*** (0,060)
coorte11		1,066** (0,028)	0,617*** (0,019)	0,763*** (0,070)	0,893*** (0,024)	0,768*** (0,071)
coorte12		1,159*** (0,031)	0,647*** (0,021)	0,818** (0,083)	0,976** (0,027)	0,823* (0,083)
coorte13		1,311*** (0,036)	0,678*** (0,023)	0,879 (0,097)	1,074*** (0,030)	0,883 (0,097)
coorte14		1,396*** (0,039)	0,709*** (0,025)	0,926 (0,111)	1,143*** (0,032)	0,930 (0,111)
coorte15		1,369*** (0,039)	0,683*** (0,025)	0,986 (0,127)	1,155*** (0,033)	0,990 (0,128)
coorte16		1,527*** (0,044)	0,747*** (0,028)	1,039 (0,144)	1,292*** (0,038)	1,046 (0,145)
coorte17		1,839*** (0,056)	0,882*** (0,035)	1,163 (0,172)	1,670*** (0,051)	1,172 (0,173)
coorte18		1,715*** (0,057)	0,801*** (0,035)	1,173 (0,185)	1,709*** (0,058)	1,163 (0,183)

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

Tabela 2: Resultados dos Modelos de Regressão Logística de Pobreza

Conclusão

chefem_e			0,985 (0,014)	0,997 (0,014)		
raca_e			0,972** (0,012)	0,980* (0,012)		
escol_0a3_e			1,387*** (0,038)	2,359*** (0,177)		
escol_4a7_e			1,573*** (0,041)	2,693*** (0,201)		
escol_8a10_e			1,923*** (0,053)	3,308*** (0,248)		
escol_11a14_e			1,544*** (0,043)	2,668*** (0,200)		
pos_ciclo_e			0,812*** (0,006)	0,558*** (0,024)		
chefem_r					0,945*** (0,013)	1,013 (0,014)
raca_r					0,942*** (0,011)	1,010 (0,012)
escol_0a3_r					1,219*** (0,015)	2,978*** (0,123)
escol_4a7_r					1,221*** (0,014)	2,893*** (0,115)
escol_8a10_r					1,294*** (0,018)	2,966*** (0,116)
escol_11a14_r					0,934*** (0,014)	2,075*** (0,080)
pos_ciclo_e					1,048*** (0,002)	0,702*** (0,012)
ipca				0,965*** (0,005)		1,007 (0,005)
g_social				0,000*** (0,000)		0,000*** (0,000)
g_primario				1,344** (0,203)		117,100*** (30,827)
selic_real				1,001 (0,000)		0,996*** (0,000)
s_primario				1081,075*** (1053,643)		3090,702*** (2323,721)
N. OBS.	985.669	983.278	983.278	983.278	983.278	983.278
Pseudo-R2	0,1714	0,2763	0,2782	0,2817	0,2784	0,2823

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

De acordo com o modelo simples de capital humano (Modelo 1), no qual a pobreza é explicada em função da situação do indivíduo no mercado de trabalho, de sua qualificação e de sua idade, os resultados obtidos estão de acordo com o esperado, dada a bibliografia estudada. A pobreza está positivamente relacionada às situações de desemprego e de inatividade e

negativamente relacionada aos anos de estudo, variável utilizada como *proxy* para a qualificação do trabalhador. No que diz respeito à idade do trabalhador, variável utilizada como *proxy* para sua experiência no mercado de trabalho, esse indicador está positivamente relacionado à pobreza, mas seu termo ao quadrado é negativo. Isso significa que os trabalhadores mais jovens são mais pobres, e, conforme vão adquirindo experiência, tendem a sair da pobreza com uma probabilidade sempre decrescente ao longo dos anos de vida.

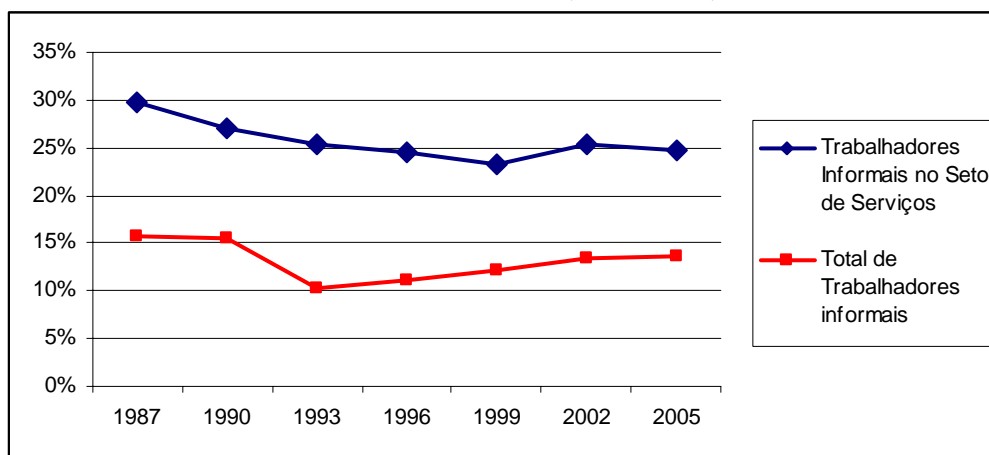
A inclusão de novas variáveis no modelo de capital humano não muda a significância e o sinal dessas variáveis mais básicas. O que se nota é a suavização da inclinação dessas variáveis, sobretudo no que diz respeito à inatividade e ao nível de educação do indivíduo. Esse modelo completo de capital humano (Modelo 2) inclui, além das variáveis já presentes no Modelo 1, indicadores relacionados à posição do trabalhador em sua ocupação, *dummies* para os diferentes grupos de ocupação, algumas variáveis de cunho sócio-demográfico, *dummies* regionais de residência domiciliar e coortes de anos de nascimento para os indivíduos.

Em relação à posição na ocupação, verificou-se que os trabalhadores informais têm maior probabilidade de serem pobres em relação aos formalizados, e os empregadores e os trabalhadores em tempo integral, isto é, que trabalham pelo menos trinta horas semanais, têm menor probabilidade de ser pobres em relação aos seus contrários. Esses resultados estão de acordo com os demais estudos empíricos semelhantes, e se mantiveram em todos os modelos seguintes do presente trabalho.

Dentre os sete grupos de ocupação, que integram em cada um uma série de atividades profissionais com semelhanças entre si, o único que se mostra positivamente relacionado com a situação de pobreza é o setor de serviços. Isso pode ser explicado de acordo com Rocha (2003), para quem durante as décadas de oitenta e noventa houve um processo de deslocamento da pobreza rural no Brasil. Segundo a autora, nesse período os pobres tenderam a deixar as atividades agrícolas, nas quais se ocupavam tradicionalmente, com dois possíveis destinos. Em primeiro lugar, com a migração para as metrópoles, sendo que, nesse caso, dadas as transformações ocorridas no setor industrial nacional, que passou a demandar cada vez menos trabalhadores de baixa qualificação, na maior parte das vezes os indivíduos mais pobres acabaram absorvidos pelo setor de serviços. Em segundo lugar, com a reestruturação dos complexos agropecuários nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, houve um deslocamento dos trabalhadores de menor qualificação para o setor de serviços no meio rural.

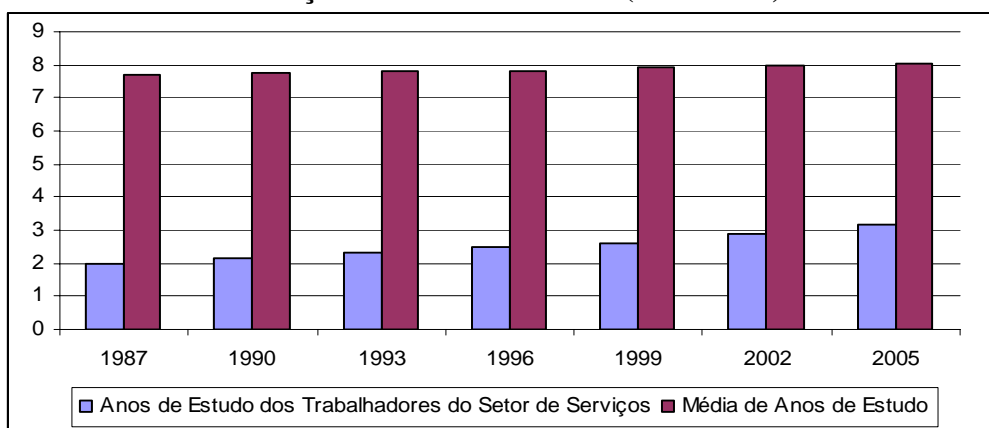
Os gráficos 27 e 28 demonstram que os trabalhadores do setor de serviços apresentam uma taxa média de informalidade de cerca de o dobro da taxa média nacional, e níveis de instrução, em termos de anos de escolaridade, muito inferiores também em relação à média nacional. Isso explica também a persistência da desvantagem dos trabalhadores do setor de serviços em relação aos demais, mesmo com a inclusão de novas variáveis nos demais modelos do presente estudo. Essa grande diferença relativa ao desempenho de trabalhadores de diferentes setores da economia está de acordo com a hipótese sobre a heterogeneidade estrutural da economia brasileira, conforme descrito por Mattos (2005) e Dedecca (1998 e 2005). Segundo essa teoria, há no Brasil a presença simultânea de setores avançados da economia, caracterizados pelas maiores remunerações aos trabalhadores e a inclusão nos sistemas de regulamentação trabalhista, como, por exemplo, os trabalhadores técnicos e administrativos, e de setores com baixos salários e alta informalidade, como o setor de serviços.

Gráfico 27: Comparação entre a Média de Trabalhadores Informais do Setor de Serviços e a Média Nacional (1987-1990)



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 28: Comparação entre a Média de Anos de Estudo dos Trabalhadores do Setor de Serviços e a Média Nacional (1987-1990)



Fonte: Elaboração própria

Contudo, devido ao processo de reestruturação das matrizes produtivas industrial e agropecuária, é o chamado terceiro setor da economia (comércio, transportes e serviços) que vem se tornando a principal fonte de empregos na economia brasileira contemporânea. Por isso, a elevada correlação da ocupação em serviços com os trabalhadores menos qualificados, se por um lado indica um relativo sucesso desse setor em absorver mão-de-obra liberada pela agropecuária e pela indústria, pode se mostrar incapaz de fazer com que seus trabalhadores superem suas condições de pobreza, enquanto seus baixíssimos indicadores de qualificação se mantiverem.

No que diz respeito às variáveis de natureza sócio-demográfica, nota-se que as mulheres encontram-se levemente relacionadas negativamente com a pobreza, em comparação com os homens. Esse é um resultado que difere da maior parte dos estudos empíricos sobre as causas da pobreza. Todavia, é importante destacar que os modelos do presente trabalho controlam os principais fatores condicionantes da pobreza feminina, isto é, a inatividade (o que inclui o caso das donas de casa de famílias pobres), a ocupação em setor de serviços (que inclui a atividade de empregada doméstica) e as famílias cujo chefe é mulher.

A variável de raça, por outro lado, indica que os negros estão sempre em maior probabilidade de serem pobres do que os brancos, e esse resultado está de acordo com os demais estudos empíricos referidos. O mesmo resultado foi encontrado para o tamanho das famílias e a chefia da família por indivíduo do sexo feminino.

Os trabalhadores com residência urbana tem menor probabilidade de estarem abaixo da linha de pobreza do que os residentes no campo. A pobreza rural e urbana tendeu a convergir de 1987 a 2005, conforme já observara Rocha (2003), mas a distância entre ambas continua muito elevada.

Em relação às variáveis regionais, como a base de comparação, isto é, a região para a qual não houve uma variável específica incluída no modelo, foi o Distrito Federal, verificou-se que todas as demais regiões são, comparativamente, mais pobres. Em ordem, a região mais pobre do Brasil, em termos de proporção de indivíduos abaixo da linha de pobreza, é o Nordeste, seguido pelo Norte, o Sul e o Sudeste. O parâmetro relativo à região Centro-Oeste não foi significativo em nenhum dos modelos rodados, o que pode ser um indicativo de que a

maior parte da pobreza dessa região esteja justamente no Distrito Federal, nas cidades-satélites da periferia de Brasília.

Por fim, no que diz respeito às coortes, verificou-se que os indivíduos nascidos há mais tempo tendem a ser menos pobres, em todos os anos da amostra. A coorte dez, que inclui os indivíduos nascidos entre 1954 e 1956, não foi significativa, e, a partir da coorte onze, todas as demais estão positivamente relacionadas à pobreza. Contudo, esse resultado se mostrou muito sensível à introdução das variáveis de interesse, tanto de ciclos como de políticas macroeconômicas, no modelo.

A inclusão do vetor de variáveis indicativas de ciclos macroeconômicos de expansão trouxe observações muito importantes à análise do seu impacto sobre os diferentes grupos demográficos. Em primeiro lugar, a expansão não tem impacto sobre as famílias chefiadas por mulheres⁶⁸. Em segundo lugar, os negros são mais beneficiados do que os brancos. Terceiro, todos os grupos de escolaridade abaixo dos quinze anos de estudo são prejudicados, mas sem nenhuma lógica crescente ou decrescente entre eles, isto é, não é possível afirmar se os de mais anos de estudo são mais ou menos prejudicados. Quarto, a posição do ano no ciclo tende a reduzir a pobreza, ou seja, o impacto do ciclo é crescente ao longo dos seus anos. Por fim, todas as coortes de grupo de idade tornaram-se negativamente correlacionadas com a pobreza, mas os mais velhos pareceram se beneficiar mais.

A inclusão dos indicadores de política econômica reduziu os impactos dos ciclos de expansão sobre as desigualdades raciais e de coorte. Nesse último caso, o efeito sobre os mais jovens tornou-se não-significante. Por outro lado, ampliou-se o impacto negativo sobre os grupos de escolaridade. A taxa de inflação e a proporção de gastos sociais da União em relação ao PIB apresentaram relação negativa com a pobreza, enquanto que a taxa real de juros não foi significativa, e as proporções de gastos primários e de superávit primário da União em relação ao PIB se mostraram positivamente relacionados com a pobreza. As regressões mostraram, em alguns casos, valores extremos para os gastos sociais, o gasto primário e o superávit primário. Todavia, é importante observar que o impacto dos três indicadores de política fiscal deve ser analisado conjuntamente, já que foram construídos com base em um mesmo conjunto de dados.

⁶⁸ Destaca-se que, apesar das coortes tenham sido construídas de acordo com a variável “mulher”, a sua interação com os ciclos macroeconômicos foram realizadas com a variável de chefia familiar por mulher, já que os dados de pobreza aqui utilizados foram construídos de acordo com a renda das famílias, e não dos indivíduos.

Ou seja, os resultados obtidos podem ser interpretados como se o superávit primário e os gastos primários, incluindo o gasto social da União, fossem financiados pela arrecadação tributária sobre a população, o que retiraria renda das famílias e aumentaria a pobreza no país, mas os gastos sociais fossem a alocação que melhor devolve os recursos à população, reduzindo diretamente a sua pobreza.

Em relação ao comportamento inesperado da taxa de inflação, que pareceu reduzir a proporção de pobres no país, ele pode ser explicado de acordo com o raciocínio descrito por Barros et al. (2000). Segundo o autor, a taxa de inflação não acompanha, de um modo geral, os ciclos de negócios no Brasil, isto é, tem um comportamento íngreme até 1994, e se torna relativamente estável a partir de 1995, havendo, portanto, pouca variabilidade em relação ao desempenho macroeconômico do país. Outra hipótese é a sua possível correlação temporal com o gasto social da União, de modo que, em primeiro lugar, a década de oitenta e o início da década de noventa foram períodos marcados pela explosão inflacionária e da pobreza no Brasil. Contudo, particularmente nos anos de oitenta, anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu novos deveres das esferas de governo brasileiras em relação ao bem-estar social, a proporção de gastos sociais – isto é, a proporção da soma de gastos com educação, cultura, saúde, saneamento, assistência e previdência – sobre o PIB era muito baixa no país. Por isso, parte do efeito da inflação sobre o crescimento da pobreza pode estar sendo capturado pela variável de gastos sociais. Contudo, após o Plano Real e a estabilização de preços, a inflação pode ser interpretada até mesmo como um indicador de instabilidade financeira internacional, mas seus efeitos sobre a pobreza são ambíguos.

Por outro lado, as recessões parecem prejudicar menos as famílias de chefe feminino e os indivíduos de raça negra, em relação às demais. Por outro lado, prejudicam os grupos de escolaridade abaixo dos onze anos de estudo, mas em grau menor do que nos períodos de expansão. Além disso, agora a posição do ano no ciclo é positiva, de modo que a pobreza aumenta proporcionalmente ao tamanho do ciclo. No que diz respeito ao impacto sobre as coortes, nota-se que os indivíduos mais velhos se saem melhor, pelo menos até a corte onze, enquanto que os mais jovens estão mais correlacionados com a pobreza.

A inclusão dos indicadores de política econômica tirou a significância das coortes mais jovens e do impacto do ciclo econômico sobre as famílias chefiadas por mulheres e sobre os negros. Por outro lado, aumentou o impacto negativo sobre os grupos de escolaridade, mas,

mesmo assim, em magnitude inferior à verificada nas expansões. Nesse caso, a posição do ciclo é negativa, de modo que os choques se dissipam ao longo do tempo, o que pode ser um indicador de que as reações políticas aos ciclos recessivos tenham maior impacto sobre a pobreza do que os próprios ciclos. As políticas fiscais assumem o mesmo efeito que nas expansões, ao passo que a inflação se torna não-significante, o que pode ser um efeito da hiperinflação até 1993, e os juros reais parecem reduzir a pobreza, o que é um resultado aparentemente contra-intuitivo, mas que será explicado a seguir.

Para a estimação o impacto dos ciclos e das políticas macroeconômicas sobre a renda per capita real das famílias, os mesmos seis modelos empíricos foram rodados utilizando-se o método dos mínimos quadrados empilhados. Os resultados empíricos encontram-se na tabela na página seguinte.

Tabela 3: Resultados dos Modelos de Mínimos Quadrados Empilhados para a Renda Familiar per capita Real

Continua

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
_cons	-93,255*** (15,788)	1173,324*** (20,635)	675,483*** (22,211)	-97,693** (49,837)	1370,220*** (20,672)	848,156*** (59,579)
pea_desempr	-248,093*** (3,322)	-136,451*** (3,550)	-140,619*** (3,535)	-143,856*** (3,535)	-131,925*** (3,512)	-138,550*** (3,482)
pea_inat	-71,774*** (2,109)	45,136*** (3,209)	41,124*** (3,195)	40,060*** (3,193)	46,829*** (3,176)	40,011*** (3,146)
anosest	92,324*** (0,202)	74,626*** (0,241)	78,364*** (0,264)	77,431*** (0,265)	86,655*** (0,334)	63,224*** (0,378)
idade	-10,522*** (0,791)	-18,736*** (0,961)	-10,846*** (0,968)	-6,592*** (1,379)	-24,798*** (0,956)	-11,136*** (1,359)
idade2	0,305*** (0,010)	0,238*** (0,012)	0,221*** (0,012)	0,207*** (0,012)	0,289*** (0,012)	0,247*** (0,012)
informal		-55,055*** (2,588)	-56,071*** (2,577)	-55,252*** (2,574)	-61,405*** (2,561)	-58,972*** (2,536)
integral		18,203*** (2,547)	20,268*** (2,536)	19,692*** (2,533)	27,050*** (2,521)	30,765*** (2,496)
empregador		37,568*** (3,940)	24,213*** (3,928)	19,979*** (3,925)	12,972*** (3,905)	-19,828*** (3,875)
grocup_tec		541,255*** (5,251)	531,045*** (5,258)	539,647*** (5,334)	499,700*** (5,244)	540,587*** (5,243)
grocup_adm		675,592*** (6,229)	558,890*** (6,420)	547,391*** (6,591)	519,204*** (6,307)	534,786*** (6,292)
grocup_agr		72,204*** (5,275)	79,641*** (5,306)	95,463*** (5,361)	41,933*** (5,265)	102,301*** (5,263)
grocup_ind		-11,076** (5,411)	4,081 (5,440)	20,288*** (5,494)	-36,778*** (5,400)	23,426*** (5,396)
grocup_com		147,052*** (2,660)	137,919*** (2,658)	132,410*** (2,665)	139,866*** (2,639)	102,394*** (2,631)
grocup_transp		3,505 (4,213)	8,135* (4,195)	11,916*** (4,192)	12,167*** (4,170)	22,959*** (4,130)
grocup_serv		104,922*** (3,632)	93,753*** (3,619)	93,604*** (3,614)	81,699*** (3,600)	65,224*** (3,567)
mulher		-28,437*** (2,026)	-27,907*** (2,018)	-27,768*** (2,015)	-29,727*** (2,004)	-24,385*** (1,985)
raca		-127,966*** (1,922)	-134,758*** (2,226)	-128,875*** (2,228)	-193,314*** (3,236)	-124,487*** (3,250)
urb		31,904*** (2,798)	36,346*** (2,787)	40,383*** (2,784)	45,634*** (2,770)	56,821*** (2,745)
tamfam		-63,119*** (0,516)	-63,479*** (0,513)	-63,595*** (0,513)	-63,563*** (0,510)	-63,883*** (0,505)
chefem		-1,916 (2,082)	-8,022*** (2,469)	-0,128 (2,476)	-89,602*** (3,643)	-2,569 (3,672)

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

Tabela 3: Resultados dos Modelos de Mínimos Quadrados Empilhados para a Renda Familiar per capita Real

Continua						
reg_no		-355,080*** (6,135)	-348,132*** (6,110)	-345,894*** (6,101)	-345,320*** (6,070)	-338,445*** (6,010)
reg_ne		-381,983*** (5,562)	-380,884*** (5,537)	-381,336*** (5,529)	-384,360*** (5,501)	-388,110*** (5,447)
reg_se		-310,272*** (5,510)	-305,557*** (5,485)	-306,278*** (5,477)	-301,167*** (5,450)	-299,430*** (5,396)
reg_sul		-342,993*** (5,750)	-336,475*** (5,725)	-336,785*** (5,716)	-329,122*** (5,689)	-322,857*** (5,633)
reg_co		-340,584*** (6,010)	-335,691*** (5,983)	-335,996*** (5,974)	-334,285*** (5,944)	-329,735*** (5,885)
coorte3		0,679 (9,540)	57,482*** (9,576)	70,920*** (10,377)	-10,355 (9,478)	51,353*** (10,222)
coorte4		10,851 (8,800)	87,364*** (8,908)	90,899*** (11,330)	9,371 (8,759)	68,005*** (11,160)
coorte5		3,995 (8,439)	96,477*** (8,624)	106,399*** (13,228)	-6,172 (8,433)	78,802*** (13,030)
coorte6		-19,990** (8,244)	86,135*** (8,504)	119,022*** (15,589)	-26,272*** (8,251)	89,282*** (15,356)
coorte7		-37,438*** (8,102)	87,982*** (8,447)	126,628*** (18,180)	-46,605*** (8,084)	105,772*** (17,909)
coorte8		-74,236*** (8,255)	71,813*** (8,711)	119,915*** (20,997)	-82,456*** (8,242)	101,128*** (20,684)
coorte9		-125,525*** (8,440)	40,688*** (9,007)	97,813*** (23,840)	-133,461*** (8,427)	83,760*** (23,484)
coorte10		-170,085*** (8,590)	18,051*** (9,284)	84,797*** (26,714)	-177,439*** (8,578)	72,765*** (26,316)
coorte11		-211,981*** (8,721)	-2,643* (9,544)	74,480** (29,609)	-220,290*** (8,707)	64,913** (29,168)
coorte12		-255,286*** (8,813)	-24,944** (9,778)	62,791* (32,518)	-267,146*** (8,798)	53,704* (32,033)
coorte13		-285,769*** (8,942)	-35,686*** (10,158)	58,081 (35,491)	-284,102*** (8,944)	58,624 (34,962)
coorte14		-319,166*** (9,107)	-53,832*** (10,396)	51,784 (38,486)	-329,541*** (9,114)	53,413 (37,913)
coorte15		-337,945*** (9,295)	-55,598*** (10,677)	53,196 (41,480)	-347,675*** (9,273)	50,439 (40,861)
coorte16		-386,964*** (9,526)	-82,245*** (11,026)	55,448 (44,492)	-417,780*** (9,519)	46,258 (43,829)
coorte17		-431,287*** (9,883)	-92,467*** (11,540)	69,209 (47,536)	-471,645*** (9,841)	47,024 (46,827)
coorte18		-458,575*** (10,722)	-34,162*** (12,698)	91,092 (50,725)	-577,127*** (10,751)	31,776 (49,969)

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

Tabela 3: Resultados dos Modelos de Mínimos Quadrados Empilhados para a Renda Familiar per capita Real

						Conclusão
chefem_e			20,838*** (4,392)	-5,453 (4,460)		
raca_e			36,809*** (3,814)	18,764*** (3,845)		
escol_0a3_e			-154,541*** (6,924)	-262,737*** (7,977)		
escol_4a7_e			-325,333*** (6,432)	-437,040*** (7,615)		
escol_8a10_e			-468,272*** (6,955)	-582,250*** (8,063)		
escol_11a14_e			-433,103*** (6,204)	-550,904*** (7,377)		
pos_ciclo_e			85,940*** (1,882)	187,908*** (5,231)		
chefem_r					123,250*** (4,324)	-0,078 (4,392)
raca_r					95,528*** (3,747)	7,811** (3,776)
escol_0a3_r					-48,819*** (4,141)	-701,967*** (6,504)
escol_4a7_r					-255,729*** (3,497)	-832,648*** (5,627)
escol_8a10_r					-426,282*** (3,830)	-923,898*** (5,373)
escol_11a14_r					-369,768*** (3,491)	-801,543*** (4,782)
pos_ciclo_e					24,492*** (0,740)	298,876*** (3,019)
ipca				24,521*** (1,699)		-22,004*** (1,309)
g_social				5899,750*** (221,418)		16791,960*** (132,693)
g_primario				-71,261* (36,577)		-4580,242*** (41,743)
selic_real				-0,673*** (0,103)		5,264*** (0,067)
s_primario				-3734,555*** (288,596)		-1709,949*** (231,483)
N. OBS.	962.031	962.031	962.031	962.031	962.031	962.031
R2	0,1889	0,2351	0,2421	0,2444	0,2519	0,2668

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

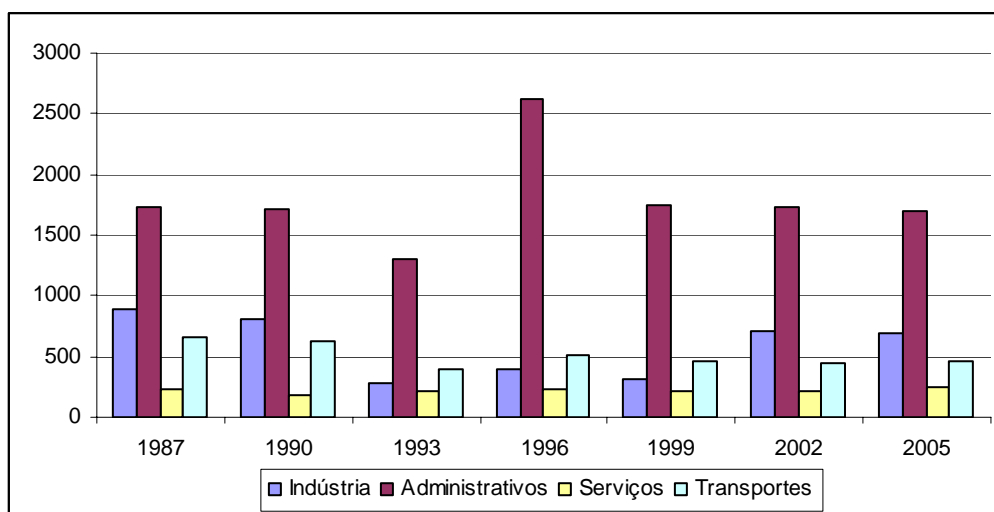
Os modelos de capital humano (Modelo 1 e Modelo 2) apresentaram, para a maioria de suas variáveis, um comportamento seguindo a mesma lógica dos modelos aplicados à pobreza, estimados anteriormente. Isso vale para o comportamento de fatores como a idade, a

qualificação e a posição de cada indivíduo no mercado de trabalho. A única mudança que se notou, nesses casos, foi no que diz respeito à *dummy* para os inativos. Nos modelos aplicados à pobreza, a introdução de novas variáveis, isto é a partir do Modelo 2, mudou seu sinal de negativo para positivo, ao passo que nos modelos aplicados à pobreza seu sinal foi sempre positivo – em outras palavras, sempre positivamente relacionada à privação. Para justificar esse fato, aqui se levanta a hipótese de que, como as linhas de pobreza são definidas por estado, e a renda familiar é calculada para todo o país sem levar em conta as diferenças regionais de custo de vida, é possível que essa variável esteja captando os efeitos dos indivíduos que possuem renda acima da média nacional (talvez de maneira influenciada por transferências públicas e privadas), mas que habitam estados em que a linha de pobreza calculada seja mais elevada. Todavia, mesmo apresentando comportamento similar, destaca-se aqui a importância de se analisar separadamente os comportamentos das duas variáveis – linha de pobreza e renda familiar real per capita – uma vez que, embora a linha de pobreza seja construída com base na renda familiar, essa última variável capta mais apropriadamente o fenômeno da desigualdade.

Em relação aos grupos de ocupação, aqueles relacionados às maiores dotações de renda são os mesmos relacionados às menores probabilidades de ser pobre, conforme verificado nos modelos anteriores, isto é, os trabalhadores técnicos e administrativo. Os de menor renda, agora, não foram os ligados ao setor de serviços, mas sim os ligados à indústria e aos transportes.

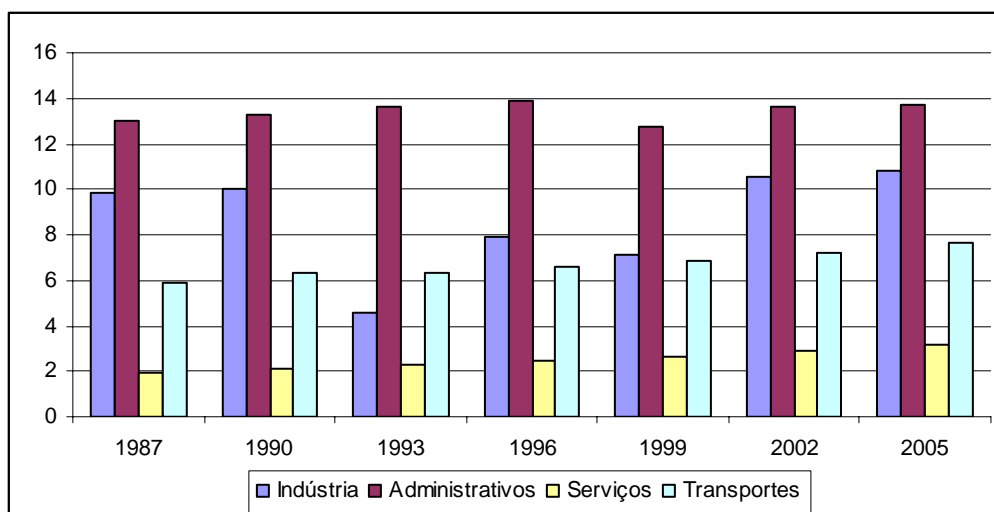
Os gráficos 29 e 30, que comparam as características dos trabalhadores da indústria e dos transportes com os dos setores administrativos e de serviços (respectivamente, os considerados mais ricos e mais pobres, de acordo com os modelos anteriores) em termos de renda familiar e de grau de instrução. Ambos mostram que, de fato, os trabalhadores de serviços apresentam os piores indicadores em ambos os casos. Mas os setores de indústria e transportes apresentaram uma grande variabilidade negativa em sua trajetória temporal, durante a década de noventa, no que diz respeito à renda, e, no caso dos trabalhadores industriais, também à escolaridade média de seus trabalhadores. Certamente isso está relacionado ao processo de reestruturação industrial ao qual o país passou nesse período, em função da abertura externa, no início da década de noventa, e da estabilização monetária sustentada por taxas cambiais valorizadas, com a implantação do plano Real.

Gráfico 29: Renda Familiar Per Capita Real por Grupos de Ocupação (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 30: Anos de Estudo por Grupos de Ocupação (1987-2005)



Fonte: Elaboração própria

As variáveis sócio-demográficas apresentaram comportamento semelhante aos observados nos modelos aplicados à pobreza. Os fatores relacionados a menores dotações de renda familiar per capita real são a raça negra, as famílias residentes nas zonas rurais e as famílias mais numerosas. Por outro lado, nos modelos atuais, ao contrário dos anteriores, a chefia domiciliar por mulher não foi significativa, e as mulheres estão associadas a menor renda. Como não é intuitivo esperar variações regionais dessas variáveis, esses resultados provavelmente devem-se a efeitos de colinearidade com outras variáveis do modelo.

As *dummies* regionais também apresentaram comportamento semelhante ao dos modelos aplicados à pobreza. Em ordem decrescente, as regiões em que as famílias têm mais renda per capita são o Distrito Federal, o Sudeste, um equilíbrio entre o Sul e o resto do Centro-Oeste, o Norte, e, por último, o Nordeste.

Em relação às coortes, o resultado de que os indivíduos mais jovens apresentam maior privação de renda se manteve.

De acordo com o modelo de expansão macroeconômica (Modelo 3), os ciclos positivos beneficiaram os negros e os membros das famílias chefiados por mulheres, e prejudicaram os grupos de escolaridade abaixo dos quinze anos de estudo. Nota-se que, nesse último caso, o impacto se mostrou decrescente, isto é, os indivíduos de onze a catorze anos de estudo sofreram mais do que os de zero a três anos de estudo. Contudo, isso provavelmente reflete o fato de que os de mais escolaridade simplesmente têm mais renda a perder nos ciclos. Além disso, a posição do ano no ciclo é positiva, de modo que, quanto maior o ciclo de crescimento, maior é o seu impacto positivo sobre a renda das famílias. Também verifica-se uma redução do efeito das coortes sobre a renda, mas sem afetar a sua desigualdade, de modo que os mais jovens saem perdendo menos na mesma proporção em que os de mais idade saem ganhando mais.

Nesse modelo que inclui variáveis relacionadas à expansão macroeconômica, a variável relativa aos trabalhadores industriais perdeu significância. Isso pode ser explicado pelo fato de que a reestruturação industrial no Brasil se deu no início da década de noventa, um momento de recessão. Além disso, seu comportamento de redução da renda dos trabalhadores se manteve no período relativo às crises financeiras dos países emergentes (1996-1999), outro momento de recessão.

A inclusão das variáveis indicadoras de políticas macroeconômicas (Modelo 4) retira a significância do impacto dos ciclos sobre as famílias chefiadas por mulheres, e reduz muito o benefício sobre os indivíduos negros. Por outro lado, aumenta com grande intensidade o impacto negativo do crescimento sobre os grupos de escolaridade abaixo dos quinze anos de estudo, e aumenta o valor referente à posição do ano no ciclo. A inflação, o gasto primário da União e o superávit primário se mostram negativamente relacionados à renda familiar, ao passo que os gastos sociais da União e a taxa de juros real se mostram positivos. Por fim, a inclusão dos indicadores políticos tornou a variável de controle sobre os trabalhadores industriais

positiva e significativa, o que pode sinalizar que as políticas podem ter efeitos diferenciados sobre o setor industrial, como, por exemplo, pelo impacto da política monetária sobre o crédito.

O modelo de recessão (Modelo 5) mostra que os períodos de contração macroeconômica prejudicam os negros e os membros de famílias chefiadas por mulheres em uma magnitude inferior que nas expansões. Por outro lado, prejudica os grupos inferiores de educação em magnitude inferior do que nas expansões. Além disso, nesse caso a posição do ano no ciclo é positiva, de modo que o choque negativo sobre a renda tende a se dissipar, isto é, a decrescer ao longo do tempo. A variável sobre os trabalhadores industriais, por sua vez, continuou negativa e teve seu efeito ampliado, certamente pela relação dos choques sobre o setor e os anos de recessão. Por fim, todas as coortes se tornam negativas, sendo que os indivíduos mais jovens continuam a ser mais pobres, ao passo que os de mais idade perdem sua significância.

A inclusão das políticas no modelo de recessão (Modelo 6) tem efeitos similares aos do Modelo 4. Isto é, some a significância do impacto dos ciclos sobre as famílias chefiadas por mulheres, se reduz o impacto sobre os indivíduos negros e se aumenta o impacto negativo sobre os grupos de escolaridade. Porém, os negros e indivíduos de menor escolaridade, ainda se saíram menos prejudicados, isto é estão dotados de mais renda familiar, no modelo de recessão com políticas macroeconômicas do que no modelo de expansão com as mesmas políticas.

Como conclusões gerais que se pôde chegar com os modelos de nível individual é que os efeitos dos choques macroeconômicos são simétricos, isto é, há em todo o período, seja nos momentos uma tendência de convergência, ainda que lenta, das taxas de pobreza e dos níveis de renda familiar dos negros em relação aos brancos, das famílias chefiadas por mulheres em relação as demais, e esse processo é mais intenso nos períodos de recessão. Também se verifica um empobrecimento relativo dos trabalhadores de dez anos de educação ou menos, e esse efeito é mais forte nos períodos de expansão. Essa observação equivale à possibilidade de histerese no mercado de trabalho, segundo a qual, conforme descrito por Bonelli & Ramos (1993) e Agénor (2001), os trabalhadores menos qualificados perdem emprego nas recessões com maior probabilidade do que os mais qualificados, e não conseguem se recuperar nas expansões, devido a motivos ligados à mudança tecnológica e as estratégias das empresas empregadoras.

Verifica-se que os ciclos econômicos afetam mais intensamente os indivíduos de menor educação, isto é, o caso brasileiro está de acordo com trabalhos elaborados para as economias desenvolvidas tais como o de Cutler & Katz (1991), Tobin (1993) e Bradbury (2000). Ou seja, no caso brasileiro, segundo o presente estudo, *a maré crescente não carrega todos os barcos*. O desempenho macroeconômico é viesado para os indivíduos de maior qualificação e escolaridade. Isto vai ao encontro da conclusão encontrada pelos trabalhos de Barros & Mendonça (1995a) e de Neri & Thomas (2000), que utilizaram outros métodos empíricos e outras bases de dados para investigar o mesmo tema.

No que diz respeito às políticas, observou-se que o gasto social ajuda a segurar a pobreza, e isso está de acordo com o que defendem Lustig (2000), Rodrik (2001), Ferreira et al. (2004) e Kakwani et al. (2006), já que representa gastos com serviços públicos diretamente associados ao uso pelas pessoas mais carentes – principalmente no que diz respeito aos setores de educação, saúde, saneamento e assistência social. Contudo, o gasto público federal total não apresenta esse efeito. Por outro lado, a política fiscal contracionista, mensurada em termos de superávit primário, tende a reduzir a renda das famílias e elevar a pobreza, enquanto que o impacto da inflação tende a ser de mesma natureza, de maneira mais ambígua, já que os resultados podem estar influenciados pelo momento de hiperinflação que se prolongou até 1994.

A taxa Selic de juro real, por sua vez, parece estar negativamente relacionada à pobreza, mas esse resultado deve ser interpretado com muito cuidado. Talvez esteja refletindo algum tipo de exclusão financeira na economia brasileira, nos moldes previstos por Dymnsky (2007 e 2008), Agénor (2001) e Lustig (2000). Isto é, o aumento de juros restringe o crédito, e conseqüentemente o bem-estar, apenas de quem tem acesso ao crédito, e esse não é o caso da maioria das famílias pobres brasileiras. Por outro lado, a taxa de juros pode ser o fator macroeconômico que explica a persistência dos choques sobre o setor industrial brasileiro na década de oitenta, já que esse é um setor estruturalmente dependente de crédito para o financiamento de investimentos e do próprio fluxo de caixa das empresas. Contudo, como a maior parte dos pobres brasileiros encontra-se empregado no setor de serviços, que hipoteticamente compreende empresas menores, de alto grau de informalidade e menor acesso ao crédito, isso pode também explicar em parte o resultado dos modelos aqui estimados. Por fim, a taxa de juros, sobretudo após o Plano Real, pode estar relacionada ao controle da

inflação, a qual, segundo Ferreira et al. (2000), afeta mais intensamente os rendimentos dos mais pobres, reduzindo seu poder de compra.

Em relação às coortes de anos de nascimento, observa-se que os indivíduos nascidos há mais tempo são sempre, em média, menos pobres do que os mais jovens. Inclusive, as recessões parecem atingir mais intensamente os trabalhadores mais jovens, como já havia sido argumentado pelo trabalho de Justesen (2008). Todavia, a inclusão das variáveis de política macroeconômica parece retirar boa parte desse efeito, o que significa que essas políticas podem estar afetando mais os mais jovens.

5.3. Modelos por Coortes

O método dos mínimos quadrados empilhados (MQOE), utilizado nos exercícios econométricos anteriores, tem a vantagem de permitir que se trabalhe com grandes amostras, de modo que se obtenha estimadores mais precisos e estatísticas de teste mais poderosas (WOOLDRIDGE, 2002). Todavia, esse método supõe que a relação entre a variável dependente e pelo menos uma das independentes permanece constante ao longo do tempo, isto é, as observações são independentemente distribuídas ao longo do tempo. Essa hipótese, em muitos casos, pode ser demasiadamente forte, principalmente nas situações em que existem fatores não-observados que afetam as variáveis de interesse – no caso do presente trabalho, as políticas macroeconômicas e as interações entre os ciclos e a pobreza e a renda de indivíduos de diferentes grupos demográficos. Ou seja, os estimadores obtidos pelo método dos mínimos quadrados empilhados podem apresentar viés de heterogeneidade, provocado pela omissão de uma variável constante no tempo.

Por isso, as técnicas econométricas para dados em painel procuram controlar esses efeitos individuais não-observados de modo a corrigir o viés de heterogeneidade. No presente estudo, como os dados da PNAD não são construídos de modo que os mesmos indivíduos possa ser avaliados ao longo, optou-se pelo método do pseudo-painel. De acordo com essa técnica, os indivíduos são agregados em grupos, de acordo com suas características consideradas fixas ao longo do tempo. No presente trabalho, essas características escolhidas são o sexo, a raça, a escolaridade e o grupo de idade dos indivíduos. Assim, a técnica do pseudo-painel consiste, basicamente, em acompanhar o comportamento desses grupos de indivíduos ao longo do tempo, pela construção de um novo banco de dados, no qual as

observações são as médias das variáveis referentes aos indivíduos de cada grupo, isto é, de cada corte.

Tabela 4: Resultados dos Modelos de Pseudo-Painel para a Pobreza
Continua

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
_cons	0,579*** (0,043)	0,204** (0,101)	0,211** (0,099)	0,623*** (0,194)	0,012 (0,096)	0,562** (0,232)
pea_desempr	0,208*** (0,046)	-0,619*** (0,055)	-0,674*** (0,054)	-0,092* (0,056)	-0,600*** (0,051)	-0,082 (0,055)
pea_inat	0,030** (0,013)	-0,077** (0,037)	-0,055 (0,035)	0,044 (0,033)	0,015 (0,035)	0,054* (0,032)
anosest	-0,035*** (0,000)	-0,011*** (0,001)	-0,011*** (0,001)	-0,009*** (0,001)	-0,007*** (0,001)	-0,004*** (0,001)
idade	0,001 (0,002)	0,012*** (0,002)	0,014*** (0,002)	0,004 (0,004)	0,013*** (0,002)	0,004 (0,004)
idade2	0,000*** (0,000)	0,000*** (0,000)	0,000*** (0,000)	0,000*** (0,000)	0,000*** (0,000)	0,000*** (0,000)
informal		0,137*** (0,034)	0,122*** (0,033)	0,191*** (0,029)	0,120*** (0,032)	0,172*** (0,029)
integral		-0,140*** (0,031)	-0,113*** (0,030)	-0,020 (0,027)	-0,057* (0,029)	-0,005 (0,027)
empregador		-0,113*** (0,028)	-0,129*** (0,027)	-0,156*** (0,024)	-0,136*** (0,026)	-0,167*** (0,023)
grocup_tec		-0,061 (0,039)	-0,017 (0,038)	0,094*** (0,036)	0,025 (0,037)	0,090** (0,036)
grocup_adm		-0,118*** (0,029)	-0,137*** (0,029)	-0,137*** (0,026)	-0,125*** (0,027)	-0,145*** (0,025)
grocup_agr		-0,174*** (0,041)	-0,167*** (0,040)	-0,136*** (0,036)	-0,119*** (0,038)	-0,132*** (0,035)
grocup_ind		-0,410*** (0,048)	-0,394*** (0,047)	-0,331*** (0,044)	-0,359*** (0,046)	-0,335*** (0,042)
grocup_com		-0,113*** (0,025)	-0,101*** (0,024)	-0,049** (0,021)	-0,090*** (0,023)	-0,052** (0,021)
grocup_transp		0,003 (0,081)	0,035 (0,078)	-0,132* (0,070)	0,166** (0,077)	-0,062 (0,071)
grocup_serv		-0,005 (0,045)	-0,010 (0,043)	-0,126*** (0,038)	-0,006 (0,042)	-0,125*** (0,038)
mulher		-0,010 (0,009)	-0,004 (0,009)	0,011 (0,008)	0,002 (0,009)	0,013* (0,008)
raca		0,026** (0,010)	0,024** (0,010)	0,016* (0,009)	0,016 (0,011)	0,006 (0,010)
urb		-0,558*** (0,048)	-0,658*** (0,048)	-0,874*** (0,044)	-0,619*** (0,047)	-0,835*** (0,045)
tamfam		0,077*** (0,005)	0,077*** (0,005)	0,074*** (0,004)	0,079*** (0,005)	0,074*** (0,004)
chefem		0,017 (0,034)	0,020 (0,035)	0,041 (0,035)	0,053 (0,033)	0,049 (0,038)

Fonte: Elaboração própria
 *** Variável significativa a 1%;
 ** Variável Significativa a 5%;
 * Variável Significativa a 10%

Tabela 4: Resultados dos Modelos de Pseudo-Painel para a Pobreza

Continua

reg_no		-0,256*** (0,080)	-0,155** (0,078)	-0,034 (0,069)	-0,055 (0,076)	-0,003 (0,068)
reg_ne		0,066 (0,078)	0,044 (0,074)	0,109* (0,065)	0,124* (0,073)	0,142** (0,065)
reg_se		0,119 (0,075)	0,126* (0,072)	0,212*** (0,063)	0,187*** (0,070)	0,225*** (0,063)
reg_sul		-0,325*** (0,084)	-0,340*** (0,080)	-0,272*** (0,071)	-0,262*** (0,079)	-0,254*** (0,070)
reg_co		-0,011 (0,089)	0,004 (0,085)	0,094 (0,075)	0,070 (0,083)	0,119 (0,074)
coorte3		0,019** (0,009)	0,012 (0,009)	-0,027 (0,017)	0,006 (0,009)	-0,027 (0,017)
coorte4		0,019** (0,009)	0,011 (0,009)	-0,033 (0,027)	0,009 (0,009)	-0,033 (0,027)
coorte5		0,040*** (0,009)	0,032*** (0,009)	-0,023 (0,038)	0,027*** (0,009)	-0,024 (0,038)
coorte6		0,056*** (0,010)	0,048*** (0,010)	-0,029 (0,050)	0,042*** (0,009)	-0,030 (0,049)
coorte7		0,073*** (0,010)	0,069*** (0,011)	-0,028 (0,061)	0,062*** (0,009)	-0,029 (0,060)
coorte8		0,101*** (0,011)	0,099*** (0,012)	-0,019 (0,072)	0,090*** (0,011)	-0,020 (0,072)
coorte9		0,135*** (0,012)	0,135*** (0,013)	-0,006 (0,084)	0,125*** (0,012)	-0,007 (0,083)
coorte10		0,168*** (0,014)	0,170*** (0,015)	0,005 (0,095)	0,157*** (0,013)	0,004 (0,094)
coorte11		0,200*** (0,015)	0,204*** (0,016)	0,017 (0,106)	0,190*** (0,014)	0,016 (0,105)
coorte12		0,233*** (0,016)	0,239*** (0,018)	0,027 (0,118)	0,224*** (0,015)	0,025 (0,117)
coorte13		0,268*** (0,018)	0,274*** (0,019)	0,038 (0,129)	0,257*** (0,016)	0,036 (0,128)
coorte14		0,299*** (0,019)	0,310*** (0,021)	0,044 (0,141)	0,288*** (0,018)	0,041 (0,139)
coorte15		0,328*** (0,021)	0,343*** (0,023)	0,056 (0,152)	0,321*** (0,019)	0,053 (0,150)
coorte16		0,368*** (0,022)	0,387*** (0,024)	0,065 (0,164)	0,357*** (0,021)	0,062 (0,162)
coorte17		0,413*** (0,024)	0,439*** (0,026)	0,077 (0,175)	0,411*** (0,022)	0,074 (0,173)
coorte18		0,426*** (0,027)	0,467*** (0,030)	0,079 (0,187)	0,438*** (0,025)	0,076 (0,185)

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

Tabela 4: Resultados dos Modelos de Pseudo-Painel para a Pobreza
Conclusão

chefem_e			0,011 (0,028)	0,015 (0,045)		
raca_e			-0,005 (0,006)	-0,007 (0,005)		
escol_0a3_e			-0,066*** (0,009)	-0,073*** (0,009)		
escol_4a7_e			-0,053*** (0,008)	-0,053*** (0,008)		
escol_8a10_e			-0,021** (0,008)	-0,022*** (0,008)		
escol_11a14_e			-0,020** (0,009)	-0,025*** (0,008)		
pos_ciclo_e			0,002 (0,003)	0,018 (0,014)		
chefem_r					-0,036* (0,021)	-0,005 (0,044)
raca_r					0,005 (0,005)	0,006 (0,005)
escol_0a3_r					0,057*** (0,007)	0,070*** (0,009)
escol_4a7_r					0,026*** (0,007)	0,044*** (0,008)
escol_8a10_r					0,014** (0,006)	0,028*** (0,006)
escol_11a14_r					-0,012** (0,005)	-0,004 (0,005)
pos_ciclo_r					0,009*** (0,001)	-0,011 (0,009)
ipca				-0,017*** (0,006)		-0,014*** (0,004)
g_social				0,212 (0,647)		-0,785*** (0,305)
g_primario				-0,376*** (0,113)		-0,146 (0,105)
selic_real				0,001*** (0,000)		0,001*** (0,000)
s_primario				3,244*** (1,021)		2,868*** (0,812)
N. OBS.	1.680	1.680	1.680	1.680	1.680	1.680
R2	0,8156	0,9397	0,9455	0,9582	0,9487	0,9591

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

Nos modelos de capital humano, os resultados encontrados foram semelhantes aos obtidos pelo método dos mínimos quadrados ordinários empilhados para dados individuais. Contudo, como no atual exercício o banco de dados conta com um número de observações muito menor, a variabilidade dos dados também é menor, e isso fez com que algumas das

variáveis se tornassem não-significativas no modelo de pseudo-painel. Esse foi o caso da idade dos indivíduos, no modelo 1, e dos trabalhadores em cargos técnicos, de transportes e de serviços, assim como as mulheres, os membros de famílias chefiadas por mulheres e os habitantes das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, no modelo 2.

No modelo 2, em relação às variáveis de capital humano e de posição na ocupação, o modelo de pseudo-painel apresentou duas diferenças em relação ao modelo para indivíduos. Aqui, a pobreza apareceu negativamente relacionada à inatividade e ao desemprego. Contudo, ambos resultados não se mostraram robustos, já que a introdução de novas variáveis, nos modelos seguintes, afetaram tanto o sinal como a significância desses fatores.

Para as variáveis referentes aos grupos de ocupação no mercado de trabalho, os resultados do modelo de pseudo-painel também foram semelhantes ao do modelo para indivíduos, com algumas variáveis não-significantes. Contudo, no atual exercício, os grupos de trabalhadores com menor proporção de pobres são os de trabalhadores na indústria. Isto é, pode-se observar que a técnica de pseudo-painel conseguiu controlar o efeito não-observado do choque adverso sobre o setor industrial brasileiro na década de noventa, apresentando um resultado mais apazível intuitivamente.

No que diz respeito às variáveis sócio-demográficas, os sinais e as inclinações das variáveis independentes estão de acordo com o esperado, dados os resultados do modelo para indivíduos. Novamente, nesse caso, algumas das variáveis não foram significativas. No caso das variáveis regionais, apenas a relativa aos habitantes da região Sul manteve um resultado robusto, isto é, estável ao longo dos modelos estimados, e negativamente relacionado com a pobreza. Como em um modelo de pseudo-painel os mesmos grupos de indivíduos são observados ao longo de um período de tempo, esse resultado deve estar refletindo a acelerada redução da pobreza nessa região do Brasil em relação as demais, como consta na tabela 5. A não-significância das demais variáveis pode ser explicada pela limitada variabilidade nos dados, já que a composição populacional brasileira apresentou poucas mudanças no período analisado.

As coortes se saíram todas positivamente relacionadas com a pobreza, ao contrário do encontrado no modelo em nível individual. Contudo, a relação entre elas é a mesma: os nascidos há mais tempo sempre se saem melhor. No presente modelo, as variáveis indicadoras

de coortes podem estar captando os efeitos das variáveis estimadas como não-significantes, principalmente em relação aos grupos de ocupação e à proporção de famílias chefiadas por mulheres.

Com a introdução de variáveis relativas aos ciclos econômicos de expansão (modelo 3), se chegou aos seguintes resultados: as interações da expansão macroeconômica com a raça e com a chefia do domicílio por mulher não foram significantes, ao passo que os grupos de menores níveis de educação se saíram melhor do que os melhor instruídos. Ou seja, segundo esse modelo, o crescimento econômico tem um perfil pró-pobre no Brasil, pelo menos, no que diz respeito aos dois ciclos de crescimento incluídos na amostra (1987 e 2005), e isso está ao contrário das conclusões tomadas a partir dos resultados dos modelos individuais. Contudo, esse resultado pode ser explicado por um problema de composição das coortes, isto é, os indivíduos nascidos há mais tempo, como já visto, apresentam menos anos de estudo, mas são menos pobres, em probabilidade, do que os demais. Isto é, a demanda por mão-de-obra qualificada estaria crescendo no Brasil, de modo que isto não afeta as coortes mais antigas na mesma proporção que afeta as mais jovens.

No modelo 4, foram incluídas as políticas macroeconômicas no modelo de expansão. Nesse modelo, foram encontrados resultados semelhantes ao anterior. Contudo, agora, as coortes não foram significantes, o que reforça a hipótese de que o efeito das políticas é diferenciado entre os grupos de indivíduos por grupo de idade, principalmente, no que diz respeito à política monetária antes e depois do Plano Real, e à política de gastos sociais, antes e depois da Constituição Federal de 1988.

Nesse modelo, o resultado de algumas das políticas é diferente do obtido no modelo para indivíduos. A inflação está negativamente relacionada à pobreza. O gasto social é não-significante, e o gasto primário reduz a pobreza, mas pode estar captando o efeito do gasto social, já que ambas variáveis foram construídas a partir de um banco de dados comum. A taxa de juros real tem efeito positivo em relação à pobreza, mas com uma inclinação muito suave, o que não exige mudanças na sua interpretação, isto é, continuam levantadas as hipóteses de controle da inflação, de exclusão financeira e de impacto diferenciado na estrutura econômica. Já o superávit primário continua com sinal positivo e com inclinação muito intensa.

O modelo 5 inclui as variáveis de interesse para os períodos de recessão. Seus resultados foram semelhantes aos encontrados no modelo 3 para as variáveis de controle. Nas variáveis de interesse, por outro lado, foi encontrado que as famílias chefiadas por mulheres tendem a melhorar em relação as demais, os grupos menos escolarizados se saem pior do que os demais, e a posição do ano no ciclo é positiva, o que indica que o impacto do choque econômico negativo sobre a pobreza tem efeito duradouro. Em resumo, este modelo confirma a robustez do resultado de que as recessões macroeconômicas afetam com mais intensidade os indivíduos, ou grupos de indivíduos, com menor nível de educação, tal como fora constatado no modelo para indivíduos.

A inclusão das variáveis de política macroeconômica sobre o modelo de recessão (modelo 6) tira a significância dos indicadores de idade e de coorte. O impacto da recessão sobre os grupos demográficos é semelhante ao do modelo 5, mas, agora, a chefia da família por mulher é não-significativa. Por fim, o impacto das políticas sobre a pobreza é o mesmo do modelo 4, apenas se invertendo as significâncias do gasto primário e do gasto social da União.

O método de pseudo-painel também foi utilizado para os modelos em que a variável dependente é a renda familiar per capita real. Os resultados encontram-se na tabela na página seguinte:

Tabela 5: Resultados dos Modelos de Pseudo-Painel para a Renda Familiar per capita Real

Continua

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
_cons	730,570*** (174,328)	3614,365*** (448,030)	3228,905*** (453,233)	5070,115*** (988,646)	3081,849*** (401,799)	4304,589*** (1085,135)
pea_desempr	-2088,363*** (187,059)	253,993 (240,898)	-6,563 (247,901)	-546,877* (282,120)	237,115 (215,750)	-271,088 (257,481)
pea_inat	-179,925*** (52,364)	412,644** (162,710)	420,077*** (161,243)	-36,699 (165,957)	362,841** (146,682)	226,243 (150,530)
anosest	116,340*** (1,877)	158,743*** (5,365)	162,951*** (5,368)	164,589*** (5,334)	159,358*** (5,090)	161,144*** (5,472)
idade	-49,113*** (8,108)	15,275* (8,776)	23,903*** (8,912)	2,364 (21,516)	14,958* (7,791)	-0,408 (19,602)
idade2	0,736*** (0,095)	-0,102 (0,110)	-0,134 (0,109)	-0,194* (0,107)	-0,099 (0,097)	-0,141 (0,098)
informal		733,305*** (151,470)	734,575*** (149,958)	578,628*** (148,411)	347,790*** (135,456)	294,546** (136,223)
integral		-556,101*** (136,108)	-564,515*** (134,984)	-846,744*** (136,090)	-432,652*** (122,760)	-529,358*** (124,647)
empregador		-401,681*** (122,790)	-423,038*** (122,835)	-431,080*** (120,169)	-697,547*** (109,769)	-667,996*** (109,778)
grocup_tec		1030,222*** (173,703)	896,769*** (172,782)	411,551** (183,663)	428,296*** (157,390)	299,992* (167,809)
grocup_adm		633,382*** (128,408)	638,782*** (134,751)	441,498*** (133,718)	381,797*** (114,520)	308,218*** (116,189)
grocup_agr		-148,475 (179,144)	-155,335 (180,867)	-537,220*** (181,829)	-283,021* (160,953)	-388,985** (163,525)
grocup_ind		-83,546 (213,409)	49,381 (216,929)	-459,654** (221,752)	-503,381*** (192,665)	-639,622*** (197,635)
grocup_com		473,814*** (109,942)	481,920*** (109,187)	325,654*** (108,367)	229,174** (98,378)	171,694* (99,465)
grocup_transp		-3457,762*** (356,258)	-3264,703*** (355,848)	-3630,909*** (354,871)	-2196,671*** (325,543)	-2177,267*** (332,340)
grocup_serv		546,988*** (199,563)	495,917** (197,338)	459,706** (194,844)	390,160*** (175,952)	415,536** (177,372)
mulher		-309,099*** (40,380)	-329,705*** (39,970)	-344,516*** (39,149)	-298,378*** (35,775)	-305,521*** (35,807)
raca		-202,611*** (45,441)	-204,572*** (47,125)	-189,136*** (46,117)	-335,029*** (45,892)	-319,690*** (45,878)
urb		-2566,590*** (212,617)	-2779,474*** (219,828)	-2601,375*** (222,702)	-1833,739*** (198,331)	-1815,092*** (209,891)
tamfam		-55,920** (23,043)	-54,263** (22,765)	-64,529*** (22,317)	-34,842* (20,347)	-38,245* (20,362)
chefem		545,899*** (150,198)	795,958*** (160,568)	615,740*** (177,018)	-19,229 (140,256)	163,041 (176,358)

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

Tabela 5: Resultados dos Modelos de Pseudo-Painel para a Renda Familiar per capita Real

						Continua
reg_no		-2672,006*** (354,571)	-2679,484*** (355,689)	-3105,604*** (350,102)	-2570,208*** (319,285)	-2638,730*** (319,795)
reg_ne		-2169,749*** (343,817)	-2120,317*** (339,862)	-2307,724*** (332,432)	-1761,489*** (305,454)	-1778,278*** (304,332)
reg_se		-896,234*** (331,658)	-831,464** (328,593)	-1004,685*** (321,220)	-878,607*** (293,988)	-858,673*** (292,918)
reg_sul		-2737,819*** (370,091)	-2745,249*** (367,079)	-2982,480*** (358,844)	-2974,088*** (331,358)	-2981,623*** (330,028)
reg_co		-2191,678*** (393,641)	-2164,480*** (388,949)	-2461,199*** (380,561)	-2027,821*** (347,499)	-2097,335*** (346,985)
coorte3		1,895 (41,583)	45,618 (41,748)	-18,453 (87,073)	41,978 (36,781)	-11,805 (79,317)
coorte4		17,685 (40,642)	76,875 (41,431)	-81,712 (139,633)	31,297 (35,917)	-80,417 (127,183)
coorte5		9,631 (40,794)	80,063 (42,190)	-151,334 (195,638)	41,764 (36,095)	-133,375 (178,198)
coorte6		-30,012 (43,166)	53,066 (45,212)	-266,284 (252,525)	-5,401 (38,201)	-240,648 (230,017)
coorte7		-18,811 (45,196)	83,146 (48,451)	-315,056 (310,197)	2,680 (39,905)	-286,539 (282,544)
coorte8		-37,863 (50,360)	83,907 (54,671)	-394,586 (368,012)	-16,011 (44,474)	-361,826 (335,203)
coorte9		-82,044 (55,197)	58,246 (60,566)	-494,058 (425,545)	-54,050 (48,739)	-452,001 (387,606)
coorte10		-93,431 (60,609)	64,300 (67,035)	-561,325 (482,940)	-62,762 (53,553)	-512,570 (439,887)
coorte11		-118,968* (65,934)	56,619 (73,432)	-646,668 (541,045)	-86,520 (58,291)	-590,375 (492,816)
coorte12		-138,745* (71,793)	55,108 (80,575)	-720,638 (599,052)	-107,263* (63,573)	-661,793 (545,657)
coorte13		-153,148** (77,764)	69,000 (88,319)	-779,046 (656,769)	-119,422* (68,898)	-721,954 (598,229)
coorte14		-165,204** (84,391)	71,735 (95,784)	-839,128 (715,182)	-136,105* (74,950)	-787,020 (651,443)
coorte15		-157,670* (91,341)	95,332 (103,839)	-897,186 (773,451)	-150,102* (81,113)	-852,012 (704,516)
coorte16		-178,034* (98,518)	88,924 (111,958)	-956,340 (831,956)	-162,469* (87,852)	-915,059 (757,810)
coorte17		-185,679* (105,609)	98,287 (120,736)	-1035,401 (890,285)	-196,479** (94,129)	-989,242 (810,951)
coorte18		-257,918** (117,709)	59,593 (136,348)	-1126,677 (949,961)	-252,372** (105,798)	-1071,502 (865,325)

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

Tabela 5: Resultados dos Modelos de Pseudo-Painel para a Renda Familiar per capita Real

						Conclusão
chefem_e			-566,362*** (126,258)	-378,547* (229,016)		
raca_e			-7,309 (25,206)	-6,811 (24,582)		
escol_0a3_e			-40,085 (39,417)	-76,760* (46,053)		
escol_4a7_e			70,555* (37,214)	17,613 (41,978)		
escol_8a10_e			11,255 (38,116)	-16,500 (39,844)		
escol_11a14_e			-44,333 (39,724)	-21,317 (39,950)		
pos_ciclo_e			55,751*** (11,523)	126,493* (72,955)		
chefem_r					953,742*** (87,548)	584,199*** (208,367)
raca_r					-25,237 (22,279)	-16,872 (22,462)
escol_0a3_r					-74,572*** (27,986)	-76,298* (40,194)
escol_4a7_r					-119,534*** (27,335)	-121,075*** (35,804)
escol_8a10_r					-333,441*** (24,731)	-326,494*** (29,863)
escol_11a14_r					-363,678*** (20,745)	-354,207*** (23,959)
pos_ciclo_r					-35,794*** (4,835)	-24,255 (44,037)
ipca					-63,701** (30,655)	-36,988* (20,843)
g_social					3628,302 (3286,437)	94,571 (1426,399)
g_primario					-1403,343** (572,291)	-411,407 (492,888)
selic_real					3,986** (1,804)	1,716** (0,820)
s_primario					9430,520* (5187,683)	5247,760 (3803,546)
N, OBS,	1680	1680	1680	1680	1680	1680
R2	0,7505	0,9039	0,907	0,912	0,926	0,927

Fonte: Elaboração própria

*** Variável significativa a 1%;

** Variável Significativa a 5%;

* Variável Significativa a 10%

O modelo 1, que inclui as variáveis básicas de capital humano, apresentou os mesmos resultados do modelo em nível individual. Estão relacionados a maiores dotações de renda os grupos com maiores proporções de indivíduos empregados e com maior educação. A idade é

um termo negativo linearmente, mas ao quadrado, é positivamente relacionada com a renda, seguindo a mesma hipótese de ganhos salariais marginais decrescentes ao longo da vida, descrito anteriormente.

Com a introdução das demais variáveis de capital humano (modelo 2), o desemprego perdeu sua significância, e variáveis como a idade do trabalhador e suas condições de informalidade e de integralidade tiveram sinais invertidos, em comparação com todos os modelos anteriormente estimados. Esse fato pode ser consequência tanto dos problemas de composição das coortes, conforme já relatado anteriormente, como também da correlação dessas variáveis com outras, que captam seu verdadeiro efeito.

Em relação aos grupos de ocupação, observou-se que os associados a maior dotação de renda são as coortes com maiores proporções de trabalhadores técnicos e administrativos, o que está de acordo com os modelos em nível individual. Por outro lado, os ocupados no setor de transporte estão associados a menor renda, ao passo que os trabalhadores na agricultura e na indústria não são significantes, provavelmente devido a menor variabilidade dos dados, trabalhando-se com uma amostra reduzida.

No que diz respeito às variáveis sócio-demográficas, estão associados ao maior acesso à renda familiar os grupos com maior proporção de homens, brancos e de famílias pequenas, o que está de acordo com os demais modelos. Contudo, foram obtidos sinais inversos ao que era intuitivamente esperado para os grupos com maiores proporções de famílias residentes nas zonas rurais e chefiados por mulheres: ambos estão positivamente relacionados à renda. Para as regiões brasileiras, todas elas estão relacionadas a menor renda familiar do que no Distrito Federal, tomado como base. Contudo, a ordem de diferença de renda em relação a essa região não é a mesma dos modelos em nível individual, a não ser para a região Sudeste, a mais próxima. Talvez isso reflita os movimentos de distanciamento da renda familiar das demais regiões em relação à renda do Distrito Federal, uma vez que, no modelo de pseudo-painel, se está considerando a variação do comportamento dos mesmos grupos de indivíduos ao longo tempo, e não cada observação como independente das demais.

As coortes, por sua vez, só se mostraram significantes a partir da de número onze. Mas sua lógica econômica continua a mesma: os mais jovens apresentam menos renda.

Com a inclusão das variáveis referentes aos ciclos macroeconômicos de expansão, no modelo 3, a maior parte das coortes perdeu sua significância, mas seu sinal não se alterou, isto é, os grupos com indivíduos nascidos há mais tempo apresentam maior acesso à renda. O impacto do ciclo de expansão é significativo apenas para reduzir o padrão de vida das famílias chefiadas por mulheres, em relação as demais, ao passo que a posição do ano no ciclo é positiva, ou seja, o impacto do ciclo sobre os ganhos de renda para os trabalhadores é crescente ao longo do tempo.

Incluindo-se as políticas macroeconômicas no modelo de expansão, se reduziu a significância do impacto do ciclo sobre as famílias chefiadas por mulheres e do tamanho do ciclo, em termos de posição do ano no ciclo. A inflação está relacionada a menor renda, a taxa real de juros apresenta um ligeiro impacto positivo sobre a renda, ao passo que o gasto social da União é não-significativo, o gasto primário reduz a renda das famílias e o superávit primário aumenta. Obviamente, os sinais destes estimadores estão invertidos pelos mesmos motivos já explicados.

Nas recessões econômicas (modelo 5), as coortes passam a ser significativas a partir da décima segunda, com a mesma lógica econômica anteriormente descrita. O impacto da recessão é positivo para a renda familiar dos grupos com maior proporção de famílias chefiadas por mulheres, insignificante para as raças, e negativo para os grupos com menores níveis de educação. Além disso, a posição do ano no ciclo também é negativa.

Incluindo-se as políticas macroeconômicas no modelo de recessão (modelo 6), todas as coortes se tornaram não-significativas, assim como a posição do ano no ciclo. Por outro lado, o impacto da recessão sobre os grupos demográficos não mudou consideravelmente para os grupos de educação, e reduziu em termos de inclinação para os grupos com maior proporção de famílias chefiadas por mulheres. As políticas, por sua vez, só foram significativas no caso da inflação e da taxa real de juros, com os mesmos sinais encontrados no modelo 4.

Como conclusões gerais, observa-se que os modelos de pseudo-painel, em primeira instância, pareceram trazer alguns problemas de estimação, sob a forma de perda de significância de algumas variáveis, e, no caso dos modelos em que a variável dependente é a renda familiar per capita real, sob a forma de parâmetros com sinais inversos ao esperado. Tais problemas certamente decorrem tanto da redução da amostra, que reduz a variabilidade dos

dados, como também de problemas de composição das coortes, isto é, correlação de variáveis entre as proporções de indivíduos dentro de cada grupo demográfico. Por outro lado, seus resultados ajudaram a estudar a robustez os resultados estimados pelos modelos anteriores controlando-se a heterogeneidade dos grupos demográficos. Isto é, o método de pseudo-painel permite o acompanhamento dos movimentos seculares relativos ao impacto do desempenho macroeconômico sobre o bem-estar dos grupos selecionados.

De acordo com os modelos de pseudo-painel, nos momentos de expansão macroeconômica, há um ganho de bem-estar para os grupos de menor escolaridade, e um efeito ambíguo sobre os grupos com maior proporção de famílias chefiadas por mulheres, isto é, esses grupos ganham em termos de renda, mas não em redução de pobreza. Isso pode ser explicado por algum efeito regional, isto é, as famílias chefiadas por mulheres estão melhorando em termos de bem-estar exatamente nos estados da federação em que a linha da pobreza é mais elevada, e mais difícil de superar.

Nos momentos de recessão, as famílias chefiadas por mulheres tendem a se aproximar das demais em termos de bem-estar, ao passo que os grupos com menor escolaridade tendem a sair perdendo em termos de renda e de pobreza. Além disso, o efeito da recessão é maior em elevar a pobreza quanto maior for o tamanho do ciclo em anos. Ou seja, o impacto da recessão sobre a redução da demanda por mão-de-obra é robusto. De acordo com Ferreira et. al (2000), os choques econômicos tem efeitos diferenciados para cada tipo de trabalhador, de modo que os menos qualificados, com menor poder de barganha no mercado de trabalho, correm sempre o maior risco de cair na informalidade. Lustig (2000) e Agénor (2001) também concordam que os mais pobres, associados a menores níveis de escolaridade, sofrem os ciclos recessivos com mais intensidade, devido a mecanismos como o acesso à seguridade social, a concentração de renda e as restrições de crédito. Contudo, o presente estudo empírico não permite que se determine quais desses mecanismos é o crucial para a realidade brasileira.

A interação entre a raça dos indivíduos e o ciclo macroeconômico é não-significante em todos os modelos estimados. A política fiscal é ambígua, sendo comum a confusão de sinais e de significâncias entre os modelos. A inflação está negativamente relacionada com a pobreza e a renda das famílias, o que também é um resultado ambíguo, mas corroborado por estudos como e de Barros et al. (2000), segundo o qual a taxa de inflação tende a afetar mais a desigualdade do que a pobreza, já que, até 1994 permaneceu descolada dos ciclos econômicos,

que influenciam a demanda por mão-de-obra e o desempenho do mercado de trabalho, no Brasil. Já a taxa de juros real tem impacto positivo, mas muito suave, na redução da pobreza e na renda das famílias, o que pode ser explicado pelas mesmas hipóteses levantadas anteriormente.

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação procurou, em toda sua análise teórica e empírica, respostas para as três questões levantadas em sua introdução. Primeiro, que grupos demográficos sofrem mais os ciclos macroeconômicos recessivos ou de desaceleração? São aqueles grupos mais associados à situação de pobreza? E qual é o seu impacto dentro da pobreza? Segundo, que grupos são mais beneficiados pelo crescimento econômico? O crescimento econômico é suficiente para beneficiar os grupos mais vulneráveis à pobreza? Terceiro, por fim, quais políticas macroeconômicas estão mais relacionadas às variações da proporção de pobres na população brasileira? As respostas foram buscadas tanto em um extenso ensaio teórico, que procurou realizar um diálogo entre as concepções sobre a pobreza e o bem-estar em nível individual (aspectos microeconômicos) e em nível agregado (aspectos macroeconômicos), como pela análise econométrica de dados empíricos.

Os indivíduos que mais sofrem as contrações, ou mesmo as desacelerações macroeconômicas, em todos os modelos estimados, são aqueles de menor escolaridade. Além disso, notou-se que, em geral, os negros, os de mais idade e as famílias chefiadas por mulheres tendem a se sair melhor do que os demais grupos nesses períodos, mas, nesse caso, suas significâncias dependem muito das variáveis incluídas nos modelos, isto é, a pobreza é mais relacionada a outras variáveis.

Esse resultado é corroborado pelas interpretações teóricas estudadas, segundo as quais, os indivíduos menos qualificados tendem a sofrer mais os ciclos econômicos recessivos por pelo menos quatro mecanismos distintos. Em primeiro lugar, pela variação da demanda por mão-de-obra. Diante dos choques econômicos negativos, os trabalhadores de menor qualificação tendem a perder seus empregos com maior intensidade, já que suas atividades, na maior parte das vezes de natureza braçal, são mais substituíveis pelos empregadores.

Em segundo lugar, pelo efeito sobre as políticas públicas. Muitas vezes, diante de choques recessivos, os governos têm que realizar ajustes fiscais, cortando gastos, o que pode prejudicar diretamente as pessoas mais dependentes dos serviços públicos, isto é, os mais pobres, associados a menor qualificação e escolaridade. No caso brasileiro, esse fator é o que melhor parece explicar a explosão da pobreza no país após o Plano Collor, em 1991-1993.

Terceiro, pela elevada proporção dos trabalhadores menos qualificados no setor informal da economia. Assim, esses trabalhadores têm menor acesso a sistemas de seguro-desemprego e de seguridade social. Por isso, seu bem-estar e nível de consumo tende a se reduzir muito mais nos períodos de desemprego do que os dos trabalhadores no setor formal.

Quarto, por fim, pelos problemas de racionamento de crédito e de exclusão financeira na economia. Nos momentos de recessão, a incerteza associada aos mercados financeiros é maior, o que faz com que os juros de mercado tendam a ser maiores do que nos momentos de expansão. Contudo, esse comportamento dos juros prejudica novos investimentos, principalmente por parte das pequenas empresas, que não apresentam capital próprio para se financiar, e que são mais intensivas em mão-de-obra, inclusive de menor qualificação, do que as demais. No caso brasileiro, no entanto, o setor que passou por um intenso processo de reestruturação no período analisado foi o industrial, em que predominam grandes empresas. Por isso, não é possível tomar conclusões definitivas sobre o papel do racionamento de crédito e imperfeições nos mercados financeiros sobre a pobreza no país.

O crescimento econômico tende a beneficiar mais os indivíduos negros, de maior idade e com mais escolaridade, de acordo com os modelos em nível individual. A teoria econômica tradicional do mercado de trabalho, descrita por Tobin (1993), Freeman (2001) e Hines et al. (2001), está de acordo com a hipótese de que um crescimento econômico sustentado pode elevar a demanda agregada por mão-de-obra, elevar o nível dos salários e melhorar o bem-estar de todos os trabalhadores na economia. Contudo, não se descarta a hipótese de que a intensidade dessa melhora varie de acordo com as características de cada trabalhador, o que inclui parâmetros relacionados a sua produtividade (como a qualificação e a experiência), como também fatores relacionados à discriminação, principalmente por raça e sexo. Por outro lado, parte da bibliografia teórica estudada sugere que o crescimento econômico pode ser viesado para os indivíduos mais qualificados⁶⁹, como mostraram os modelos em nível individual, de acordo com quatro mecanismos.

Primeiro, as baixas taxas de crescimento econômico médio no Brasil, ao longo do período analisado, podem ter prejudicado as expectativas das empresas em relação ao retorno de seus investimentos, mesmo nos períodos de expansão. Desse modo, o país não recuperou o

⁶⁹ Por exemplo, Cutler & Katz (1991), Tobin (1993), Barros & Mendonça (1995a), Bradbury (2000) e Neri & Thomas (2000).

desemprego originado nas desacelerações, e isso pode explicar a persistência da taxa de desemprego em patamares relativamente elevados desde 1996.

Segundo, pela concentração de renda nos períodos de recessão. No caso brasileiro, esse fenômeno foi marcante na crise que seguiu o Plano Collor, isto é, até 1993. Isso, de acordo com a teoria do crescimento econômico pró-pobre, tende a limitar o impacto do crescimento sobre o bem-estar dos indivíduos com mais privações na economia.

Terceiro, pela reestruturação produtiva. De acordo com essa hipótese, que parece confirmada pela evolução de alguns setores da economia brasileira na década de 1990, as empresas, durante as expansões macroeconômicas, tendem a se intensificar cada vez mais em mão-de-obra qualificada e em capital físico, ao invés de recontratar mão-de-obra não qualificada, desempregada nos períodos de desaceleração.

Quarto, por fim, as recessões provocam um efeito-renda negativo no orçamento das famílias, afetando negativamente suas decisões de investimento em acumulação de capital humano. Isso, em uma perspectiva dinâmica, prejudica a empregabilidade dos mais pobres durante os períodos de expansão.

A política macroeconômica mais relacionada com a pobreza, de acordo com a análise empírica, é o superávit primário. Por outro lado, a política que mais tende a beneficiar os indivíduos mais pobres são os gastos sociais da União, isto é, o somatório de gastos federais com assistência e previdência social, saúde, saneamento, educação e cultura como proporção do PIB. Esses resultados se mantiveram na maior parte dos modelos estimados em nível individual. Por outro lado, as demais políticas incluídas nos modelos tiveram efeitos ambíguos sobre a renda familiar e sobre a proporção de pobres no país. No caso do gasto primário da União, isso ocorreu provavelmente pela sua correlação (ainda que não total) com os gastos sociais, e também por incluir gastos de custeio da máquina pública que não apresentam retornos diretos para a população. No caso da inflação, ainda que não se descarte seu impacto sobre a desigualdade de rendimentos no país, conforme levantado por outros estudos empíricos, sua correlação com a pobreza é incerta porque independe dos ciclos econômicos do país, conforme explícito na análise empírica. Por fim, a taxa real de juros tem efeito incerto sobre a pobreza e a renda familiar devido a fatores como a exclusão financeira

no país, o seu impacto diferenciado sobre os setores da economia e sua interação com a evolução da inflação.

A abordagem teórica do crescimento pró-pobre, conforme descrita por Lustig (2000), Ravallion (2004) e Kakwani et al. (2006), sugere três mecanismos que explicam a interação entre a política macroeconômica e a vulnerabilidade da população à pobreza. Em primeiro lugar, para proteger o bem-estar da população, as autoridades devem adotar políticas macroeconômicas capazes de evitar choques negativos, como, por exemplo, a adoção de taxas de câmbio flutuantes e controles de capitais de curto prazo. No caso brasileiro, no entanto, a adoção do câmbio flutuante em 1999 não evitou os choques adversos de 2001 a 2003, com conseqüências diretas sobre a pobreza.

Segundo, o ajuste fiscal e monetário deve ser realizado de maneira que não prejudique os mais pobres, isto é, que não tribute as transações e os bens mais associados à população pobre, e não corte os gastos com os serviços públicos em relação aos quais os pobres são mais dependentes. No caso brasileiro, em que a relação direta entre o superávit primário e a pobreza é robusta, isso implica que o modo pelo qual a poupança pública é obtida deve ser repensado. Isto é, cortes de gastos sociais e de investimentos em capital devem ser evitados, assim como aumentos de impostos sobre o consumo de bens básicos pelas famílias.

Terceiro, em relação às políticas sociais, a literatura estudada destaca a importância dos sistemas de assistência e seguridade social para manter estável o padrão de vida das famílias mais pobres ao longo de choques macroeconômicos negativos e ajustes políticos restritivos. Esses sistemas são importantes não apenas de acordo com aspectos puramente econômicos, mas também de modo a manter a estabilidade política e a coesão social no país. Além disso, investimentos em educação, saúde e saneamento básico interferem diretamente na acumulação de capital humano, melhorando a qualidade da força de trabalho da economia. Por fim, o presente trabalho ressaltou a importância da escolaridade das pessoas para a sua vulnerabilidade à pobreza nos períodos de desacelerações macroeconômicas. Por isso, investimentos públicos em educação, tanto no que diz respeito a sua universalização na população, como também em melhorias de sua qualidade, são fundamentais para restringir os impactos adversos dos ciclos econômicos sobre o bem-estar das famílias.

Como a dissertação procura realizar um diálogo entre aspectos microeconômicos e macroeconômicos da pobreza e do bem-estar, além dos métodos econométricos em nível individual, procurou-se analisar o impacto dos ciclos macroeconômicos sobre o bem-estar dos grupos demográficos sob o ponto de vista agregado, isto é, observando-se as médias desses grupos, ou coortes. Para isso, foi utilizada a metodologia de pseudo-painel, a qual tem a vantagem de controlar a heterogeneidade de composição dos grupos, o que não é realizado na estimação em nível individual, permitindo o acompanhamento das tendências seculares do comportamento desses grupos.

De acordo com os modelos de pseudo-painel, os grupos mais afetados pelas recessões e desacelerações macroeconômicas são as coortes com maiores proporções de indivíduos jovens e menos escolarizados. O crescimento econômico, por sua vez, beneficia mais intensamente as coortes com maior proporção de indivíduos de mais idade e os menos escolarizados⁷⁰. Em ambos os casos, desacelerações e expansões, a pobreza é mais sensível à política fiscal do que à política monetária, o que repete as interpretações tomadas na análise em nível individual.

A presente dissertação trabalha com o critério de pobreza absoluta e monetária, pelo uso de linhas de pobreza estaduais para definir quem são os indivíduos pobres. Esse critério tem a vantagem de ser modelado empiricamente de maneira simples, mas, sob o ponto de vista teórico, é passível de críticas. Por isso, um desdobramento desejável do presente trabalho é a consideração de outras formas de se medir a pobreza.

Como visto no Capítulo 2, segundo autores como Amartya Sen, o bem-estar e a qualidade de vida não dependem apenas da posse de determinados bens físicos ou de sua utilidade, mas sim das capacidades (no termo original, *capabilities*) de cada indivíduo em obter a satisfação de suas necessidades. Assim, nessa visão, a pobreza não é vista como a privação direta da posse de um bem, mas sim a privação da capacidade de uma pessoa obtê-lo.

⁷⁰ Contudo, como já foi referido, esses modelos de coortes podem ter problemas de composição, já que os grupos de maior idade tendem a apresentar maior renda ao mesmo tempo que possuem menos anos de estudo. Isso pode explicar inclusive o problema de sinais invertidos que os parâmetros dos modelos de renda familiar apresentaram. Isto é, as coortes não estão controlando o efeito dinâmico da demanda por mão-de-obra qualificada ao longo do período de estudo. Por isso, o presente estudo não chegou a um resultado robusto a respeito dessa questão.

Assim, como a vulnerabilidade à choques econômicos não é o mesmo problema do que a exclusão permanente de indivíduos ao acesso a bens de capital físico, humano e social, capazes de contribuir com suas capacidades de atingir suas necessidades, a presente análise peca por não diferenciar a pobreza crônica da pobreza transitória. Ou seja, os grupos, ou as coortes, mais associadas à pobreza transitória podem não ser os mesmos mais associados à pobreza crônica.

Por isso, um próximo passo para a pesquisa sobre a relação entre o desempenho macroeconômico e o bem-estar social na economia brasileira contemporânea consiste no uso de algum indicador multidimensional de pobreza, conforme eles estão sendo desenvolvidos na bibliografia empírica. Assim, o mesmo exercício aqui elaborado pode ser replicado, isto é, os índices multidimensionais de pobreza podem ser interagidos com os controles demográficos, de ciclo e de política macroeconômica, de modo que se possa encontrar novos resultados em relação à composição da pobreza no país. Ou seja, os pobres mais crônicos podem ser aqueles grupos de indivíduos com características fixas que os tornem excluídos, além de sua empregabilidade, entendida como dependente de sua qualificação e experiência no mercado de trabalho (aqui, no presente estudo, mensuradas respectivamente pelos anos de estudo e pela idade dos indivíduos), que estão mais relacionadas, de acordo com a teoria, ao problema da pobreza transitória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AASSVE, A.; APRINO, B. **Dynamic multi-level analysis of households' living standards and poverty: evidence from Vietnam**. Colchester: ISER, 2007. 43 p. (Working paper, n. 2007-10).

AGÉNOR, P. **Business cycles, economic crises, and the poor: testing for asymmetric effects**. Washington, DC.: World Bank, 2001. 36 p. (Policy research working paper, n. 2700)

AGHION, P.; BOLTON, P. A theory of trickle-down growth and development. **Review of Economic Studies**, Bristol, v. 64, n. 2, p. 151-172, Apr.1997.

ANTMAN, F.; MCKENZIE, D.J. **Earnings mobility and measurement error: a pseudo-panel approach**. Washington, DC.: World Bank, 2005. 36 p. (Policy research working paper, n. 3745)

BAER, W. Neo-liberalism in Latin America: a return to the past? **Financial Markets and Portfolio Management**, New York, v. 16, n. 3, p. 309-315, 2002.

BARLEVY, G.; TSIDDON, D. **Earnings inequality and the business cycle**. Chicago: Federal Reserve Bank of Chicago, 2004. 52 p. (Working paper, n. 2004-08).

BARRO, R.J.; SALA-I-MARTIN, X. **Economic growth**. New York: McGraw-Hill, 1995. 539p.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007a. 23 p. (Texto para discussão, n. 1253)

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília, DF.: IPEA, 2007b. 22 p. (Texto para discussão, n. 1258)

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 37 p. (Texto para discussão, n. 1227)

BARROS, R.P.; CORSEUIL, C.; MENDONÇA, R.; REIS, M.C. **Poverty, inequality and macroeconomic instability**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 14 p. (Texto para discussão, n. 750)

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 24 p. (Texto para discussão, n. 800).

BARROS, R.P.; MACHADO, A.F.; MENDONÇA, R.A. **Desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 40 p. (Texto para discussão, n. 453)

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas: 1960/90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 115-164, 1995a.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Brasília: IPEA, 1995b. 63 p. (Texto para discussão, n. 377)

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 17p. (Texto para discussão, n. 528).

BLANK, R. M.; BLINDER, A.S. Macroeconomics, income distribution, and poverty. In: DANZIGER, S.H.; WEINBERG, D.H. (Ed.). **Fighting poverty: what works and what doesn't**. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1986. p. 180–208.

BLANK, R.M.; CARD, D. Poverty, income distribution and growth: are they still connected? **Brookings Papers on Economic Activity**, Washington, DC., n. 2, p. 285-325, Aug. 1993.

BRADBURY, K.L. Rising tide in the labor market: to what degree do expansions benefit the disadvantaged? **New England Economic Review**, Boston, Mass., p. 3-33, May/June 2000.

BRADY, D. Reconsidering the divergence between elderly, child and overall poverty. **Research on Aging**, Thousand Oaks, Calif., v. 26, n. 5, p. 487-510, 2004.

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 76-97, 1993.

BOURGUIGNON, F.; GOH, C. **Estimating individual vulnerability to poverty with pseudo-panel data**. Washington, DC.:World Bank, 2004. 17 p. (Policy research paper, n. 3375)

BOWLES, S.; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **Beyond the waste land: a democratic alternative to economic decline**. Garden City, N.Y.: Anchor Press/Doubleday, 1983. 465 p.

CAMERON, A.C.; TRIVEDI, P.K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University, 2005. 1034 p.

CARDOSO, E.; HELWEGE, A. Da substituição de importações à liberalização do comércio. In: **A Economia da América Latina**. São Paulo: Ática, 1993. p. 87-123.

CÉSAR, C.C.; RIBEIRO, P.M.; ABREU, D.M. Efeito-idade ou efeito-pobreza? mães adolescentes e mortalidade neonatal em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.17 n.1/2, p. 177-196, 2000.

CHAKRAVARTY, S. R. A generalized human development index. **Review of Development Economics**, Oxford, v. 7 n. 1, p. 99-104, 2003.

- CODES, A.L.M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. 29 p. (Texto para discussão, n. 1332)
- CORSEUIL, C.H.; FOGUEL, M.N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 13 p. (Texto para discussão, n. 897)
- COSTA, B.L.D.; CARNEIRO, C.B.L. **Implicações do enfoque da exclusão social sobre as políticas públicas**: desafios para o desempenho governamental. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo, 2004. 16 p. (Texto para discussão, n. 08)
- COUTINHO, L. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, R. (Org). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Sobeet, 1996. p. 219-238.
- CUTLER, D.; KATZ, L. Macroeconomic performance and the disadvantaged. **Brookings Papers on Economic Activity**, Washington, DC., n. 2, p. 1-106, 1991.
- DEATON, A. **Measuring poverty**. Princeton: Princeton University, Research Program in Development Studies, 2004. 21 p. (Working papers, n. 230)
- DEDECCA, C.S. O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 99-118, 1998.
- DEDECCA, C.S. *Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25 n. 1, p. 94-111, 2005.
- DOLLAR, D.; GATTI, R. **Gender inequality, income and growth**: are good times for women? Washington, DC. : World Bank, Policy Research Report on Gender and Development, 1999. (Working paper series, n. 1)
- DYMSKI, G. **From financial exploitation to global banking instability**: two overlooked roots of the subprime crisis. 2007. 30 p. Disponível em <http://www.soas.ac.uk/economics/events/crisis/file43938.pdf>
- DYMSKI, G. **The political economy of the subprime meltdown**. 53 p. Mimeo, August 2008. Forthcoming, Historical Materialism.
- FERREIRA, F.; PRENNUSHI, G.; RAVALLION, M. **Protecting the poor from macroeconomic shocks**: an agenda for action in a crisis and beyond. Washington, DC.: World Bank, 2000. 28 p. (Working paper, n. 2160)
- FOLEY, D.K.; MICHL, T.R. **Growth and distribution**. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1999. 355 p.
- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. Notes and comments a class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.
- FRANCO, G. **O desafio brasileiro**: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda. Rio de Janeiro : Editora 34, 1999. 349 p.

- FREEMAN, R.B. **The rising tide lifts...?** Cambridge, Mass.: NBER, 2001. 40 p. (Working paper, n. 8155)
- FRIEDMAN, M. **A theory of consumption function.** Princeton: Princeton University, 1957. 243 p.
- FUSCO, A. **On the definition and measurement of poverty:** the contribution of multidimensional analysis. 2003. Mimeogr. (Paper prepared for 3rd Conference on the Capability Approach: From Sustainable Development to Sustainable Freedom, University of Pavia)
- GAFAR, J. Growth, inequality and poverty in selected Caribbean and Latin American countries, with emphasis on Guyana. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 30, pt. 3, p 591-617, Oct.1998.
- GALBRAITH, J.K. **A natureza da pobreza das massas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. 139 p.
- GUNDERSEN, C.; ZILIAK, J.P. **Poverty and macroeconomic performance across space, race and family structure.** Lexington, KY: University of Kentucky, Center for Poverty Research, 2003. 62 p. (Discussion paper series, n. 2003-01)
- HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **Journal of Human Resources**, Madison, Wis., v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.
- HAVEMAN, R.; SCHWABISH, J. **Macroeconomic performance and the poverty rate: a return to normalcy?** Madison, Wis.: University of Wisconsin, Institute for Research on Poverty, 1999. 27 p. (Discussion paper, n. 1187-99).
- HINES JR, J.R.; HOYNES, H.; KRUEGER, A.B. **Another look at whether a rising tide lifts all boats.** Cambridge, Mass.: NBER, 2001. 69 p. (Working paper, n. 8412)
- HOFFMANN, R. **Distribuição de renda:** medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998. 275 p.
- HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap. 3, p. 81-107.
- HOWELL, D.; HOUSTON, E.; MILLBERG, W. **Demand shifts and earnings inequality:** wage and hours growth by occupation in the U.S.: 1970-97, a report to the Rockefeller Foundation. New York: New School for Social Research, Center for Economic Policy Analysis, 1999. 71 p. (Working paper series II, n. 06).
- HOYNES, H.; PAGE, M.; STEVENS, A. **Poverty in America:** trends and explanations. Cambridge, Mass.: NBER, 2005. 54 p. (Working paper, n. 11681)
- HULME, D.; SHEPHERD, A. Conceptualizing chronic poverty. **World Development**, New York, v. 31, n. 3, p 403-423, Mar. 2003.
- IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil.** IPEA. 2006. (Nota técnica, n. 09).

- JUSTESEN, M. **Is the window of opportunity closing for Brazilian youth?** Labor market trends and business cycle effects. Washington, DC.: World Bank, 2008. 49 p.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma Perspectiva Multidimensional. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.
- KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H.H. **Linkages between growth, poverty and the labour market.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 42 p., 2006. (Ensaio econômico, 634).
- KALDOR, N. Capital accumulation and economic growth. In: LUTZ, F.A.; HAGUE, D.C. (Eds.) **The theory of capital.** New York: St. Martin's, 1961. p. 177-222.
- KALDOR, N. The case for regional policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 18, n. 3, p. 337-348, 1970.
- LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, Niterói, RJ, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002.
- LOPES, H.M.; MACEDO, P.B.R.; MACHADO, A.F. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 125-152, 2005.
- LUSTIG, N. **Crises and the poor: socially responsible macroeconomics.** Washington, DC.: Inter-American Development Bank, Sustainable Development Department, 2000. 36 p. (Working paper, n. 108)
- MALONEY, W.F.; CUNNINGHAM, W.V.; BOSCH, M. The distribution of income shocks during crises: an application of quantile analysis to Mexico, 1992-95. **The World Bank Economic Review**, Washington, DC., v. 18, n. 2, p. 155-174, 2004.
- MATTOS, F.A.M. Aspectos históricos e metodológicos da evolução recente do perfil distributivo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19 n. 2, p. 135-149, abr./jun. 2005.
- MENCHER, S. The Problem of Measuring Poverty. **British Journal of Sociology**, v. 18, n. 1, p. 1-12, 1967.
- MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions.** London: Duckworth. 1957. 167 p.
- MYRDAL, G. The beam in our eyes: 1968. In: ROUCH, J. (Ed.). **Poverty: selected readings.** London: Penguin Books, 1972. p. 261-274.
- NELSON, R. **As fontes do crescimento econômico: clássicos da inovação.** Campinas, SP, UNICAMP, 2006. 501 p.
- NERI, M.C.; THOMAS, M.R. **Macro shocks and microeconomic instability:** an episodic analysis of booms and recessions. Rio de Janeiro: FGV, EPGE, 2000. 18 p. (Ensaio econômico, n.391)

- OKUN, A. The gap between actual and potential output. In: OKUN, A.M. (Ed.) **The battle against unemployment**. New York: W. W. Norton, 1965. 204 p.
- OKUN, A. Upward mobility in a high-pressure economy. **Brookings Papers on Economic Activity**, Washington, DC., n. 1, p. 207-252, 1973.
- RANIS, G.; STEWART, F. Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 78, p. 7-24, Dic. 2002.
- RAVALLION, M. **Pro-poor growth**: a primer. Washington, DC.: World Bank, March 2004. 28 p. (Policy research working paper, n. 3242)
- RESENDE, M.F.; AMADO, A.M. Liquidez internacional e ciclo reflexo: algumas observações para a América Latina. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 41-59, 2007.
- RIBAS, R.P. Vulnerabilidade à pobreza no Brasil: medindo risco e condicionalidade a partir da função de consumo das famílias. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 299-343, 2007.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 541-560, dez. 1992.
- ROCHA, S. **Poverty studies in Brazil**: a review. Brasília, DF.: IPEA; 1996a. 20 p. (Texto para discussão, n. 398)
- ROCHA, S. **Renda e pobreza**: os impactos do Plano Real. Brasília, DF.: IPEA, 1996b. 26 p. (Texto para discussão, n. 439)
- ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 27 n. 2, p. 313-352, 1997.
- ROCHA, S. **Desigualdade regional e pobreza no Brasil**: a evolução, 1981/95. Brasília, DF.: IPEA, 1998. 27 p. (Texto para discussão, n. 567)
- ROCHA, S. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Brasília, DF.: IPEA, 2000. 23 p. (Texto para discussão, n. 720)
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003. 244 p.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006.
- RODRIK, D. **Development strategies for the next century**. 2001. Mimeogr. (Paper presented at the conference on “Developing Economies in the 21st Century: The Challenges to Globalization”, organized by the Institute of Developing Economies (IDE), JETRO, in Chiba, Japan. 2001)
- ROMER, R. **Advanced macroeconomics**. 2. ed. Boston: McGraw-Hill, 2001. 651 p.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004. 646 p.

SCHWARTZMAN, S. A agenda social brasileira. In: REIS, E., ZILBERMAN, R. **Retratos do Brasil**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004. Pgs. 1-29.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 208 p.

SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometrica**, Chicago, v. 44, n. 2, p. 219-231, 1976.

SEN, A. Issues in the measurement of poverty. **Scandinavian Journal of Economics**, v. 81, n. 2, p. 285-307, 1979.

SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers, New Series**, v. 35, n. 2, p. 153-169, 1983.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 409 p.

SKOTT, P.; AUERBACH, P. Cumulative causation and the “new” theories of economic growth. **Journal of Post Keynesian Economics**, Armonk, NY, v. 17, n. 3, p. 381-402, 1995.

TAYLOR, L. **Reconstructing macroeconomics**: structuralist proposals and critiques of the mainstream. Cambridge, Mass.: Harvard University, 2004. 442 p.

THORBECKE, E. **Multi-dimensional poverty**: conceptual and measurement issues. Paper presented in the The Many Dimensions of Poverty International Conference, UNDP International Poverty Centre, 2005.

TOBIN, J. Poverty in relation to macroeconomic trends, cycles and policies. In: IRP-ASPE CONFERENCE. **Poverty and public policy: what do we know?** What should we do? 1993. Disponível em: <<http://cowles.econ.yale.edu/P/cd/d10a/d1030-r.pdf>>

WOOD, G. Staying secure, staying poor: the “Faustian bargain”. **World Development**, New York, v. 31, n. 3, p. 455-471, Mar 2003.

WOOLDRIDGE, J.M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Thomson Learning, 2006. 684 p.

WRIGHT, R.E. Standardized poverty measurement. **Journal of Economic Studies**, Aberdeen, v. 23, n. 4, p. 3-17, 1996.

ANEXO

Quadro 1: Linha de Pobreza por Unidade da Federação a Preços de 2006

Unidade da Federação	Valor
Acre	R\$ 176,18
Alagoas	R\$ 165,48
Amapá	R\$ 176,18
Amazonas	R\$ 176,18
Bahia	R\$ 169,48
Ceará	R\$ 159,23
Distrito Federal	R\$ 165,75
Espírito Santo	R\$ 130,94
Goiás / Tocantins	R\$ 155,56
Maranhão	R\$ 165,38
Mato Grosso	R\$ 138,51
Mato Grosso do Sul	R\$ 139,91
Minas Gerais	R\$ 135,28
Pará	R\$ 173,99
Paraíba	R\$ 167,23
Paraná	R\$ 168,69
Pernambuco	R\$ 179,27
Piauí	R\$ 164,22
Rio de Janeiro	R\$ 183,42
Rio Grande do Norte	R\$ 166,40
Rio Grande do Sul	R\$ 182,31
Rondônia	R\$ 176,18
Roraima	R\$ 176,18
Santa Catarina	R\$ 165,43
São Paulo	R\$ 179,63
Sergipe	R\$ 168,35

Fonte: Elaboração própria tendo como referência a linha de pobreza apresentada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), desenvolvida por Sônia Rocha. Disponível no site: www.iets.gov.br

Gráfico 1: Proporção de Pobres por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Homens

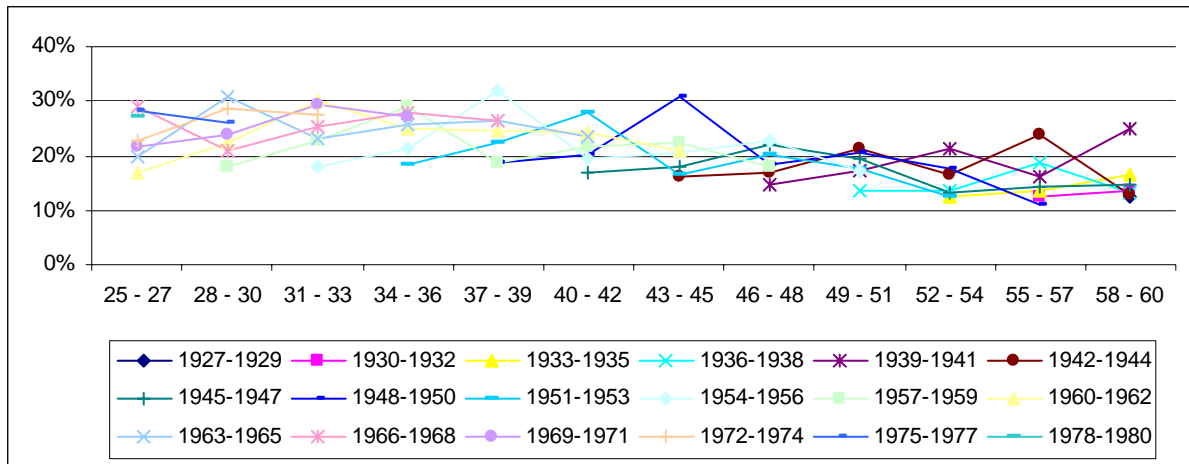


Gráfico 2: Evolução da Proporção de Pobres por Grupos de Idade (1987-2005) - Homens

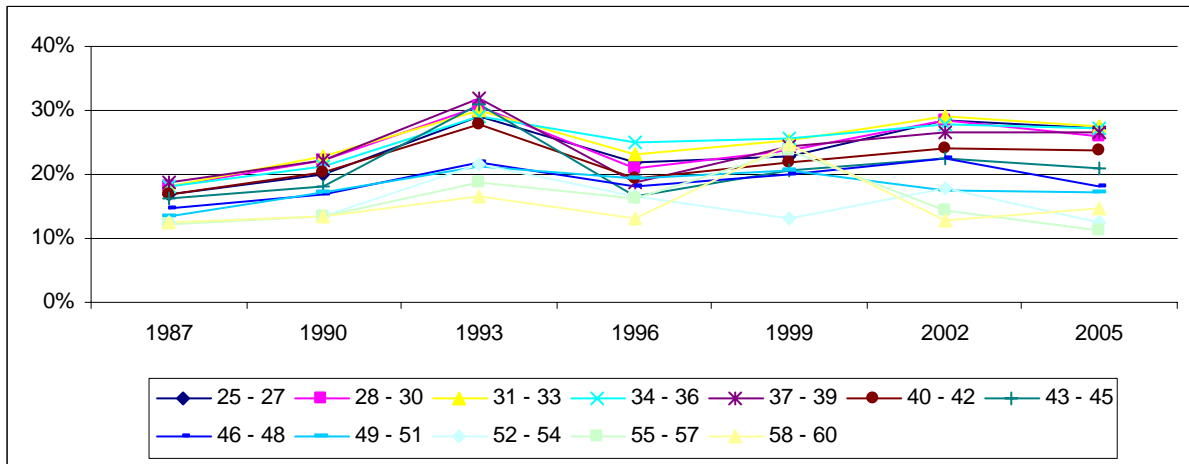


Gráfico 3: Proporção de Pobres por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Mulheres

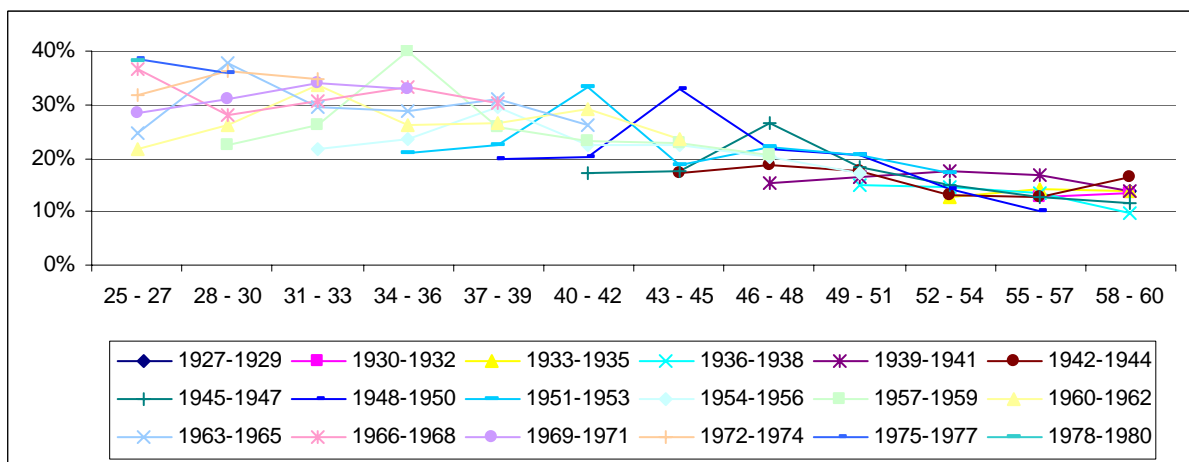
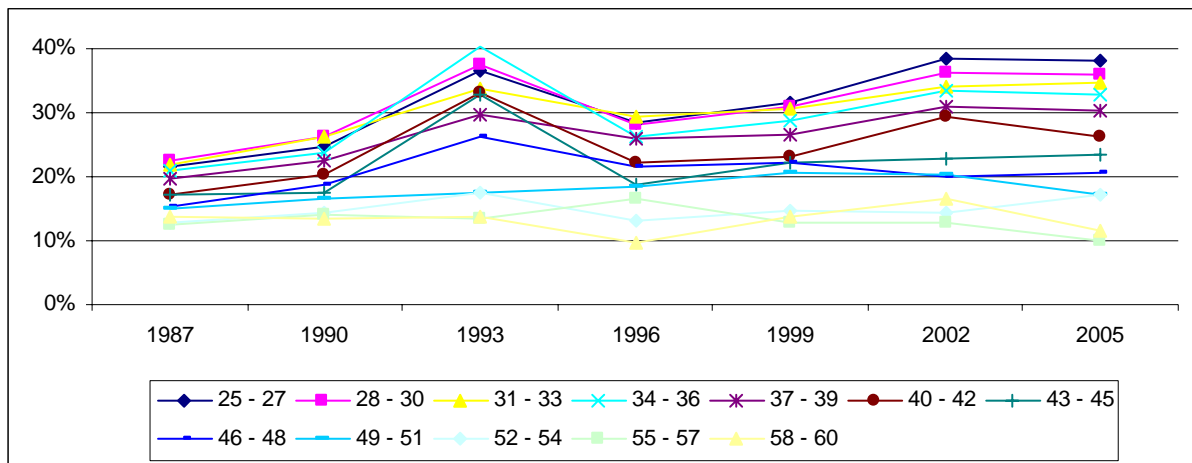
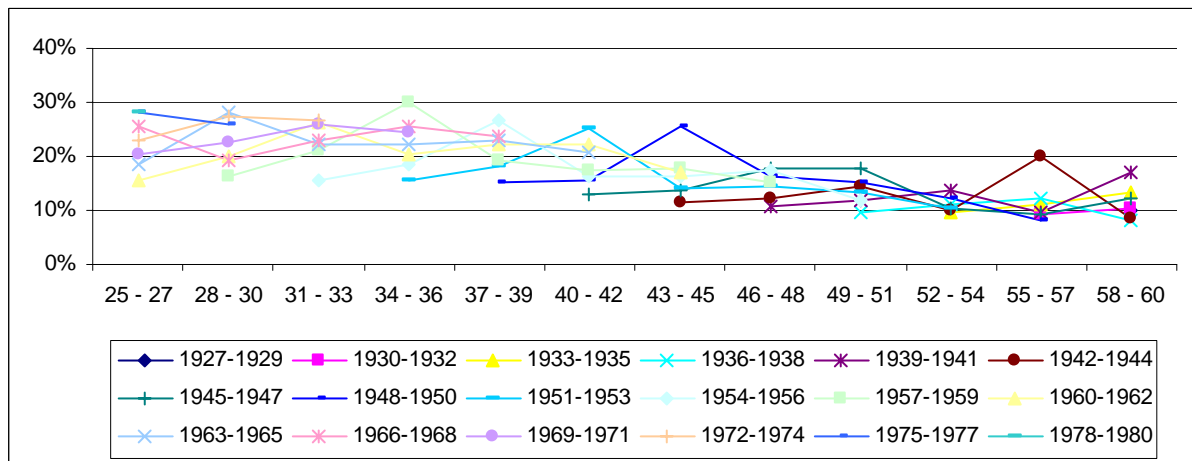


Gráfico 4: Evolução da Proporção de Pobres por Grupos de Idade (1987-2005) - Mulheres



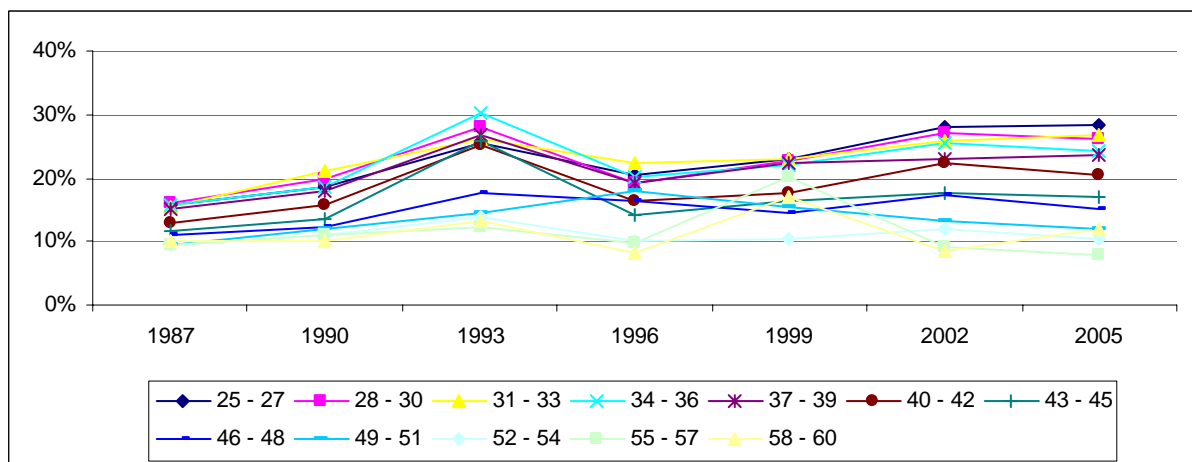
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5: Proporção de Pobres por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Brancos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6: Evolução da Proporção de Pobres por Grupos de Idade (1987-2005) - Brancos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 7: Proporção de Pobres por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Negros

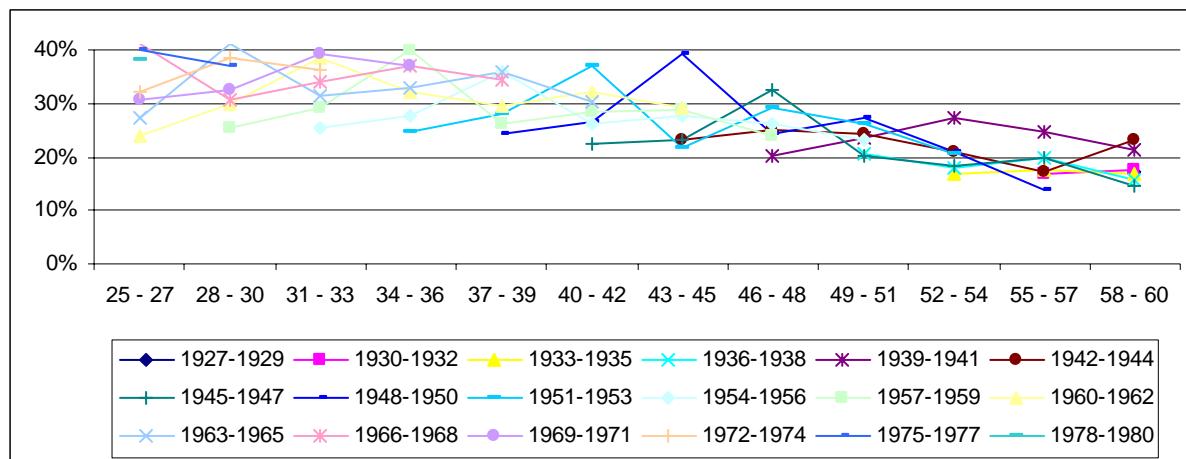


Gráfico 8: Evolução da Proporção de Pobres por Grupos de Idade (1987-2005) - Negros

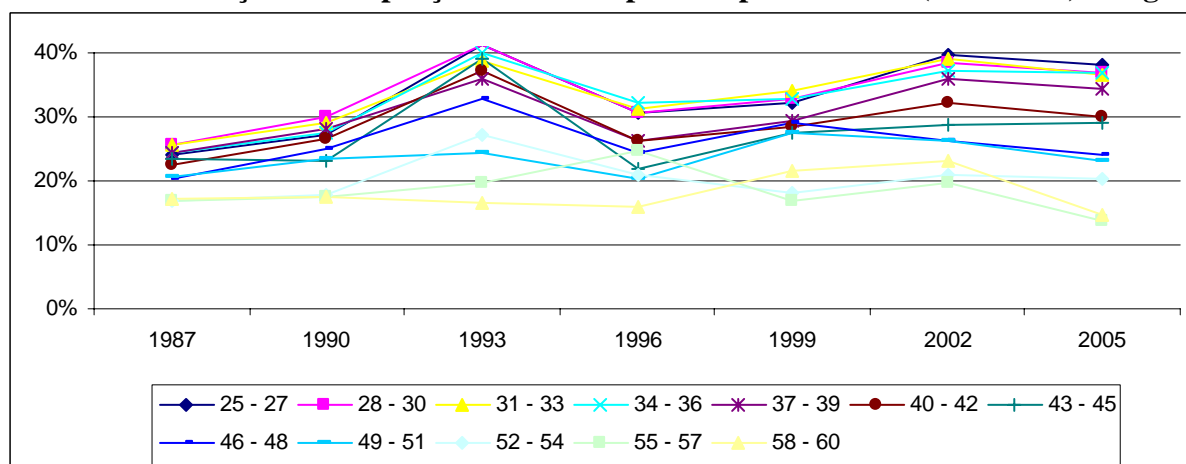


Gráfico 9: Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Homens

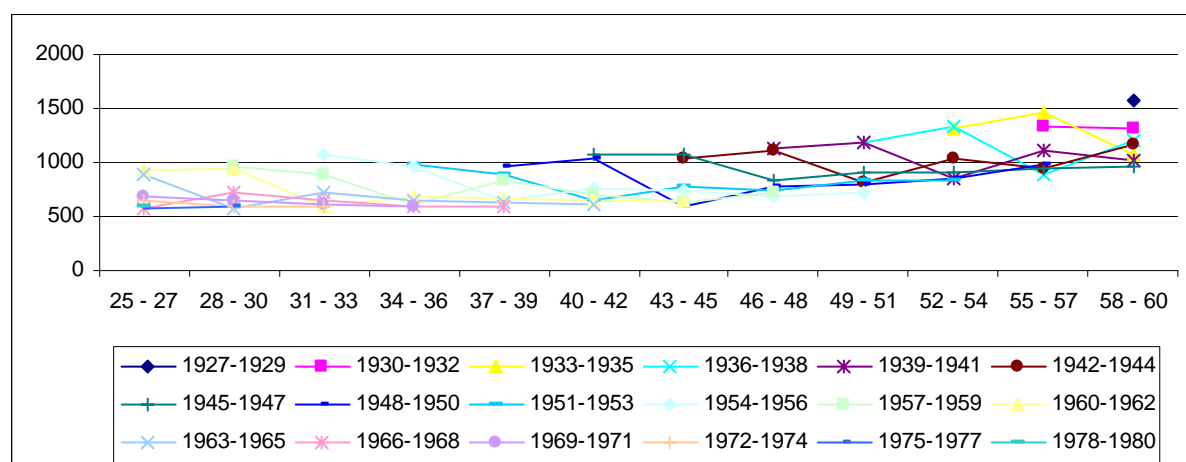
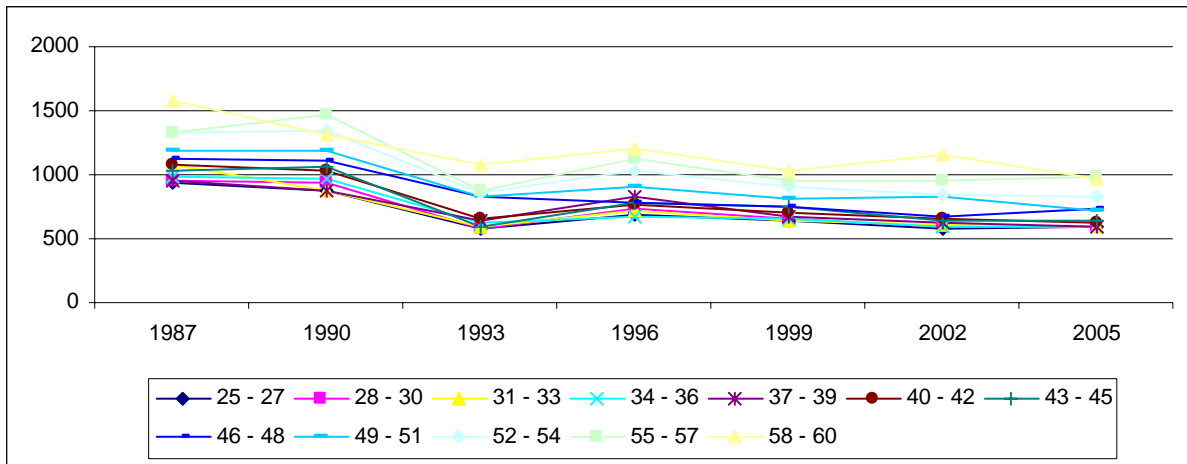
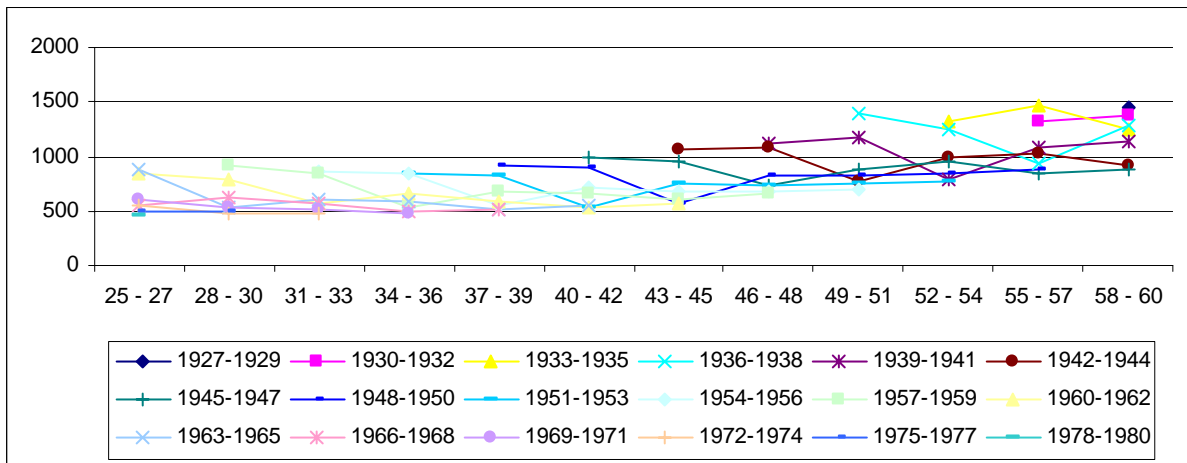


Gráfico 10: Evolução da Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade (1987-2005) - Homens



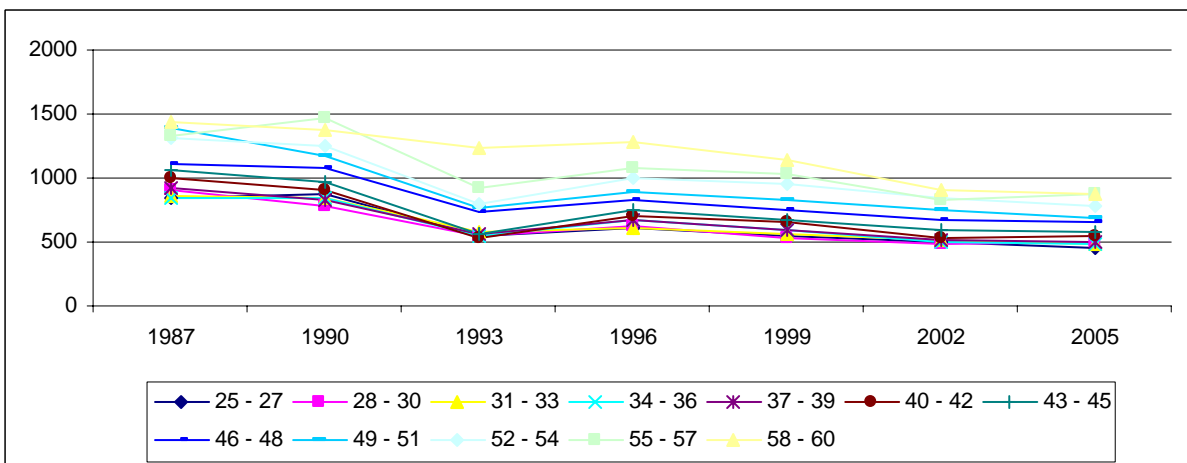
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 11: Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Mulheres



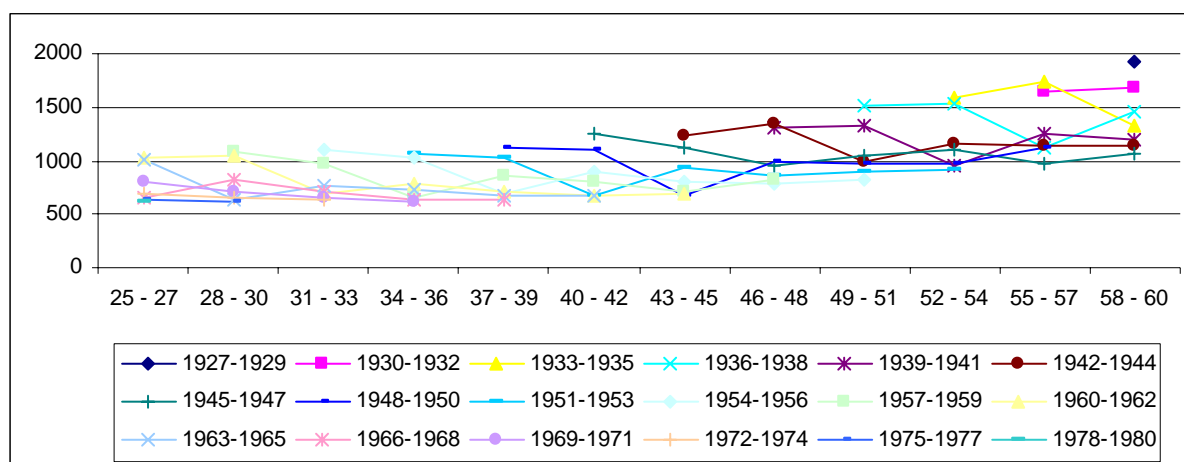
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 12: Evolução da Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade (1987-2005) - Mulheres



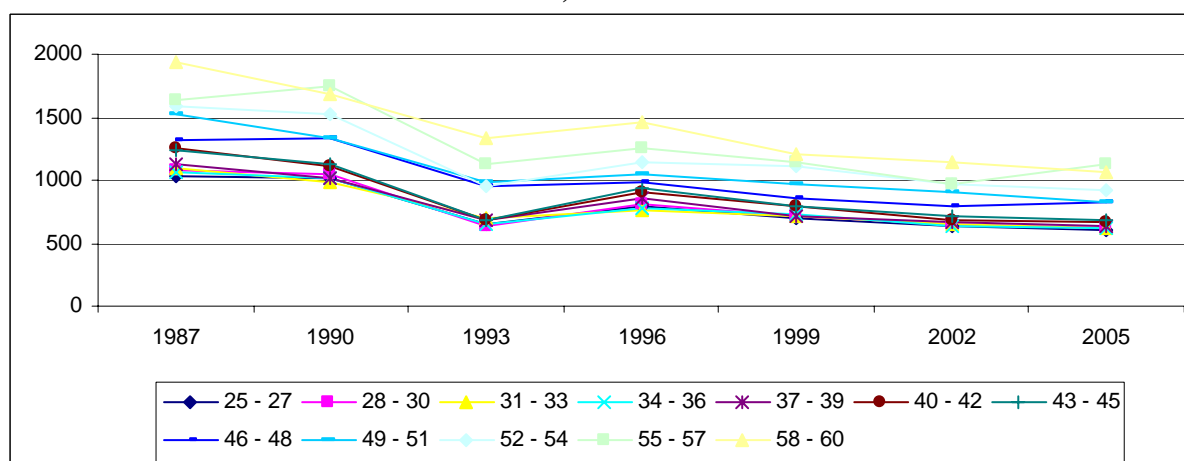
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13: Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Brancos



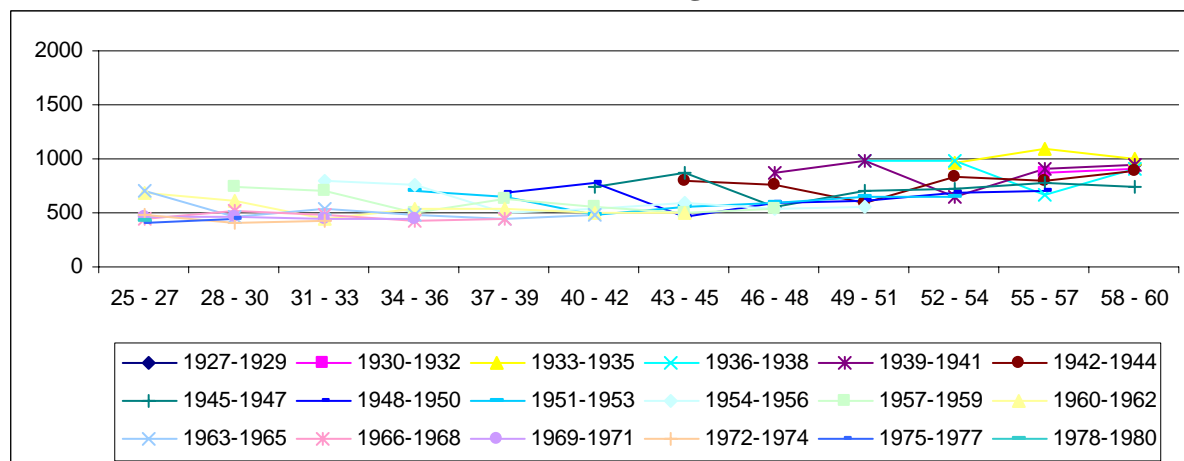
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 14: Evolução da Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade (1987-2005) - Brancos



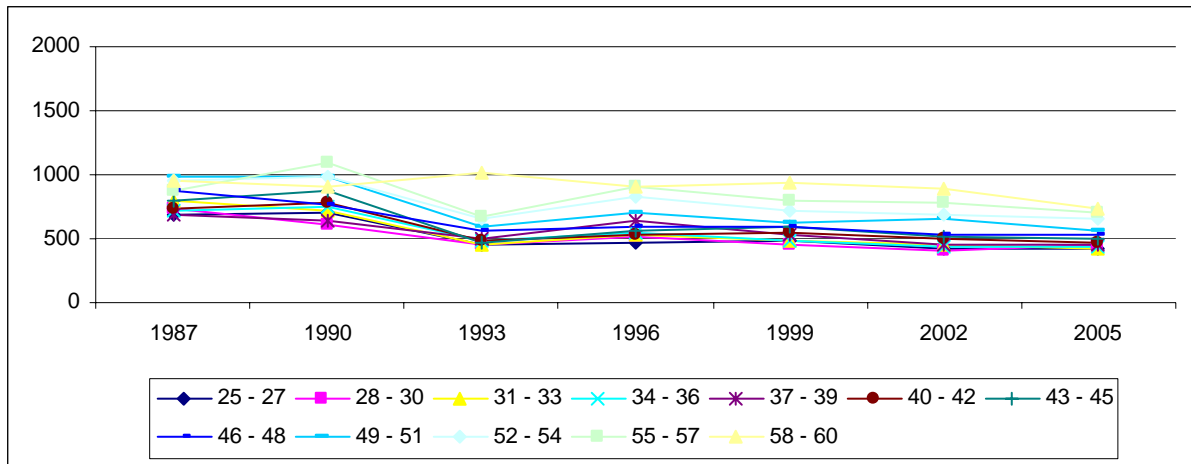
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 15: Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento - Negros



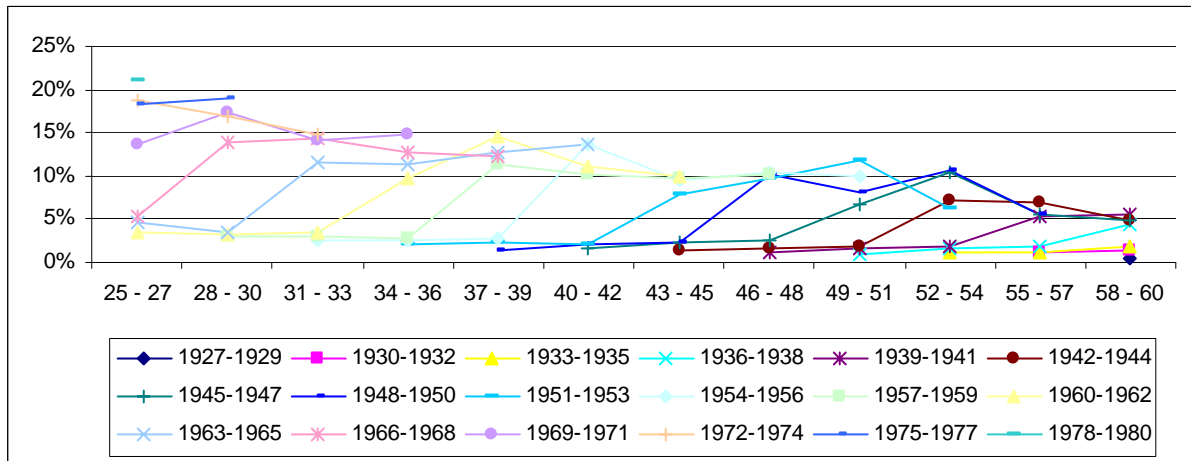
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 16: Evolução da Renda Familiar Real per Capita por Grupos de Idade (1987-2005) – Negros



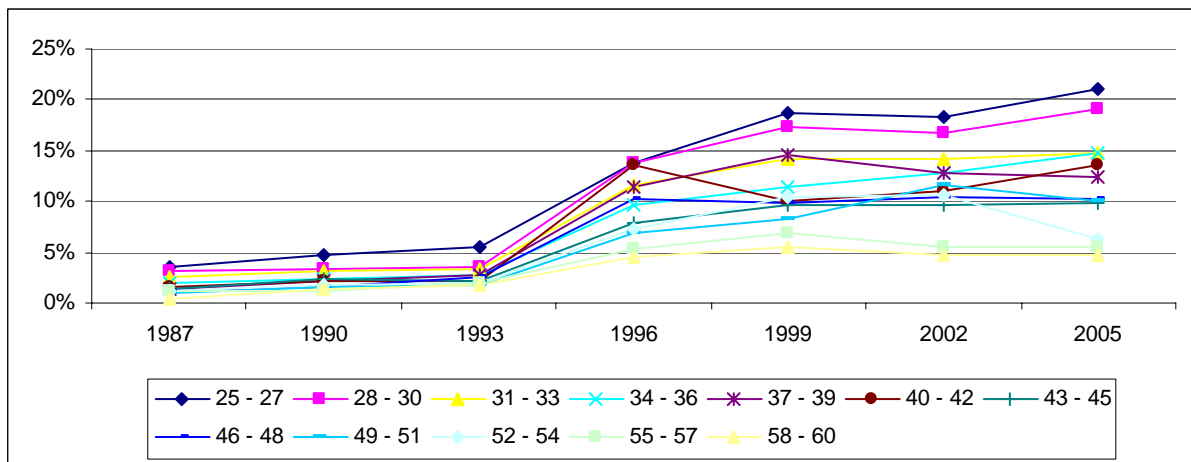
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 17: Taxa de Desemprego por Idade e Coorte de Grupo de Idade e Coortes de Nascimento - Homens



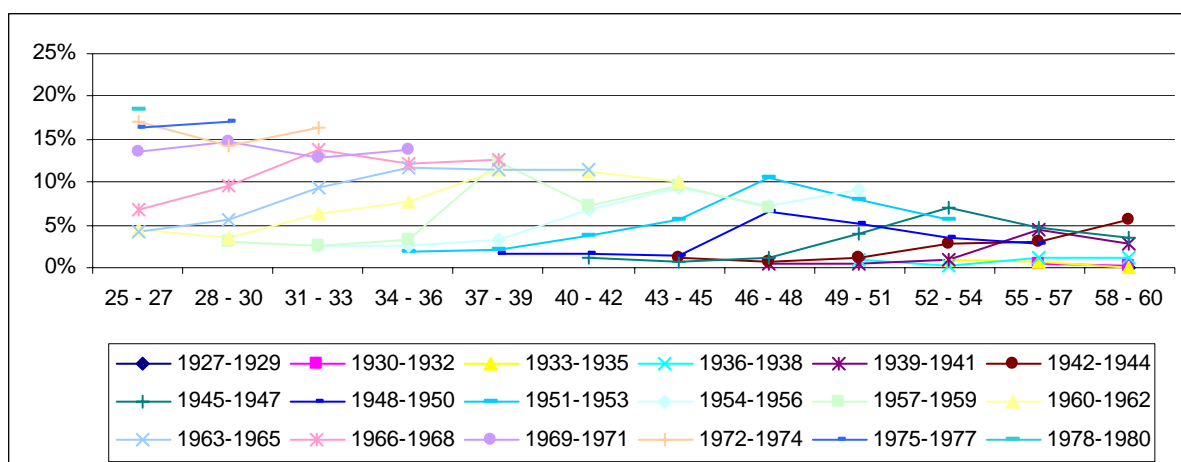
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 18: Evolução da Taxa de Desemprego por Grupo de Idade (1987-2005) - Homens



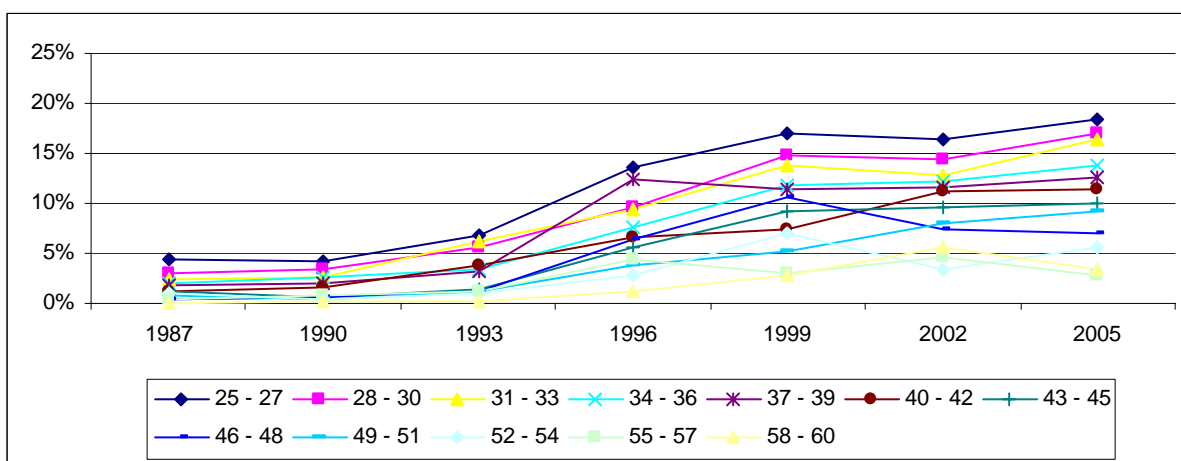
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 19: Taxa de Desemprego por Idade e Coorte de Grupo de Idade e Coortes de Nascimento – Mulheres



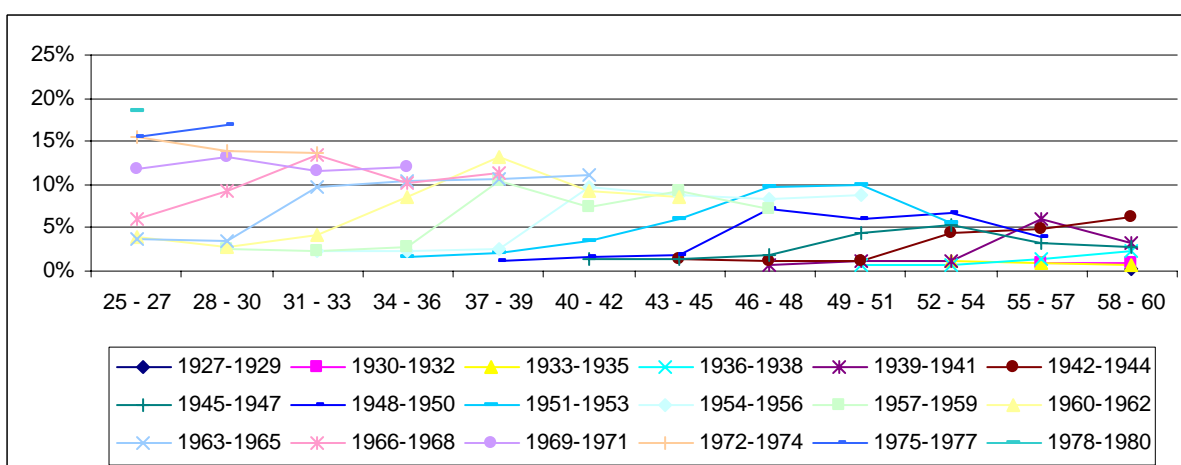
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 20: Evolução da Taxa de Desemprego por Grupo de Idade (1987-2005) - Mulheres



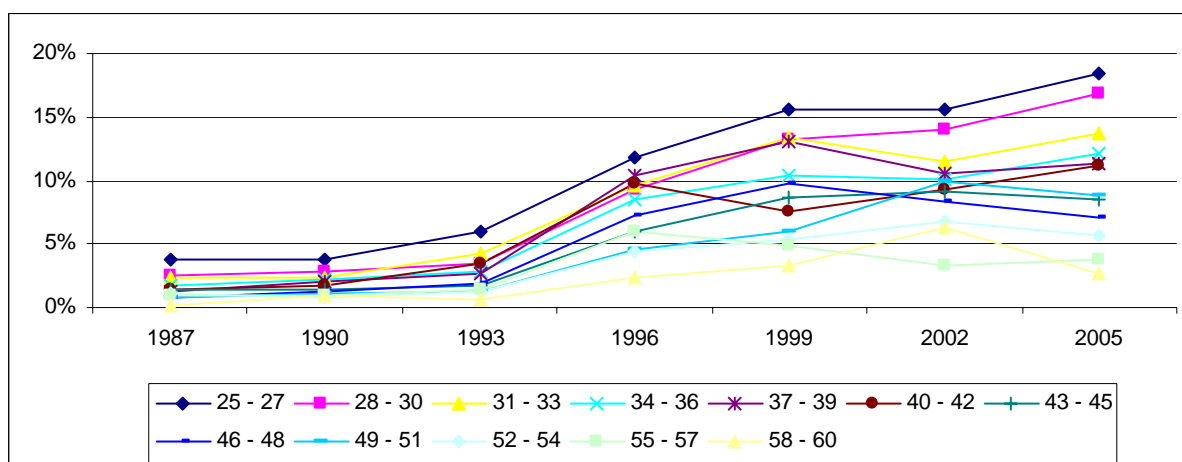
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 21: Taxa de Desemprego por Idade e Coorte de Grupo de Idade e Coortes de Nascimento – Brancos



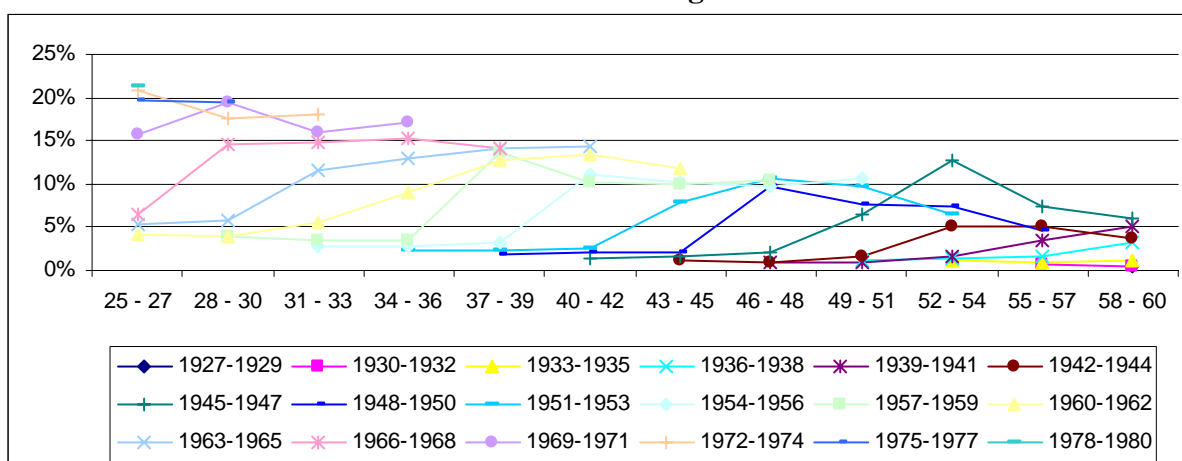
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 22: Evolução da Taxa de Desemprego por Grupo de Idade (1987-2005) – Brancos



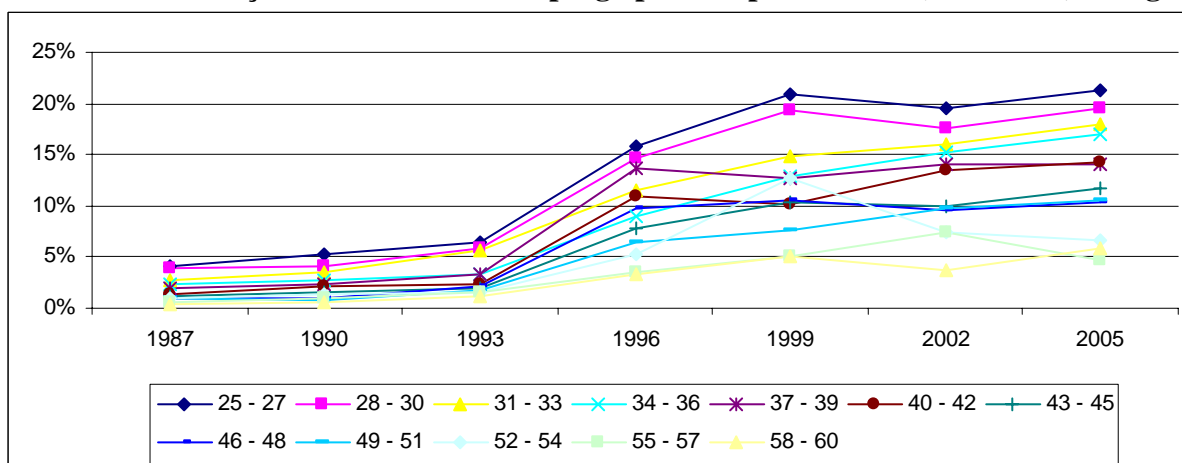
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 23: Taxa de Desemprego por Idade e Coorte de Grupo de Idade e Coortes de Nascimento – Negros



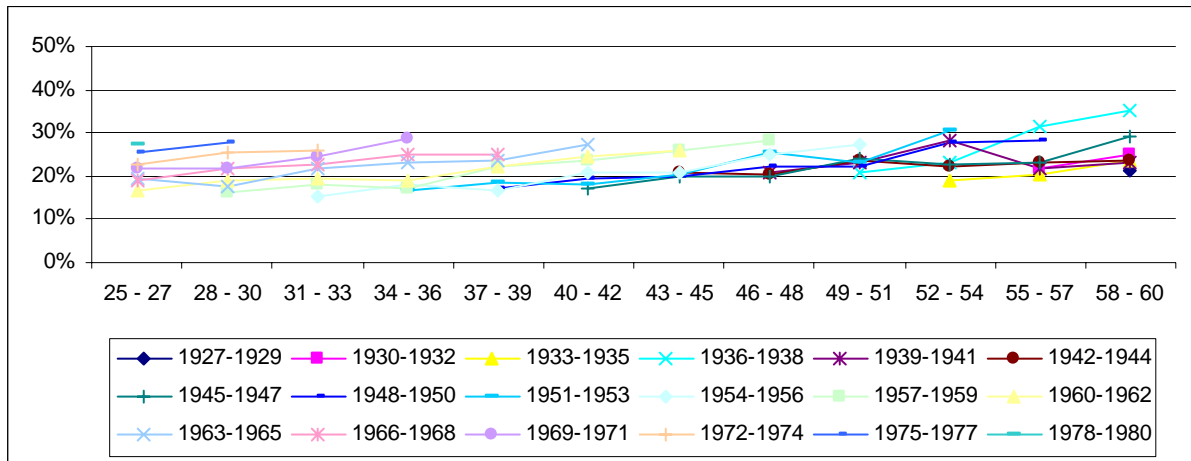
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 24: Evolução da Taxa de Desemprego por Grupo de Idade (1987-2005) – Negros



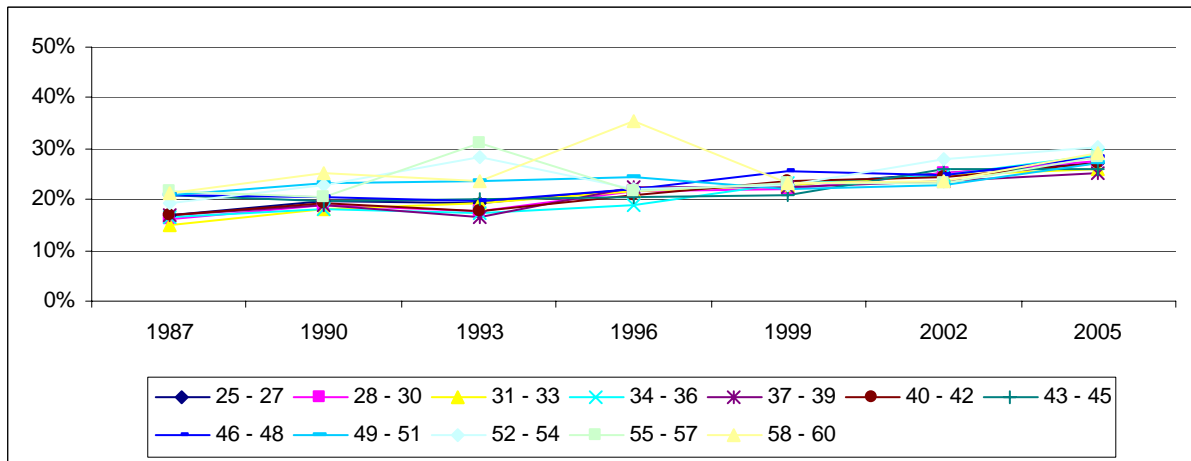
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 25: Proporção de Indivíduos em Famílias Chefiadas por Mulheres por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Brancos



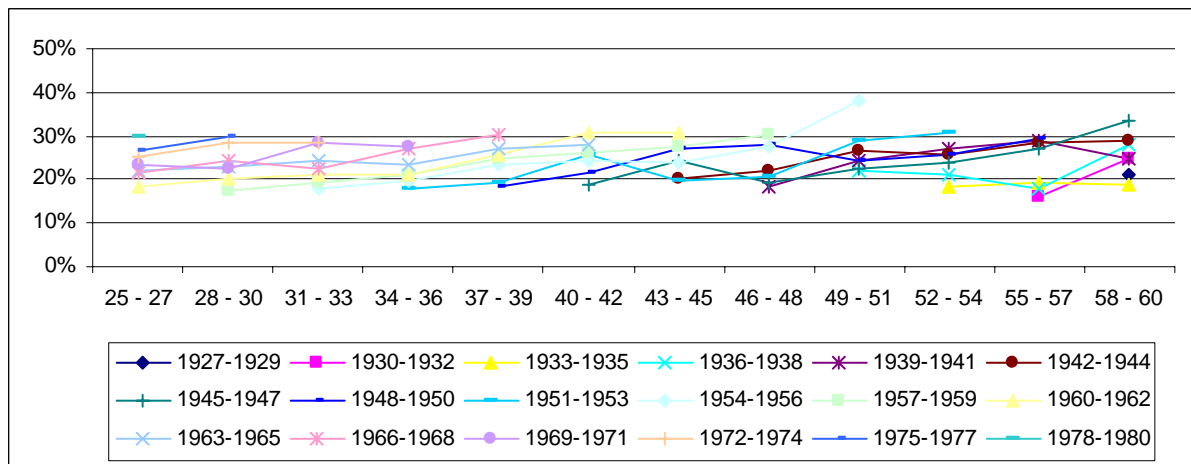
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 26: Evolução da Proporção de Indivíduos em Famílias Chefiadas por Mulheres por Grupos de Idade (1987-2005) – Brancos



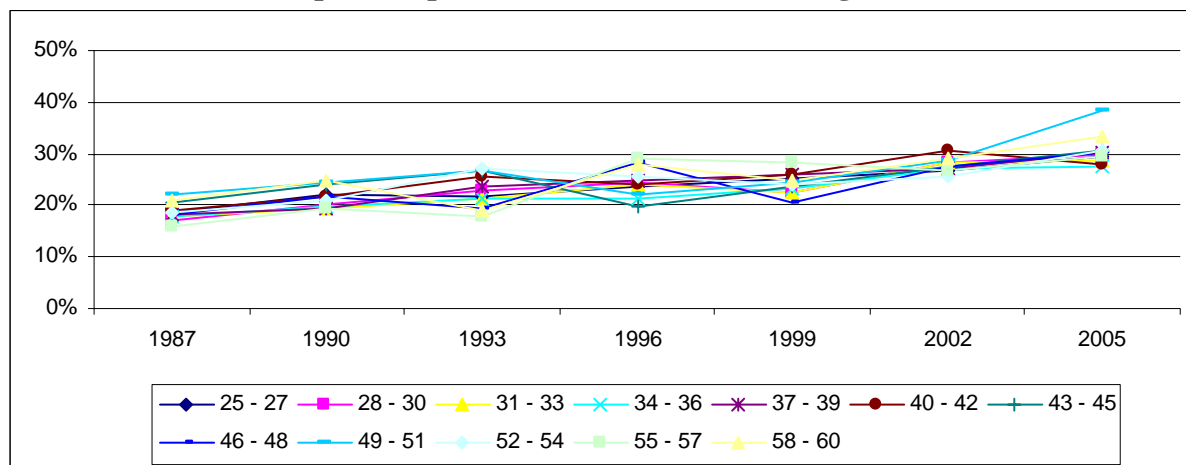
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 27: Proporção de Indivíduos em Famílias Chefiadas por Mulheres por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Negros



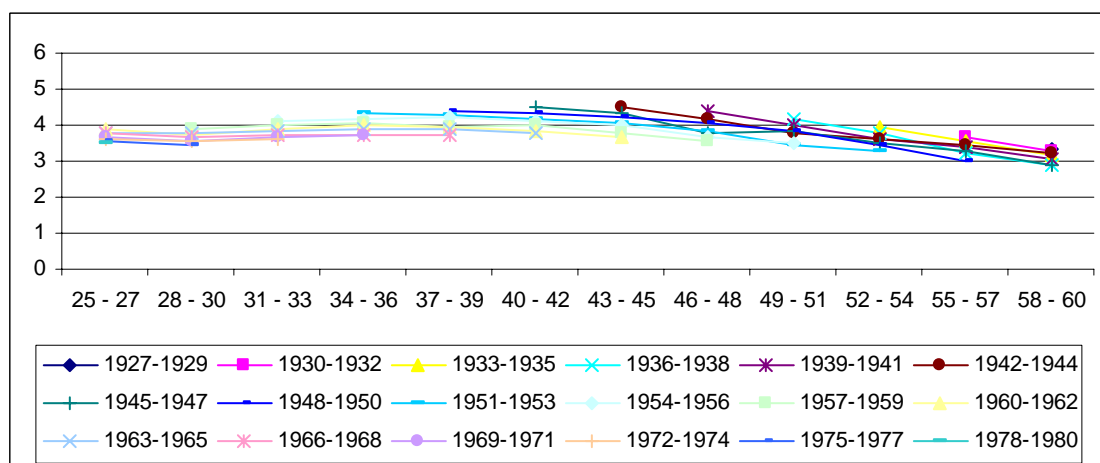
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 28: Evolução da Proporção de Indivíduos em Famílias Chefiadas por Mulheres por Grupos de Idade (1987-2005) – Negros



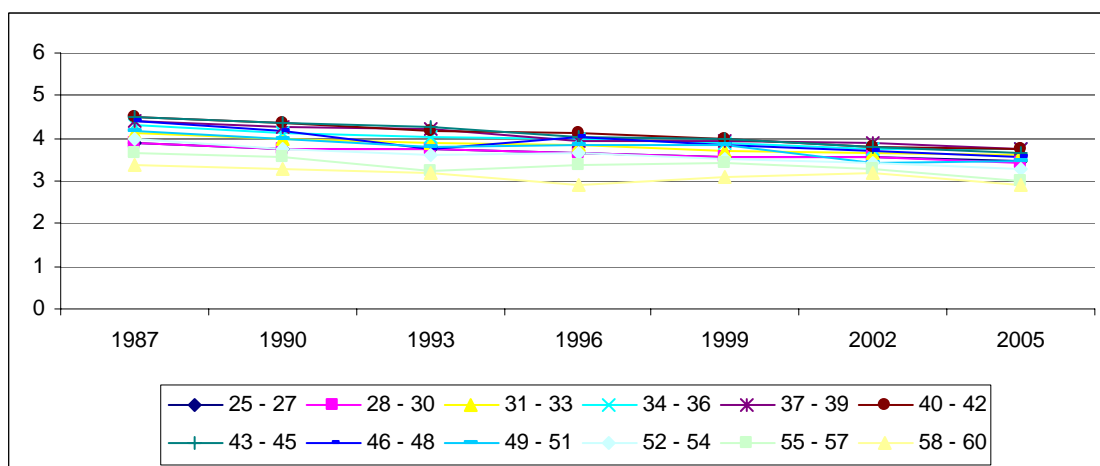
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 29: Tamanho Médio da Família por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Brancos



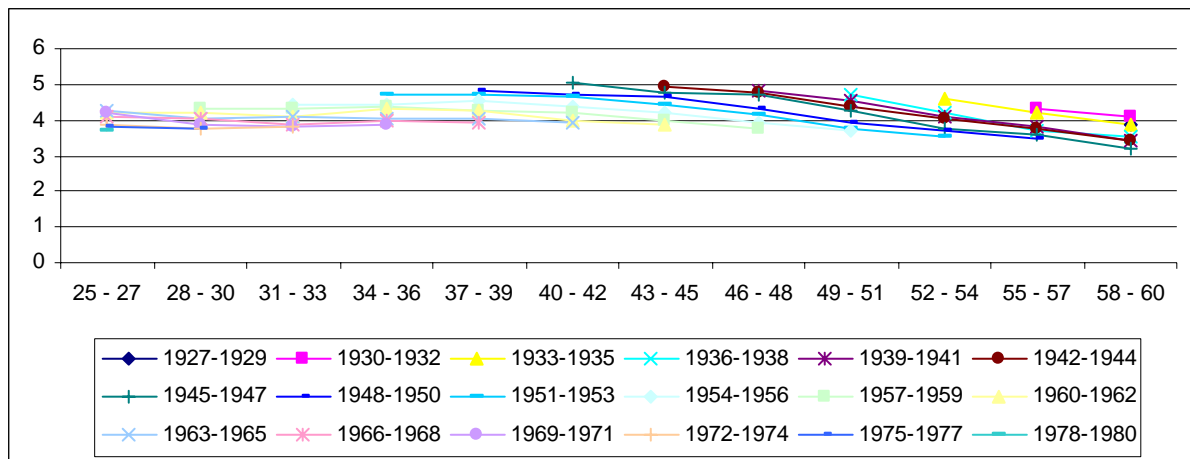
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 30: Evolução do Tamanho Médio da Família por Grupos de Idade (1987-2005) – Brancos



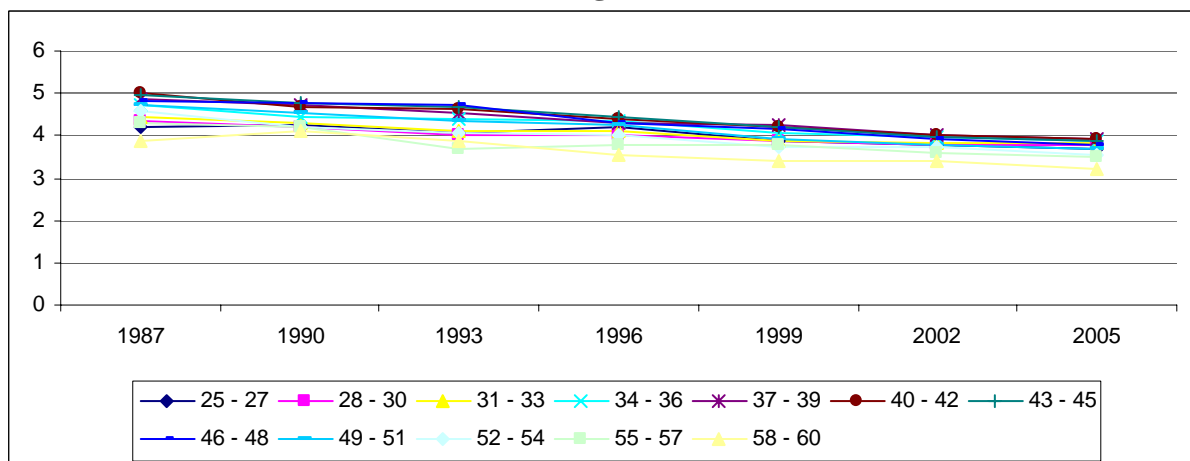
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 31: Tamanho Médio da Família por Grupos de Idade e Coortes de Nascimento – Negros



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 32: Evolução do Tamanho Médio da Família por Grupos de Idade (1987-2005) – Negros



Fonte: Elaboração própria